

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANA MARCELA SARRIA**

**EL CAMPO DE LAS MUJERES:  
DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES  
RURAIS NA NICARÁGUA**

Porto Alegre  
2015

**ANA MARCELA SARRIA**

**EL CAMPO DE LAS MUJERES:  
DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES  
RURAIS NA NICARÁGUA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme W. Radomsky

Porto Alegre  
2015

## CIP - Catalogação na Publicação

Sarria, Ana Marcela

El campo de las mujeres:: Discursos e  
Desenvolvimento e Organizações de Mulheres Rurais na  
Nicarágua / Ana Marcela Sarria. -- 2015.

193 f.

Orientador: Guilherme W. Radomsky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. mulheres rurais. 2. desenvolvimento. 3.  
Nicarágua. 4. cooperação internacional. 5. Revolução  
Sandinista. I. W. Radomsky, Guilherme, orient. II.  
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ANA MARCELA SARRIA**

**EL CAMPO DE LAS MUJERES:  
DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES  
RURAS NA NICARÁGUA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em Porto Alegre, 08 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Guilherme Waterloo Radomsky – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Edla Eggert  
UNISINOS

---

Prof. Dr. Alberto Bracagioli  
ESCOOP

---

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos  
UFRGS

Para Ana Mercedes e Rafael, que me trouxeram até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é mais uma etapa de um longo processo pessoal no qual a racionalidade e as emoções, que constantemente aprendemos a separar, buscam se encontrar. Nos agradecimentos do trabalho de conclusão, disse que aquela era uma desculpa para eu voltar para um lugar. Já desta vez, é uma maneira de voltar para uma história. A gente volta pros lugares, pessoas e relações que nos fazem bem, que nos ensinam, que nos instigam e acolhem de alguma maneira. Pelo menos isso é o que busco para minha vida. Nestes últimos anos, a intensidade de processos necessários para poder gerar as ideias presentes neste texto se deu num trânsito no qual participaram muitos seres, humanos e não humanos. Ao longo de despedidas e reencontros, encontrei pessoas que, sem eu saber, já faziam parte da minha história, e histórias que já faziam parte da minha pessoa. Encontrei sentimentos e ideias que já tinham passado por outras pessoas, e acomodei um pouquinho mais pedaços importantes da minha vida, preparando uma nova etapa, um novo salto. É hora de agradecer a quem participou deste processo, na medida do possível neste espaço tão restrito.

Início agradecendo a quem fez com que minha história seguisse me acompanhando, onde quer que eu fosse. A minha mãe, Ana Mercedes, por me transmitir inquietações que mobilizam, e sensibilidades que não cabem em palavras. Aos meus tios, Roberto e Edgard, e minha tia Silvia, que mesmo quando ausentes, permaneceram sempre presentes, com histórias e carinhos que me acompanham. A mi abuelo Edgard y mi abuela Silvia, pela proximidade que permanece, apesar das distâncias e diferenças. E pelos caminhos que se uniram no andar, sou muito grata de poder compartilhar a vida com meu pai Paulo, com quem a amizade permaneceu grande mesmo quando eu deixei de ser da altura da mesa: não era uma ilusão de ótica, era sintonia mesmo. Minhas irmãs Paola, Emília e Marina estão sempre comigo, sem importar os quilômetros entre nós, e agradeço profundamente por serem mulheres maravilhosas que estão sempre me ensinando.

Talvez tenha sido em casa que aprendi a aprender com mulheres, mas ao longo da vida muitas outras seguiram fazendo com que essa experiência fosse muito potente. A gente vai ganhando irmãs, e a Ana, a Joana, a Priscila, a Paula, a Andri, a Natália, a Mari e a Gutcha são dessas que permanecem desde que a gente começou a criticar o que aprendia. Aprendendo com o que criticamos, seguimos

tentando construir outras possibilidades, e agradeço especialmente à Rita e à Adri pelas parcerias incansáveis e sempre presentes nesse impulso por criar espaços para nós e para outras. São muitas as amigas que deveriam ser nomeadas aqui e não serão, mas elas sabem que serão devidamente abraçadas onde realmente interessa. Quero agradecer especialmente a todas aquelas que vivem suas potências de liberdade e a estimulam em outras, escolha que me estimula a seguir acreditando na nossa força. Agradeço também àquelas que me acompanharam profundamente na empreitada de encontrar as forças que não vêm de fora, que já estão no corpo, principalmente à Fátima, Martha e Daniele. Aos amigos que se abrem para a escuta, fica meu reconhecimento da importância desta postura para que possamos aprender juntos. Ao Léo pelo carinho e parceria infalível. Ao Celvio pela disposição para desconstruir, e por compartilhar pilhas sempre recarregáveis. E àqueles os que se dispõem a seguir buscando ouvir, valorizando as diferenças sobre o que temos a dizer.

Voltar pra casa pode significar muitas coisas, quando temos várias, mas sentir no corpo a sensação de acolhida é uma experiência peculiar. O nome do lugar, a Nicarágua, acaba sendo também uma combinação das pessoas que fazem com que tudo faça sentido. Ao Rafael, meu pai, agradeço pelo reencontro leve e por compartilhar risadas e seriedades que me ajudam a entender de onde venho. Aos amigos e amigas que se dispõem a atravessar gerações para que possamos assimilar nossa história e caminhar olhando para a frente: Pablo, Maria José, Gloria, Felix, Tamara e tantas outras. À Ana Lucía e à Carolina por compartilharem o umbigo e as asas. Às amigas que me ensinaram feminismos de maneira tão prazerosa, agradeço por serem coletiva. Aos amigos que permaneceram nas idas e vindas, agradeço a constância, especialmente ao Rodrigo, por reaparecer como uma onda de PoneLOYA.

Não sei como agradecer às mulheres que me acolheram na realização desta pesquisa. Seriam tantas as possibilidades, que deixo isso para as próximas dezenas de páginas. Mas talvez tenha que mencionar que, nos lugares que são considerados mais pobres por índices internacionais, foi onde mais me ofereceram comida, cuidado e afeto, pelos quais sou muito grata. E gostaria também de agradecer especialmente a M.V. e D.M., por sua persistência e pertinência em costurar sentires na vida.

Dentro do tempo de enquadramento institucional que se encerra com esta

dissertação, tive a oportunidade de conhecer e compartilhar com muitas pessoas que me ensinaram diferentes perspectivas desde as quais enxergar o campo. Mesmo que acredite na possibilidade de outras formas de construir conhecimentos coletivos, valorizo e reconheço a importância de que o atual sistema educacional brasileiro permita que alguns de nós nos dediquemos a estudar com certas condições por um período de nossas vidas, é – infelizmente – muito mais do que se pode aspirar em outros países. Portanto, sou grata a todos aqueles que lutaram e seguem lutando para que essas possibilidades sigam existindo e se expandindo para mais e mais pessoas. Agradeço à turma que compartilhou momentos importantes de aprendizado e de vida, assim como aos professores que se esforçam por fazer deste programa um espaço instigante. Me considero muito afortunada por ter encontrado um orientador que estabeleceu um diálogo extremamente estimulante, estando sempre disponível, mesmo se respeitando meus tempos e possibilidades. Agradeço ao Guilherme por ser uma pessoa que se propõe a fazer da universidade um lugar onde os conhecimentos sejam tratados com o cuidado que merecem. Nesse sentido, agradeço também a cada um dos professores e professora que se dispuseram a compor a banca deste trabalho, para poder debater e crescer num exercício coletivo de reflexão e análise. Especialmente ao professor José Carlos dos Anjos, pela valiosa capacidade de desacomodar as ideias, estimulando que elas se conectem com outras e sigam se movimentando constantemente.



*“Soy el desarrollo en carne viva  
Un discurso político sin saliva”  
Latinoamérica (Calle 13)*

*“De nuestros miedos  
nacen nuestros corajes  
y en nuestras dudas  
viven nuestras certezas.  
Los sueños anuncian  
otra realidad posible  
y los delirios otra razón.  
En los extravíos  
nos esperan hallazgos,  
porque es preciso perderse  
para volver a encontrarse.”  
(Eduardo Galeano)*

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como mudanças nos discursos sobre desenvolvimento que operam na Nicarágua afetam organizações de mulheres rurais no país. A partir de uma abordagem etnográfica, são analisadas as trajetórias e estratégias de duas organizações de mulheres que executam projetos com financiamento de agências de cooperação internacional e que mantêm relação com políticas sociais, buscando perceber como estas relações se vinculam com suas escolhas políticas. Tomo como referência a divisão em três períodos históricos do país, cada um vinculado a um macro-discurso específico sobre desenvolvimento: a Revolução Popular Sandinista na década de 1980, e a guerra que a acompanhou; os dezesseis anos do período neoliberal (1990 – 2006), que vieram acompanhados por um enorme volume de recursos de Ajuda Internacional para o Desenvolvimento (AID); e, a partir de 2007, a volta da *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN) à presidência do país, marcada por sua aliança econômica com a Venezuela, e pela redução significativa de recursos de AID. O argumento é que estes macro-discursos, apesar de diferentes, se baseiam em lógicas de colonialidade/modernidade que colocam a “mulher rural” como um “outro” atrasado, que deve ser corrigido por algum tipo de desenvolvimento. No entanto, seguindo o desafio do feminismo pós-colonial, a proposta deste trabalho é desconstruir uma visão monolítica sobre “mulheres do terceiro mundo”, evidenciando as particularidades dos processos locais, apesar de compartilharem de elementos nas dinâmicas de estabelecimento de relações de poder em todos os espaços da vida. O trabalho de campo indica que elas constroem diferentes possibilidades a partir da construção de espaços exclusivos de mulheres, que se dá também em relação com discursos sobre desenvolvimento e gênero nacionais e internacionais.

**Palavras chaves:** Mulheres rurais. Desenvolvimento. Cooperação internacional. Revolução sandinista

## ABSTRACT

This paper aims to analyze how changes in development discourses operating in Nicaragua affect rural women's organizations in the country. From an ethnographic approach, the trajectories and strategies of two women's organizations running projects with funding from donor agencies and affected by social policies are analyzed, seeking to understand how these relations are linked with their political choices. I take as reference the division into three historical periods of the country, each tied to a specific macro-discourses on development: the Sandinista Popular Revolution in the 1980s, and the war that followed; sixteen years of the neoliberal period (1990 - 2006), which were accompanied by a huge volume of resources from Agencies for International Development (AID); and, from 2007, the return of the Sandinista National Liberation Front (FSLN) to the presidency of the country, marked by its economic alliance with Venezuela, and the significant reduction of AID resources. The argument is that these macro-discourses, although different, are based on the logic of coloniality / modernity that put the "rural woman" as an "other" that needs to be corrected by pre-established development models. However, following the challenge of post-colonial feminism, the purpose of this paper is to deconstruct a monolithic view of "women of the third world", highlighting the particularities of local processes, even if they share dynamics of power relations in every areas of life. The field work indicates that these women build different possibilities from the creation of exclusive womens spaces, which also happens in relation to national and international development and gender discourses.

**Keywords:** Rural Women. Development. International Aid. Sandinist Revolution

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa político da Nicarágua e detalhe dos municípios da pesquisa. ....	30
Quadro 1 – Entrevistas citadas ao longo do texto .....	32
Figura 2 – Cartaz da Asociación de los Trabajadores del Campo, sem data .....	48
Figura 3 – Cartaz da AMLAE, sem data .....	55
Figura 4 – Cartaz AMLAE, 1980.....	56
Figura 5 – Cartaz AMLAE 1982.....	58
Figura 6 - Cartaz de propaganda do governo nicaraguense. ....	70
Figura 7 – Cartaz de propaganda do governo nicaraguense .....	72
Figura 8 – Monumento a Hugo Chávez em Manágua.....	83
Figura 9 – Cerro Musun, em Río Blanco .....	106
Figura 10 – Vista em Terrabona .....	111
Figura 11 – Foto das fundadoras da FEM .....	119

## LISTA DE SIGLAS

AECID	Agencia Española de Cooperación Internacional al Desarrollo
AID	Ajuda Internacional para o Desenvolvimento
ALBA	Aliança Bolivariana para as Américas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMLAE	Asociación de Mujeres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza
AMPRONAC	Asociación de Mujeres Ante la Problemática Nacional
APP	Áreas de Propiedad del Pueblo
ATC	Asociación de Trabajadores del Campo
AWID	Association for Women's Rights in Development
BCIE	Banco Centroamericano de Integração Econômica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAS	Cooperativas Agropecuarias Sandinistas
CDI	Centros de Desarrollo Integral
CETRA	Centro de Estudios del Trabajo
CIERA	Centro de Investigaciones y Estudios de la Reforma Agraria
COOMPRIO	Cooperativa Agropecuaria de Producción Mujeres Productoras de Río Blanco
CONAPRO	Confederación de Asociaciones Profesionales
CPC	Centros del Poder Ciudadano
CST	Central Sandinista de Trabajadores
ENABAS	Empresa Nicaraguense de Alimentos Básicos
EPS	Ejército Popular Sandinista
FEDSALUD	Federación de los Trabajadores de la Salud
FEM	Fundación Entre Mujeres
FEMUPROCAN	Federación Agropecuaria de Cooperativas de Mujeres Productoras del Campo de Nicaragua
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FSLN	Frente Sandinista de Liberación Nacional
INIM	Instituto Nicaraguense de la Mujer
KFB	Movimento de Mulheres Católicas da Áustria
MEFCCA	Ministério de Economia Familiar, Comunitária, Cooperativa e

Associativa

MINED	Ministério de Educação
OC	Oxfam Canadá
OCDE	Organização e Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
UNAG	Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos
UNO	Unión Nacional Opositora

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	24
1.2	COM QUEM ESTOU FALANDO, OU DO POR QUÊ INCLUIR A REVOLUÇÃO NA ANÁLISE .....	32
<b>2</b>	<b>EM TRÊS TEMPOS: DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO, RURALIDADE E MULHERES .....</b>	<b>39</b>
2.1	SITUANDO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE HERANÇAS HISTÓRICAS DA NICARÁGUA.....	41
2.2	REVOLUÇÃO SANDINISTA: GUERRA, GÊNERO E SOLIDARIEDADE (1979 – 1990) .....	45
<b>2.2.1</b>	<b>Insurreição, reforma agrária e guerra .....</b>	<b>45</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Compromisso e maternidade: o lugar das mulheres em disputa .....</b>	<b>53</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Solidariedade e internacionalismo: a prévia da cooperação.....</b>	<b>58</b>
2.3	O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SE ESTABELECE: PERÍODO NEOLIBERAL (1990 - 2006).....	63
2.4	COMBINAÇÃO DE DISCURSOS: DESENVOLVIMENTO CRISTÃO, SOCIALISTA E SOLIDÁRIO (PÓS 2007) .....	70
<b>3</b>	<b>PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE MULHERES NO CAMPO: OS CASOS DA FEM E DA FEMUPROCAN .....</b>	<b>76</b>
3.1	GUERRA E ORGANIZAÇÃO.....	78
<b>3.1.1</b>	<b>A dinâmica agrária e as organizações de massa: ATC e UNAG .....</b>	<b>78</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Secretarias da Mulher .....</b>	<b>84</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Engajamento e compromisso.....</b>	<b>90</b>
3.2	TRANSIÇÃO E PERÍODO NEOLIBERAL .....	95
<b>3.2.1</b>	<b>Rupturas: das tensões às organizações exclusivas .....</b>	<b>97</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Mas não se faz nada sem cooperação: adaptar-se às demandas.....</b>	<b>121</b>
3.3	DE 2007 PRA CÁ.....	136
<b>4</b>	<b>O CAMPO DAS MULHERES.....</b>	<b>148</b>
4.1	ENTRE ELAS, SEM ELES .....	154

4.2	A FALA E AS VIOLÊNCIAS .....	158
4.3	DO FOGO À TERRA: A VALORIZAÇÃO DO CARÁTER DE PRODUTORA .... .....	172
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>180</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>188</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Traçar a trajetória que me trouxe até a realização deste trabalho resultou uma tarefa mais difícil do que eu imaginava. Apesar de existir um encadeamento cronológico de eventos que me levou a realizar esta pesquisa, o encadeamento de ideias que provocou determinadas escolhas não é tão linear assim. As inquietações teóricas que me movem estão diretamente vinculadas com minha trajetória pessoal, e com a história coletiva da Nicarágua. Ao mesmo tempo, também são eminentemente políticas, o que faz com que sua acomodação num texto acadêmico seja um tanto quanto incômoda, na medida em que ainda existe uma forte tendência a atrelar a produção de conhecimento acadêmico com uma “imparcialidade objetiva” herdeira da longa tradição positivista que dá origem às ciências sociais. Apesar disso, muitos esforços têm sido feitos nas últimas décadas para vincular de maneira explícita reflexões políticas e teóricas, que permitam também considerar a experiência de vida de pesquisadores e pesquisadoras como um elemento importante na produção de conhecimento. Neste caso, me refiro especialmente - mas não só - às contribuições feministas, cuja premissa de “o pessoal é político” poderia ser expandido a “o pessoal-político precisa também ser teorizado”.

Esta pesquisa não trata diretamente da minha experiência de vida, mas acredito que, como toda pesquisa, só é possível por causa dela. Por isso, é necessário situar meu lugar no mundo, o olhar que pauta a escrita e de que maneira estão relacionados com meu problema de pesquisa. Mesmo que eu considere que o que está escrito aqui não seja dito somente por mim, na medida em que coloca tantas pessoas em diálogo, assumo que a edição do material e a maneira como estão encadeadas as ideias segue à minha própria lógica de observação, que por isso mesmo, precisa ser explicitada. As escolhas narrativas, por mais que tragam muitos elementos empíricos, não deixam de criar uma ficção, ou uma maneira específica de olhar o mundo, situada e datada. Considero que, quanto mais explícito o lugar de enunciação, mais sincera será a produção do conhecimento que se propõe compartilhar. Por isso começo aqui falando de mim, da minha trajetória pessoal que permite compreender meu lugar de fala; e em seguida apresento o percurso teórico que me permitiu chegar a este problema de pesquisa – ambos processos bastante entrelaçados. Quiçá resulte um pouco extensa esta apresentação, mas considero importante na medida em que permite compreender

uma série de elementos da análise.

Eu nasci na Nicarágua, de mãe e pai nicaraguenses, e lá permaneci durante meus primeiros três anos, que por sua vez, coincidiram com os últimos três anos da Revolução Sandinista. No fatídico ano de 1990, o ano em que a Revolução terminou, fui embora com minha mãe para a Bélgica, onde ela foi estudar com uma bolsa de estudos decorrente de vínculos internacionais de solidariedade com a Nicarágua que, como veremos mais adiante neste trabalho, existiam em grande quantidade na Europa e Estados Unidos naquele momento. Nos cinco anos em que permanecemos na Bélgica, outros nicaraguenses estavam estudando na mesma universidade, assim como pessoas de outros países da América Latina, muitas delas vinculadas com movimentos sociais e uma trajetória de esquerda. Isto gerou uma comunidade que me permitiu manter, ao longo da infância, referências culturais fortemente vinculadas a um imaginário intelectual revolucionário latinoamericano, provavelmente de maneira mais marcada inclusive que se tivesse permanecido na Nicarágua. Desse momento resultou a relação de minha mãe com um brasileiro, que me adotou, e pela qual viemos morar no Rio Grande do Sul a partir dos meus 8 anos de idade. A partir de então, me adaptei facilmente à vida no sul, sem manter rastros de sotaque do espanhol, e praticamente nunca sendo percebida como estrangeira, a não ser em momentos que envolvessem a apresentação de documentos. Quando menciono minha origem, a reação é de surpresa e estranhamento, pois dificilmente brasileiros conhecem algo sobre a geografia ou a história da Nicarágua, ou sequer conhecem sua existência.

Em 2007, quando estava na metade do curso de ciências sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quis voltar à Nicarágua, me reaproximar, mais além das curtas viagens de férias cada vez mais esporádicas. Afinal, cada vez menos eu mesma sabia dizer algo sobre a existência da Nicarágua, permanecendo em ideias que se pareciam cada vez mais a um folclore imaginado. Aos poucos, minha família materna tinha migrado para o Rio Grande do Sul, deixando para trás um país no qual era cada vez mais difícil manter um trabalho de acordo com o que se tinha estudado, ou mesmo seguir estudando o que se tinha escolhido. O principal vínculo que nos fazia falar da Nicarágua eram histórias vinculadas à Revolução Sandinista, e principalmente à história de meu tio, morto na guerra em 1984, na véspera das primeiras eleições livres do país, nas montanhas onde a contra-revolução armada pelo governo estadunidense impedia que o

processo de libertação fosse completo, na guerra que maculava a experiência de “poder tocar o céu com as mãos”, de poder fazer tudo aquilo que se quisesse, de reconstruir totalmente um país novo. Esse foi o imaginário com o qual cresci, e que me marcou profundamente, mesmo que acompanhássemos eventualmente as notícias sobre a Nicarágua, mesmo que eu soubesse que tudo tinha mudado nos dezessete anos que já tinham se passado desde que fomos embora, mesmo que eu tivesse lido todas as novelas e relatos autobiográficos de escritores e escritoras que estiveram profundamente envolvidos no processo revolucionário e que diziam, agora, que aquela era uma *revolução perdida*<sup>1</sup>.

Mas eu queria ver com meus próprios olhos, re-conhecer, saber o que estava acontecendo, poder ter uma opinião própria sobre aquele lugar, sobre aquela história. Portanto, em 2007 fui trabalhar e estudar na Nicarágua por um semestre, cursei algumas disciplinas na universidade jesuíta, e trabalhei como voluntária numa organização não governamental (ONG) internacional que financiava dezenas de organizações nicaraguenses, em diferentes regiões do país, em projetos que promoviam “participação cidadã e governabilidade”.

Ao longo desse período, três elementos me chamaram muito a atenção, e merecem ser retomados aqui pois explicam, em grande medida, a construção do problema de pesquisa desta dissertação. O primeiro deles foi o perceptível crescimento da polarização de posições no debate político do país. A *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), partido que tinha estado à frente da Revolução Sandinista na década de 1980, tinha voltado ao poder em 2006, após 16 anos como oposição, e ao longo de 2007 foram se estabelecendo as bases do que permaneceria sendo o novo estilo de governar do partido, fortemente marcado pela centralização de poder na figura do presidente Daniel Ortega e de sua esposa, Rosario Murillo, e pelo descumprimento de uma série de premissas institucionais do funcionamento do Estado. Descreverei os principais elementos e desdobramentos desse processo ao longo deste trabalho, porém o que quero recuperar aqui é o estranhamento que tive ao tentar entender o funcionamento da política partidária do país, pautada aparentemente pela polarização pró e anti sandinista, mas também

---

<sup>1</sup> Referência ao livro *La Revolución Perdida* (2004, do padre e poeta Ernesto Cardenal, expoente da teologia da libertação, envolvido com a Frente Sandinista de Libertação Nacional desde o período insurrecional e ministro da cultura ao longo da década de 1980.

visivelmente carregada de relações pessoais na relativamente pequena<sup>2</sup> rede de poder no país, que incluía ainda um importante grupo de pessoas que haviam rompido sua relação com o partido após a revolução e atuam agora principalmente em organizações de sociedade civil.

O segundo elemento importante foi minha surpresa frente à grande quantidade de organizações internacionais de diversas origens financiando projetos de desenvolvimento: desde as mais famosas agências multilaterais, como Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passando por agências de cooperação bilaterais das embaixadas de diversos países, até ONG's internacionais e grupos de solidariedade vinculados principalmente a igrejas. Por todos os lados, textos e falas justificando a presença massiva de recursos internacionais, invariavelmente iniciando com a frase: “a Nicarágua é o segundo país mais pobre da América Latina”. Aos poucos, fui percebendo que a cooperação internacional, como se chamava de maneira corriqueira o conjunto daquelas organizações, era praticamente a única fonte de financiamento das organizações sociais nicaraguenses, tanto da sociedade civil, quanto das próprias instituições estatais. A dimensão da importância política e econômica da cooperação internacional na Nicarágua me surpreendeu, uma vez que esta é comparável com poucos países no mundo, sendo um dos países que recebeu maior volume de recursos<sup>3</sup> de Ajuda Internacional para o Desenvolvimento (AID) no continente americano nas últimas décadas. Era evidente que essas organizações eram parte central das relações de poder na Nicarágua, e seus discursos sobre democracia, participação e desenvolvimento pareciam permear todos os debates políticos e conceituais aos quais tive acesso, fosse em ambientes de trabalho, na universidade ou em conversas com amigos. Ao mesmo tempo, eu percebia que existia uma diversidade de ideias e iniciativas que não cabiam naquela polarização e simplificação, mas não as encontrava na escassa produção teórica das ciências sociais nicaraguenses.

O que me leva ao terceiro elemento que me chamou muito a atenção no meu retorno à Nicarágua: observar a precariedade de espaços de produção acadêmica na área de ciências sociais no país. Minha referência era a experiência no sul do

---

<sup>2</sup> Especialmente se comparada ao Brasil, que era naquele momento minha principal referência.

<sup>3</sup> Juntamente com Bolívia e Haiti na América Latina, e Moçambique na África, a Nicarágua é um dos países que chegou a ser chamado de “mimado” pela cooperação (O'NEILL, 2004).

Brasil, que, com todas as deficiências que possa ter, contrasta enormemente em termos de recursos e abrangência com o que encontrei na universidade nicaraguense. A possibilidade de realização de pesquisa lá está, em grande medida, atrelada também ao financiamento de agências internacionais de desenvolvimento. O conteúdo destas pesquisas é geralmente constituído por demandas operativas de determinadas organizações sociais, nacionais e estrangeiras, e adota formatos principalmente de consultorias, avaliações e sistematizações de experiências. Isto não significa que estes estudos sejam de má qualidade, mas sim que estão limitados por determinados formatos e intencionalidades, com escasso espaço para elaborações teóricas mais densas. Observando este mesmo tema atualmente, após sete anos de contato e estudo sobre a realidade nicaraguense, posso afirmar que, com pouquíssimas exceções, a maior parte das pesquisas de caráter acadêmico e teóricas realizadas sobre a Nicarágua são elaboradas por estrangeiros ou nicaraguenses vinculados a universidades estrangeiras, escritas principalmente em inglês e dificilmente são traduzidas e publicadas no país<sup>4</sup>.

A partir destas observações, decidi aproveitar o estranhamento presente em meu olhar, e minha formação acadêmica para realizar, três anos depois, meu trabalho de conclusão do curso de ciências sociais, na UFRGS, sobre o programa de desenvolvimento no qual eu tinha trabalhado. A pesquisa, realizada no início de 2010, teve seu foco nos discursos da cooperação internacional sobre desenvolvimento e democracia, e nas concepções próprias que, eu esperava, as organizações nicaraguenses teriam sobre esses mesmos temas, mais além das pautas colocadas pela cooperação. O objetivo da pesquisa era “analisar em que medida, e como, as relações entre as instituições financiadoras internacionais e as organizações de sociedade civil [locais] geram os discursos e as práticas presentes nos projetos de desenvolvimento executados no país”, partindo da hipótese de que existiriam “diferentes possibilidades de relação entre as organizações de sociedade civil nicaraguenses e a cooperação internacional, nas quais existem margens para divergências e disputas sobre as concepções de desenvolvimento” (SARRIA, 2010, p. 10). A ênfase recaiu nas agências bilaterais e ONG's doadoras, seu papel na definição de uma concepção hegemônica de desenvolvimento e nos mecanismos

---

<sup>4</sup> Valiosas exceções são os esforços realizados pelo Instituto de História de Nicaragua y Centroamerica, o Instituto Nitlapán e a editora da Universidad Centroamericana, que têm realizado algumas traduções e publicações de pesquisas da área de ciências sociais originalmente publicadas em inglês.

através dos quais essa concepção se difunde e é adotada pelas próprias organizações sociais do país receptor.

Os resultados dessa pesquisa apontaram para o que chamei, naquele momento, de “um equívoco parcial” da minha hipótese, pois parecia haver poucas divergências entre os discursos de organizações nacionais e internacionais sobre desenvolvimento e democracia, prevalecendo as confluências e continuidades sobre os modelos a serem promovidos, em consonância com esquemas das agências de cooperação internacional, principalmente em termos de participação política e ideal de funcionamento do Estado. Apesar disso, as principais contradições pareciam acontecer vinculadas aos formatos através dos quais a “ajuda internacional” se dava, especialmente em questões burocráticas e administrativas que, por sua vez, estavam carregadas de implicações políticas e de relações de poder, e que eu caracterizei naquele momento como “mecanismos de imposição da lógica ocidental moderna, que em alguns sentidos destoa da realidade nicaraguense” (SARRIA, 2010, p.13).

Foi no desenrolar dessa pesquisa que encontrei na vertente do pós-desenvolvimento um escopo conceitual que me permitiu aprofundar minha análise e compreender o desenvolvimento como um macro-discurso agindo de maneira transnacional. Autores como Gilbert Rist (1996, 2002), Arturo Escobar (1996) e David Mosse (2005) me permitiram, respectivamente, caracterizar a ideia de desenvolvimento como um conjunto de “crenças da modernidade”, entender de que maneira estas se aplicam a um “terceiro mundo inventado” e visualizar os mecanismos de funcionamento da “nova arquitetura da ajuda” em sua dimensão internacional. Essa literatura também iniciou a possibilidade de eu considerar minha pesquisa em termos etnográficos, permitindo não só entender a inserção que tive ao trabalhar no programa e as relações que derivaram disso como fontes de informação válidas e ricas para análise, mas também estimulando a utilização de certas categorias caras à antropologia, como as noções de crença (RIST, 1996) e dádiva (HOFFMAN, 2008; SILVA, 2008) para analisar relações tão próprias da racionalidade da política, como é a própria democracia.

Após finalizar o curso de graduação, tive experiências de trabalho tanto na Nicarágua, quanto na Guatemala, contratada por uma ONG internacional para

colaborar em projetos de promoção de participação e incidência política<sup>5</sup>, em posições que me permitiram contato tanto com a cooperação internacional, quanto com redes de organizações em nível nacional, e organizações de base em alguns territórios<sup>6</sup>. Este período me permitiu entender muito mais sobre as dinâmicas históricas e econômicas centro-americanas, o funcionamento das organizações nacionais e as limitações enfrentadas pelas organizações locais. Essa experiência também foi importante para vivenciar as contradições implicadas em ter que assumir e reproduzir determinados discursos que podem ser mais fácil e comodamente delimitados e classificados durante a prática acadêmica, e certamente teve impactos em qualquer análise feita posteriormente.

Da mesma maneira, esse período me permitiu uma compreensão bastante mais aprofundada sobre as dinâmicas políticas da Nicarágua e as implicações que estava tendo a volta da FSLN ao poder. Durante a pesquisa do trabalho de conclusão de curso não tive condições de incorporar à análise alguns elementos importantes da relação conflituosa entre cooperação internacional, organizações de sociedade civil e o governo. Isso se deveu tanto às minhas limitações de espaço, quanto ao fato de serem fenômenos muito recentes. Já no momento da definição do problema desta pesquisa, em 2014, estas questões não puderam mais ser relevadas. Apesar de ter passado a me interessar mais especificamente por organizações de mulheres rurais, por motivos que explicarei em seguida, meu foco permanece sendo sobre os discursos de desenvolvimento que atuam no país. Portanto compreender o papel do Estado, e especialmente da FSLN, na consolidação destes discursos é fundamental.

De 2007 até agora ocorreram uma série de importantes processos regionais e nacionais que levaram a transformações as quais, por sua vez, remetem a um

---

<sup>5</sup> O foco dos trabalhos, em ambos países, se dava na implementação de processos de orçamento participativo e auditoria social em municípios eminentemente rurais. Para isso, é interessante mencionar que o fato de ter estudado em Porto Alegre, especialmente algumas experiências vinculadas com o orçamento participativo (OP), foram decisivos para minha contratação, já que a experiência portoalegrense sempre era vista como uma referência internacional. Isto é interessante para se pensar o Brasil como polo de exportação de tecnologias sociais na região e a ascensão destes mecanismos de governança em formatos replicáveis em projetos de cooperação internacional.

<sup>6</sup> Território é um termo utilizado no âmbito dos projetos de desenvolvimento para se referir ao local no qual são executados. Acho interessante ressaltar a noção de distância e de deslocamento que seu uso produz ao ser recorrente nos escritórios onde se realiza o trabalho administrativo, sendo que quando se fala desde a capital nacional, o termo se aplica aos municípios do interior, e já nos municípios, refere-se às comunidades (rurais ou urbanas) nas quais as atividades dos projetos são realizadas.

passado recente que precisa ser evocado. Por um lado, estão questões geopolíticas, como a emergência de governos considerados de esquerda no continente; a consolidação da Venezuela como ponto de referência nessa polarização regional, a partir da constituição da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) em 2004; e o crescente processo de retirada da cooperação internacional da América Latina, devido principalmente à crise econômica de 2008 e a mudanças de direcionamento do foco da AID, concentrando seus recursos em países da África e Ásia. Por outro lado, cada um destes elementos está vinculado com fatores internos da Nicarágua, como as condições que levaram à eleição de Daniel Ortega para presidente; o caráter populista de sua administração; o vínculo de cooperação econômica estabelecido por este com o governo venezolano de Hugo Chávez; a implementação de políticas sociais de redistribuição de riquezas; e os conflitos políticos existentes entre o governo neosandinista<sup>7</sup> com agências de cooperação internacional, incluindo condenações públicas recíprocas. Todos estes fatores influenciam diretamente o campo de definição e execução de projetos de desenvolvimento, na medida em que se alteram os discursos sobre o que é desejável como desenvolvimento, assim como as alianças político-econômicas que definem as possibilidades de financiamento, e portanto de atuação, das organizações sociais do país. Os debates sobre a (dificuldade de) autonomia das organizações sociais nicaraguenses levaram cada vez mais, apesar de timidamente, à necessidade de se questionar sobre o tipo de desenvolvimento que o trabalho dessas organizações estava promovendo e de que maneiras.

Este foi o ponto de partida do problema de pesquisa desta dissertação. Me interessava perceber como estas mudanças estavam afetando as organizações nicaraguenses, e de que maneira elas tensionavam os discursos sobre o que seria e como alcançar o *desenvolvimento*. Ao longo da minha pesquisa anterior e do período em que trabalhei na Nicarágua, havia me chamado a atenção a quantidade de organizações de mulheres e organizações feministas que existem no país, e seu protagonismo nos debates públicos sobre diversos temas. Isto se somava ao peso do “tema de gênero” em todos os projetos de desenvolvimento com os quais tive

---

<sup>7</sup> Ao longo do texto, utilizarei o termo neosandinista para me referir especificamente à gestão da FSLN a partir de sua eleição em 2006, para diferenciar do período da revolução sandinista da década de 1980 e da denominação de sandinista como uma identidade política que vai além da vinculação com o partido, como ficará explícito no primeiro capítulo desta dissertação. Esta denominação já foi utilizada por Spalding (2009).



contato, um elemento importante ao qual não pudera dar a devida atenção até aquele momento. Nesse mesmo período, se deu também meu envolvimento pessoal e político com o feminismo, passando a sentir a necessidade de incluir esse olhar em qualquer análise que me propusesse a fazer, e despertando meu interesse em pesquisar organizações de mulheres e/ou feministas.

Ao revisar a experiência de trabalho que tivera até o momento de definir o foco da minha pesquisa de mestrado, decidi levar em conta ainda outro elemento característico da maior parte da população com a qual tivera contato até então, mas raramente problematizado: a ruralidade. A Nicarágua é um país eminentemente rural, o país com menor densidade populacional na região, com municípios muito extensos, comunidades rurais distantes umas das outras e uma precária infraestrutura viária que conecta estes lugares. A maior parte dos projetos de desenvolvimento é executado com populações rurais, principalmente porque estas são as que apresentam maiores índices de pobreza no país. No entanto, as especificidades das dinâmicas sociais do campo e a implicação destas na vida das pessoas geralmente não são levadas em conta, a não ser que sejam projetos especificamente vinculados com produção agrícola ou acesso à terra. Portanto, decidi focar minha análise em organizações de mulheres rurais, buscando perceber como elas se relacionam com os discursos de desenvolvimento que as apresentam como principal público-alvo das políticas de combate à pobreza.

Por sua vez, as escolhas teóricas realizadas ao longo do mestrado me permitiram ampliar a crítica à maneira como os discursos de desenvolvimento constroem a si mesmos e uma ideia específica de *mulher rural*. Assim, além de considerar os efeitos dos mecanismos através dos quais operam, no sentido proposto por Ferguson (1990) ou Escobar (1996), também incorporo em meu olhar as críticas de autores pós-coloniais e da modernidade/colonialidade/decolonialidade. Na medida em que assumo que os macro-discursos sobre desenvolvimento estão pautados por uma lógica ocidental e moderna, faz-se necessário retomar, ainda que de maneira breve, a maneira como se constroem estas duas categorias e, de acordo com as contribuições teóricas apontadas acima, explicitar o quanto o ocidental só é possível a partir da construção de um *outro* não-ocidental (HALL, 2003; SAID 2007), e o quanto a modernidade está baseada em relações de colonialidade que implicam determinados mecanismos de construção de subalternos (QUIJANO, 2005; SPIVAK, 2010). Ao longo da análise, incorporo também contribuições vindas do feminismo: por um lado, de autoras vinculadas ao feminismo pós-colonial (MOHANTY 2008a; SPIVAK,

2010), que me ajudam criticar a maneira como esses discursos criam uma visão monolítica das mulheres do terceiro mundo, mas também evitando cair na armadilha de – dando continuidade a essa visão – considerá-las como vítimas dos projetos de desenvolvimento; por outro lado, e em diálogo com esta visão, assumo a proposta de pensar a categoria de mulher a partir da interseccionalidade, levando em conta diferentes marcadores sociais de diferença, construídos de maneira contingente, histórica e relacional, considerando que “mulher’ não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria careça de sentido.” (BRAH, 2006, p. 341).

A partir da conjunção de todos estes elementos, meu problema de pesquisa ficou sendo, então, analisar como os macro-discursos sobre desenvolvimento que operam na Nicarágua afetam os discursos de duas organizações de mulheres rurais no país, buscando perceber as particularidades destas últimas de acordo com as dinâmicas locais de seus trabalhos. Levando em consideração as mudanças no contexto de financiamento de projetos de desenvolvimento no país, e as relações estabelecidas com os atores nacionais e internacionais que atuam nesse âmbito, meu objetivo era perceber como essas organizações de mulheres rurais estabelecem suas próprias estratégias em relação ao que elas entendem por desenvolvimento.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A maneira como esta pesquisa foi realizada e a seleção das organizações que foram analisadas parte de determinadas escolhas que devem ser explicitadas. A primeira delas foi a escolha por realizar uma aproximação etnográfica. O objetivo era dedicar um olhar mais atento a relações cotidianas, a construções subjetivas e tirar o foco da análise da normatividade institucional. Na medida em que me proponho a analisar o efeito de grandes discursos sobre desenvolvimento na ação política de mulheres em espaços rurais, tenho necessariamente que levar em conta as relações de poder presentes na definição das ações que estarei observando, e isto implica numa grande probabilidade de que os espaços e relações institucionais me permitam observar uma dinâmica limitada, na qual provavelmente os grandes discursos têm mais presença e poder. Baseando a construção do meu problema de pesquisa numa linha teórica feminista, minha hipótese teria que levar em consideração o âmbito privado, ou ao menos espaços não formais e institucionais,

como espaços importantes na construção de outros discursos e estratégias de ação destas mulheres. Em outras palavras, considero que eu não poderia acreditar demais no que eu observasse em relações institucionais; não porque fosse falso ou menos válido, apenas porque provavelmente seria parcial e insuficiente em se tratando de relações de poder claramente definidas através da institucionalidade.

Estabelecendo uma relação com as principais linhas teóricas que me trazem até este problema de pesquisa, a escolha por realizar uma etnografia permite aprofundar os debates teóricos em diferentes sentidos. Por um lado, as análises críticas dos processos de desenvolvimento têm investido cada vez mais na realização de etnografias de projetos de desenvolvimento, buscando evidenciar de que maneira operam as relações de poder, tanto no âmbito das organizações e redes internacionais, quanto no âmbito de execução local dos projetos (FERGUSON, 1990; LI, 2007; MOSSE, 2005). O caráter etnográfico constitui aqui o acompanhamento de atores vinculados a estas ações institucionais, frequentemente vinculado a estudos nos quais os pesquisadores têm também vínculos de trabalho que lhes permitem diferentes tipos de “observação participante reflexiva” (MOSSE, 2013). O fato de projetos de desenvolvimento “acontecerem” em diferentes lugares, e implicarem portanto o trânsito entre diferentes esferas, leva a uma contraposição com o caráter fortemente localizado da etnografia clássica. Nesse sentido, estabelece-se um debate sobre o caráter multi-situado destas etnografias, que mesmo se “pode não necessariamente abandonar a perspectiva do subalterno, está comprometida a mudar o foco de atenção para outros domínios de produção cultural e, no limite, desafia esta posição frequentemente privilegiada da perspectiva etnográfica” (MARCUS, 1995, p. 101, tradução nossa).

A maior parte destes estudos tem sido realizada por acadêmicos europeus em países asiáticos ou africanos. Alguns estudos foram realizados em países da América Latina (EYBEN, 2005; ESCOBAR, 2007; DE VRIES, 2012), mas não tenho conhecimento de trabalhos nesse sentido realizados na América Central, e especialmente na Nicarágua. Considerando, como mencionado anteriormente, o elevado volume de recursos de cooperação internacional destinados à Nicarágua, em diferentes momentos de sua história, faz-se relevante contribuir à construção dessa abordagem teórica com uma pesquisa etnográfica realizada nesse país.

Apesar das análises de autores da antropologia do desenvolvimento serem um dos meus pontos de partida, pois me permitem compreender como se consolidam discursos sobre desenvolvimento que afetam diretamente as mulheres

rurais na Nicarágua, esta perspectiva não dá conta do que me propus a estudar aqui, uma vez que

Sob esse ponto de vista, uma característica marcante da cooperação para o desenvolvimento é sua autorreferencialidade: mais que remeter ao desenvolvimento das condições de vida de agricultores camponeses, comunidades pobres e outros “clientes” do aparato da cooperação, as práticas das agências, consultores e demais atores remeteriam à sua própria autorreprodução e inércia organizacional. Os recebedores da cooperação – estes, entendidos como situados na escala local – são vistos como englobados por essa lógica sistêmica mais ampla, seja passivamente enquanto subalternos (Escobar, 2001) ou submetidos à tutela de experts (Li, 2007), ou de modo mais ativo enquanto *brokers* (Lewis; Mosse, 2006) ou *courtiers* (Bierschenk; Chauvneau; Olivier de Sardan, 2000). (CESARINO, 2014, p. 28)

Foi provavelmente querendo lidar com essa limitação que me propus a colocar meu olhar não tanto nas agências de cooperação, mas nas *beneficiárias* que elas tanto anunciam em seus projetos de desenvolvimento. Isto me leva à contribuição da perspectiva de feministas pós-coloniais em minha análise<sup>8</sup>, uma vez que provocaram importantes reflexões epistemológicas sobre como não reproduzir discursos colonizadores no momento de realizar um estudo, evitando entender as mulheres como um grupo ou categoria coerente antes de entrar ao “processo de desenvolvimento”, que teria determinadas necessidades insatisfeitas devido à “falta de sensibilidade das políticas de desenvolvimento, que excluem as mulheres como grupo ou categoria” (MOHANTY, 2008a, p.11, tradução nossa).

A proposta analítica remete a um cuidado na análise das relações locais, nos processos subjetivos e nas relações de poder que constroem o que é ser mulher nos contextos estudados, para evitar uma banalização da identidade de subordinação *a priori*, homogeneizando o que seria *uma* mulher de cor, mulher do terceiro mundo, ou, neste caso a mulher rural nicaraguense receptora de projetos de desenvolvimento. Realizar uma etnografia que permita compreender a complexidade da conformação dessas identidades, e o papel dos discursos de desenvolvimento nesse processo, faz parte do exercício de análise, e, de novo, da tentativa de contribuição deste estudo para a produção teórica já existente neste sentido.

---

<sup>8</sup> Mesmo que não vinculado a estudos feministas, McFarlane (2006) chama a atenção para a importância de aproximações entre estudos sobre o desenvolvimento – em seu caso, a partir da geografia – e estudos pós-coloniais, entre outros motivos devido a que “[...] as políticas de conhecimento em estudos sobre desenvolvimento falham ao se referir a como o conhecimento subalterno é traduzido e usado em estratégias de desenvolvimento, e talvez seja aqui onde se encontre a contribuição mais central de estudos pós-coloniais à tradução ético-política das redes transnacionais de desenvolvimento.” (p.36, tradução minha).

Partindo destas premissas, a escolha dos locais de pesquisa teve seu próprio processo. Primeiramente, escolhi realizar a pesquisa em mais de uma organização de mulheres rurais nicaraguenses para evitar que a pesquisa se convertesse em um estudo de caso. Isto não significa que as experiências aqui narradas e analisadas possam ser amplamente generalizadas, mas minha intenção era pegar dois processos organizativos diferentes, que permitissem explorar certa heterogeneidade nas maneiras como mulheres oriundas do meio rural se relacionam com os projetos de desenvolvimento nos quais elas são apresentadas como beneficiárias de maneira bastante homogênea.

A história recente da Nicarágua está marcada por um forte processo organizativo popular, durante a Revolução Sandinista, e uma posterior consolidação e institucionalização dessas organizações, ao longo das décadas de 1990 e 2000, processos que serão analisados mais adiante. Neste momento, interessa ressaltar que o resultado disto é a existência de uma ampla variedade de organizações que trabalham para a promoção do desenvolvimento, e muitas delas compostas por, e destinadas a trabalhar com mulheres rurais. Portanto, selecionar apenas duas organizações implicava em estabelecer certos critérios. Entre a enorme gama de organizações existentes, há certas diferenciações que criam algumas categorias entre elas, cujas razões e consequências também serão analisadas mais adiante. De maneira simplificada, poderíamos dizer que existe uma diferença clara entre, por um lado, organizações que se reconhecem com um caráter de agremiações de base, onde se incluem sindicatos, cooperativas e associações, e por outro lado, organizações caracterizadas como ONG's ou fundações, que teriam um caráter mais *top-down*<sup>9</sup>. Apesar dessa diferença de origem, ao longo das últimas duas décadas a maioria destas organizações encontrou na presença massiva de recursos de ajuda para o desenvolvimento uma de suas únicas fontes de sustento econômico, o que, segundo minha hipótese inicial de trabalho, levaria a alguma homogeneização dos discursos sobre desenvolvimento e estratégias de ação das organizações.

Por essa razão, selecionei duas organizações com diferentes origens, de

---

<sup>9</sup> Esta diferenciação incluiria principalmente a composição da organização e sua forma de trabalho: por um lado, organizações *de* populações com certa origem social – neste caso, mulheres do campo –, e por outro lado organizações conformadas para trabalhar *com e para* essas populações. Portanto, estão implícitas nesta diferenciação tanto uma questão de classe, quanto de estratégia de atuação. No entanto, considero que esta distinção incorre em simplificações que não necessariamente se sustentam no momento da análise, e que ambos tipos de organizações compartilham muito mais do que acreditam, conforme argumentarei no segundo e terceiro capítulo desta dissertação.

acordo à diferenciação anteriormente apresentada: uma federação de cooperativas, e uma ONG. E um dos critérios foi, portanto, que ambas recebessem recursos de organizações de cooperação internacional há um tempo considerável – no caso, desde sua fundação, me meados da década de 1990.

No caso da *Federación Agropecuaria de Cooperativas de Mujeres Productoras del Campo de Nicaragua* (FEMUPROCAN), tive contato inicialmente com a instância administrativa a nível nacional, localizada em Manágua, que se dispôs a intermediar o contato com as cooperativas de base. O fato de a Federação estar composta por 75 cooperativas em diferentes lugares do país me levou a delimitar a região na qual centraria a pesquisa, que no caso foi o departamento<sup>10</sup> de Matagalpa, na região centro-norte, onde estavam localizadas algumas das primeiras cooperativas que deram origem à Federação. Inicialmente minha intenção era selecionar apenas uma cooperativa para realizar a pesquisa; no entanto, ao apresentar os objetivos de minha pesquisa às responsáveis pela coordenação nacional da Federação, mencionando meu interesse por conhecer concepções locais de desenvolvimento e a relação com discursos e projetos internacionais de desenvolvimento, elas me sugeriram a possibilidade de levar em conta duas cooperativas, em dois municípios diferentes do departamento escolhido, que se destacam por diferentes motivos.

A primeira cooperativa indicada, no município de Rio Blanco, se caracterizaria pela alta capacidade administrativa de um grupo de mulheres que, além da cooperativa, vinculada a questões produtivas e econômicas, também mantêm uma “Casa da mulher”, um espaço de acolhimento e apoio jurídico a mulheres que enfrentam situações de violência familiar ou pública por questões de gênero. Esta cooperativa, além de ser parte da Federação, me foi indicada por ter uma considerável capacidade de mobilização de recursos através de seus próprios vínculos com outras organizações locais, nacionais e internacionais, especialmente no formato de apadrinhamento, mas também de projetos de desenvolvimento. A segunda cooperativa indicada, no município de Terrabona, seria mais frágil administrativamente, mas estaria participando de um grande projeto do governo

---

<sup>10</sup> Departamento é a unidade administrativa que divide as regiões do país, intermediária entre as instâncias nacionais e as municipais. Esta divisão é principalmente geopolítica, e conta com uma escassa autonomia em termos financeiros e administrativos, não contando com a figura de governador, nem com uma estrutura legislativa. A categoria de departamento é exclusiva da região do Pacífico, diferenciando-se das duas grandes Regiões Autônomas do Atlântico, Sul e Norte, às quais se aplicam outras regras, devido a características históricas socio-culturais dessas regiões.

nacional em aliança com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para a instalação de um polo de processamento de hortaliças, produtos característicos da região. Neste caso, o interessante seria ter acesso a esta nova modalidade de projetos que estão sendo executados no país, com maior participação do governo nacional e vínculo com grandes agências do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), sem a intermediação de ONG's internacionais.

Minha escolha foi por estabelecer contato com ambas cooperativas e a partir de uma observação inicial, decidir em qual delas manteria a pesquisa. No entanto, na medida em que realizei a esta aproximação, percebi que haveria certa riqueza em manter ambas cooperativas na pesquisa. As semelhanças nas trajetórias daquelas mulheres, apesar das diferenças contextuais de cada município – mesmo pertencendo à mesma região, estes municípios têm economias, composições políticas e estruturas agrárias bastante distintas –, e as diferenças na trajetória organizativa de cada uma, me permitiam visualizar a diversidade de elementos que influenciam na definição dos discursos e estratégias de desenvolvimento adotados localmente. Ao mesmo tempo, fui percebendo a importância de entender como cada uma destas instâncias locais se relaciona com a instância nacional da Federação, as relações, o trânsito de pessoas e de recursos e discursos aí implicadas. Portanto, poderíamos dizer que a “unidade” de análise neste caso seria a figura da Federação, a partir de alguns elementos da instância nacional e das duas cooperativas que a compõem, que é como as apresento mais detalhadamente no capítulo 3.

Por outro lado, também realizei esta pesquisa junto à *Fundación Entre Mujeres*, com caráter jurídico de ONG, que tem seu principal foco de atuação em áreas rurais da região norte, especialmente no departamento de Estelí. Em termos administrativos, seu escritório e principal centro operativo está localizado na cidade de Estelí, capital do departamento. No entanto, sua base territorial, onde se encontram mulheres vinculadas à ONG – que, por sua vez, possuem suas próprias estruturas organizativas, incluindo cooperativas – se encontra em seis municípios da região. Neste caso, minha inserção se deu principalmente através da convivência em atividades realizadas no escritório central, no qual frequentemente estavam presentes mulheres das diferentes comunidades alcançadas pela organização. Apesar de também ter realizado visitas de campo a algumas comunidades rurais em diferentes municípios, a “unidade” de análise é a Fundação e uma série de relações locais que a constituem.

Portanto, esta pesquisa foi realizada em duas organizações de mulheres rurais, em três locais: dois municípios com cooperativas vinculadas à Federação – Río Blanco e Terrabona -, e a região de atuação da Fundação – com sede em Estelí, conforme Figura 1. Em cada um deles, foram realizadas três visitas de campo, que foram aumentando gradualmente em termos de tempo: inicialmente, uma visita apenas para apresentação, para falar sobre os objetivos da pesquisa e estabelecer um calendário de visitas; posteriormente, três dias de observação e participação nas atividades cotidianas de cada organização (incluindo oficinas, visitas de campo e reuniões internas); e na terceira visita, aproximadamente uma semana de observação, participação e atividades, e visitas a comunidades. Além disso, também foram realizadas entrevistas com algumas das mulheres que compõem as organizações no campo, e com as diretoras de cada uma das organizações. No caso da Federação, isto implica que foram realizadas também entrevistas com a presidente e a vice-presidente no município de Manágua.

Figura 1 – Mapa político da Nicarágua e detalhe dos municípios onde foi realizada a pesquisa



Considerando que esta pesquisa pretendeu também levar em conta os discursos de organizações de cooperação sobre mulheres rurais, foram realizadas também entrevistas com funcionários de organizações internacionais de promoção do desenvolvimento que apoiam econômica e politicamente as duas organizações pesquisadas. Apesar de estas entrevistas não serem o principal foco da análise deste trabalho, elas me permitiram compreender de maneira mais aprofundada diferentes elementos da relação entre estas organizações, e como estas relações são relevantes para construir ideias sobre o que é ser *mulher rural*, e o que é



necessário e desejável, segundo uma determinada lógica, para *mulheres rurais*. Portanto, o principal objetivo destas entrevistas foi o de compreender como e por que determinadas organizações de cooperação internacional consideraram relevante apoiar o trabalho destas organizações de mulheres rurais na Nicarágua, e de que maneira pautaram seu trabalho com elas.

Nesse mesmo sentido, considere relevante levar em conta a posição do atual governo sandinista sobre suas próprias políticas voltadas às mulheres rurais, e para isso estive em contato com funcionários responsáveis pela execução de políticas que se vinculassem às organizações pesquisadas. Atualmente, a instância governamental que mantém maior relação com cooperativas e organizações de base no campo é o Ministério de Economia Familiar, Comunitária, Cooperativa e Associativa (MEFCCA), responsável pela execução das políticas vinculadas à pequena produção rural e à distribuição do Bono Productivo, principal política de redistribuição de renda, que explicarei mais adiante. Minhas interações com funcionários do governo se deram principalmente no âmbito local, em cada município, na medida em as atividades com cada uma das organizações pesquisadas me levou a isso, e não com o caráter de entrevistas formais. A única entrevista formal foi realizada na cidade de Manágua já no final da minha estadia de pesquisa, devido a diversas dificuldades para estabelecer uma relação direta com a instância central do ministério<sup>11</sup>.

Dentro da maneira como escolhi organizar o texto, trechos de entrevistas começam a aparecer como fonte de informação antes de que eu me detenha para apresentar melhor as organizações estudadas. Nesses momentos, apresento da pessoa o que considero relevante para a compreensão do argumento, no entanto também considero necessário situar um panorama geral das entrevistas realizadas. Por isso, apresento aqui um quadro com a sigla dos nomes das pessoas, vinculação institucional, local e data de realização das entrevistas:

---

<sup>11</sup> Principalmente devido à informalidade e a precariedade institucional que se reflete na falta informação pública sobre a própria estrutura dos ministérios, assim como à desconfiança com a qual as instituições governamentais tratam qualquer pessoa que se aproxime solicitando informações sobre suas políticas.

Quadro 1 - Entrevistas citadas ao longo do texto

Nome	Organização	Município	Data
A.V.	FEMUPROCAN – Presidente de cooperativa	Río Blanco	01 de julho 2014
D.M.	FEM - Diretora	Estelí	23 de julho 2014
J.V.	FEM – vice diretora	Estelí	23 de julho 2014
M.A.	FEMUPROCAN – Vice- presidente de cooperativa	Río Blanco	03 de julho de 2014
M.R.	FEMUPROCAN – Presidente de cooperativa	Terrabona	09 de agosto de 2014
M.I., R.M., R.L., R.T., T.M.	Conselho de desenvolvimento da FEM	Estelí	5 e 6 de junho de 2014
M.V.	FEMUPROCAN - Presidente	Managua	07 de julho de 2014
M.R.	FEMUPROCAN – Vice- Presidente	Managua	07 de julho de 2014
R.H.	Coordenador da Campanha Crece, de Oxfam, na Nicaragua	Managua	14 de julho de 2014
R.P.	Ex-funcionária de Oxfam Canadá	Managua	11 de julho de 2014
Z.S.	Funcionária MEFCCA	Managua	19 de agosto de 2014

## 1.2 COM QUEM ESTOU FALANDO, OU DO POR QUÊ INCLUIR A REVOLUÇÃO NA ANÁLISE

Conforme explicado até aqui, minha pesquisa iniciou com o intuito de entender os impactos que uma série de mudanças no contexto vinculado a projetos de desenvolvimento na Nicarágua tiveram em organizações de mulheres rurais nos últimos sete anos. No entanto, no momento em que comecei a realizar meu trabalho de campo, percebi uma enorme dificuldade em estabelecer e manter esse limite temporal. A minha primeira visita a cada um dos municípios consistiu numa reunião com as integrantes<sup>12</sup> de cada organização para eu apresentar o tema e os objetivos da pesquisa, na qual eu frisava a importância da coincidência temporal entre a

<sup>12</sup> Apesar de a pesquisa ser realizada em organizações exclusivas de mulheres, em campo também interagi com alguns homens, que trabalham em posições administrativas ou técnicas em duas das organizações, ou também em atividades mistas e em entrevistas com representantes de organizações doadoras de recursos. No entanto, como a enorme maioria das pessoas com quem interagi em campo são mulheres, me referirei às interlocutoras sempre utilizando a linguagem no feminino, apenas indicando caso se trate do contrário.

retirada da cooperação internacional e o estabelecimento das políticas sociais do governo neosandinista, estabelecendo assim o contexto que levaria em conta para entender como aquelas mudanças teriam afetado o trabalho destas organizações, assim como as concepções de desenvolvimento que orientariam seu trabalho. O problema foi recebido como pertinente e relevante pelas minhas interlocutoras, já que ambos assuntos – a diminuição de recursos estrangeiros para financiar projetos e os efeitos das políticas sociais – são o pano de fundo e os principais desafios em suas atividades atuais.

No entanto, na medida em que eu me aproximava da dinâmica de funcionamento das organizações no cotidiano, percebi que as mudanças provocadas por esse contexto ainda são muito recentes, e as situações com as quais fui me deparando me levaram à necessidade de reconsiderar o recorte temporal da pesquisa. Apesar de a retirada da cooperação internacional ser um espectro que rondava as organizações que estava pesquisando, esse fenômeno ainda estava se fazendo palpável aos poucos, uma vez que o tipo de vínculo estabelecido com organizações doadoras funciona a médio prazo, e ainda não era necessariamente possível entender de que maneiras essa diminuição de recursos estava afetando o projeto político dessas organizações. Eu poderia me concentrar nesses processos recentes para fazer uma avaliação dos impactos imediatos que estavam tendo, como alguns estudos promovidos pela própria cooperação estavam propondo (BLANDÓN GADEA et al., 2013; LARRACOECHEA, 2011). Minhas interlocutoras estavam de fato bastante acostumadas a responder perguntas para estudos desse tipo, a sistematizações e avaliações, mecanismos comuns nos próprios projetos de desenvolvimento. No entanto, percebi que isto empobreceria a possibilidade de problematizar as relações implicadas na definição do que significa promover desenvolvimento para mulheres rurais.

Na medida em que observava as dinâmicas das organizações e conversava com as mulheres sobre os projetos e políticas de desenvolvimento, fui compreendendo melhor a dinâmica dos discursos pré-estabelecidos para se referir à cooperação internacional, às políticas governamentais e a suas próprias motivações de engajamento no desenvolvimento. Em relação à cooperação, são comuns posturas de agradecimento aos doadores pelos recursos que lhes permitem existir<sup>13</sup>,

---

<sup>13</sup> Uma parte importante da antropologia do desenvolvimento tem trabalhado a questão de como os discursos da cooperação internacional se apresentam supostamente como relações de dádiva,

apesar de existirem também críticas à interferência das agências em sua maneira de se organizar – prevalecendo fortemente a primeira posição se você é uma pessoa mais distante, e a segunda se você é uma pessoa mais próxima. Ao mesmo tempo, o vínculo de quase 20 anos com diversas agências de cooperação faz com que certos pressupostos sobre *como* promover o desenvolvimento estejam – ao menos aparentemente – profundamente estabelecidos, a ponto de ser difícil perceber questionamentos aos seus modelos. Desenvolvimento é uma palavra tão cheia de sentidos, e ao mesmo tempo tão esvaziada, além de tão pautada pelos projetos financiados pela cooperação, que fazer perguntas a seu respeito frequentemente dá a sensação de estar aplicando um questionário ao qual a pessoa está tentando responder da maneira correta<sup>14</sup>.

Em relação ao governo, há muitos silêncios. Falar do governo atual evoca com frequência a história pessoal e coletiva de vinculação com a Frente Sandinista, e o clima de polarização política do país faz com que as críticas ou reconhecimentos ao governo estabeleçam rapidamente posições pró ou contra nas quais muita gente se sente desconfortável, mas não consegue evitar. Nesse sentido, percebi uma série de cuidados em todas as mulheres com quem conversei, para saber de alguma forma qual era minha posição em relação à FSLN antes de se posicionar abertamente a respeito. Porém, o cuidado não tinha a ver apenas com a minha posição, e sim, muitas vezes, com contradições internas nas organizações e nas próprias mulheres. Na medida em que ficou claro para mim quem eram as mulheres com as quais estava me relacionando<sup>15</sup>, percebi que todas elas tinham estado engajadas de alguma forma durante a Revolução Sandinista, todas elas tinham estado vinculadas à FSLN desde muitos anos atrás.

Considero provável que essa vinculação seja uma tendência entre mulheres rurais *organizadas*, porém não necessariamente essa seja a constante entre as

---

buscando evidenciar a assimetria dessa suposição que leva a relações que estariam mais marcadas pela dívida (SILVA, 2008; MAWDSLEY, 2011).

<sup>14</sup> Foi curioso, ao longo do trabalho de campo, ver a reação das pessoas às minhas respostas quando praticamente me parabenizavam por morar no Brasil. A coincidência temporal do meu trabalho de campo com a realização da copa do mundo de futebol da FIFA fez com que esse assunto fosse bastante recorrente, e explicitava as posições de fascínio da maioria dos nicaraguenses sobre o Brasil como um país latinoamericano desenvolvido, um modelo a ser seguido, de crescimento econômico com justiça social. No momento em que eu desconstruía ou criticava essa visão, a reação mais comum era de confusão, e inclusive de certo desconcerto por estar apontando sérios problemas sociais decorrentes de um processo de desenvolvimento aparentemente tão exitoso. Explicitar esta posição me serviu, inclusive, como ponto de partida para acessar uma série de críticas internas aos projetos de desenvolvimento que estava pesquisando.

<sup>15</sup> Que serão apresentadas coletiva e individualmente nos capítulos 3 e 4 desta dissertação.

mulheres no campo, especialmente em algumas áreas do país nas quais a guerra afetou fortemente comunidades camponesas, como veremos no capítulo 2. Isto remete às falas das mulheres, ao retomar sua própria trajetória, de por quê estar *organizadas* e lutando por um desenvolvimento que incluísse as mulheres rurais. Nesses momentos, eram frequentemente evocadas histórias que remetiam a vinculações pessoais tanto com a Revolução, quanto com os efeitos dos projetos de cooperação, as oficinas, intercâmbios, reuniões e viagens que lhes permitiram se sentir empoderadas para falar; para deixar de se entender enquanto dona de casa e passar a se chamar de produtora rural; para enfrentar a violência doméstica a partir de outras referências, eventualmente inclusive se divorciando; para romper com a dependência e submissão em relação aos homens, tanto pessoal, como coletivamente.

Todos esses elementos eram evocados para falar sobre desenvolvimento. Eu não conseguia, portanto, me limitar a falar dos efeitos institucionais das mudanças nos fluxos de financiamento de projetos nos últimos sete anos. Estes elementos mudavam minha relação com o tempo. Neste ponto, talvez seja interessante retomar meu lugar de fala, para explicitar também os estranhamentos contidos no meu olhar e fazer uma ressalva metodológica importante: logo no início das visitas de campo, percebi que meu trabalho seria sobre uma determinada geração de mulheres, aproximadamente de 45 anos em diante, e não poderia ser facilmente estendido a outras faixas etárias. A questão geracional é um debate bastante presente na Nicarágua: é um país com uma maioria de população jovem, abaixo dos 30 anos, no entanto as organizações de sociedade civil estão marcadas pelo protagonismo de adultos acima dos 40 anos<sup>16</sup>, o que expõe uma brecha também vinculada com a experiência excepcional de organização política da geração mais velha.

Este fenômeno aparecerá apenas tangencialmente nesta pesquisa, pois não é meu foco de análise, porém o que me interessa resgatar aqui é minha posição enquanto uma pesquisadora jovem junto às mulheres pesquisadas. Uma série de iniciativas recentes<sup>17</sup> tem exposto o interesse da nova geração, à qual pertenço, em

---

<sup>16</sup> Este debate tem sido promovido cada vez mais por um debate internacional vinculado à promoção de participação política da juventude, e é fortemente pautado pelo trabalho de projetos de desenvolvimento com jovens, que se expressa no consecutivo surgimento de organizações juvenis (DÍAZ REYES, 2014).

<sup>17</sup> Chamo a atenção especialmente para os debates realizados por Diaz Reyes (2014), Pérez-Baltodano (2013) e o filme *Memorias del Fuego*, da diretora Gloria Carrión Fonseca, ainda em processo de edição.

revisitar a história das últimas décadas, especialmente buscando compreender os efeitos da Revolução Sandinista na nossa subjetividade política, histórias pessoais que são também expressão da experiência coletiva. As desigualdades econômicas da Nicarágua também fazem com que poucas pessoas tenham acesso à universidade, ou mesmo a outros espaços que lhes permitam retomar essa memória com ferramentas analíticas que tenham certa autonomia em relação aos discursos da cooperação e dos partidos políticos. Portanto, considero que a combinação de proximidade e distância da minha posição em relação ao problema de pesquisa do qual me propus a dar conta passa também pelo viés geracional que me permitiu ouvir as histórias que me foram contadas com certa familiaridade de quem já as ouviu<sup>18</sup> e o estranhamento de quem não as viveu.

Isso somado à já mencionada escassez de pesquisas e produções sobre o processo de organização das mulheres rurais<sup>19</sup> e sobre o estabelecimento dessas noções de desenvolvimento, me levou a sentir a necessidade de ampliar o alcance temporal do meu problema. Encontrar informações e opiniões sobre a história recente das organizações de mulheres rurais era fácil em conversas com todo tipo de pessoa, mas poucas haviam estado dispostas a olhar este tema mais detidamente, ou tido as condições para escrever sobre isto<sup>20</sup>. No entanto, para entender a complexidade das relações estabelecidas nessas organizações, para entender como aquela maneira de trabalhar o desenvolvimento tinha se estabelecido, para questionar a homogeneidade aparente do que estava sendo dito, para inserir na análise a complexidade das trajetórias e das lealdades que constroem certas posições políticas, certas demandas, certos compromissos, era necessário entender a história recente na Nicarágua, pelo menos desde 1979. Montoya corrobora esta escolha ao afirmar que “existe uma vasta literatura sobre mulheres e o Estado Sandinista, mas muito pouco foi escrito desde uma perspectiva etnográfica” (2012, p.20, tradução nossa).

---

<sup>18</sup> É evidente também a distância de classe e posição social presente entre mim e as mulheres com quem convivi nesta pesquisa. As versões da história que cresci e sigo ouvindo em meus círculos familiares e de trabalho sobre todo o período abarcado por esta dissertação certamente se aproximam mais aos dos macro-discursos e experiências apresentados nos capítulos 2 e 3, do que aos que aos relatos apresentados no capítulo 4.

<sup>19</sup> Os trabalhos de Rosario Montoya (2012) e Fernanda Soto Joya (2011) são valiosas exceções, que me ajudaram muito a construir este texto.

<sup>20</sup> É impossível não intuir que esta ausência esteja diretamente vinculada à pouca relevância social e econômica atribuída a estas mulheres na sociedade em geral, apesar de sua presença massiva nas cozinhas das casas das cidades, onde muitas buscam uma alternativa à escassez de possibilidades no campo.

Inicialmente fez-se necessário determinar os principais momentos históricos que seriam levados em conta, buscando apresentar as coerências internas dos macro-discursos com os quais estas mulheres estavam se relacionando e a partir dos quais suas ações estavam sendo definidas. Quando se trata de falar sobre a história política nicaraguense, há um certo consenso em separar os últimos 35 anos em três períodos marcados por claras diferenças na conformação do Estado e relações internacionais. Estes momentos são: a Revolução Sandinista, na década de 1980, influenciada pelo ideário marxista e da teologia da liberação e marcada uma guerra resultante do cenário internacional de Guerra Fria<sup>21</sup>; logo, a partir de 1990, o período de reformas neoliberais que iniciou após o término da Revolução, e se caracterizou também pela entrada de um enorme volume de recursos agências de AID no país; e, a partir de 2007, a volta de Daniel Ortega, ex-presidente durante o período revolucionário, à presidência, e sua aliança política e econômica com a Venezuela e sua Aliança Bolivariana.

Apesar das marcadas diferenças que caracterizam cada um destes períodos históricos, todos eles vêm acompanhados de um determinado modelo de desenvolvimento, que por sua vez tem seus próprios discursos sobre o campo e sobre as mulheres. Meu argumento é que, nos três casos, são discursos marcados por lógicas da modernidade e atuam através de uma série de mecanismos de colonialidade do poder e do saber, que compartilham de maneiras de ver “a mulher rural” como um *outro*, e de mecanismos de manutenção dessa relação de subalternidade, construindo-as como figuras vinculadas com o atraso e pobreza, de maneira que devam sofrer uma intervenção daqueles que sabem o que elas precisam e o que deve ser corrigido *nelas*. Nesse processo, o conhecimento é concebido como algo que vem pronto por parte daqueles que concebem as políticas e projetos, e as dinâmicas das relações e saberes locais é – eventualmente – considerada como um detalhe pouco relevante.

Portanto, no capítulo 2, inicio realizando uma contextualização geral sobre a Nicarágua, especialmente alguns elementos históricos e políticos que ajudam a situar a leitura subsequente. Logo, apresento os macro-discursos sobre desenvolvimento que marcaram cada um dos períodos históricos pós 1979, colocando o foco nos aspectos

---

<sup>21</sup> Que, como bem aponta o antropólogo sul-africano Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2014), só foi fria para aqueles que a nomearam, pois se traduziu em conflitos armados bastante tangentes em diferentes países do sul global.

que se referem à ruralidade e às mulheres. Os protagonistas desta parte da análise são os governos e instituições internacionais que definem as políticas através das quais “o desenvolvimento” opera.

No capítulo 3, apresento a trajetória das duas organizações com as quais realizei esta pesquisa, ressaltando suas semelhanças e diferenças, o que nos permite vislumbrar as relações com os discursos apresentados no capítulo anterior. Aqui, aparece como elemento principal a origem da “escolha” de estabelecer organizações exclusivas de mulheres – a partir da impossibilidade de permanecer em estruturas mistas –, assim como os desdobramentos dessa posição em sua relação com as instituições que financiam os projetos de desenvolvimento.

O capítulo 3 trata dos efeitos da experiência organizativa na vida das mulheres que compõem estas organizações, e dos significados disso nas relações de poder e na construção e nas disputas do que é ser mulher no meio rural. A partir de suas narrativas, e de minhas observações em campo, analiso de que maneira processos como poder falar e ser reconhecidas como produtoras afetam as dinâmicas locais e a relação com violências cotidianas.

Finalmente, nas considerações finais, retomo elementos das teorias com as quais optei dialogar, apontando para as diferentes dimensões de colonialidade presentes nas experiências analisadas, que resultam em violências epistêmicas que invisibilizam a existência de diferentes vozes de mulheres rurais que constroem cotidianamente suas lutas num cenário pautado por disputas políticas que se dão em nome de “*el desarrollo*”.



## 2 EM TRÊS TEMPOS: DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO, RURALIDADE E MULHERES

O objetivo deste capítulo é apresentar o que chamo de macro-discursos sobre desenvolvimento que atravessaram as últimas três décadas na Nicarágua, direcionando o foco da análise para a maneira como a população rural e as mulheres – e eventualmente as mulheres rurais<sup>1</sup> – são representadas nesses discursos. No caso, se trata dos seguintes períodos: primeiro, a Revolução Sandinista, desde a segunda metade da década de 1970, até 1990; logo, o período de governos neoliberais, entre 1990 e 2006; e finalmente, o período do governo neo-sandinista, desde 2007 até hoje.

Tomo aqui como referência uma perspectiva foucaultiana de discursos como práticas com certa estrutura, que têm efeitos produtivos na criação de realidades e que operam como mecanismos de poder. Optei por adicionar o *macro* na frente porque não se trata de uma análise refinada ou muito cuidadosa do discurso de algum ator ou setor específico, e sim de uma retomada quase contextual de ideias que orientaram as práticas de instituições internacionais e governos quando se trata de um tema tão amplo como o desenvolvimento. Proponho-me, portanto, a fazer o exercício realizado por Escobar (1996, p. 23), que “[...] permite individualizar o 'desenvolvimento' como espaço cultural envolvente e ao mesmo tempo abre a possibilidade de nos separarmos dele, para percebê-lo de outra forma.” .

A ideia de projetos de desenvolvimento é tomada como um espectro muito amplo do que Tania Li (2007) denomina como “*will to improve*”, ou ações e intervenções em diversos âmbitos da vida promovidas com o intuito auto-afirmado de “melhorar a vida das pessoas”. Esta ação é definida por determinados atores sociais – que serão aqui caracterizados – sem, no entanto, definir claramente como, quem ou o quê deve ser melhorado nesse processo, e frequentemente colocando a si mesmos como ponto de referência a ser seguido. Não se trata somente de intervenções econômicas ou de infraestrutura. Trata-se de também de decisões sobre modos de vida, corpos e relações, que são tomadas por diferentes atores sociais a partir mecanismos de poder e saber bastante similares (QUIJANO, 2005).

---

<sup>1</sup> A partir da ideia interseccionalidade, ser mulher rural não é a soma de ser mulher com ser do campo, e sim a experiência de imbricada de ter ambos pertencimentos, que se combinam de maneira contingente. Porém mesmo assim às vezes é necessário entender como se constroem separadamente ideias sobre “o rural” e sobre “as mulheres” para entender a combinação desses elementos.

Cada macro-discurso exposto aqui é a explicitação de um conjunto de ideias que estão presentes em práticas, falas e documentos de diferentes instituições que atuam com certa coerência a partir de parâmetros internacionalmente estipulados para se referir à ideia de desenvolvimento. Dentro desse conjunto, podem existir – e de fato existem – uma série de diferenças entre os atores que compõem esse cenário, mas ainda assim as lógicas que orientam certos macro-discursos podem ser diferenciadas de discursos locais sobre desenvolvimento, das práticas adotadas pelas organizações de mulheres que aparecerão no capítulo 3.

Os macro-discursos neste capítulo são apresentados principalmente num esquema cronológico de três períodos, marcados por rupturas, porém sendo estes apenas pontos de referência num contexto no qual os atores mantêm certas continuidades em suas relações e em suas escolhas. No entanto, as modificações nestes macro-discursos também pautam em grande medida as relações que estarei analisando mais adiante. Eles determinam a maneira como determinados recursos chegarão a determinados lugares e determinadas pessoas, definem como circularão dadas referências intelectuais e políticas, e o tipo de visibilidade através da qual o lugar onde se mora e a maneira como se vive serão conhecidos e tratados. Isso principalmente através de políticas de intervenção no espaço e a formação de populações, pensadas em instituições que agem num sentido que Foucault aponta como uma lógica de governamentalidade (FOUCAULT, 2008). Por isso retomo neste capítulo principalmente os macro-discursos de governos e de agências de cooperação internacional, a partir do apoio de referências que discutem a formação do Estado nicaraguense, ainda que de maneira breve; na literatura que debate a ajuda internacional para o desenvolvimento (AID); rapidamente no que se tem produzido até agora sobre o período do governo neo-sandinista; e finalmente nas análises de mudanças geradas pelo aumento da cooperação sul-sul, no qual se inserem as relações entre Nicarágua e Venezuela.

Considero importante remontar a estes macro-discursos por causa da perspectiva teórica que escolhi utilizar neste trabalho. Esta preocupação vai além da necessidade de fazer uma contextualização da realidade analisada, considerando que no Brasil pouco se sabe sobre a Nicarágua. Trata-se de traçar grandes marcos de interpretação sobre desenvolvimento que são constantemente utilizados e naturalizados, não só sobre a Nicarágua, mas também na América Central e, em grande medida, na América Latina. A utilização de teorias pós-coloniais e pós-

desenvolvimentistas, que criticam a construção dos discursos únicos modernizantes ocidentais, implica, necessariamente, em explicitá-los. Uma vez que estes discursos são frequentemente aceitos sem questionamento, para criticá-los e mostrar o quanto sua aceitação produz aspectos da realidade analisada faz-se necessário apresentá-los de maneira crítica, para situar as pessoas que leem este trabalho sobre a perspectiva adotada.

Nesta seção, apresentarei os discursos existentes, em cada um dos três períodos históricos já mencionados, sobre “o campo” e sobre “as mulheres”. A tentativa é de explicitar suas dimensões de colonialidade, assim como direcionar a análise para os elementos que são importantes para entender a trajetória e a dinâmica de funcionamento das duas organizações de mulheres estudadas e apresentadas nos capítulos seguintes. Início com uma breve contextualização sobre elementos gerais da história e da geografia da Nicarágua que ajudam a situar o país em termos geopolíticos e de políticas agrícolas.

## 2.1 SITUANDO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE HERANÇAS HISTÓRICAS DA NICARÁGUA

A Nicarágua, como muitos outros países de colonização espanhola, construiu-se sobre a idealização de uma identidade orgulhosamente ancorada na figura do mestiço. As vantagens das duas origens fundidas em um povo unido por uma pátria da qual se orgulhar, após o período de independência juntamente com os demais países da América Central em 1821. Apesar das grandes diferenças entre as histórias dos países centroamericanos ao longo do século XX, e de suas marcantes diferenças culturais e étnicas, a história econômica da Nicarágua enquanto país eminentemente agrícola pode ser melhor entendida se vista em relação aos demais países da região. Eduardo Baumeister nos ajuda muito nesse sentido, retomando a conformação dos diferentes países e explicando as peculiaridades da Nicarágua. A que mais nos interessa aqui é a de que, até finais da década de 1970, a

Nicarágua apresentava uma série de rasgos rurais peculiares em relação a outros países da América Latina. A economia agroexportadora e o peso da população rural seguiam sendo muito elevados, diferentemente dos países de tamanho médio e grandes da região, nos quais o peso econômico e social do urbano já era muito maior, pelo menos desde os anos cinquenta (BAUMEISTER, 2009, p. 384, tradução nossa)

É importante fazer a ressalva de que a ocupação territorial da Nicarágua – assim como boa parte da América Central – está historicamente marcada por diferenças muito significativas entre: a região do Pacífico, centro e norte do país, foco da colonização espanhola desde o século XVI, marcada por essa “mestiçagem” com as populações indígenas escravizadas; e a região Atlântica, caracterizada pela presença colonial inglesa e coexistência populações indígenas nas regiões de floresta e populações afrodescendentes<sup>2</sup> na costa, comum ao Caribe continental. Somente ao longo do século XIX se dá uma retomada do interesse econômico e político do governo central sobre a região do Atlântico, e apesar da “integração nacional” ocorrida ao longo do século passado, até hoje permanecem grandes diferenças históricas e culturais, e uma distância física poucas vezes transposta. Portanto, cabe ressaltar que quando me refiro a elementos históricos gerais da Nicarágua, se trata da região do Pacífico, centro e norte, de colonização espanhola, que é onde estão localizados os lugares onde realizei minha pesquisa.

A caracterização da população rural da região estudada por mim é, portanto, fortemente marcada por esse ideário de mestiçagem, na qual a ideia é que índios são algo pertencente a um passado distante, ou a algum lugar da floresta da Costa Atlântica. A ideia de pátria homogeneamente construída esconde, evidentemente, as marcações raciais que não deixam de existir num país, como dito anteriormente, com marcada tradição de economia agrícola. Trata-se de uma sociedade na qual são facilmente perceptíveis as claras (literalmente) diferenças entre as elites brancas residentes nas grandes cidades e proprietárias de terras, em relação à população rural, geralmente com pele mais escura e rasgos indígenas sobre a qual agem diversos marcadores de diferença vinculados a classe e origem social. No entanto, uma série de fatores faz com seja mais conveniente estabelecer uma ideia generalizada de mestiçagem, já que “ante o obstáculo que representava 'o outro', a solução foi 'integrá-lo’” (SOTO-JOYA, 2011, p. 23)<sup>3</sup>.

A migração interna em direção ao centro e norte do país caracteriza o processo de povoamento dessa “Nicarágua mestiça”, na construção de uma história de ampliação da fronteira agrícola apresentada por Fernanda Soto Joya (2011) como

---

<sup>2</sup> A existência de população afrodescendente na região do Pacífico é um tema tratado muito recentemente pela historiografia nicaraguense, destacando-se aqui o trabalho de Ramírez (2007).

<sup>3</sup> Sobre este processo de “integração” e o apagamento da história indígena recente na região de Matagalpa e Jinotega, no centro norte do país, ver a obra *Muera la gobierna*, de Dora María Téllez (1999).

a base do desenvolvimento agrário do país<sup>4</sup>. Em seu livro *Ventanas en la Memoria*, a autora retoma os relatos de ocupação desse território, no qual vai se criando um modo de ser camponês marcado pelo que diversos autores têm caracterizado como individualismo, uma vez que se pauta numa ética do trabalho que valoriza o esforço pessoal e familiar colocado na possibilidade de se estar naquela terra<sup>5</sup>. Portanto, o processo de construção do mestiço através da abertura da fronteira agrícola passa também pela modernização e de assimilação do outro, uma vez que,

Para muitos campesinos a migração não é apenas uma via para sair da pobreza. É também uma reafirmação de valor e de cidadania. Com essa ótica se separam dos indígenas, afirmam que levam a civilização à selva e reafirmam sua condição de mestiços, quem segundo a história nacional escrita no Pacífico, são os legítimos cidadãos nicaraguenses. (SOTO-JOYA, 2011, p.29, tradução nossa).

Portanto, a ideia de mestiçagem funciona no sentido de construir uma ideia unificada de pátria, e o reconhecimento de se fazer parte dessa nação. O patriotismo é, até hoje, um elemento marcante no discurso político nicaraguense em todos os espectros políticos, e está fortemente presente na figura política de Augusto C. Sandino, um mestiço de origem camponesa que, no início do século XX, liderou um grupo de guerrilheiros em luta contra a ocupação militar estado-unidense que a Nicarágua viveu desde a década de 1920 e parte da década de 1930. Em 1934, logo após assinar um tratado de paz com o então presidente liberal<sup>6</sup>, é assassinado pela Guardia Nacional, força militar formada e treinada pelos *marines* recém saídos do país, e comandada por Anastacio Somoza, que em seguida dá um golpe de estado e estabelece o que viria a ser uma ditadura familiar de 45 anos, na qual governaram posteriormente seu irmão e seu sobrinho.

É interessante perceber que a retomada da figura de Sandino para se

<sup>4</sup> Um dos municípios visitados nesta pesquisa, Río Blanco, é um eixo importante da fronteira agrícola que já pode ser considerada como velha, aberta principalmente entre os anos 1950 e 1960, que apesar de ter crescido como foco comercial no caminho à fronteira que já avançou muito em direção ao centro do país, ainda é considerada bastante distante de Manágua, o mais distante dos municípios estudados.

<sup>5</sup> Isto será especialmente relevante para entender a difícil relação que implicou o processo de reforma agrária e coletivização de terras para certos setores camponeses que, como veremos na seguinte seção, foram erroneamente considerados *finqueros* (de alguma maneira, o equivalente a fazendeiros) durante a o período revolucionário.

<sup>6</sup> Assim como em outros países latino-americanos, a política nicaraguense está marcada pela polarização entre dois partidos, o Partido Liberal e o Partido Conservador, que não necessariamente seguem as posições que se poderia esperar pelos seus nomes, mas que sempre se contrapõem entre si.

converter, na segunda metade do século XX, em um herói nacional vinculado à resistência anti-imperialista, a partir dos escritos de Carlos Fonseca Amador, que sob influência da Revolução Cubana, foi um dos fundadores e principal idealizador intelectual da *Frente Sandinista de Liberación Nacional* em 1961.

Carlos Fonseca Amador buscou alguém que pudesse aparecer como precursor e fundador de seu próprio processo revolucionário. Em Sandino encontrou o protótipo do revolucionário do Terceiro Mundo, já que era ao mesmo tempo dirigente campesino, combatente armado, nacionalista nicaraguense e 'internacionalista' latinoamericano. (WÜNDERICH, 2009, p. 18, tradução nossa)

Esta retomada histórica marca o que passa a ser a identidade política que em grande medida define a história recente do país, e que, portanto, está em constante disputa: o sandinismo. Esta identidade está marcada pela diversidade de significados que lhe foi conferida no momento em que uma diversidade tão grande de atores se envolveram no que veio a ser a Revolução Sandinista. Portanto, até hoje ela segue sendo disputada, por um leque cada vez mais amplo do espectro político nicaraguense, na medida em que a ideia de *sandinista* vem constantemente vinculada a qualidades apontadas como moralmente superior por parte de quem assim se nomeia. E efetivamente, diferentes releituras biográficas são feitas atualmente de Sandino, que permitem diferentes interpretações sobre sua vida e sobre a história políticas do país. Volker Wunderich, autor de uma das primeiras biografias escritas após a Revolução Sandinista, aponta que Sandino

incorporava em sua concepção do mundo as novas ideias de modo eclético. Seu ponto forte não era a formulação de uma ideologia autônoma e concludente [...]. Seu verdadeiro mérito consistiu no que pôde incluir em seus manifestos ideias importantes e progressistas, e em conseguir fazer efetiva uma mobilização local para a resistência nacional. (2009, p. 23, tradução nossa)

Apesar da diversidade existente entre aqueles que possam, ainda hoje se nomear sandinistas, é importante entender de que maneiras essa identidade política foi se construindo ao longo do período revolucionário, tema da seguinte seção.

## 2.2 REVOLUÇÃO SANDINISTA: GUERRA, GÊNERO E SOLIDARIEDADE (1979 – 1990)

Considerando o foco desta dissertação na trajetória de duas organizações de mulheres rurais que serão apresentadas no próximo capítulo, retomo aqui o período histórico da Revolução Sandinista, momento em que esta identidade que inicialmente foi o projeto político de um pequeno partido chegou a pautar os discursos de formação do Estado nicaraguense (Montoya, 2012). Nas seguintes subseções apresento esse processo com a ênfase nas dimensões organizativas agrárias, nos debates sobre gênero e na relação com a solidariedade internacional.

### 2.2.1 Insurreição, reforma agrária e guerra

Ao longo da década de 1970, uma série de fatores econômicos e políticos levaram a uma crescente oposição à ditadura da família Somoza, que levou à consolidação de diferentes iniciativas políticas que combatiam abertamente o regime ditatorial. A combinação da brutalidade da repressão, a crescente crise econômica decorrente de uma insustentável desigualdade social e a incapacidade de Anastacio Somoza de estabelecer alianças políticas fizeram com que a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), agrupação política com influência de diferentes vertentes de pensamento de caráter marxista-leninista, tivesse a possibilidade de aglutinar essas iniciativas. O caráter de guerra civil que esse processo adquiriu a partir de 1977 colocou de um lado uma guerra de guerrilha com crescente apoio popular, o que significa crescentes riscos assumidos tanto no meio rural, quanto nas cidades, para aqueles que apoiassem abertamente a FSLN; e de outro a Guardia Nacional, um exército treinado e financiado pela política estado-unidense de manutenção de ditadores no continente que garantissem seus interesses econômicos e políticos. A insurreição de 19 de julho de 1979 é, portanto, “a culminação de um processo de crescente oposição popular que foi caracterizada pela incorporação de novos setores da população na atividade política” (MOLYNEUX, 1985, p.1, tradução nossa)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que a mesma autora chama a atenção para o fato de que “um importante componente desse novo setor eram as mulheres” (MOLYNEUX, 1985), assunto ao qual voltarei na

Os cientistas políticos Puig e Close (2009, p. 16, tradução nossa) nos lembram que o que caracteriza regimes revolucionários é a existência de uma visão de sociedade que se pretende construir, buscado principalmente por líderes políticos que “se jogam com entusiasmo a eliminar tudo aquilo que representa a 'velha ordem' e se botam a levantar os fundamentos de outra nova.”. No entanto, os autores comentam que,

No caso que nos cabe, a FSLN se encontrou numa situação singular ao chegar ao poder. Durante seus últimos anos de atividade guerrilheira, especialmente a tendência terceirista recrutou militantes anti-somozistas provenientes de tradições muito diversas. Essa coalizão acolhia sensibilidades muito diferentes: desde cristãos provenientes da Teologia da Libertação, até burgueses enfrentados à dinastia. (PUIG; CLOSE, 2009, p.17, tradução nossa)

A diversidade de atores profundamente implicados e comprometidos com a Revolução Sandinista certamente foi um dos fatores pelos quais ao longo da década de 1980, enquanto permaneceu no poder, o governo composto pela FSLN teve uma “abertura única a influências que historicamente não eram parte de uma revolução socialista” (MONTROYA, 2012, p. 11, tradução nossa). Especialmente a relação com o catolicismo é uma peculiaridade da Revolução Sandinista se comparada às demais revoluções socialistas que marcaram o século passado. O forte comprometimento de padres expoentes da teologia da libertação, formados com a influência do Concílio Vaticano Segundo de 1968, levou ao engajamento de uma significativa parcela da população através do compromisso religioso com um imaginário do Jesus Cristo de origem popular<sup>8</sup>, operário e camponês, imagem que mobilizava diferentes classes sociais a partir da ideia bastante ampla de justiça social. A abertura de influências foi também o que permitiu a massiva participação popular durante esse processo, e faz com que a o alcance da insurreição anti-somocista vá bastante além de motivações de caráter marxista-lenista<sup>9</sup> e guerrilheiras para o engajamento de pessoas, apesar

---

seguinte seção.

<sup>8</sup> Uma famosa canção da época, de Carlos Mejía Godoy, recolhe de maneira muito certa essa imagem: “*vos sos el Dios de los pobres, el Dios humano y sencillo, el Dios que suda en la calle, el Dios de rostro curtido. Por eso es que te hablo yo, así como habla mi pueblo, porque sos el Dios obrero, el Cristo trabajador*”.

<sup>9</sup> Apesar destas influências teóricas e alianças políticas com outros países socialistas, especialmente Cuba e União Soviética, serem centrais no surgimento e na consolidação da FSLN, a necessidade de estabelecer alianças fez com que, em diferentes momentos, as fronteiras desse discurso se borrassem. Pérez-Baltodano afirma que “[...] a FSLN optou por misturar, de maneira confusa e contraditória, o vocabulário conceitual marxista-leninista, que formava parte do seu pensamento político, e o vocabulário conceitual contido no programa de governo de reconstrução nacional, de



da forte influência que estas tiveram (MOLINEUX, 1985; MONTOYA, 2012).

A mobilização massiva gerada pela revolução sandinista estabeleceu as bases do que viria a ser o tecido associativo do país nas seguintes décadas<sup>10</sup>. Durante o governo revolucionário,

Fiel a suas raízes leninistas, a FSLN se propôs a criação de organizações que atuassem como correia de transmissão entre a vanguarda e o povo. Este tipo de organização tinha características bem definidas e já conhecidas por sua aplicação em outros países onde tinham triunfado revoluções socialistas, a organização dos sujeitos da revolução: os obreiros, os camponeses, os jovens, as mulheres, os profissionais, os produtores, os estudantes, os professores, as crianças e a povoação em geral. Esta era a organização da revolução. (PRADO, 2009, p.169, tradução nossa)

Portanto, praticamente todas as associações, cooperativas, sindicatos e organizações de todo tipo estavam vinculadas com a estrutura partidária e estatal, que nesse momento se confundiam. Estes espaços estavam caracterizados pela lealdade partidária e por estruturas verticais e hierárquicas que obedeciam à cúpula do partido e foram pouco a pouco estando cada vez mais engessadas em sua burocracia<sup>11</sup>. No que tange as organizações vinculadas à população rural, existiram duas estruturas que aglutinaram diferentes setores: a *Asociación de Trabajadores del Campo* (ATC) e a *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG). A primeira se conformou oficialmente em 1978, como resultado do envolvimento de trabalhadores assalariados em empresas agrícolas e sem terras que se envolveram na luta anti-ditadura ainda na década de 1970; a segunda foi resultado da criação de estruturas setoriais que relatava anteriormente, posterior à tomada de poder, estando direcionada para os pequenos e medianos produtores rurais, proprietários de terra (BAUMEISTER, 2009). Voltaremos a mais detalhes do processo de ambas no próximo capítulo.

---

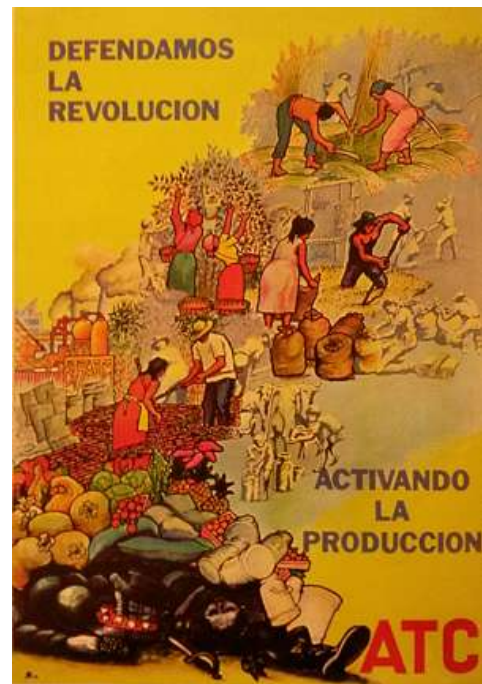
marcada orientação social-democrata.” (2009, p. 140).

<sup>10</sup> Sobre isto, o sociólogo Silvio Prado afirma: “[...] uns se organizaram a favor da revolução, outros contra. Em qualquer dos sentidos, o imperativo da organização deixou marcas numa sociedade que não voltou a ser igual.” (2009, p168, tradução minha).

<sup>11</sup> Apesar da pretensão de controlar todos os níveis de organização, as limitações em termos de estrutura administrativa, principalmente nos primeiros anos, permitiu uma autonomia significativa de processos organizativos locais e a formação de uma diversidade de experiências até hoje pouco estudada.

Em 1984, cedendo a pressões da comunidade internacional<sup>12</sup>, foram realizadas as primeiras eleições livres do país, na qual se elegeu com grande maioria o candidato da FSLN, Daniel Ortega, que permaneceu na presidência até 1990. Os dez anos de governo revolucionário estiveram marcados por significativos processos de mudanças sociais, mas também por um severo embargo econômico e uma longa guerra. A guerra fora iniciada em 1982 principalmente por razões geopolíticas, devido ao risco que representava para os Estados Unidos, naquela última década de Guerra Fria, a existência de um processo revolucionário de inspiração comunista no continente Latino-americano, especialmente numa região tão próxima ao seu território e historicamente dependente de sua economia, como a América Central. O governo de Ronald Reagan proveu armas, financiamento e treinamento militar para ex-apoiadores da *Guardia Nacional*, aparato militar do regime de Somoza que fora desmantelado com a revolução, formando assim o exército conhecido como *La Contra*. A Nicarágua já se construía como um símbolo de resistência anti-imperialista através de repórteres de outras nacionalidades que cobriram a guerra civil que levou à tomada de poder, especialmente nos anos de 1977 e 78, porém o ataque da *Contra* deu mais força ao discurso anti-imperialista da FSLN e converteu a Nicarágua<sup>13</sup> num símbolo de luta que mobilizou grande quantidade de ajuda econômica e manifestações de solidariedade de diversos tipos em muitos países, conforme veremos na seguinte seção.

Figura 2 - Cartaz da Asociación de los Trabajadores del Campo (ATC), sem data.



Fonte: BUJARD et al. 2009

<sup>12</sup> É interessante ressaltar o comentário de Puig e Close (2009) de que a abertura para realizar eleições se deu, em grande medida, pela “[...] pressão dos governos social-democratas europeus que eram importantes doadores e validadores da experiência revolucionária [...]” (p.18), dado relevante em relação à construção do papel político de governos estrangeiros a partir de mecanismos de cooperação internacional.

<sup>13</sup> Cabe lembrar que nos outros países da região, especialmente El Salvador e Guatemala, também existiram movimentos de esquerda que recorreram à guerra de guerrilhas para tentar tomar o poder, no entanto estes não tiveram sucesso nesse sentido. A vitória da Revolução Sandinista fez com que a repressão em ambos países recrudescesse e a década de 1980 marcou o período mais sanguinário nas guerras da região, até os acordos de paz realizados ao longo dos anos 90. Para mais informações, ver Díaz Barrado (2010) e Torres-Rivas (2011).

Em seu programa histórico de 1969, a FSLN se apresentava como uma organização que buscava “o estabelecimento de um governo revolucionário baseado na **aliança operária-camponesa** e no concurso de todas as forças patrióticas anti-imperialistas e antioligárquicas do país” (FAUNE, 2014, p.3, grifo meu). A relação com camponeses se deu desde o período guerrilheiro, e o apoio à FSLN no campo aumentou ao longo da década de 1970, apesar – ou como consequência – da repressão da *Guardia Nacional* (SOTO-JOYA, 2011), principalmente através do vínculo com a igreja católica. No momento do triunfo da Revolução, as expectativas de transformação social amplamente alimentadas em todos os setores sociais foram confrontadas com as limitações reais das possibilidades e as escolhas políticas da FSLN.

Neste ponto, cabe ressaltar que os principais dirigentes da revolução eram de origem urbana e da escassa classe média do país, e na medida em que o governo sandinista foi se estabelecendo, foram ficando evidentes as “limitações no conhecimento e na abordagem que se fazia do tema agrário” (FAUNE, 2014, p.3, tradução nossa). Uma série de fatores pode ser apontada rapidamente como pontos de tensão entre as políticas sandinistas e a realidade camponesa nicaraguense. A reforma agrária, apesar de realizar uma importante redistribuição de terra, o fez principalmente estabelecendo terras de propriedade estatal, que funcionavam como empresas agrícolas<sup>14</sup>, ou terras coletivas geridas por cooperativas<sup>15</sup>, geralmente estabelecidas arbitrariamente, sem se adequar à complexidade das relações locais (BAUMEISTER, 2009).

Além disso, as expropriações de terras foram vistas crescentemente como uma ameaça por medianos produtores, já que em diversos momentos foram usadas como mecanismo de retaliação pessoal e política a quem não fazia parte do partido (SOTO-JOYA, 2011). Finalmente, políticas econômicas centralizadoras atuaram no sentido de desarticular redes de comércio e trocas locais, e com isso, afetaram também relações de compadrio apontadas como dinâmicas de exploração por uma leitura marxista simplista, mas que há muito tempo garantiam certa proteção aos

<sup>14</sup> Sobre os problemas gerados por esta medida, Baumeister diz: “*El énfasis en el sector estatal y en formas colectivas dejó de lado el apoyo a sectores medios y de pequeños productores individuales, lo cual tuvo varias consecuencias [...] [como] la desvinculación política con estratos medios,*” (2009, p. 393).

<sup>15</sup> Fernanda Soto Joya, referindo-se especialmente à região da fronteira agrícola, acrescenta: “La cooperativización era también vista como un anatema porque la lógica campesina enseña que la prosperidad se logra con mucho esfuerzo y trabajo individual. Obligarlos a cambiar sus formas de trabajo fue visto como un irrespeto y una amenaza a sus aspiraciones de bienestar.” (2011, p. 42).

camponeses mais pobres. A crescente crise econômica que se estabeleceu no país na medida em que o governo destinava a maior parte do orçamento nacional para a guerra, somada à diminuição da produtividade no campo (BAUMEISTER, 2009) fizeram com que melhorar a produção agrícola fosse vinculado com uma tarefa de defesa revolucionária, conforme podemos ver na Figura 2.

Por parte do governo, prevalecia “uma imagem do campesinado como um setor 'atrasados', autárquico e estancado”, somado a uma “concepção industrialista, que propunha que a proletarização seria o futuro do campesinado e o processo de desenvolvimento econômico conduziria à desapareção do campesinado como forma de produção” (FAUNE, 2014, p. 4, tradução nossa). Este processo se traduzia também na maneira de executar as políticas, nas quais

Chegava alguém em representação do MIDINRA, o Ministério da Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento, interpretavam chegar e entender, porque eram pessoas que vinham da cidade, novamente, que não conheciam a realidade do campo, não sabiam como as pessoas se relacionavam, no que acreditavam, no que não acreditavam, e pensavam que o que eles levavam nas suas cabeças, todo mundo compartilhava. Então suponho que era um abuso. (gravação de fala pública de Luis Carrión<sup>16</sup>, na Universidad Centroamericana, Manágua, em 30 de julho de 2014, tradução nossa)

Os descontentamentos gerados por esses processos fizeram com que, ao longo dos anos 80, a guerra dos *contra* financiados “pelos *yankees*” se convertesse, pouco a pouco, numa guerra civil. O “exército de mercenários *vendepátrias*” que entrava pela fronteira com Honduras foi recrutando cada vez mais pequenos e medianos camponeses, além de grupos indígenas<sup>17</sup>, lutando contra um governo que não soube reconhecer e respeitar sua maneira de pensar, de se organizar e de existir no mundo. A guerra levou desde o início à militarização de regiões rurais do país, especialmente na região centro-norte, e com o recrudescimento da guerra a partir de 1984 aumentou também o recrutamento forçado de homens jovens para servir no Exército Popular Sandinista (EPS). Assim, foram também aumentando os setores camponeses que se somaram à *Contra* que, por sua vez, se auto-

---

<sup>16</sup> Membro da Direção Nacional da FSLN, Vice-Ministro do Interior durante o governo sandinista e um dos únicos dirigentes daquele momento que atualmente se propõe a fazer uma análise auto-crítica das políticas executadas durante a Revolução Sandinista.

<sup>17</sup> O conflito entre a Revolução Sandinista e os Miskitos, indígenas localizados na Costa Atlântica do país, incluiu deslocamentos forçados e enfrentamentos num evento conhecido como “navidad roja”, ocorrido no início de 1982. Ver mais em Ohland e Schneider 1983.

denominava *Resistencia Nacional*.

Todos estes fatores foram percebidos por alguns setores internos à FSLN, ficando evidentes em estudos e diagnósticos realizados por pessoas vinculadas a diversas instituições do governo. Luis Carrión comenta que

Em algum momento tentamos corrigir todos esses erros que estávamos cometendo, e isso foi entre os anos 1985 e 1986. Tratamos de reconhecer o caráter de guerra civil que tinha o conflito, versos a definição de mercenários. Isto é muito importante, porque mesmo que houvesse conflito, se eu o vejo como guerra civil, é algo político, social... mas se estou enfrentando um exército mercenário, é algo exclusivamente militar. Então a visão de que estes são mercenários promove uma reação exclusivamente militar. A visão de que isto é uma guerra civil promove visões muito mais integrais. De tipo político, social, econômico... e de tipo militar. E se define uma estratégia de recuperação política do campesinado, tratamos de fazer realidade aquela primeira frase de Sandino de que o operário e o camponês chegarão até o final. Os camponeses tinham ido para o outro lado [...]. [Mas] este esforço não foi um esforço com ânimo de todo o governo, foi o esforço de alguns dirigentes, porque outros ficaram presos na ideia de que tínhamos que resolver a guerra. (gravação de fala pública de Luis Carrión<sup>18</sup>, na Universidad Centroamericana, Manágua, em 30 de julho de 2014, tradução nossa)

Portanto, a escolha da direção do partido/estado foi de manter um discurso fomentando a guerra contra o imperialismo e não incorporando as análises sobre a complexidade social do problema (PUIG e CLOSE, 2009). Como diz Carlos W. Porto-Gonçalves, “ali, na revolução sandinista, todas as contradições do que significa construir a nação mantendo a colonialidade do saber com a perspectiva eurocêntrica se fará sentir também num regime político de esquerda” (2006, p. 43).

Devido a seus propósitos de liberação nacional e transformação social radical, frequentemente as revoluções de esquerda foram – e continuam sendo – tomadas como processos inquestionáveis por muitos setores das ciências sociais vinculados a tradições de pensamento marxistas e estruturalistas. No entanto, a categoria de colonialidade do poder nos permite perceber as semelhanças que estes regimes mantêm com outros de diferentes posições ideológicas, no que se refere a maneiras de exercer o poder. O argumento aqui é que as teorias e lógicas que fundamentaram a atuação da FSLN são, também, herdeiras de visões de mundo e práticas de poder ocidentais, que atuam através de mecanismos de colonialidade. Ou, como diz Montoya (2012), uma contradição fundamental “entre o compromisso

---

<sup>18</sup> Membro da Direção Nacional da FSLN, Vice-Ministro do Interior durante o governo sandinista e um dos únicos dirigentes daquele momento que atualmente se propõe a fazer uma análise auto-crítica das políticas executadas durante a Revolução Sandinista.

professado pelos sandinistas com uma revolução enraizada na história nicaraguense e sua imposição de um protagonista-herói idealizado, desenhado a partir da visão universalista que eles mesmos têm de revolução e não nas realidades locais” (p. 10, tradução nossa). Os mecanismos de construção da ideia de um *hombre nuevo* que deveria surgir através do processo revolucionário são, guardadas as devidas proporções, perturbadoramente semelhantes à maneira como Castro-Gómez, mencionando o trabalho de Aníbal Quijano, se refere ao processo colonizador espanhol:

A primeira característica da colonialidade do poder, a mais geral de todas, é a dominação por meios não exclusivamente coercitivos. Não se tratou somente de reprimir fisicamente ao dominados, mas de conseguir que naturalizassem o imaginário cultural europeu como forma única de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade. Este projeto *sui generis* quis mudar radicalmente as estruturas cognitivas, afetivas e volitivas do dominado, isto é, convertê-lo em um “homem novo”, feito à imagem e semelhança do homem ocidental. (2005, p. 59, tradução nossa)

Proponho o exercício de substituir o “imaginário cultural europeu” e o “homem europeu”, pelos “ideários sandinistas” e o “homem revolucionário”<sup>19</sup> para evidenciar o paralelo entre lógicas que criam um modelo particular de pessoa e de valores e o impõem sobre aqueles e aquelas que estiverem incluídas em seu projeto. É evidente que as dimensões destes processos históricos são discrepantes, porém a intenção de ressaltar este elemento comum é a chamar a atenção para a maneira como a colonialidade do poder opera também em projetos que se autointitulam libertadores e emancipadores. As características apontadas nesta seção sobre o processo revolucionário nicaraguense não são exclusividades da maneira de fazer política sandinista e, apesar da importância de analisar as peculiaridades de cada processo, é importante também apontar suas generalidades em relação a outros ocorridos em outros lugares e momentos históricos. Sem eu me propor inicialmente, meu trabalho acabou entrando, ainda que superficialmente, no debate sobre a relação de políticas socialistas com o campesinato e relações de gênero, tema da próxima seção. Considero que retomar a história recente da Nicarágua assumindo a experiência socialista e de guerra amplia a riqueza da análise na medida em que abre a possibilidade de se pensar também o caráter ideológico da ideia de desenvolvimento

<sup>19</sup> Apesar dos possíveis vínculos entre estes últimos com os primeiros, que no entanto não é minha intenção esmiuçar aqui.

como intimamente imbricada em projetos de sociedade que tendem a se expressar nas políticas de Estado, das quais os regimes socialistas também são expoentes.

### 2.2.2 Compromisso e maternidade: o lugar das mulheres em disputa

Assim como a relação com o campesinato, a relação com as políticas de gênero é um tema importante ao longo da Revolução Sandinista e expressa também as contradições presentes no discurso de inspiração socialista. A mobilização de mulheres vinculadas ao processo revolucionário<sup>20</sup> se deu desde antes da insurreição, e mesmo se os dados sobre esse envolvimento variam, estima-se que

A participação de mulheres na revolução nicaraguense foi provavelmente maior que em qualquer outra revolução recente, com exceção do Vietnã, à qual é frequentemente vinculada. Elas foram aproximadamente 30% da frente de combate da FSLN, e no seu pico, em 1979, a organização de mulheres da FSLN (AMPRONAC) tinha cerca de 8000 membras. (MOLYNEUX, 1985, p. 233, tradução nossa)

No entanto,

A incorporação das mulheres à FSLN não foi, nem de perto, uma questão simples. Durante os primeiros anos da formação guerrilheira, não era fácil admitir que as mulheres pudessem ingressar na luta armada, e quando o fizeram, elas tiveram de reproduzir papéis tradicionalmente aceitos. No estudo que Zimmermann (2006) realizou sobre a revolução nicaraguense, podemos encontrar que as mulheres tinham que desempenhar as tarefas de manter os aparelhos limpos, alimentar os fugitivos e cuidar deles, datilografar comunicados e manifestos que serviam de comunicação com redes urbanas. (MEZA<sup>21</sup>, 2014, p. 53)

O discurso de emancipação da FSLN supunha que o próprio envolvimento de mulheres na luta armada e nos espaços de participação política garantiria as transformações necessárias para a igualdade entre mulheres e homens, sem questionar os papéis de gênero e da divisão social do trabalho, e muitas vezes reforçando-os. No entanto, a mobilização tão massiva de mulheres apenas foi possível por causa do trabalho ativo das poucas que conseguiram, naquele

<sup>20</sup> Um documentário sobre o envolvimento de mulheres durante a Revolução Sandinista, chamado Memórias del Fuego, está sendo realizado pelas diretoras Jenny Murray e Laura Tomaselli. Seu trailer já está disponível na internet, e certamente serve como suporte muito mais sensível do que é possível alcançar neste texto com formato acadêmico. Sugiro assistí-lo em: <https://www.kickstarter.com/projects/182573130/memorias-del-fuego-women-and-revolution-in-nicarag>

<sup>21</sup> MEZA, Humberto. Autonomia em movimento: análise das trajetórias das relações do movimento de mulheres com os partidos políticos na Nicarágua pós-revolucionária. Texto de qualificação de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2014. Manuscrito.

momento, se inserir nesse ambiente tão claramente marcado pela presença de homens, combatendo a ideia existente, apesar de qualquer discurso sobre igualdade, de que aquele não era um lugar para mulheres:

Primeiro, aceitar a presença de mulheres era uma experiência nova para os homens. O desafio no meu caso era que dependia de mim se mais mulheres seriam trazidas para as montanhas. Eu entendi isso claramente, que dependia de mim. Os companheiros estavam acostumados a ver chegarem mensageiras, a nos ver engajadas no suporte logístico, mas nossa presença permanente, o tempo todo, isso era outra história. (Entrevista com Gladys Baez em Julho de 1998, em LUCIAK, 2001)

Isto, como veremos mais adiante, se repetia em todos os âmbitos da experiência organizativa da Revolução. A expectativa de que elas realizassem serviços de secretariado ou de cuidado dentro das estruturas políticas foram frequentemente apontados como comportamentos inaceitáveis por parte das mulheres que entrevistei. Muitas vezes a queixa não se referia nem mesmo a ter que desempenhar esses papéis, mas sim ao fato de que fosse esperado que elas fizessem *exclusivamente* isso. A simples possibilidade de que elas quisessem, precisassem e fizessem questão de estar presentes em todo o processo de decisão sobre política, questões produtivas e questões estratégicas gerou conflitos em todos os sentidos, e foi uma tendência ao longo de todo o processo revolucionário. Após o triunfo da Revolução, foi criada uma única organização de mulheres, chamada *Asociación de Mujeres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza* (AMLAE), que

Foi dotada de tarefas e estruturas similares às das demais organizações de massas criadas pelo sandinismo, e não teve autonomia para desenvolver uma identidade nem um modelo organizativo próprio, adequado para as mulheres e o objetivo colocado de emancipação (MONTENEGRO, 2009, p.197, tradução nossa)

Sobre a maneira de proceder em relação às estruturas partidárias encarregadas “das mulheres”, o relato de Gloria Carrión, secretária geral de AMLAE até 1981, é bastante elucidativo:

Os dirigentes da Frente começaram a descabeçar lideranças e a nomear líderes pela linha e pelo mandato, em vez de fazê-lo pela vontade. Teve gente designada que não tinha nem amor, nem interesse, nem relação, nem compreensão de por quê iam dirigir a organização das mulheres. E algumas das mulheres designadas pensavam o mesmo que muitos líderes homens: tinham a concepção de que uma organização de mulheres era diversionista e nos viram com pouca seriedade (trecho de entrevista em VERGARA,



2012, tradução nossa)

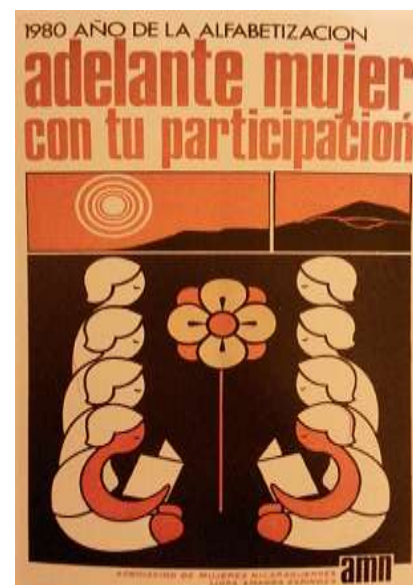
Apesar da tentativa de manter “os assuntos de mulheres” todos delegados a uma só organização, ao longo da década de 80 foram surgindo espaços e estruturas dedicadas a demandas específicas de mulheres nas organizações setoriais, como é o caso do surgimento das secretarias da mulher dentro da UNAG e na ATC, conforme veremos no próximo capítulo. A negligência em relação às demandas específicas das mulheres e ao questionamento do sexismo nas estruturas internas do partido, expressado principalmente pela predominância de homens nas principais posições de poder, foram fatores importantes para o surgimento de instâncias exclusivas de mulheres em diversas organizações. Estas instâncias foram crescentemente promovidas pelas mulheres que permaneceram ativas na FSLN, que em 1983 representavam 22% do contingente do partido e que, apesar das desigualdades e dificuldades, chegaram a ocupar 37% dos cargos de direção política em estruturas regionais (ENVÍO, 1983).

No entanto, a ética de unidade e obediência em relação às prioridades do partido afetava diretamente as possibilidades de autonomia, levando à necessidade constante de disputas internas para garantir algumas reivindicações específicas (MONTENEGRO, 2009).

Logo no início da década, e especialmente na medida em que a guerra recrudescia e as dificuldades econômicas e políticas aumentavam, o discurso oficial sobre a possibilidade de emancipação das mulheres, e os chamados para que elas participassem (cf.

Figura 3) foi substituído pela ênfase na maternidade (cf. Figuras 4 e 5). O papel de mães de “*heroes y mártires de la revolución*” frisava que o principal papel das mulheres era garantir a saúde e o engajamento de seus filhos – homens – na defesa da pátria. Em entrevista concedida a Vergara (2012), uma liderança feminista afirma: “Todas lembramos do Daniel Ortega, em um discurso num grande congresso de mulheres, dizendo que nosso dever era repôr os jovens mortos na guerra. Ele nos mandou parir pela pátria. E nós não dissemos nada. Acho que foi um grande erro.”.

Figura 3 - Cartaz da AMLAE, sem data .



Fonte: BUJARD et al. 2009

Outra importante ativista e pesquisadora feminista do país comenta:

[...] através de quase todos os meios se sublimou e reforçou a figura da mãe como um ser espiritualmente superior, em quem se fomentava o auto-sacrifício. A abnegação e o auto-sacrifício são a norma social que requer que as mulheres esqueçam seus próprios direitos e interesses, a fim de que se mantenham dentro dos confins da submissão. (MONTENEGRO, 2009, p. 201, tradução nossa)<sup>22</sup>

Figura 4 - Cartaz AMLAE, 1982.



Fonte: BUJARD et al. 2009

A imagem da maternidade abnegada combinava perfeitamente com a retórica do martírio e do heroísmo constantemente mobilizada pela FSLN na construção do projeto político revolucionário num contexto de guerra. A antropóloga Rosário Montoya contribui de maneira relevante na compreensão dessa construção na etnografia que realiza na comunidade de El Tule, no sul do país, na qual demonstra como a construção de heroicidade vinculada a ser um bom sandinista se deu de maneira totalmente diferente para homens e para mulheres, já que

A figura da Nova Mulher apenas poderia se aproximar àquela do Homem Novo, e somente na medida em que ela fosse genericada de maneira masculina, seja como lutadora num frente de guerra ou produtora em casa. [...] A história da dificuldade de mulheres tuleñas com participação política aponta então para a importância de construções patriarcais nacionais, relações patriarcais locais e a relação entre as duas para uma compreensão da formação do Estado Sandinista e o lugar das mulheres nele. (MONTAYA, 2012, p. 8, tradução nossa)

A análise que a autora faz sobre o que ela chama de “cenários genericados da revolução”<sup>23</sup> é extremamente relevante aqui, pois chama a atenção para o vínculo e as contradições entre a lógica estatal e a dinâmica das relações locais. A construção de um modelo imerso em visões universalistas tanto de gênero, quanto da construção de um “revolucionário ideal” evidenciaram limitações inerentes ao próprio

<sup>22</sup> A autora chama a atenção para como a imagem da maternidade foi também explorada pela oposição, apresentando “[...] *la madre como la gran transmisora de la fe, una maestra de ideales el eslabón de la tradición cristiana, [...] luchadoras por la democracia y libertad.*” (MONTENEGRO, 2009, p. 203).

<sup>23</sup> Esta é minha tradução livre para o título do seu livro aqui referenciado: *Gendered Scenarios of Revolution*.

discurso transformador. O local estudado por Montoya foi considerada, por diversos motivos, um “modelo de comunidade sandinista”, e seus habitantes, conforme ela destaca,

Investidos pesadamente de subjetividades revolucionárias predicadas no ideal de um novo homem (e nova mulher) como símbolos de consciência nacional e de classe, e mais ambigualmente, equidade de gênero. No entanto, ao longo do tempo eles perceberam que viver de acordo com este ideal era crescentemente dificultoso, se não impossível. [...] Entre homens, a inabilidade de viver de acordo com o ideal procede [...] de uma incompatibilidade entre as visões sandinistas do homem novo e as realidades das relações de classe entre camponeses. Entre mulheres, essas dificuldades estavam baseadas em constrangimentos impostos nelas pelas relações de gênero locais e o apoio estatal a patriarcas locais, [e também] em diferenças entre a figura da nova mulher como promovida pelos sandinistas e a interpretação própria delas sobre emancipação. (MONTAYA, 2012, p. 9, tradução nossa)

É interessante pensar novamente estes processos a partir de sua generalidade, e não suas particularidades, em dois sentidos. Por um lado, os elementos aqui apontados sobre o discurso sandinista vinculado aos papéis de gênero tendem a se repetir em diversas situações políticas nas quais a participação massiva de mulheres cria tensões nas estruturas de poder:

Esta visão este histórico de estados socialistas gerou o que pode ser chamado de uma versão feminista da tese da “revolução traída”. Esta argumenta que a “igualdade revolucionária” experienciada por homens e mulheres que lutaram pela liberdade é substituída no período pós-revolucionário pelo *status quo ante* com homens nas posições de poder. Na medida em que a liderança totalmente masculina cresce sem se preocupar com interesses das mulheres que avançam, parece que os sacrifícios das mulheres na luta por uma sociedade melhor não foi recompensado por aqueles que elas ajudaram a colocar no poder. Mulheres, assim como a classe operária, foram “usadas”, porém neste caso não por uma “nova burocracia burguesa”, mas por uma mais pervasiva e ao mesmo tempo analiticamente elusiva entidade, “o patriarcado”. (MOLINEUX, 1985, p.235-236, tradução nossa)

Por outro lado, a situação aqui apresentada aponta também no sentido de expor as limitações da criação de programas únicos e centralizados do que venha a ser compreendido como “emancipação das mulheres”. As tensões existentes para garantir a da *existência* de espaços voltados a pensar as demandas específicas *das mulheres* fez parecer, naquele momento, que estas demandas seriam as mesmas independentemente de quem fossem estas mulheres. No entanto, o subsequente processo de desintegração da “unidade partidária” evidenciou que outra série de questões precisavam ser levadas em conta, conforme veremos no próximo capítulo.

### 2.2.3 Solidariedade e internacionalismo: a prévia da cooperação

Uma grande quantidade de estudos e relatos sobre a Nicarágua escritos por estrangeiros iniciam com uma alusão à importância que a Revolução Sandinista teve em suas trajetórias acadêmicas e políticas, e como sua motivação para conhecer o país teve a ver com essa iniciativa (BAB, 2012; MONTOYA, 2012; PERALES, 2009; PUIG e CLOSE, 2009 entre outros). Ao longo da década de 1980, uma ampla rede de apoio e solidariedade se formou, e a revolução ganhou visibilidade no cenário internacional, e segundo Montoya (2012) o país “ganhou um lugar na imaginação progressista pelo mundo incomensurável com seus modestos tamanho e recursos” (p.12, tradução nossa).

O momento histórico em que a Revolução Sandinista aconteceu foi crucial para que uma grande quantidade de atenção e recursos internacionais fossem destinados à Nicarágua: no final da década de 1970 e ao longo dos anos 80, a polarização política decorrente da Guerra Fria fez com que uma série de iniciativas de transformação social com inspiração de esquerda fossem violentamente interrompidas no continente latinoamericano, ao mesmo tempo que os processos de “socialismo real” em outros países tinham chegado a limites

igualmente violentos que desafiavam seu caráter transformador e provocavam uma série de necessários questionamentos dentro da própria esquerda. Além disso, a heroicidade de uma ditadura derrocada por um processo de insurreição popular com luta armada revivia uma possibilidade buscada em diversos países no continente, especialmente desde a Revolução Cubana de 1959. Conforme relata losu Perales, cientista político de origem espanhola, envolvido com os processos políticos da Nicarágua e El Salvador desde a década de 80:

Figura 5 - Cartaz de profissionais do Estado Espanhol, sem data.



Fonte: BUJARD et al. 2009

Com frequência a solidariedade era a expressão de muitas derrotas políticas [...]. Vivíamos numa época de escasso otimismo quando o sandinismo derrocou Somoza. E tudo começou a ser diferente. Um pouco de luz aparecendo entre as nuvens. E isso fez com que milhares de homens e mulheres, influenciados pelos mesmos acontecimentos, mas de ideias e crenças diferentes, se unissem numa empreitada comum (PERALES, 2009, p. 325, tradução nossa)

Portanto, a heterogeneidade presente internamente na adesão ao projeto revolucionário também estava presente no tipo de apoios mobilizados internacionalmente. A solidariedade com a FSLN vinha de lugares diversos, que incluíam grupos religiosos, diferentes tipos de agrupações políticas como sindicatos e movimentos estudantis, além de governos tanto social-democratas, quanto do bloco socialista. Desde seu início, antes da insurreição, garantir o apoio internacional foi crucial para a FSLN, por razões óbvias de necessidade de recursos, armas e proteção que a visibilidade internacional garantia a pessoas envolvidas na luta armada num país com tão pouca importância geopolítica e econômica a nível mundial, enfrentando um regime abertamente apoiado econômica e militarmente pelos Estados Unidos.

Inclusive, é interessante ressaltar que uma grande parte do apoio internacional que a Revolução Sandinista recebeu foi de procedência estadunidense: diferentes redes de solidariedade que se valeram de sua cidadania naquele país para denunciar internamente a política de “seu” governo (PERLA 2009). Um estudo de Nepstad e Smith (2009)<sup>24</sup> sobre o envolvimento de parte da comunidade cristã estadunidense no processo de solidariedade com as lutas na América Central, incluindo a Nicarágua, explica da seguinte maneira algumas razões para este envolvimento:

A comunidade religiosa americana tinha acesso estrutural a informação que gerava indignação no envolvimento dos EUA na América Central. Também possuía laços em redes que aumentaram a probabilidade que seus membros chegassem a ter contato pessoal com centro-americanos. Finalmente, ensinamentos religiosos e tradições teológicas ajudaram a construir uma identidade cristã que enfatiza o comprometimento com a justiça social e a paz. Por isso pessoas de fé tinham mais probabilidade de receber informação sobre a situação da América Central, e assim estar pessoalmente vinculados através de laços relacionais, acreditando que a resposta era imperativa devido a seu comprometimento cristão e que violações de direitos humanos eram infrações intoleráveis de normas morais. A confluência de todos esses fatores gerou ultraje moral. (NEPSTAD e SMITH, 2009, p. 159, tradução nossa)

---

<sup>24</sup> Este estudo faz parte da interessante perspectiva sociológica que se propõe a levar em consideração as emoções no estudo de movimentos sociais. Ver mais no livro *Pasionate politics*, de Goodwin e Polletta, 2001.

Vemos aqui uma série de elementos que marcam as narrativas sobre a solidariedade internacional durante esse período: o compartilhamento de valores morais de uma determinada rede que transita entre seu país de origem e o país ao qual presta solidariedade; o trânsito, através dessas pessoas, de relatos dos acontecimentos em tom de denúncia, frisando a injustiça de um enfrentamento desigual entre uma potência econômica e militar da dimensão dos Estados Unidos e um pequeno país centro-americano. Esta dinâmica não foi exclusiva de grupos religiosos, nem de origem norte-americana: os grupos de solidariedade incluíram diversas origens sociais, como sindicatos, pessoas vinculadas a diferentes agremiações políticas de esquerda, grupos feministas, ecologistas, artistas; e de diferentes países europeus e latinoamericanos, principalmente (CALDERA, 2009).

As principais formas destes grupos de expressar apoio à Revolução Sandinista foram a criação de comitês de solidariedade nos países de origem, que se encarregavam de divulgar informações sobre o processo revolucionário e a guerra; comercializar produtos nicaraguenses, num nascente esquema de comércio justo; arrecadar dinheiro para ser enviado a diferentes lugares e organizar viagens de pessoas que quisessem conhecer o país em brigadas de trabalho. Foram comuns os grupos de estrangeiros que vinham trabalhar na coleta de algodão e café, os dois principais produtos agrícolas do país naquele momento. De maneira popular, os abundantes estrangeiros que chegavam de diferentes lugares ficaram conhecidos como internacionalistas, ou simplesmente *cheles*<sup>25</sup>. Seu trânsito se deu em todas as zonas do país, incluindo zonas rurais remotas, uma vez que a frágil economia afetada pelo embargo econômico e da guerra sofria pela escassez de mão de obra para garantir a produção dos poucos produtos dos quais se mantinha.

Uma característica importante deste tipo de solidariedade, portanto, é o estabelecimento de relações baseadas na construção de uma personalidade e na vinculação emocional

---

<sup>25</sup> Esta palavra se refere, a princípio, a pessoas loiras e de pele branca, e pode ser usada para pessoas nicaraguenses com essas características, porém passou a ser também um equivalente de estrangeiro – apesar de não se aplicar geralmente a pessoas negras – e hoje é usada comumente nos dois sentidos.

Quando uma história do envolvimento velado dos EUA na América Central foi publicada no início de 1980, muitos membros de comunidades religiosas estavam especialmente inclinados a responder com ativismo devido a conexões pessoais prévias com centro-americanos. Missionários voltando aos Estados Unidos e refugiados centro-americanos que ganharam asilo de congregações americanas trouxeram consigo histórias de atrocidades sofridas nas mãos de regimes apoiados pelos EUA. Frequentadores de igrejas estadunidenses desenvolveram fortes laços com seus companheiros cristãos, e quando eles ouviam sobre a colocação de minas em portos nicaraguenses financiados pela CIA, e os manuais de contra insurgência desta agência, eles expressavam seu choque levando o ativismo em favor de **pessoas que eles sentiam que conheciam**. (GOODWIN, 2001, p.17, tradução e grifo meu)

Este elemento da personalidade é importante para entender os mecanismos comprometimento que operaram neste tipo de solidariedade internacional. Naquele momento, ainda não se havia consolidado o processo de institucionalização e profissionalização da cooperação conforme se daria na década seguinte<sup>26</sup>, e o envolvimento pessoal de caráter ativista era apresentado de maneira recorrente como a motivação de estrangeiros para estar no país. Em diferentes redes, não apenas no âmbito religioso, um dos mecanismos para mobilizar solidariedade internacional era que militantes nicaraguenses fossem à Europa e aos Estados Unidos para falar sobre a realidade nicaraguense, e assim sensibilizar a população que poderia ser simpática à causa revolucionária.

No caso das organizações de mulheres, o estabelecimento de relações pessoais a partir trânsito de feministas de diferentes origens foi extremamente relevante também para o trânsito de referências teóricas e de modalidades organizativas. Conforme aponte na seção anterior, muitos dos impasses políticos que as mulheres nicaraguenses viveram, especialmente as dificuldades de priorizar suas demandas específicas de gênero, aconteciam também em outros países. Isto se refletia também nas iniciativas de solidariedade internacional que atuavam no país, que dificilmente tinham um foco específico em temas vinculados ao movimento de mulheres. Apesar disso, mesmo que em menor quantidade, dentro das organizações internacionais que apoiaram processos na Nicarágua encontravam-se feministas que tiveram um importante papel de pautar certos temas e fortalecer certas demandas voltadas especialmente para mulheres. No próximo capítulo veremos que também a ida de algumas nicaraguenses para a Europa teve uma

---

<sup>26</sup> Conforme veremos na próxima seção, esta profissionalização se deu principalmente no formato de ONG's internacionais, por um lado, e na consolidação de agências específicas voltadas para a AID bilateral nos ministérios de relações internacionais de países europeus.

especial relevância para o surgimento das organizações aqui estudadas, não necessariamente como uma cópia de modelos, mas como resultado de suas observações frente às diferenças e semelhanças das experiências.

As relações estabelecidas na década de 80 no âmbito da solidariedade internacional são perceptíveis até hoje em parte importante das pessoas que trabalham com cooperação internacional na Nicarágua, e poderiam inclusive ser parte da explicação para a abundância de recursos de cooperação internacional destinados à Nicarágua até muito recentemente. Em sua análise sobre as modificações da cooperação internacional na Nicarágua, O'Neill elabora esse argumento:

Uma das explicações que poderíamos encontrar, talvez em muitas das pessoas que hoje trabalham na cooperação bilateral europeia. Nas décadas de 70 e 80, as pessoas que trabalhavam na cooperação provinham do socialismo europeu, líderes estudantis, gente que iniciou seu trabalho em ONG. Adquiriram experiência e muitos deles passaram depois a trabalhar nos organismos oficiais de cooperação. Faz um mês falava com uma funcionária de alto nível do governo britânico, que tinha fechado seus programas em dez países. Fecharam totalmente o programa em Honduras e no Peru, e reduziram sua cooperação em praticamente todos os países da América Latina. Nessa onda, somente a Nicarágua conseguiu sobreviver. Eu perguntei: 'e por quê a Nicarágua?' E ela me disse 'é que nosso Ministro de Cooperação esteve recolhendo café na Nicarágua em 1981, quando era um rapaz recém saído da universidade e voltou apaixonado de lá'. A continuação de muitos projetos da cooperação na Nicarágua tem a ver com uma razão do coração. [...] Podemos garantir que isto continuará sendo assim para a Nicarágua? Não tenho muita certeza. Porque já vem um relevo de quem leva muitos anos na cooperação. Já vem uma nova geração, com outra visão, com outros interesses, gente que jamais recolheu um grão de café nas montanhas da Nicarágua. (O'NEILL, 2004, tradução nossa)

O nome *internacionalista*, utilizado para se referir aos estrangeiros que estiveram na Nicarágua naquele período, é interessante também porque remete a questões importantes vinculadas à tradição socialista, e que foram chave na consolidação deste tipo de vínculos de apoio internacional. Dois elementos do discurso de esquerda operam aqui: a ideia de patriotismo anti-imperialista de uma nação historicamente oprimida, e a ideia de solidariedade de classe, uma aliança internacionalista historicamente presente na retórica socialista. Estes eram, pelo menos, os principais apelos lançados pelo governo da FSLN para manter a visibilidade da Revolução e mobilizar não apenas apoios solidários como os anteriormente mencionados, mas também o necessário apoio econômico ao orçamento nacional, fortemente fragilizado pelo embargo econômico imposto pelos Estados Unidos, pelas dificuldades na produção agrícola da época, e pela guerra.



Nesse sentido, o apoio cubano e da União Soviética foi de central relevância, mas também o de diversos países social-democratas europeus, especialmente países nórdicos.

No entanto, há poucos registros sobre esse período de cooperação, e o próprio formato da ajuda naquele momento dificulta a recuperação de dados. Emma Mawdsley (2011, p.262) chama a atenção para o fato de que há poucos trabalhos sobre a cooperação soviética nos estudos sobre ajuda internacional e desenvolvimento, apesar deste ter sido um dos pilares econômicos de uma grande quantidade de países naquele momento. A autora faz a crítica inclusive ao fato de estes países serem frequentemente denominados como doadores “emergentes” e “não tradicionais”, ignorando esta longa tradição de cooperação existente entre países socialistas (MAWDSLEY, 2011, p. 257).

De qualquer forma é importante notar que o discurso que justifica a cooperação se baseava, já naquele momento e mesmo na retórica socialista, na ideia de levar desenvolvimento a um país de terceiro mundo (ESCOBAR, 1996; RIST, 2007). Mesmo que a posição ideológica divergisse, nos termos da polarização da Guerra Fria, a lógica desenvolvimentista permeava ambas posições, assim como a defesa de certos valores ocidentalizantes dificilmente questionado e/ou frequentemente mobilizados, seja em nome da *liberdade*, seja em nome da *emancipação*. Mesmo entre organizações de mulheres e feministas, era frequente uma postura alinhada com a abordagem de mulheres e desenvolvimento, bastante em voga naquele momento. Conforme veremos a seguir, estas heranças se expressam na consolidação das organizações sociais nicaraguenses após o fim da Revolução Sandinista.

### 2.3 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SE ESTABELECE: PERÍODO NEOLIBERAL (1990 - 2006)

Após a perda das eleições pela FSLN em 1990, iniciou na Nicarágua o que se costuma caracterizar como o período neoliberal, marcado pelo processo de desmantelamento das estruturas estatais que, até aquele momento, estavam profundamente vinculadas às estruturas partidárias. Este é também o período de surgimento de muitas organizações de sociedade civil, derivando da diversidade de experiências associativas e organizativas ocorridas ao longo dos anos 80, que se

desvinculam nesse momento da FSLN e se consolidam em organizações não governamentais (ONG), fundações, associações e cooperativas (SERRA-VÁSQUEZ, 2007).

O processo de desvinculação de grupos em relação ao partido se deu de maneira gradual e lenta. Muitas cooperativas tentaram manter a mesma dinâmica, mas tiveram que rever seus estatutos de propriedade com as mudanças legislativas e estruturais desse período. Os primeiros anos da década de 90, com as transformações de relações, rupturas e novas alianças, foram cruciais para a consolidação do novo cenário político que ficaria mais claro ao final da década. Parte importante dessas mudanças se deu num cenário de reestruturação da FSLN, e de retorno ao país de uma elite radicada nos Estados Unidos durante a Revolução Sandinista.

A derrota eleitoral do sandinismo aprofundou crises que já existiam na maioria das organizações populares vinculadas à FSLN. A organização das mulheres não foi uma exceção. Um dos temas de debate era como combinar a necessidade de uma dirigência forte e com capacidade de decisão com outra necessidade: a de estar escutando permanentemente os reclamos da base. A derrota eleitoral abriu também polêmicas sobre muitos outros temas políticos e sociais e iniciou um debate no qual revolucionários e não revolucionários sentiram que deviam tomar a palavra e falar com franqueza. Todas estas aberturas se deram no contexto de um retrocesso em todos os programas que favoreciam as maiorias populares, iniciado com a ascensão ao poder do novo governo da UNO. Tudo veio junto e fez com que a situação fosse mais complexa. (ENVÍO, 1991, tradução nossa)

A aplicação das medidas estruturais que marcaram a transição para uma economia neoliberal ao longo da década de 1990 alterou inquestionavelmente o alcance e a qualidade do acesso a serviços por toda a população nicaraguense. Mesmo se estes já vinham se deteriorando na segunda metade da década de 80, com a crise econômica e os desgastes políticos decorrente da guerra, os anos 90 são apontados por diversos autores como um momento de acelerada transformação social num sentido de aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Esta não é uma peculiaridade da Nicarágua, no entanto acredito que o impacto destas políticas marcadas por um caráter individualizante teve especificidades num cenário marcado por dinâmicas de coletivização da vida<sup>27</sup>, como foi o caso da década revolucionária.

---

<sup>27</sup> Mesmo se esta coletivização se deu, muitas vezes, de maneira forçada pelas políticas sandinistas, pela guerra, ou pela situação econômica do país, ou seja, não necessariamente de maneira voluntária, ela teve impactos importantes nas formas de estabelecer relações durante aquela década. Um registro interessante nesse sentido são as impressões sobre esse fenômeno narradas na série de entrevistas realizadas por Vergara (2012) com pessoas que viveram sua infância durante a Revolução.

Estas experiências coletivas foram um fator importante para o surgimento de uma ampla gama de organizações de sociedade civil marcadas por uma relação específica com um Estado que se transformou radicalmente nesse momento.

O discurso do novo governo era de reconciliação nacional, porém veio carregado de posições moralmente conservadoras que bateram de frente com o lento processo de abertura do processo revolucionário, notadamente discursos religiosos vinculados ao corpo e à sexualidade, o que implicou em novos desafios para o nascente movimento de mulheres e feminista naquele momento (KAMPWIRTH, 2009). Ao mesmo tempo, para muitas pessoas profundamente vinculadas ao processo revolucionário foi um momento de repensar as ações e decisões que tinham sido tomadas desde posições de poder num contexto tão conturbado e intenso quanto a década de 80. A desconstrução da verticalidade partidária permitiu o surgimento de iniciativas de maneira descentralizada, que foram aos poucos entrando nos novos moldes dos anos 90, em organizações não governamentais, ou buscando formalizar cooperativas e associações criadas ao longo da década anterior. O mundo tinha se transformado rapidamente naquele período, e foi necessário se adaptar aos novos formatos.

As iniciativas de solidariedade internacional dos anos 80 permaneceram após 1990, institucionalizando-se em estruturas de cooperação, ao mesmo tempo em que se somavam a elas os recursos e políticas das grandes agências multilaterais e bilaterais de “ajuda ao desenvolvimento” (AID). Entre 1990 e 2006, estas diversas estruturas de cooperação internacional chegaram a ter uma grande importância econômica e política na Nicarágua, constituindo-se como praticamente a única fonte de recursos da recente sociedade civil e de diversas instituições de governo<sup>28</sup>. Frente a um estado desmantelado pelas reformas estruturais e frente à escassez de políticas sociais, os projetos de desenvolvimento financiados por estas organizações, e frequentemente executados por organizações nicaraguenses, chegaram a assumir o papel do estado como executor de políticas sociais nos territórios, assumindo responsabilidades em setores como saúde, educação, moradia e micro-crédito (SPALDING, 2009).

Durante esse mesmo período, deu-se também internacionalmente a consolidação de um discurso hegemônico de desenvolvimento, focado em

---

<sup>28</sup> Em Sarria (2010) examino mais dados sobre este fenômeno.

estratégias de “redução de pobreza”, e um crescente processo de institucionalização e profissionalização da AID, culminando em 2000 com a declaração dos Objetivos do Milênio, e ao longo dessa década com uma série de encontros e documentos daquilo que David Mosse (2005) chama de “nova arquitetura da ajuda”. Diferentes estudos da AID, desde uma perspectiva do pós-desenvolvimento, enfatizam os mecanismos de poder que estão presentes em sua atuação, a partir do que Ilcan e Philips chamam de “*developmentality*”, que “não apenas identifica que tipos de espaços e conhecimentos são necessários para fazer um mundo melhor para o futuro, mas imagina um novo regime de colaboração, responsabilidades e redes para chegar lá” (2010, p.845, tradução nossa). Dentro dessa mentalidade que pensa o desenvolvimento em termos de eficácia, cria-se uma tecnologia de conhecimento e governamentalidade que busca medir os processos e deixa de levar em conta os contextos e histórias particulares (MERRY, 2011, p.S84), criando uma “maquinária de poder para produzir conhecimento e exercitar o controle sobre os assim chamados ‘países em desenvolvimento’” (ILCAN e PHILIPS, 2010, p.846, tradução nossa).

Diversas produções teóricas têm também apontado os efeitos que projetos de desenvolvimento têm nas dinâmicas locais, caracterizando-os como parte de uma “máquina anti-política” capaz de neutralizar questionamentos às relações de poder (FERGUSON, 1990), assim como têm ressaltado o caráter ocidental e modernizante destes discursos, demonstrando seu papel na “criação do terceiro mundo” a partir de uma visão estática e a-histórica do mundo (ESCOBAR, 1996), definida por uma leitura teleológica do que é necessário e desejável para “ser desenvolvido”, baseada em um conjunto de crenças universalizantes da modernidade (RIST, 1996). Neste sentido, os países que se autoconferem o papel de promotores do desenvolvimento

Provê o argumento e a justificativa para a prática de algumas pessoas intervindo no desenvolvimento de outras e assim também moldando quem dá assistência e quem são aquelas que devem estar agradecidas por isso. (KOTHARI<sup>29</sup>, 2007, *apud* MAWDSLEY, 2011, p.261, tradução nossa)

Este referencial permite analisar o processo nicaraguense inserido numa lógica geopolítica e econômica que considera este principalmente como um país pobre e periférico, no qual deve se intervir com o intuito de garantir seu

---

<sup>29</sup>Kothari, Uma. Geographies and histories of development. **Journal Fur Entwicklungspolitik** (Austrian Journal of Development Research) v.23, pp. 28–44. 2007.

desenvolvimento. Isto significa priorizar um tipo de conhecimento sobre como alcançar esse desenvolvimento, em detrimento do reconhecimento dos conhecimentos e das lógicas de vida locais. No entanto, o caráter normativo com o qual as soluções apontadas por estes discursos de desenvolvimento enfrenta-se constantemente com seus próprios critérios de medição de sucesso, convivendo tranquilamente com a reedição sucessiva de seus fracassos, conforme já apontava Ferguson em 1990. Esse foi o ano em que a “indústria do desenvolvimento” que já vinha se aperfeiçoando em outras latitudes começou a se instalar na Nicarágua com suas receitas de como melhorar vidas. No entanto, quinze anos depois, a história se repetia, uma vez que

A taxa de pobreza na Nicarágua, que não mostrava sinais de diminuir, preocupava as fontes de financiamento internacionais desde fazia muito tempo. À medida em que as instituições financeiras internacionais se convertiam em atores centrais que moldavam as políticas econômicas da Nicarágua, o fracasso do governo pós-revolucionário na hora de melhorar as condições de vida dos pobres se concebia também como um fracasso dos mencionados organismos. A crença tão generalizada dos anos 90 de que liberar mercados e promover o crescimento econômico poderia reduzir a pobreza se enfrentava com a realidade, inclusive depois da realização da reforma estrutural e a reativação da economia. [...] Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aumentaram a pressão para produzir resultados demonstráveis. (SPALDING, 2009, p. 361, tradução nossa)

Como parte da institucionalização do desenvolvimento, e de sua visão fragmentada da vida e das relações, encontramos também um campo significativo destinado a debater sobre “mulheres e desenvolvimento”. Desde meados da década de 1970, a partir de estruturas da ONU foram realizadas grandes conferências nas quais organizações governamentais e não-governamentais debatiam as implicações das políticas de desenvolvimento para as mulheres e a necessidade de políticas específicas, gerando uma “crescente interpenetração do discurso e das práticas desenvolvimentistas, dos movimentos sociais e das ONGs por um lado – especialmente de mulheres e feministas –, com o das instituições internacionais, pelo outro” (FALQUET, 2003, p.14, tradução nossa). Como resultado deste processo, nas últimas duas décadas fez-se onipresente o “componente de gênero” em todo projeto de desenvolvimento da AID, estando incluído nesse item tudo aquilo que tiver vínculo com a presença de mulheres nos projetos, sem necessariamente contemplar um debate mais qualificado sobre o conceito de gênero, e muito menos de feminismo. Nesse sentido, Blandón afirma que

A cooperação para desenvolvimento tem desempenhado um papel relevante na fragmentação do pensamento e da ação política feminista, na medida em que pressiona as organizações e redes de mulheres para que substituam o acionar movimentista pela incidência política, como ação especializada das ONGs, contribuindo em não poucos casos para dissuadir a abordagem de temas e problemas com alto conteúdo transgressor (BLANDÓN GADEA, 2011, tradução nossa)

Apesar disso, há uma heterogeneidade de organizações que trabalham estes temas, decorrentes principalmente da extensa mobilização de mulheres durante os anos 80, conforme vimos no capítulo anterior. A Nicarágua se caracteriza, portanto, pela ampla presença tanto de movimentos sociais e ONGs de mulheres e feministas; quanto de agências de cooperação internacional. A pesquisadora Karen Kampwirth (2009) afirma que o surgimento de um importante movimento feminista<sup>30</sup> foi um dos principais resultados inesperados da revolução, no sentido de não ter sido uma de seus objetivos intencionais. No entanto, esta variada gama de organizações que lutam pelos direitos das mulheres<sup>31</sup>, foi fortemente influenciada pela interpenetração de discursos mencionada por Falquet (2003), constituindo-se um vasto campo de organizações que atuam através de projetos financiados por agências internacionais conforme as lógicas de “mulheres e desenvolvimento” (FALQUET, 2003, ESCOBAR, 1996). Isto implica, na grande maioria das vezes, a adoção não só de certos parâmetros do que é desenvolvimento, mas também uma concepção específica do que é *ser mulher* num país *subdesenvolvido*.

Mesmo se muitas destas iniciativas se autodenominam como feministas, se trata de uma perspectiva que Chandra Mohanty critica já em 1985, influenciada por um feminismo branco ocidental que tende a renovar mais uma vez práticas de intervenção que caracterizada pela lógica da colonialidade. A crítica feita por Mohanty às “acadêmicas de classe média urbana [...] que produzem estudos acadêmicos sobre suas irmãs rurais ou de classe trabalhadora nos quais assumem suas culturas de classe média como a norma e codificam as histórias e culturas da classe trabalhadora como o Outro” (2008a, p.1, tradução minha) se aplica, de igual maneira, à prática de muitas organizações de mulheres e feministas que promovem

---

<sup>30</sup> Isto inclui um notável número de organizações de mulheres que não necessariamente se autodenominam feministas, mas são incluídas pela autora nesta categoria na medida em que compartilham das temáticas de luta e de posicionamentos políticos feministas.

<sup>31</sup> Isto inclui um notável número de organizações de mulheres que não necessariamente se autodenominam feministas, mas são incluídas pela autora nesta categoria na medida em que compartilham das temáticas de luta e de posicionamentos políticos feministas.

projetos de desenvolvimento na Nicarágua.

Apesar disso, o período de 1990 a 2006 compreendeu num momento de consolidação do movimento de mulheres e feminista no país. Conforme veremos no próximo capítulo, na medida em que a FSLN foi se caracterizando cada vez mais pela lealdade de seus membros a algumas das lideranças que seguiram à frente do partido, pessoas que tivessem participado de suas linhas na década de 80, mas tivessem se afastado – ou sido afastadas – passaram a ser as principais inimigas políticas do partido. Uma série de acontecimentos políticos<sup>32</sup> ao longo desse período, culminando com a aproximação da FSLN com setores religiosos, que levou à concessão de sua bancada a demandas conservadoras como a criminalização do aborto terapêutico em 2005, aumentou a hostilidade entre diferentes setores das organizações de mulheres e o partido.

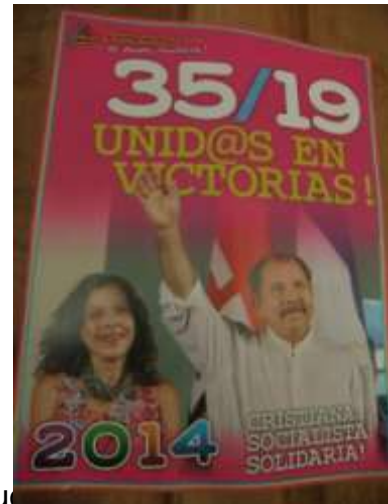
---

<sup>32</sup> Os mais importantes a ser destacados são: a acusação de abuso sexual realizada judicialmente a Daniel Ortega por sua enteada Zoilamérica Narváez, em 1997 – que permaneceu 10 anos circulando em diferentes instâncias supranacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) até ser arquivado –; e um impasse diplomático no caso de uma menor de idade nicaraguense estuprada por seu padrasto na Costa Rica, que foi levada por grupos feministas para a Nicarágua e garantiu sua possibilidade de realizar um aborto, gerando uma polêmica no debate público nacional. A tese de Humberto Meza pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UNICAMP (2015, no prelo) tratará especificamente da relação (e autonomia) do movimento de mulheres e feminista nicaraguense em relação aos partidos do país.

## 2.4 COMBINAÇÃO DE DISCURSOS: DESENVOLVIMENTO CRISTÃO, SOCIALISTA E SOLIDÁRIO (PÓS 2007)

A volta de Daniel Ortega à presidência da Nicarágua, em 2007 se insere na “virada à esquerda” no continente e o novo discurso de reconciliação nacional promovido por outros presidentes da região, como Lula no Brasil (2003), Evo na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2005) e Rafael Correa no Equador (2007), entre outros. A tomada de poder por parte da FSLN, e as mudanças pelas quais tem passado sua gestão nos últimos oito anos, tem implicado na centralização do Estado na promoção de políticas sociais, modificando a relação com o financiamento de projetos de desenvolvimento e reeditando tensionamentos políticos da década revol

Figura 6 - Cartaz de propaganda do governo nicaraguense. O 35/19 faz referência aos 35 anos do dia 19 de julho de 1979. Fonte: Foto da autora



autointitulado *Gobierno de Unidad y Reconciliación Nacional* (GURN) se caracteriza por um discurso personalista em torno da figura do presidente e da primeira-dama e porta-voz oficial do governo, Rosario Murillo<sup>34</sup>. Com um lema que anuncia uma Nicarágua *socialista, cristiana y solidaria*, este governo tem estado marcado pelas alianças – aparentemente contraditórias – com o bloco econômico da ALBA<sup>35</sup>, promovido pela Venezuela, e com importantes setores empresariais e alas conservadoras das igrejas católica e evangélicas.

A partir de 2008, iniciou-se também um massivo processo de retirada de recursos de agências bilaterais de cooperação internacional, em todos seus setores de atuação<sup>36</sup>. Este fenômeno tem gerado uma série de importantes modificações no

<sup>33</sup> Daniel Ortega foi reeleito em 2011, em um processo eleitoral amplamente questionado pela inconstitucionalidade de sua candidatura e por marcados indícios de fraude, e seu mandato se estende até 2016.

<sup>34</sup> A importância política adquirida por Rosario Murillo desde 2007 é um elemento central deste governo, porém implicaria na retomada de uma série de fatores históricos que vão além das possibilidades analíticas desta dissertação.

<sup>35</sup> Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos, criada em 2004 como uma alternativa à proposta da ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, lançada pelos Estados Unidos.

<sup>36</sup> Isto se deve tanto à crise econômica de 2008, que gerou uma diminuição dos recursos destinados à AID, quanto a uma tendência internacional a redirecionar os recursos, priorizando países africanos e asiáticos. No entanto, certos países doadores, especialmente os países nórdicos, têm aproveitado



processo de financiamento de projetos de desenvolvimento no país, devido à sua importância mencionada na seção anterior. No entanto, macroeconomicamente esta mudança não implicou na drástica crise econômica que poderia significar, uma vez que houve praticamente uma substituição do volume de recursos da cooperação internacional pela cooperação venezuelana, especialmente nos recursos destinados ao orçamento nacional. Este, especialmente no início da gestão neosandinista, foi um elemento econômico importante, que permitiu ao governo esnober os recursos<sup>37</sup> estrangeiros que ao longo de tantos anos foram o pilar econômico dos projetos de desenvolvimento no país.

Isso não significa que haja uma transição direta ou equivalente entre um tipo de cooperação e outra. O recebimento de recursos da Venezuela se dá através de mecanismos e com exigências e destinos bastante diferentes<sup>38</sup> daqueles da AID, sendo geridos por alianças público-privadas altamente criticadas pela sua discricionariedade. Apesar da dificuldade de acesso a informações públicas e a – consequente – escassez de pesquisas sobre o uso da cooperação venezuelana, o discurso oficial do governo alega que esta tem sustentado a maior parte de suas políticas sociais. Os questionamentos sobre a transparência na utilização dos fundos recebidos da Venezuela foram também um importante elemento do debate político desde que estes começaram a chegar. No entanto, esta aliança econômica e política faz parte de um posicionamento público do governo nicaraguense que se alinha com a posição venezolana na medida em que

Uma construção mais controversial de ajuda é articulada por Hugo Chavez, que explicitamente posiciona a ajuda da Venezuela a outros países latinoamericanos como uma ferramenta da 'Revolução Bolivariana' através da qual ele pretende contestar a hegemonia dos EUA no continente. (MAWDSLEY, 2011, p. 264, tradução nossa)

---

este contexto para frisar críticas em relação a indícios de fraudes nos últimos processos eleitorais, e ao recuo em questões de acesso a direitos, como o caso da criminalização de qualquer tipo de aborto, em 2006.

<sup>37</sup> Em publicação de 2010, Silvio Prado faz uma compilação dos casos de conflitos entre o governo Ortega e representantes de organizações de cooperação internacional, assim como das ONG's e movimentos financiados por elas, em que as ONG chegaram a ser apresentadas por meios oficiais de comunicação do governo como “o cavalo de Troia da CIA” (PRADO, 2010)

<sup>38</sup> A cooperação venezolana se dá através do suprimento de petróleo, do qual 50% deve ser pago num prazo de 90 dias, e os outros 50% fica a título de empréstimo a ser pago em 23 anos, com juros de 2% (SPALDING, 2009)

Figura 7 - Monumento a Hugo Chávez em Manágua. Fonte: foto da autora



Nesse sentido, a atual FSLN mobiliza uma série de elementos da memória histórica vinculada à Revolução Sandinista, apesar de seu cuidado para manter uma prudência para não se indispor com setores que atualmente são seus aliados, mas eram contrários à Revolução nos anos 80, ao

mesmo tempo em que apaga a participação histórica daqueles que atualmente se encontram na oposição. O discurso atual busca manter um posicionamento que recupera uma série de elementos anti-imperialistas, colocando os Estados Unidos como principal inimigo e recuperando a beligerância do tom da guerra fria, no entanto mantém uma política de bom relacionamento com grandes agências multilaterais e estabeleceu em 2010 um acordo de livre comércio com a União Européia (CARRIÓN FONSECA, 2012). As referências à solidariedade venezuelana e ao “Comandante Chávez” são recorrentes nos discursos públicos de Daniel Ortega e sua imagem é utilizada de maneira recorrente nas propagandas neosandinistas, conforme podemos ver na foto ao lado do monumento erguido em sua homenagem numa região central de Manágua (Figura 7).

O processo de aliança da Nicarágua com a Venezuela pode ser lido dentro da tendência de crescimento das alianças de cooperação sul-sul, analisado recentemente por alguns estudos sobre a ajuda para o desenvolvimento. Segundo estas leituras, há uma série de diferenças nos discursos que pautam essas relações, no entanto eles compartilham de importantes premissas. Segundo Emma Mawdsley (2011), algumas das características do regime simbólico de desenvolvimento sul- sul seriam:

A declaração de uma identidade de 'país em desenvolvimento' compartilhada; expertise em desenvolvimento apropriado; rejeição da relação hierárquica 'doador-receptor'; e uma insistência em oportunidades mútuas (MAWDSLEY, 2011, p. 256, tradução nossa)

Nesse sentido, estes acordos teriam um apelo pós-colonial por uma solidariedade entre países do “sul”, marcando uma diferença em relação às condutas da cooperação para o desenvolvimento do “norte”,

Um amplo conjunto de discursos compartilhados sobre suas ideologias e práticas de cooperação para o desenvolvimento que estão implícita e explicitamente estabelecidas contra o discurso público de ajuda internacional ocidental (MAWDSLEY, 2011, p.257)

No entanto, apesar da retórica antiimperialista e a tentativa de apresentar estes mecanismos de colaboração como mais simétricos, e portanto vantajosos para os países que recebem apoio, existe uma amplitude de mecanismos através dos quais o desenvolvimento é promovido, e muitas vezes

Uma grande parte do que acontece sob esses termos constitui em transações comerciais. Por exemplo, empréstimos podem ser feitos em termos especialmente suaves (baixas taxas de juros, ou longo horizonte de pagamento) mas eles são entendidos por todas as partes como sendo empréstimos comerciais (MAWDSLEY, 2011, p. 263)<sup>39</sup>

A falta de clareza sobre as transações econômicas entre Nicarágua e Venezuela se expressa em uma das principais políticas sociais deste governo, que foi inicialmente atribuída pelo governo à “solidariedade venezuelana”, porém foi mantida posteriormente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (LARRACOECHEA, 2011) – entre outros doadores. Me refiro ao *Programa Productivo Alimentario (PPA) Hambre Cero*, que segue a lógica dos programas de transferências monetárias condicionadas implementados em outros países da região, entregando bens materiais a mulheres como principais *beneficiárias*. Neste caso, trata-se da transferência de porcos, galinhas e vacas a mulheres que vivem em áreas rurais do país. Esta política se baseia na ideia de que as mulheres “são melhores administradoras de recursos no interior do lar e têm maior compromisso com a educação dos filhos” (SERRANO, 2005, p.51, apud LARRACOECHEA, 2011, p.5). Esta lógica tem sido criticada desde uma perspectiva feminista que

Não questiona o altruísmo em si mesmo, mas o abuso que se faz do altruísmo das mulheres nas políticas de desenvolvimento e os programas pró-pobres. [...] a forma como se incorpora as mulheres neste tipo de programas tem a ver com a lógica de que as mulheres tendem a priorizar o bem-estar dos demais antes do seu e que além disso são propícias a oferecer seu trabalho de forma voluntária. Assim, incorporar às mulheres nestas políticas as converte em mais eficientes a nível de implementação, custo e cobertura. Além disso, com este tipo de políticas, a porção

---

<sup>39</sup> Apesar disso, um interessante estudo realizado em 2012 por Gloria Carrión Fonseca, ao fazer uma comparação entre os processos de negociação e assinatura dos acordos de livre comércio firmados com a ALBA e com a União Européia (2010) alega que tanto a possibilidade de incidência de pequenos produtores

desproporcionada do “altruísmo” que carregam as mulheres em lares de baixa renda parece estar aumentando e não diminuindo. (LARRACOECHEA, 2011, p. 17, tradução nossa)

Além da questão da lógica que guia esta política, que desde sua formulação está em consonância com o discurso de mulheres e desenvolvimento anteriormente apresentado<sup>40</sup>, as pesquisas realizadas sobre sua implementação entre 2007 e 2012 “apontam que a seleção das beneficiárias tem estado ligada à filiação partidária das mulheres e que a distribuição dos bonos no território também responde a uma lógica de lealdades ao partido de governo” (LARRACOECHEA, 2011, p. 10). Este fenômeno tem gerado impasses nas estruturas comunitárias locais que aparecem tangencialmente no capítulo 4.

Ao longo dos anos que ficou fora do poder, transformações internas da FSLN levaram à consolidação de um pacto político com setores historicamente opositores ao sandinismo, como grupos religiosos e à ruptura com grande parte de pessoas que passaram a atuar nas organizações de sociedade civil e em organizações de cooperação internacional. Estes dois elementos permitem entender o fato de que as organizações feministas, compostas em grande medida por ex-militantes sandinistas, passaram a ser cada vez mais considerados como inimigos políticos pela FSLN e seus atuais aliados (KAMPWIRT, 2009). Conforme Montoya,

Num sentido mais amplo, as políticas sandinistas atuais voltadas para mulheres são coerentes com uma interpretação do papel das mulheres antifeminista e religiosamente inspirada, que está vem sendo promovida hoje – ironicamente contra um movimento feminista vibrante que foi impulsionado pela Revolução Sandinista mesma (2012, p.13, tradução nossa)

Nesse sentido, o discurso do atual governo sobre mulheres está construído em clara contraposição a organizações feministas. Portanto, a prioridade do governo neosandinista é frisar, em seu discurso, a importância das mulheres para o desenvolvimento da família, recalçando a necessidade de não estar contra os homens. Em entrevista com uma funcionária do ministério responsável pela agricultura familiar, sua apreciação sobre políticas de gênero foi:

---

<sup>40</sup> É interessante apontar para o fato de que parte importante dos recursos que financiam esta política vem das mesmas agências multilaterais anteriormente mencionadas, como é o caso do BID.

*La política de género del bueno gobierno<sup>41</sup> te dice, es un trabajo de hombres y mujeres. No es una guerra de sexos. A nosotros, claro que nos interesa que los hombres vayan cambiando su rol y vayan reproduciendo un rol donde los hijos y las hijas cocinen, planchen, asuman responsabilidades independientemente de que sean niños o niñas. Pero como lo vamos a ir haciendo? A medida en que hagamos procesos de sensibilización. (Entrevista Z.S.)*

Este cenário de polarização política, no qual os resquícios de uma sociedade fragmentada por uma guerra recente se combinam com os impactos dos discursos internacionais sobre pobreza, mulheres e desenvolvimento, é o que está como pano de fundo da atuação das organizações de mulheres rurais que apresentarei no próximo capítulo. De uma maneira geral, tentei traçar ao longo deste capítulo os principais aspectos históricos, políticos e culturais que permitam compreender a maneira como estas mulheres atuaram neste período em sua construção de alternativas para o que elas entendem como desenvolvimento. Todos os macro-discursos aqui apresentados se combinam de diferentes maneiras para criar a diversidade de posições e interpretações sobre organização política, compromisso, cooperativismo, gênero, feminismo e outros elementos presentes nos discursos cotidianos das duas organizações apresentadas no próximo capítulo.

---

<sup>41</sup> Ela está se referindo ao atual governo da FSLN, que passou a utilizar eventualmente o nome de “buen gobierno” a partir de sua segunda gestão, em 2012, apropriando-se assim desta expressão amplamente utilizada desde 1994 pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, no sul do México.

### 3 PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE MULHERES NO CAMPO: OS CASOS DA FEM E DA FEMUPROCAN

O que foi apresentado até agora tem a ver com informações e problemáticas com as quais eu já tinha alguma familiaridade há vários anos, devido à minha trajetória pessoal, política e profissional. Afinal, é a história de fenômenos facilmente visíveis na sociedade, acessíveis para uma pessoa que circula em determinados ambientes políticos e intelectuais, e que se repetem em meios escritos e espaços de debate na capital. Mas esta pesquisa é sobre organizações de mulheres rurais, e no momento em que comecei a procurar referências mais específicas para fazer essa aproximação, a quantidade de informação foi diminuindo. Gradualmente, na medida em que eu queria conhecer mais sobre modos de vida de mulheres rurais, iam escasseando minhas fontes. Muitas das pessoas e organizações que eu conhecia trabalhavam em comunidades rurais, com mulheres, mas em diversos temas que não necessariamente implicavam na existência de organizações exclusivamente de mulheres naqueles territórios. Porém eu estava interessada em organizações que assumissem essa definição que, de alguma maneira, eu estava considerando identitária. A necessidade de se colocar enquanto mulheres no campo, de frisar ambos aspectos da vida para fazer inteligível as necessidades apresentadas como urgentes em seu discurso, era o que eu considerava que poderia me ajudar a entender a diversidade de experiências possíveis quando colocadas em relação com projetos de desenvolvimento.

Em minha busca inicial, as referências que encontrei sobre mulheres rurais me remetiam a estudos, sistematizações e diagnósticos sobre a situação das mulheres no campo, apresentando-as como uma *população*, como um todo coerente, geralmente *caracterizadas pela escassez*: de terra, de crédito, de acesso a serviços, de segurança alimentar e de reconhecimento de seu trabalho e seu caráter de produtoras. Alguns eram materiais produzidos por suas organizações, outros sobre elas, todos com o selo de alguma organização de cooperação internacional. Apenas a partir destes materiais, era difícil perceber alguma diferença ou especificidade: mesmo as fotos em diferentes regiões do país pareciam ser tiradas no mesmo lugar. Mas algumas poucas organizações de mulheres rurais apareciam reiteradamente como referência, e é sobre duas delas que escrevo neste capítulo.

Conforme vim construindo o argumento até aqui, as mulheres que hoje se

encontram em agrupadas em organizações que reivindicam certos projetos políticos a partir da identidade de mulheres rurais – ou, como veremos mais adiante, variações desta ideia – passaram por uma história recente comum que é crucial conhecer para compreender a posição que ocupam agora. Considero que ao buscar conhecer essa trajetória é possível contribuir para a compreensão do que me proponho estudar, que é a maneira como determinadas vivências adquirem um sentido político ao serem colocadas como um outro, subalterno em relação a certas posições de poder e de saber. Encontrei pouca interlocução para minhas questões nos poucos textos com os quais tive contato que de alguma maneira problematisassem qualquer tema vinculado a mulheres rurais, e considero que isto é sintomático da pouca atenção destinada e da pouca importância conferida a esse lugar de experiência do mundo. Ou, por outro lado, da ausência de pessoas com essa experiência que cheguem a lugares de enunciação aos quais poderia ter acesso?

O objetivo deste capítulo é analisar a *relação* desta experiência de mundo com os discursos que constroem uma alteridade denominada como “mulheres rurais”. Para poder chegar à análise dos efeitos dos macro-discursos sobre desenvolvimento na vida de mulheres que vivem em regiões rurais da Nicarágua, me limitei a pesquisar algumas experiências que possam dar algumas pistas sobre como esse processo acontece. E é na medida em que aproximamos o olhar das experiências locais que podemos encontrar as semelhanças que as conectam e as diferenças que as separam, complexificando assim a compreensão do que pode ser participar em uma organização de mulheres rurais na Nicarágua.

Portanto, o trajeto deste capítulo retoma o caráter cronológico do capítulo anterior. Para compreender como se constroem historicamente diferentes discursos locais sobre a importância e o sentido de existirem organizações exclusivas de mulheres oriundas do meio rural, e as diferentes escolhas e estratégias que isto implica, volto a passar pelo percurso organizativo iniciado na Revolução Sandinista e pelos dois seguintes períodos históricos anteriormente apresentados. Isto é relevante, pois ambas organizações aqui estudadas, que são melhor apresentadas na seção 3.2, nascem de uma trajetória comum, intimamente vinculada com cada um dos macro-discursos em questão. Assim, ao repassar por cada uma destas etapas colocando alguns rostos e vidas no processo, pretendo desconstruir, pouco a pouco, a homogeneidade aparente sobre a qual se constroem os discursos sobre

mulheres rurais marcados pela colonialidade que as enxerga a partir de determinados modelos.

Para construir o argumento deste capítulo, retomo determinados aspectos da história relatada no capítulo anterior a partir do olhar das mulheres que compõem as duas organizações pesquisadas, a partir principalmente das entrevistas que realizei com elas. Na primeira seção, esta retomada se concentra principalmente na trajetória de duas das fundadoras, uma de cada organização, apesar de incluir algumas vozes de outras mulheres com as quais cruzaram seus caminhos apenas após a revolução.

### 3.1 GUERRA E ORGANIZAÇÃO

Nesta seção trato das dinâmicas agrárias e organizativas que levaram ao surgimento e consolidação das duas organizações de massa da estrutura sandinista a tratar com o campo, o surgimento de Secretarias da Mulher em cada uma dessas organizações, e finalmente as implicações do engajamento neste processo nas vidas das mulheres com quem realizei esta pesquisa.

#### 3.1.1 A dinâmica agrária e as organizações de massa: ATC e UNAG

A política sandinista direcionada ao setor rural foi se modificando na medida em que a experiência revolucionária foi amadurecendo. Até a década de 1960, praticamente não existiam experiências associativas de trabalhadores rurais ou camponeses, o que pode ser atribuído a diversas razões, como a falta de capacidade organizativa das poucas agremiações existentes, e à forte repressão da ditadura somozista. Segundo Luciak (1995),

Uma limitação central na luta do campesinado para se organizar era a difundida migração urbana e rural. Agricultores pobres, desalojados pela expansão da produção para agro-exportação, frequentemente escolheram migrar para a fronteira agrícola para continuar produzindo, ou procuravam emprego nas cidades em vez de continuar enfrentando as dificuldades da realidade do campo. Esta situação funcionou como uma válvula de escape e fez com que fosse difícil a emergência de uma resistência organizada. Por um longo tempo, o campesinato escolheu 'formas de resistência cotidiana'<sup>1</sup> em vez do confronto aberto. (p. 48, tradução nossa)

---

<sup>1</sup> O autor faz referência aqui ao conceito desenvolvido por James Scott, especialmente em seu livro *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance* (1985).



Durante a década de 70, a atuação da Frente Sandinista modificou este cenário. Inicialmente, a estratégia de guerra de guerrilhas implicou na necessidade de aliança com algumas comunidades no interior do país, na “montanha”<sup>2</sup>, para garantir o apoio aos focos de ação. Esta aproximação se deu principalmente a partir da aliança com a comunidade católica influenciada, já naquele momento, pela teologia da libertação, especialmente através da figura dos “delegados da palavra”, lideranças comunitárias que em diversos casos estabeleceram a ponte entre as comunidades rurais e os guerrilheiros. Tratava-se, nesse caso, de pequenos produtores apoiando clandestinamente a logística dos guerrilheiros, e eventualmente somando-se também à luta armada (LUCIACK, 1995), o que implicava um alto nível de comprometimento e risco corrido (SOTO JOYA, 2011). No entanto, esta dinâmica diz respeito principalmente às regiões centro-norte, em regiões produtoras de café e aproximando-se da fronteira agrícola, que é onde estão localizadas todas as comunidades rurais nas quais realizei esta pesquisa.

Já na região Pacífico, onde estavam concentradas as empresas agroexportadoras, “*el peso de las familias sin tierra dio lugar a un extenso segmento de trabajadores asalariados, permanentes o estacionales*” (BAUMEISTER, 2009, p. 390) e o cenário de organização foi diferente. O foco de ação foi, neste caso, de organização de trabalhadores agroindustriais e camponeses sem terra, num formato de agremiação que, mesmo clandestina, já em 1978 se assumiu com o nome de *Asociación de Trabajadores del Campo* (ATC)<sup>3</sup>. Esta associação, com forte componente de classe proletária em seu discurso, teve grande importância em mobilizações massivas no período final da guerra insurrecional<sup>4</sup>, denunciando publicamente a ditadura somozista e garantindo a produção de alimentos para diversos setores durante esse período convulsionado (LUCIAK, 1995).

Após o triunfo da revolução, em julho de 1979, a ATC era a única estrutura de organização de massa no meio rural do país, e começou a gradualmente aglutinar

---

<sup>2</sup> Apesar de efetivamente a Nicarágua ter uma vasta área montanhosa, especialmente na região centro-norte, e nela estarem localizadas diversas comunidades rurais, a expressão “estar na montanha” ou “enmontanhado” se refere ao campo de uma maneira geral, ressaltando a questão da distância em relação a centros urbanos, mais do que de relevo.

<sup>3</sup> Grande parte destes parágrafos é baseada na revisão histórica do surgimento das organizações camponesas durante esse período, realizada por Iljan Luciak no livro *The Sandinista Legacy Lessons*, de 1995.

<sup>4</sup> O caso de Estelí, o município no qual está localizada a sede central da Fundação na qual foi realizada esta pesquisa, opera mais como o Pacífico, devido a ser uma cidade de tamanho médio e com presença de indústria de tabaco e café. O que explica, como veremos mais adiante, por que é que a Fundação se deriva de pessoas vinculadas à ATC, e não à UNAG, como em Matagalpa.

uma maior variedade de perfis de associados, chegando a evidenciar certos conflitos de diferentes interesses de acordo com os diferentes setores que iam se juntando. Até meados de 1981, a Associação foi reunindo camponeses sem terra, trabalhadores agroindustriais e pequenos produtores, e a aposta destes estava diretamente vinculada com demandas de classe: redistribuição de terras, melhoria de salários, condições de trabalho, salários igual para mulheres, direito a organização. Aos poucos, foram se somando ainda os médios produtores, camponeses de diferentes extratos, ou ainda da fronteira agrícola, produtores de gado que aos poucos foram se transformando no que poderia ser considerado, em termos de extensão de terra, fazendeiros. Estes últimos tinham outros tipos de interesses comerciais, e se sentiam ameaçados por uma política de distribuição de terras que pudesse afetá-los. Este foi a origem do surgimento da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG), em 1981, fenômeno que modificou a dinâmica de organização no campo.

Por um lado, permanecia a ATC, com um vínculo muito mais próximo à FSLN, uma organização de massa vanguarda do proletariado rural, de alguma forma a síntese do ideário operário-campesino ideado pelos discursos dos fundadores do partido, tão exaustivamente retomado ao longo daqueles anos. Esta visão orientou muitas das políticas agrárias sandinistas, já que “viam estes campesinos como o ideal de uma consciência de classe em virtude de sua (semi)proletarização, projetando neles uma predisposição orgânica à produção coletiva” (MONTROYA, 2012, p. 19). A política de reforma agrária acompanhada pela ATC levou à consolidação de empresas estatais chamadas *Áreas de Propriedad del Pueblo* (APP), a partir da expropriação de indústrias e terras vinculadas a setores somozistas que, em sua maioria, fugiram do país (DEERE, 1983). Outras empresas privadas permaneceram operando<sup>5</sup>, e a ATC representava sindicalmente os trabalhadores de ambos setores<sup>6</sup>. Criou-se assim uma estrutura vinculada a serviços, como saúde e educação, que foram algumas das melhorias mais

---

<sup>5</sup> Devido principalmente à diversidade de setores políticos e econômicos que participaram num primeiro momento da Revolução Sandinista, e à necessidade de manter alianças, a política econômica sandinista se consolidou como uma economia mista, e apesar de ter acontecido um amplo processo de estatização da economia, permaneceu coexistindo também com diversas modalidades de propriedade privada.

<sup>6</sup> Ver: Baumeister 2009 para a descrição detalhada de distribuição de terras ao longo das décadas de 1970 a 2008, permitindo ver os fenômenos de distribuição e re-concentração de terras narrado neste capítulo de outras maneiras; Luciak 1995 para ver o fluxo de associados e financiamentos em ambas organizações rurais detalhadamente ao longo da década de 1980 e início dos anos 90.

significativas de acesso a serviços públicos que muitos camponeses tiveram ao longo da década revolucionária.

Por outro lado, estava a UNAG, conformada por pequenos e médios produtores que se organizaram para garantir seus interesses, que incluíam o acesso (e a garantia de manutenção da) terra, créditos, mercado para os produtos, transporte, assistência técnica, insumos, entre outros (UNAG, 2015). Apesar de a maior parte de seus filiados serem sandinistas, a organização tinha uma série de contradições em sua relação com o partido. Isto inclui, por exemplo, questões mencionadas no capítulo anterior sobre a inadequação de várias políticas do partido ao modo de ser de um determinado extrato da população rural do país. Segundo Luciak (1995), a partir de meados da década de 80,

Era de significativamente fundamental para a UNAG manter e aumentar sua independência em relação à FSLN, já que muitos produtores privados não se juniriam a uma organização que eles percebiam como idêntica à frente Sandinista. A membresia da UNAG em si não implicava na filiação à FSLN (p.117, tradução nossa)

Por sua vez, a ATC dependia mais de recursos repassados pela FSLN, e mantinha maior relação com as políticas do partido, assumindo seu lugar de vanguarda revolucionária (MONTROYA, 2012). Mesmo assim, a associação recebeu apoio internacional de diferentes fontes, e se inseriu em diferentes redes internacionais campesinas e de produtores rurais. Sua atuação foi fundamental para a elaboração da lei de cooperativas, que foram criadas extensamente como formato de distribuição de terras da reforma agrária, no entanto a organização das *Cooperativas Agropecuarias Sandinistas* (CAS) se deu em grande medida vinculada à UNAG, já que pequenos proprietários de terras passaram a ser seus integrantes.

A experiência das CAS variou muito de acordo a cada região do país, devido às diferenças de dinâmica agrária, produtos e tipo de processamento destinado a eles. Soto-Joya (2011) escreve, referindo-se à fronteira agrícola:

A revolução significou uma maior ingerência estatal na vida da população da região. A Cruzada de Alfabetização<sup>7</sup> foi bem vinda, mas a reforma agrária foi fonte de conflitos. Um dos objetivos do programa agrário do governo

---

<sup>7</sup> A Cruzada de Alfabetização aconteceu no ano de 1980 e consistiu numa massiva mobilização de toda a população jovem escolarizada do país para alfabetizar a população rural e das periferias urbanas. Esta foi uma das experiências mais destacadas da Revolução Sandinista e reduziu significativamente o analfabetismo.

sandinista foi transformar as parcelas de terra campesinas e criar unidades de produção 'modernas', tecnificadas, baseadas na cooperativização. Era uma política ancorada na subestimação das práticas agrícolas campesinas e a vontade de modernizá-las. [...] A cooperativização era também vista como um anatema porque a lógica campesina ensina que a prosperidade se consegue com muito esforço e trabalho individual. (p. 42, tradução nossa)

Em geral, nas regiões mais atingidas pelas políticas sandinistas, não existia um histórico de produção ou propriedade comunal da terra<sup>8</sup>, e a expectativa camponesa era de se conseguir autonomia ao ter uma terra própria (MONTROYA, 2012, p. 20). Portanto a consolidação de cooperativas de produção de caráter coletivo representou um desafio e uma transformação da dinâmica das comunidades rurais no país, que foi encarada com maior ou menor adesão de acordo com o local. Idealmente,

De acordo com a prescrição do Estado, na modalidade de cooperativa das CAS a terra seria possuída em comum, a produção realizada coletivamente e os salários e os produtos distribuídos igualmente entre membros da organização. A produção que extrapolasse as demandas para consumo local seria vendida a uma organização do governo que comprava e distribuía alimentos ou, em alguns casos, no mercado (MONTROYA, 2012, p.98-99, tradução nossa)

No entanto, na prática, as cooperativas se adequaram às dinâmicas locais, funcionando muitas vezes de maneira intrafamiliar, fortalecendo certos grupos em detrimento de outros, e não necessariamente tendo os resultados esperados economicamente. Segundo Montoya, “uma revisão da literatura para este período enfatiza fortemente a miríade de problemas das cooperativas em termos de organização, produção, entrega de produtos ao Estado e pagamento

de empréstimos” (2012, p.207). Apesar dos problemas econômicos e logísticos implicados na conformação das cooperativas, este processo teve um importante papel na formação de uma identidade cooperativista vinculada à militância sandinista. Participar em cooperativas foi amplamente caracterizado como moralmente superior a produzir individualmente (MONTROYA, 2012, p.100), gerando assim um discurso de orgulho coletivo por colaborar com a defesa da revolução, fosse com a produção de comida, cumprindo a função de espaço comunitário, ou inclusive na defesa militar em regiões afetadas pela guerra.

---

<sup>8</sup> Esta afirmação se refere, conforme já indiquei na introdução, à população rural principalmente mestiça do Pacífico, centro e norte do país, e não é válida para a região do Atlântico, na qual há presença de diferentes grupos indígenas e afrodescendentes que, por sua vez, foram afetados de maneira muito diferente pela Revolução. Mais informações sobre a relação da FSLN nessa região em Gonzáles e Figueroa (2009).

Mesmo se legalmente as cooperativas podiam ser mistas, a tendência era que homens concentrassem cargos e obtivessem a nomeação de terras, permanecendo como a referência da esfera produtiva, conforme percebemos na Figura 7. A forte marcação da separação entre espaço público e privado e da divisão sexual do trabalho era perceptível em todos os âmbitos da sociedade, mas pode-se dizer que era – e continua sendo – especialmente explícita nas áreas rurais. No entanto, conforme já mencionei no capítulo anterior, o processo revolucionário envolvia a mobilização de mulheres, e mesmo que mantendo-as em seus papéis tradicionais, o discurso sandinista valorizava a sua participação na comunidade. Portanto, foram criados também os coletivos de produção de mulher, como um esforço para

Figura 8 - Cartaz do INRA, 1979.  
Fonte: BUJARD et al. 2009



Integrar mulheres em atividades sociais e produtiva que pudessem ajudar suas famílias e comunidades. [...] [e eram] devotadas à horticultura, pecuária de pequenos animais, e outras atividades produtivas 'de mulheres' consideradas secundárias para o sustento da família (MONTROYA, 2012, p.126).

Conforme já mencionei com capítulo anterior, a guerra da *Contra* afetou diretamente a dinâmica agrária do país, e teve importantes implicações econômicas e sociais. Os coletivos de produção de mulheres aumentaram ao longo da década devido à ausência de homens, que iam para a guerra. Este fenômeno foi ainda mais perceptível no trabalho agrícola assalariado, que viveu uma intensa feminização. Este fenômeno teve implicações diretas na dinâmica das relações de gênero das comunidades e também das organizações rurais. Um estudo realizado em 1985 por diversos institutos de pesquisa do governo<sup>9</sup> em conjunto com a ATC permitiu o levantamento de dados sobre o alcance destas transformações no setor

<sup>9</sup> A pesquisa foi realizada em 1985 por pessoas vinculadas ao *Centro de Estudios de la Reforma Agraria* (CIERA), o *Centro de Estudios del Trabajo* (CETRA) e à ATC, e foi publicado em 1987 pelo *Instituto Nicaraguense de la Mujer* (INIM).

agroindustrial, especialmente na produção de café, tabaco e algodão, problematizando suas implicações na divisão sexual do trabalho tradicional (AGUIRRE et al, 1987). Uma das mulheres que entrevistei participou da elaboração dessa pesquisa e narra que

*Como se estaba dando el tema de la guerra, una de las cosas centrales era demostrar cómo la fuerza de trabajo en esos rubros se había feminizado, y como las mujeres habían asumido labores consideradas no tradicionales para mujeres, y con eso estábamos evidenciando la división genérica del trabajo, y como todo estaba organizado, de esta categoría de género, entonces como era tan construido culturalmente el asunto de los roles productivos y de la segregación de las mujeres en el ámbito productivo. Una parte era el análisis en la agricultura como tal, y como la misma guerra estaba desmontando ese mito, y estaba feminizada la agricultura. Los hombres estaban con el chopo y todas las mujeres en la producción, incluso manejando tractores. Aquí, por ejemplo, esa labor que se considera tan, tan masculina, como es subir cujes y bajar cujes<sup>10</sup>, pero los hombres en la guerra y las mujeres lo hacían. Se subían y lo hacían perfectamente, con un nivel de eficiencia y de productividad increíble. Entonces también nosotras en la investigación evidenciábamos la doble jornada y cómo había que hacer acciones desde el sindicato para que se considerara la vida reproductiva de las mujeres, la condición de desigualdad de ellas, y que teníamos que tener, dentro de los sindicatos, un espacio propio para las mujeres, y así fue que devino la secretaría de la mujer de la ATC. (Entrevista D.M.)*

### 3.1.2 Secretarias da Mulher

O surgimento de Secretarias da Mulher dentro das organizações rurais foi um marco importante para explicitar as desigualdades existentes nas relações de gênero tanto no meio rural, quanto nas esferas de poder e nas organizações, por mais sandinistas que fossem. Entre 1985 e 1986, a partir da soma de diferentes fatores e processos em cada uma das organizações, tanto a ATC quanto a UNAG passaram a ter esses espaços. Assim como em outros setores sandinistas, foi a luta de algumas mulheres dentro das organizações de base e das estruturas do partido o que permitiu o surgimento de espaços que levassem em consideração suas demandas específicas. Este processo se deu enfrentando resistência da maioria de homens que ocupavam os cargos administrativos e políticos dessas organizações. Conforme veremos na seguinte seção, a experiência das Secretarias da Mulher da UNAG e da ATC tem relação direta com o surgimento das organizações que pesquisei. Ao longo desta seção, apresentarei como se deu o processo de ambas, a

<sup>10</sup> “cujes son moños de tabaco que se amarran en un palo y se suben en unas casas bien altas para que se desidrate la hoja y quede una textura bien específica para ser procesada em la preindustria” (Entrevista D.M.)

partir das informações disponíveis na escassa literatura sobre o tema, e de entrevistas com mulheres que participaram do processo, e posteriormente fundaram as organizações que pesquiso.

D.M. teve sua primeira aproximação com a ATC ao participar, ainda como estudante universitária, da pesquisa anteriormente mencionada sobre feminização da agro nicaraguense. Apesar de reconhecer a abertura inicial da ATC para falar sobre desigualdades de gênero, D.M. também aponta o quanto essa abertura era limitada:

*Por eso la ATC es tan relevante en la historia de los 80 pues, porque la ATC, una organización sindical que agrupaba 60 mil obreros, super relevante en toda la producción del país, y en sus prácticas logró abrir su cabeza a temas como estos pues, y logró hacer una secretaría, y se abrió a cosas que en ese momento no decíamos que eran el feminismo, pero ahora sí podemos reconocer que era eso pues<sup>11</sup>. O que al menos reconoció el carácter no natural de esas desigualdades, y que hizo acciones y que se convirtieron políticamente en cosas concretas, para que las mujeres tuvieran una herramienta para luchar. No es que ellos alcanzaron la igualdad ni la promovieron: nos encontramos, una vez instalada la secretaría, con las resistencias típicas y con el colapso de esa apuesta. (Entrevista D.M.)*

Cabe ressaltar que as principais demandas das secretarias da mulher, em ambas organizações, passava pelo acesso a programas de saúde sexual e reprodutiva, creches, educação e capacitação técnica, crédito, terra a nome de mulheres e reconhecimento de seu trabalho, inclusive através de salários iguais, no caso das operárias. Porém, todas estas demandas se viam postergadas pela necessidade de se disputar lugares de fala, para se ter a possibilidade de assim visibilizar os fatores que afetam as mulheres de maneira diferente que os homens. Para poder fazer isso, era necessário estar em posições de poder, e naquele período foi notória a ausência de mulheres em posições muito elevadas, inclusive em cargos locais.

M.V., uma das fundadoras da UNAG, conta que

*En ese concejo nacional de la UNAG, fui miembro, nada más que del concejo ampliado [...] Eso fue una batalla. Porque cuando constituímos la UNAG, no habían recursos, entonces yo gesté todo eso. Pero cuando ya vienen los recursos, vienen los técnicos, vienen los hombres y ya... entonces ya estaba rodeada entre quinientos dos hombres, una mujer, que era yo. Que no existió en ningún departamento de este país en la UNAG, y*

<sup>11</sup> O impacto que estas as Secretarias da Mulher tiveram na elaboração dos discursos que seguiriam acompanhando as práticas das mulheres rurais organizadas, e a maneira como análises feministas e sobre desigualdades de gênero afetaram suas práticas serão analisados mais adiante neste trabalho.

*lo digo con orgullo, porque yo le saco fecha y hora. Entonces, estando ahí, yo veo que las mujeres que llegaban, se sentaban, y ellos lo que hacían era que hablaban, y hablaban, y ellas lo que hacían era llenar la silla de los eventos. (Entrevista M.V.)*

É interessante perceber como, entre outros fatores, o apoio de recursos internacionais de diferentes tipos foi fundamental para permitir que emergissem e se fortalecessem certas demandas exclusivas de mulheres dentro das duas organizações rurais, tanto na ATC, quanto na UNAG. Em relação a esta última, Luciak (1995) aponta que

A organização era muito bem sucedida em conseguir apoio financeiro e assistência técnica de agências de ajuda internacional, fundos privados de instituições, e governos da Europa Ocidental. A UNAG fortaleceu sua reputação internacional quando foi reconhecida pela Organização Internacional do Trabalho como representativa do setor privado da Nicarágua. O movimento de fazendeiros se converteu também em membro da Federação de Cooperativas da América Central e Caribe, e eventualmente lhe foi confiada sua presidência. Em termos de viabilidade da democracia sandinista, a UNAG foi considerada um caso de teste pela Internacional Socialista e governos europeus apoiadores dos sandinistas, para fortalecer o aspecto participativo do projeto revolucionário nicaraguense, doadores bilaterais e multilaterais proveram um apoio financeiro substancial à UNAG (p.116, tradução nossa)

Neste contexto, faz-se possível também a relação de fortalecimento entre iniciativas de e para mulheres, mesmo que este não fosse o objetivo inicial destas trocas. M.V. foi também uma das fundadoras da Secretaria da Mulher da UNAG, e conta que

*Entonces mi primer salida, fue a Europa, en una época del ochenta, me tocó ir a visitar Holanda. Posteriormente hice un recorrido a Dinamarca, Bélgica, Suécia, Suecia, a Finlandia... la cosa era que a 18 países. Era un recorrido para buscar recursos para nuestra organización, la UNAG, que estábamos constituyendo. Íbamos dos varones y yo. Y nos fuimos, y pude ver... el mundo se me abre, como diría yo, alguien a caballo y otro en avión. Cuando veo Europa, los movimientos de mujeres y esto y lo otro, y mi inquietud. Yo guardo todavía ahí las primeras revistas que yo traje. Y comencé a leer. [...] Fui tan disciplinada en el proceso de la revolución, que para mí la disciplina es lo grande. Entonces todo eso me ayudó a mirar en Europa los movimientos de mujeres, y yo dije: yo esto lo puedo hacer en mi país. Y regresé con una idea nueva. Nada más, que como dice Ruben Darío, un poeta nuestro, agarré todas esas esencias, las herbí en un alambique, y saqué una quintesencia. (Entrevista M.V.)*

A partir daí, M.V. conta como planejou incluir certas demandas na agenda nacional da UNAG. Fazendo uma análise das relações de poder na estrutura da organização, ela relata como elaborou um “plano estratégico operativo” – em suas



palavras – já que, devido às resistências previsíveis na dirigência nacional, as ações mereciam ser pensadas como quando se tem que “*ir viendo qué tipo de madera vas a poner en un puente para cruzar*”. O que ela fez foi falar diretamente com um grupo de cinco mulheres grandes produtoras de café e gado, que ao ficarem viúvas permaneceram à frente de seus negócios e tinham reconhecimento da direção nacional da UNAG, e as chamou para apoiar seu plano de criar uma organização de mulheres dentro da União.

*Pero por qué buscar medianas? Primero, porque eran mujeres que conocían del negocio. Segundo, porque yo creí en un eslogan: "el que tiene plata, platica". Eso no tiene sexo. En la pobreza, tanto el hombre y la mujer están discriminados de los procesos económicos. Entonces yo este lema lo saqué. Y mis invitadas tenían plata que se arrimaban hasta los presidentes de la república. Mire, eso se llama tacto, y esas son las que iban. Pero a la par que llevo a una de medios, es porque tiene un programa de medios, tiene una revista en los diarios de Nicaragua. Y la integro también a esa para que sea nuestra divulgadora. (Entrevista M.V.)*

Após tentar negociar sem sucesso com as instâncias da região onde atuavam, este grupo se propôs a criar uma brigada de mulheres que incluísse pequenas produtoras e, com o pretexto de ir colher café na região cafeteira de Matagalpa e Jinotega, aproveitasse para se formar sobre a possibilidade de criar cooperativas e coletivizar os cuidados das crianças. M.V. relata como usou sua inserção como liderança do movimento camponês para convencer alguns maridos a deixarem suas mulheres saírem com o grupo, e iniciaram a brigada com cerca de 60 mulheres de diferentes extratos sociais, com aproximadamente 30 crianças<sup>12</sup>. Dois meses depois, tinham agregado duas centenas de mulheres, passado por diferentes cooperativas e conseguido de estrangeiras que atuavam com solidariedade internacional na região, como atenção em saúde com enfermeiras suíças, e doações de roupas e comida vindas da Holanda, por exemplo. Em janeiro de 1984, a jornalista que as apoiava publicou uma matéria de circulação nacional onde a brigada emitia suas demandas:

*Dos periodistas, se van al grupo, toman las fotos y dice "Mujeres campesinas luchando por tener una identidad propia" "una participación activa, mujeres que quieren integrar a la Unión Nacional de Agricultores y*

<sup>12</sup> Escutei esta história contada por M.V. duas vezes, uma numa conversa informal com outras pessoas após uma atividade, e outra na entrevista. Em ambas ela fez questão de acrescentar, também, que durante o processo da brigada aconteceram alguns abortos, mas que mesmo assim nenhuma das mulheres desistiu.

*Ganaderos, pero como socias activas, no como secretarias". Y se sacó un titular enorme. [...] Y nosotras decimos: y le pedimos a un miembro de la dirección que nos visite, que somos capaces de levantar la producción, no somos retaguardia, somos la vanguardia para mantener la economía del país. (Entrevista M.V.)*

A partir desta iniciativa, foi incorporada na política nacional da UNAG a possibilidade de levar em conta a “participação ativa das mulheres”, e iniciou-se um lento processo de estabelecimento de secretarias da mulher, que foi possível em grande medida devido ao apoio de organizações internacionais. Ao longo da minha pesquisa, as únicas pessoas que encontrei que conheciam a história da Brigada María Castillo Blanco, narrada por M.V., foram as pessoas dela participaram: mulheres que conheci no município de Terrabona, e a jornalista que cobriu os fatos. Apesar dos diversos fatores possíveis para explicar isto, considero importante levar em conta a avaliação de M.V. de que,

*Como sabemos, el campo no es el que sale en las grandes historias... son otros. Yo no estoy en las grandes historias. Y tengo muchos años pues... entonces sacamos los nombres propios de nuestras mujeres que fueron avasalladas en la guerra, violadas y todo. Tomamos los nombres de ellas, porque esa es nuestra identidad. [...] Esas campesinas no están en ninguna literatura. (M.V.)*

Esta fala, que a escutei repetir de maneira semelhante em eventos públicos que acompanhei, me parece muito eloquente para evidenciar o esforço de M.V. para visibilizar uma existência silenciada, uma urgência de nomear não só pessoas, mas também violências, resistências, lutas. O apagamento da história destas mulheres, segundo ela, se dá tanto dentro da narrativa da história da FSLN, do movimento camponês e do movimento de mulheres, e nos mostra uma resistência ativa contra a produção da invisibilidade que se dá nestes espaços.

Já a história da consolidação da secretaria da mulher da ATC é um processo melhor conhecido, sobre o qual encontrei mais referências (LUCIAK, 1995; MONTOYA, 2012<sup>13</sup>), inclusive em conversas com pessoas que não participavam da ATC na época. Isto se deve, em parte, ao fato de que nesta associação, de caráter sindical, havia um número muito maior de mulheres<sup>14</sup>, devido à já mencionada

<sup>13</sup> Apesar disso, as datas de surgimento da ATC divergem: Luciak (1995, p. 169) aponta o ano de 1984, Montoya (2012, p. 127) se refere a 1983 e em entrevista realizada por mim, conforme apontei, me é relatado um momento pós-1985

<sup>14</sup> Segundo Luciak (1995), em 1989 haviam aproximadamente 13% de participação de mulheres na UNAG, enquanto em meados da década de 80 a composição da ATC chegou a estar conformada

feminização do proletariado rural. Outro fator relevante foi a disputa que a criação desta secretaria significou dentro das estruturas vinculadas à FSLN. Conforme mencionei no capítulo anterior, a princípio, os “problemas de mulheres” deveriam ser tratados pela organização específica criada para isso: a AMLAE. No entanto, esta associação não dava conta das necessidades específicas das mulheres de diferentes setores econômicos e sociais.

As mulheres da ATC foram ao escritório nacional da AMLAE em 1987 para pressionar por uma descentralização efetiva do movimento. Sua alternativa era organizar mulheres fundamentalmente por setor. Maria Teresa Blandón lembra que 'a secretaria da mulher da ATC foi resultado de um desentendimento com a AMLAE, que sentiu que o trabalho devia ser feito apenas fora dos setores, enquanto outras mulheres argumentaram que era precisamente no movimento social organizado onde era necessário fazer trabalhos nesse sentido, não apenas com mulheres, mas com homens também – para transformar a realidade (TORRES, 1992, tradução nossa)

As tensões aumentaram na medida em que o foco de trabalho da secretaria da mulher foi sendo considerado “feminista demais”, tanto por parte da AMLAE e do partido, quanto pela direção da ATC. Isto se deve ao fato de que uma das principais atividades levada adiante por essa instância, principalmente no final da década, estiveram voltados a questões de saúde sexual e reprodutiva, através da constituição de clínicas nas quais além de realizar exames de rotina, havia programas de educação sexual, acesso a anticoncepcionais, e inclusive unidades onde se realizavam abortos. “Elas surgiram não como parte de uma postura teórica abstrata, as mulheres dos setores argumentaram, e sim por que elas estavam entre muitos problemas concretos que as mulheres na base precisavam resolver e os setores foram com frequência o único lugar que elas poderiam buscar.” (TORRES, 1992). Sobre este programa, uma das entrevistadas, naquele momento diretora da clínica de Estelí, relata:

*Decíamos que de todas las demandas de género de las mujeres, era super importante pues el tema de la salud reproductiva, en ese momento no le llamábamos salud sexual, porque tenía más un enfoque reproductivo, pero que las mujeres pudieran planificar, tomar decisiones, apoyarlas en la anticoncepción. Una herramienta ideológica, pero también de servicio y de acceso de ellas de manera específica. (Entrevista D.M.)*

As clínicas foram possíveis, em grande medida, devido ao financiamento

conseguido por parte de uma ativista do País Basco que atuava na ATC em outra região do país, nos municípios de León e Chinandega, e que gestionava recursos em seu país de origem. Este foi um processo importante para aumentar parcialmente a autonomia da secretaria da mulher frente à ATC e a FSLN, no entanto as tensões provocadas por essas ações prevaleceram e desencadearam uma série de fenômenos que apresentarei na seção 3.2.

Considero importante ressaltar que, apesar das semelhanças das demandas e das trajetórias das secretarias da mulher em ambas organizações, a interação entre ambas era praticamente inexistente. A distância estabelecida pela diferença de perfil das pessoas envolvidas com a ATC e daquelas vinculadas à UNAG, principalmente o tipo de origem social e posição de classe, conforme mencionado anteriormente, prevaleceu também nas organizações de mulheres. Em minhas entrevistas, praticamente não encontrei referências de trânsito, encontros ou trocas entre estas instâncias.

### **3.1.3 Engajamento e compromisso**

Recuperando a questão levantada por Maxine Molineux (1985) sobre o impacto geral das políticas sandinistas para alcançar interesses estratégicos ou interesses práticos das mulheres, Luciak sugere que “[...] questões estratégicas de gênero foram negligenciadas no governo sandinista, mesmo se mulheres se beneficiavam de diferentes maneiras de políticas sociais introduzidas durante o período revolucionário” (1995, p. 161, tradução nossa), entre os quais se destacam

Particularmente educação e serviços de saúde foram amplamente expandidos. Além disso, o estabelecimento de cuidado infantil rural fez com que a integração de mulheres na força de trabalho fosse mais fácil. O preconceito dos homens, no entanto, as relegou aos trabalhos com menos pagamento. (LUCIAK, 1995, p. 171)

Apesar disso, ao escrever já em meados da década seguinte, o autor chama a atenção para o fato de que algumas desses benefícios já haviam deixado de existir nos primeiros anos da seguinte gestão de governo. Existe um reconhecimento, também de parte de outros autores, que o acesso a certos direitos e serviços prestados pelo Estado esteve mais presente no período sandinista do que existira até então, e também do que passou a existir nos anos seguintes, conforme veremos

na próxima seção.

No entanto, o que nos interessa recuperar aqui são principalmente as consequências em termos organizativos que o período da Revolução Sandinista permitiu que existisse. É importante lembrar que o nível de engajamento que implicou o envolvimento com a Frente Sandinistas em diferentes períodos históricos, envolvendo questões de risco e a diluição das fronteiras entre projetos pessoais e coletivos. As motivações para o engajamento no projeto sandinista foram muito variadas, no entanto entre as mulheres que entrevistei – todas elas com esse engajamento, de uma ou outra forma – prevalece uma busca pela melhoria das condições de vida, por justiça social e a possibilidade de transformação de relações de dominação.

É importante retomar o peso deste discurso em suas falas e em suas práticas, pois certos valores contidos nele seguem marcando suas posições e decisões ao longo do tempo. Ao iniciar a narrativa sobre sua trajetória, uma das entrevistadas, que participou de missões diplomáticas, me disse: *“Nicaragua vivió un proceso revolucionario y a cada quien le asignó una tarea dentro o fuera del país”*, expressando assim o nível de vínculo entre decisões coletivas e individuais num determinado período histórico. Para muitas pessoas o envolvimento com o processo revolucionário implicou em uma ruptura com seu lugar de origem, em termos de classe, por exemplo:

*Y de ahí me metí a los grupos de la teología de la liberación, con el padre Julio, anduve en las comunidades y me encantaba eso de que me ponían a dar charlas, a interpretar la palabra de Dios y ser lo que ahora es una facilitadora, en aquél tiempo era alguien que estaba con las campesinas y los campesinos, leyendo un evangelio y tratar de traerlo al presente. De no quedarse en una cosa desvinculada de la realidad, sino que... y esto qué significa pues, que nos quiere decir Jesus en este evangelio, o como actuaría él si estuviera aquí en este momento? Claro, que hay dictadura, que hay esto, que hay lo otro, verdad? y que no podemos permitir eso, y que tenemos que luchar. Entonces ya estaba yo... [...] de los 15 en adelante me llevaban a las fiestas del club social, donde iban mi papa y mi mama, y yo fui como dos veces y nunca más volví a ir. Yo me autonombré, bastante temprano en ese sentido, con una posición crítica frente a ese entorno social al que pertenecían mi papa y mi mama. Y claro, cuando fui a la USAC<sup>15</sup>, ahí terminé de redondear muchas ideas y de hacer muchas*

---

<sup>15</sup> A entrevistada se refere à Universidad de San Carlos, universidade pública na Guatemala à qual foi enviada pela família para estudar no final dos anos 70, como uma tentativa de afastá-la de seu envolvimento com a FSLN. No entanto, o ambiente universitário guatemalteco se caracterizava por ser ainda mais doutrinário na formação marxista-leninista, e segundo a própria entrevistada, isto apenas serviu para radicalizar sua escolha por “se proletarizar”, passando a trabalhar como operária na indústria têxtil ao voltar para a Nicarágua em 1979.

*opciones, de meterme pues, de venirme aquí porque estaba en ese momento la insurrección. Y como que tenía una gran pasión, yo decía, no me importa si me voy a morir, yo sé que no voy a ser de las que va a sobrevivir. Pero sí voy a dar mi vida por mi pueblo, yo voy a ser feliz.. cosas así (risa) (Entrevista D.M.)*

A trajetória de D.M., que combina teologia da libertação, estudos em ciências sociais e ativismo social, é representativa de uma geração influenciada por esse movimento da igreja católica que prioriza o compromisso com os pobres e que marcou profundamente o pensamento social latinoamericano desde a década de 1960 (DUSSEL, 1995).

Para outras mulheres que entrevistei, o envolvimento com as instâncias organizativas não foi necessariamente uma questão de escolha de envolvimento com Revolução, mas suas consequências afetando o curso da vida de uma maneira à qual não se podia evitar.

*Vengo de una situación, de una realidad de desplazada de guerra. Nosotros vivíamos en [una] comunidad [...] a unas dos horas de acá de Río Blanco. De esa comunidad que vivíamos, el motivo de salir de allá fue la guerra, salimos desplazados de guerra. Estuvimos dos años acá en Río Blanco, eso fue como en el 84 o 83, que salimos de la comunidad. Estuvimos dos años acá, y después nos ubicamos en [...] [lo que] era una finca lechera, como una hacienda. Después, se hizo la gestión a Reforma Agraria, para que nos pudiera apoyar con las tierras, para poder nosotros tener acceso de la tierra, como gente que veníamos desplazados de guerra. En ese entonces éramos 16 familias, las que empezamos a formar la comunidad [...] empezamos a trabajar, como familia, a trabajar la tierra. En ese entonces se nos dio la tierra y creo que fueron dos vaquillas, si no me equivoco, para poder nosotros sustentar la pobreza que traíamos y poder tener el vaso de leche para la familia. Estando en la comunidad, construimos casitas de paja y madera, y después nos organizamos en colectivos. Como mujeres, nos organizamos en colectivos para poder trabajar, empezar, en colectivos de mujeres, con granjas de gallinas y de cerdo. Después de ahí, estando en eso, nos organizamos para construir el bloque donde las mismas mujeres trabajamos en comisión, para poder construir el bloque para las casas, y así lograr tener una vivienda digna, a través del proyecto Cristo Rey<sup>16</sup>. (Entrevista A.V.)*

Já M.V., uma das fundadoras da federação de cooperativas com a qual realizei minha pesquisa, provém de uma família mediana proprietária de terras no departamento de Matagalpa, se engajou com a FSLN desde os anos 70:

---

<sup>16</sup> Ela se refere a um projeto que existiu como uma aliança entre comunidades religiosas estadunidenses, que não existe mais, mas através do qual se estabeleceram uma série de contatos que a cooperativa mantém até hoje.

*Empecé a colaborar a mis 18 años. Comencé con... con la lucha uno se va metiendo, y comencé a colaborar como correo, y después posteriormente ya haciendo movimientos que se llamaban juntas comunitarias en los años 70. Las juntas comunitarias eran como la base de los movimientos sociales que se estaban desarrollando, comencé a trabajar. Y trabajaba por amor, no por hambre. Porque eso sí lo quiero dejar bien claro: teníamos mucha comida. Era una causa, un principio que me agobiaba. Porque los campesinos, aunque fueran chiquitos, fueran medianos, siempre al campesino, en esa época, se discriminaba a nivel de la ciudad. Y yo decía que había que luchar por una causa justa. Nuestra producción era regalada, nunca tuvo valor, y es por la que creo que todavía sigo gritando pues. (Entrevista M.V.)*

Nesta fala, percebemos um elemento comum a todas as mulheres com quem convivi que tiveram algum engajamento na Revolução Sandinista – fosse diretamente nas estruturas vinculadas ao partido, fosse na tentativa de modificar suas vidas a partir da organização comunitária –: a motivação inicial nesse processo dificilmente está vinculada à luta específica de mulheres. Se pensamos em termos de construção de subalternidades, o processo de se entender como mulher e perceber o significado disso nas relações de poder se conformou de uma maneira significativa após o enfrentamento com a resistência dos companheiros homens com os quais, a princípio, se compartilhava a luta.

No entanto, as diferentes experiências pelas quais estas mulheres passaram lhes permitiu vislumbrar de maneira mais evidente as desigualdades que as rodeavam, e as levaram a continuar apostando em determinados sentidos em detrimento de outros. A narrativa de M.R., da cooperativa Río Blanco, sobre o funcionamento dos coletivos de produção nos permite ver como a dinâmica de organização foi se dando de maneira diferente para homens e para mulheres, e como essa diferença foi percebida a partir de experiências cotidianas:

*Cuando el tiempo de la guerra, trabajé en grupos de mujeres, como colectivos de producción, porque los hombres andaban en la guerra. Ahí aprendí más sobre la tierra. Porque todo este trabajo, que le conté antes, donde fui niña, adolescente, viví en la ciudad, pero después me trasladé al campo, a una cooperativa de hombres, y ahí me pusieron el cargo de secretaria, porque una mujer no puede trabajar un cargo de presidenta! Y trabajaba en colectivos de producción y hacíamos reuniones con las mujeres. Entonces un día le tocaba a dos mujeres quedar con los niños y ver su alimento, lo que le decíamos el CDI<sup>17</sup>. Pero lo hacíamos así pues, sin que nadie nos dirigiera. Digamos que alguien decía: "vamos a montar un CDI"? No, sino que nosotras hacíamos eso, sabíamos que teníamos la obligación de los hijos, entonces con quien los íbamos a dejar? Los*

<sup>17</sup> Ao longo dos anos 80, as creches promovidas pelo governo chamaram-se *Centros de Desarrollo Integral* (CDI), e até hoje algumas pessoas se referem aos espaços de cuidado infantil através dessa sigla.

*dejábamos con otra compañera del colectivo, y otras se iban a levantar la huerta. La milpa, los frijoles, la yuca. Era un colectivo de producción. O sea, qué sé yo, hoy íbamos donde la Chana a tapizcar su maíz y arrancar sus frijoles, y mañana íbamos donde la Rita... y así nos íbamos turnando, hasta que todas cosechaban la milpa y los frijoles, y todo lo hacíamos en colectivo. Y cuando hacíamos reuniones, lo hacíamos también diciendo, una ponía el pozol, la otra ponía el azúcar, la otra ponía el pan. Nos reuníamos, y todas ponían un refrigerio, entre todas poníamos, para hacer las reuniones. (Entrevista M.R.)*

As experiências deste período foram sendo colocadas cada vez mais numa compreensão generificada de mundo, especialmente na medida em que as elas percebiam que o trabalho no qual colocavam tanto empenho, e que era tão importante quanto o de seus parceiros homens, era invisibilizado. Definir o quanto essa percepção vem da vivência cotidiana individual, ou o quanto ela surge da coletividade e do encontro com algumas pessoas e ideias que atravessam seus caminhos é um desafio que pauta a prática mesma das ciências sociais, e não é minha pretensão resolver essa questão de maneira definitiva, o que não considero nem possível, nem necessário. O que me parece relevante destacar neste momento é o profundo impacto que um determinado contexto de guerra e revolução teve na forma de engajamento destas mulheres, e como essas marcas são perceptíveis em muitas de suas falas e nas suas trajetórias de organização:

*Como mujer rural, mujer productora, pues ha significado luchas. Ha significado sangre, y ha significado un gran cambio, un giro de cambio [...] ese cambio tiene que ver, como le decía, con mujeres que murieron, que tuvieron que dar su sangre, su vida por una organización. (Entrevista Adília)*

D.M., uma das fundadoras da Fundação com a qual realizei esta pesquisa, era naquele momento uma estudante de sociologia que participou no estudo sobre feminização da agricultura realizado pela ATC, anteriormente mencionado. Ela destaca a importância que esta experiência em sua visão de mundo:

*La investigación para mí [...] me amplió la concepción del mundo y me hizo ver la realidad con los ojos de las mujeres. Eso fue el camino a través del cual yo adquirí este nuevo lente para ver la realidad, fue esa investigación, y el privilegio que tuve de estar con mujeres tan extraordinarias. (Entrevista D.M.)*



A pesquisa foi realizada por uma equipe composta por um grupo de mulheres estrangeiras<sup>18</sup> e nicaraguenses, e foi um marco importante no processo de conceitualização da divisão sexual do trabalho, e na adoção de uma leitura feminista da realidade estudada. Conforme podemos inferir do contexto apresentado até agora, o debate feminista entrou de maneira conturbada na pauta dos debates sociais e acadêmicos ao longo da década de 80, constantemente pautado pela intermediação de categorias socialistas que priorizavam questões de classe econômicas. Iniciativas como a pesquisa aqui referida foram oportunidades importantes para impulsar trocas de conhecimentos com acadêmicas de diferentes origens que permitiram ampliar o escopo teórico e fortalecer o posicionamento político daquelas que posteriormente conformaram o movimento feminista nicaraguense.

As experiências narradas até aqui, vinculadas com a percepção das particularidades de se viver os processos organizativos e de participação política durante a revolução sendo mulheres, fez com que as fundadoras das organizações aqui analisadas tivessem clareza de que este seria seu foco e sua prioridade. Isso não significa, no entanto, que todas se considerem feministas, ou escolham este como seu campo de atuação e disputa. Ao longo do processo, uma série de fatores manteve e reforçou a escolha de trabalhar exclusivamente com mulheres, porém os projetos se diferenciam em termos de estratégia e vinculação política, conforme veremos a seguir.

### 3.2 TRANSIÇÃO E PERÍODO NEOLIBERAL

Os acontecimentos dos primeiros anos da década de 90 foram decisivos para a reconfiguração das relações políticas e econômicas pós-revolução. A Frente Sandinista perdera as eleições para a *Unión Nacional Opositora* (UNO), uma coalizão que agrupava muitos tipos de descontentamentos com a Revolução, desde setores que a apoiaram inicialmente, até uma elite que sempre esteve em oposição ao processo revolucionário. Com um discurso focado na necessidade de reconciliação nacional, Violeta Chamorro passou a ser a primeira presidente mulher

---

<sup>18</sup> As estrangeiras eram: Ana Criquillón, de origem francesa; Clara Murguialday, do País Basco, Carmen Diana Deere, de origem estadunidense; Julia Medel, chilena. Com exceção desta última, todas mantêm um forte vínculo com a Nicarágua, e seguem pesquisando e trabalhando no país até hoje.

eleita na região, e seu governo esteve marcado por levar adiante os acordos de paz, realizando para isso a reconfiguração do exército e o desarmamento da Contra. Outro elemento marcante de seu governo, que é o que mais nos interessa nesta seção, foi a complicada transição entre modelos de propriedade, especialmente no setor produtivo.

A política do novo governo veio no sentido de privatizar as propriedades estatais e coletivas: parte das terras e indústrias das APP's voltaram a ser dos antigos proprietários que tinham sido expropriados, outras foram redistribuídas de maneira compensatória entre desmobilizados do exército sandinista e da Contra, e outra parte permaneceu entre trabalhadores das empresas estatais; por outro lado, a maioria das terras das cooperativas foi parcelada entre seus integrantes. Segundo Baumeister (2009), o resultado desse período foi uma redistribuição de terras, diminuindo o tamanho médio das propriedades em relação aos anos anteriores à Revolução, porém favorecendo setores intermédios de produtores.

Uma característica marcante desse período também foi o enriquecimento de altos quadros da FSLN, que passaram a fazer parte de uma nova elite econômica, como proprietários de todo tipo de negócios, incluindo terras, hotéis, canais de televisão, entre outros<sup>19</sup>. Apesar de perder o governo, o presidente Daniel Ortega anunciara que a FSLN seguiria “governando desde abajo” (PUIG e CLOSE, 2009), até recuperar a presidência nas seguintes eleições e poder dar continuidade ao processo revolucionário. Esta intenção, compartilhada por muitos militantes do partido, foi se esvaindo na medida em que novas relações políticas e econômicas foram de estabelecendo. A descrição de Montoya (2012) sobre seu local de pesquisa poderia estender-se para boa parte da população que esteve engajada no projeto sandinista:

No início dos anos 1990s, as difíceis condições no momento pós-revolução levou os tuleños a reconsiderar o significado de liberação. Esses eram, de fato, dias sombrio e desorientadores nos quais os tuleños repetidamente expressavam incerteza sobre o futuro. (p. 5, tradução nossa)

No entanto, na medida em que os anos foram avançando, não só a FSLN não voltou a se eleger tão cedo, como o próprio partido sofreu importantes mudanças internas e, conforme mencionei no capítulo anterior, uma série de setores e

---

<sup>19</sup> Este processo ficou popularmente conhecido como “*La Piñata*”, em referência à brincadeira comum em aniversários infantis na qual um boneco oco recheado de doces é quebrado, e cada um é responsável por recolher a maior quantidade de doces para si.

organizações sociais se desvincularam do partido.

Para as organizações de mulheres, este processo teve uma dinâmica específica. Grande parte do que hoje é o movimento feminista do país rompeu com a Frente Sandinista ainda nos anos 90, devido à exacerbação das tensões sobre considerar os interesses das mulheres como algo prioritário (KAMPWIRTH, 2009). Em 1992 foi realizado o primeiro encontro nacional de mulheres não convocado pela AMLAE ou qualquer outra organização vinculada com o partido. Este momento foi um marco em que ficou visível também a diversidade existente dentro do próprio movimento de mulheres e feminista, na medida em que este não estava mais subordinado às ordens do partido, e a partir daí multiplicaram-se as organizações que se dedicaram a diferentes interesses setoriais e diferentes abordagens de trabalho, articulando-se em redes temáticas. Ao mesmo tempo, a mudança de contexto provocada pelas políticas do novo governo levou a uma necessidade de aprofundar certas abordagens enquanto movimento de mulheres e feminista. Conforme ressalta Montoya:

A insistência do governo Chamorro em proclamar a santidade da maternidade enquanto propunha políticas que minavam o bem-estar das mulheres a partir de cortes de trabalhos, eliminação de serviços públicos, e suporte legal para a autoridade masculina fez dele um alvo fácil para o emergente movimento autônomo de mulheres. Com seu foco na saúde e cuidado de mulheres, o movimento cresceu em força e poder. A crescente influência do movimento de mulheres foi ajudado por uma mudança nas prioridades de fundos internacionais em direção a questões de direitos, muito centralmente incluindo os direitos das mulheres (MONTROYA, 2012, p. 180, tradução nossa)

Conforme é o objetivo deste capítulo, daqui em diante apresento como esse processo se deu para duas organizações de mulheres rurais que se conformaram durante este período de transição política.

### **3.2.1 Rupturas: das tensões às organizações exclusivas**

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira, apresento as circunstâncias que levaram à criação das duas organizações pesquisadas, a partir da ruptura de algumas mulheres que conformavam as Secretarias da Mulher da UNAG e da ATC. Cada um dos casos é seguido com a apresentação das organizações que resultaram do processo, no caso a Federación Agropecuaria de

Cooperativas de Mujeres Productoras del Campo de Nicaragua (FEMUPROCAN), e as experiências locais nos dois municípios nos quais realizei a pesquisa, Río Blanco e Terrabona; e da Fundación Entre Mujeres (FEM), respectivamente<sup>20</sup>. Conforme apresentado na seção anterior, as tensões entre as demandas específicas das mulheres e a posição adotada pelos dirigentes vinculados à FSLN vinham aumentando consideravelmente já para o final dos anos 80. Com o fim da Revolução Sandinista, estas tensões foram aumentando gradualmente, levando a rupturas bastante dolorosas para as mulheres nela implicadas, como veremos a seguir.

Na segunda parte da seção apresento como se deu, ao longo da trajetória destas organizações, a relação com os macro-discursos sobre gênero e desenvolvimento desde que elas se estabeleceram, em meado dos anos 90, até 2006. Esta tarefa se dá, em grande medida, apresentando e analisando suas relações com projetos e organizações de cooperação internacional.

### 3.2.1.1 Da UNAG à FEMUPROCAN

O processo de disputa interna nas organizações sandinistas se deu através de diferentes vias. Uma delas foram as próprias ferramentas de estudos e diagnósticos que tinham a intenção de gerar conhecimento sobre os processos que estavam acontecendo, com o intuito de direcionar as ações políticas que seriam tomadas. No início dos anos 1990, a necessidade de reformulação das políticas internas das organizações frente ao novo contexto levou a UNAG a realizar alguns estudos que orientassem essas decisões. Entre eles, por iniciativa e gestão da Secretaria da Mulher, foi realizado um

*Diagnóstico que se elaboró a nivel nacional de todas las secciones de la mujer, con el único objetivo de conocer sobre las demandas de las mujeres. Eso nos dio fuerzas para legitimar las demandas que ya existían dentro del sector de mujeres productoras, campesinas, afiliadas a la UNAG. En qué consistían esas demandas? En el acceso a la tierra, en ser reconocidas como productoras, en la igualdad y equidad de género, en la participación de las cooperativas en cargos dirigentes, y no solo ser un número en la cooperativa. [...] Entonces en la UNAG había esa posibilidad de reivindicar, te dieron la oportunidad de que lo hicieras, que demostraras, **que legitimaras con datos pues, que no era por locura que estaba pasando todo eso** [...] (Entrevista M.A., grifo meu)*

<sup>20</sup> É importante ressaltar que não foram apenas estas duas organizações que surgiram a partir da experiência das Secretarias da Mulher, havendo outras em outros municípios do país. No entanto é nelas que esta pesquisa se detém.

Quero frisar na citação acima a questão de a oportunidade *ser dada* por parte da estrutura política que *permite* a realização do estudo, e o uso da palavra loucura para se referir às reivindicações de mulheres. Apesar de estar combatendo uma estrutura de poder que as faz terem que se justificar até para falar, novamente o esforço passava por ter de provar que as demandas específicas das quais elas falam dentro destas estruturas de poder efetivamente existem em todas as esferas da sociedade, e não são uma imaginação de suas cabeças. No entanto, os resultados do diagnóstico levaram a evidenciar a insuficiência da estrutura organizativa existente para dar conta das demandas colocadas. M.A., que naquele momento era funcionária da direção nacional da UNAG, conta que

*Todas esas reivindicaciones fueron puestas en manifiesto por todas las mujeres de base. A medida que se iba haciendo el diagnóstico, se iba dando cuenta uno que había una efervescencia de parte de las mujeres de base por ser reconocidas como productoras con los mismos derechos que los compañeros varones. [...] Y entonces fue cuando se plantea por primera vez que las mujeres de colectivos de producción, que estaban dentro del seno de las cooperativas, se transformaran en cooperativas. Por primera vez se dice: ya no podemos seguir siendo colectivos de producción. Porque no tienen ni personería jurídica, ni podemos gestionar nuestros propios proyectos, ni podemos decidir. Pero las compañeras fueron más allá. Fueron más allá de las cooperativas de primer grado: hablaban ya de una cooperativa de segundo grado, uniones, tercer grado, la federación. Eso surgió como sugerencia de las propias mujeres. Las mujeres comenzaron a hablar de que la unión hace la fuerza, que era importante formar parte de las cooperativas y de las uniones no como un número. (Entrevista M.A.)*

Nesse momento, não se trata ainda de romper com a UNAG. O que elas estão propondo é uma ampliação dos espaços para as mulheres *dentro* da organização, mantendo-se filiadas à união, mas promovendo também os trabalhos para cooperativas de mulheres que não queriam mais serem tratadas como se não existissem no campo. No entanto, na medida em que a operacionalização dessas cooperativas de dava, incluindo para isso a assessoria legal e burocrática das Secretarias da Mulher locais para sua conformação, as tensões nos níveis nacionais aumentavam. Isto incluiu um longo processo de negociações em momentos de eleições para a direção nacional da UNAG, usando o diagnóstico inclusive como expressão de força que elas poderiam ter com o número de sócias mulheres que as apoiariam. Este processo, conforme elas,

*Además de doloroso, difícil. Porque no solo teníamos que luchar con el sistema impuesto que reconoce solo en el hombre las capacidades y habilidades para producir, ese sistema patriarcal, sino también la resistencia masculina dentro del seno de la organización. (Entrevista M.A.)*

Por estarmos falando de uma união de alcance nacional, é interessante ressaltar que estas reivindicações não se deram de maneira homogênea entre “as mulheres rurais”, como se fossem um todo, havendo inclusive marcadas diferenças regionais

*Pero no todas las secciones de la mujer tenían esa visión de esas reivindicaciones. Es decir, no todas las hacían propias. Se destacaron, como siempre [...] Matagalpa, donde existía un grupo de mujeres, podríamos decir de avanzada. Y quizás, no sé si en esto tiene que ver la guerra, tiene que ver una situación que se dio en esos años, donde las mujeres agarraron en sus manos la conducción de las fincas que dejaban los esposos o los compañeros, o los amigos, o los papas para irse a la guerra, y las mujeres comenzaron a manejar con propiedad las parcelas, las fincas y todo lo demás. Pero también a hacer labores en defensa de ese territorio. Entonces su labor era producción, pero también defensa, porque estaba la Contra, y toda esa cosa. (Entrevista M.A.)*

O departamento ao qual M.A. se refere, Matagalpa, é o mesmo de onde é originária e esteve como dirigente regional da UNAG, M.V., quem me relatou a brigada de mulheres realizada para criar a secretaria de mulheres. É também o departamento onde realizei minha pesquisa de campo com duas cooperativas da FEMUPROCAN, federação de cooperativas de mulheres que nasce a partir da experiência com a UNAG. Uma das mulheres que estiveram à frente nas reivindicações de campo naquele momento em Matagalpa, relatando a demanda por criar cooperativas de mulheres, acrescenta:

*Por qué? Porque había una necesidad muy grande. Uno: los títulos estaban a nombre de los hombres. Dos: las mujeres no tenían un espacio para hablar de asuntos de trabajo productivo. Por qué? Porque para el hombre, el trabajo de la mujer es pasatiempo. O sea, no se reconoce el trabajo de la mujer como un trabajo de valor agregado a la producción. (Entrevista M.R.)*

A experiência de organização em coletivos ou em cooperativas estava, ao longo dos anos 80, respaldada pela legitimidade conferida a essas instâncias por parte do governo sandinista. No entanto, a mudança de governo fez com que elas sentissem a necessidade de institucionalização daquelas experiências, como uma forma de garantir que elas continuassem existindo e sendo reconhecidas. Parte dos receios sobre os quais era necessário agir era a possibilidade de venda, por parte

dos homens, das terras parceladas das cooperativas, situação apontada de maneira recorrente ao conversar com mulheres no campo<sup>21</sup>. Neste processo, as mulheres não eram levadas em consideração por seus parceiros no momento de decisão, o que justifica a necessidade da constituição de espaços onde suas opiniões sejam levadas em consideração. São muitas as vantagens de estar legitimadas, relata M.R.:

*Entonces viendo todas esas necesidades, decidimos organizarnos en cooperativas. Y las cooperativas tienen su personería jurídica, tienen poder de gestión, son autónomas según la ley, podemos hacer cualquier gestión y podemos hacer alianzas para poder desarrollar el trabajo. Cuando dice "somos autónomas", quiere decir que podemos hacer cualquier tipo de trabajo, desde cuando no salga de los lineamientos, ni de los estatutos que habla la ley. Cuando hablamos eso, cuando nos reunimos para organizar las cooperativas, decía M.V.: bueno, tenemos que hacer una organización que le zumbe! Pero con una organización representativa más grande, más alta. Y llegamos hasta donde estamos pues, hasta la Federación. (Entrevista M.R.)*

Como dizia anteriormente, a Federação foi pensada inicialmente como parte integrante da UNAG. No entanto esta continuava sendo uma organização hierárquica na qual as decisões são tomadas por uma diretiva conformada principalmente por homens:

*M.A.: Y fue la federación, pero como siempre, las trampitas. Dijeron "sí, como no", pero por ejemplo empezaron a despedir compañeras que coordinaban en los departamentos. Las despidieron y les dijeron de que ya, como ellas formaban parte de una federación, que el espacio se lo iban a ceder a otra compañera. A pesar de que toda la dirigencia estuvo en la constitución de la Federación. Y le entregamos la filiación y todo [...] Pero entonces vienen las trampas que yo te contaba. Comienzan a debilitarnos corriendo a compañeras y ahí se da un momento bien importante en la Federación. Porque están las que estaban acomodadas al vehículo, al conductor, al pago mensual y a todo lo demás, y las que estaban dispuestas a arriesgarlo todo. Entonces se quedan las que no querían arriesgar sus cosas, o porque no comulgaban con todo el quehacer que estaba propuesto para la Federación. Y nos vamos todo el grupo que inició la lucha y continuamos. [...] Entonces nosotras pasamos, así con ese grupo: Matagalpa, que en ese entonces era fuerte, estaba coordinada por M.V.. Era fuerte porque tenía recursos, que habilmente, diría yo, fueron dejándolos fuera de la administración que manejaban la mayoría de hombres de la UNAG. Sino que tenían sus propios recursos, sus propios proyectos como sección de la mujer de la UNAG. Y tenían su propia caja rural, con fondos propios, la sección de ganaderas, tenían la cooperativa de la Norteña, solo de mujeres... entonces habían recursos. Entonces, cuando nosotras damos el salto hacia la federación, y corren a todo mundo, comenzamos en un garaje. Y los archivos eran cajas de cartón. Y comienzan, las emprecitas que ellas habían formado, a tratar de ayudarles, entonces el primeir Fax, la*

<sup>21</sup> A venda das terras no processo pós-revolucionário aparece frequentemente atrelada ao alcoolismo dos homens, fenômeno este associado por alguns à falta de políticas e iniciativas dedicadas a processar as experiências da guerra (CABRERA, 2002).

*primera computadora, el primer escritorio... con fondos que manejaban ellas allá en Matagalpa, para la oficina central aquí en Managua.*

*M.V.: para sostener una estrategia. Porque no es la oficina, sino una estrategia que está más allá. Porque eso es lo que tenemos que visionar. Cuando querés saltar hasta allá, tenes que hechar mano de todo, porque es un salto. O te caes de ahí, y te caes de todo. (Entrevista com M.A. e M.V.)*

Nota-se então que, evidentemente, não são todas as mulheres que se desvinculam da UNAG nesse momento. Trata-se de um grupo – grande, mas ainda assim um grupo – de mulheres de alguns lugares que determinam como prioridade estabelecer uma organização exclusiva, a partir da impossibilidade de se manter na organização mista na qual não são levadas em consideração. Como parte da estratégia, era necessário também manter a aliança com as poucas organizações internacionais com quem tinham um vínculo. Uma ex-funcionária de Oxfam Canadá (OC), ONG internacional que apoiava a UNAG naquele momento, conta:

*Llegó un momentito, [...] que ellas llegan a organizarse, a constituirse, a demandar, a reivindicar más espacio. Entonces se pedía por ejemplo a la cooperación que hubiese apoyo para las mujeres, pero los apoyos llegaban filtrados, cuotizados, y no les llegaban a ellas. O sea, se pedía en nombre de las mujeres, pero que no le llegaban a ellas (esa es la historia que a mí me contaron). Entonces las mujeres, cansadas de que siempre... eran fuerzas, pero eran fuerza hasta cierto límite: las instrumentalizaban, las llamaban a asambleas, pero siempre los hombres eran los que decidían. Entonces hubo un momento en que esa organización, esas mujeres decidieron poner un punto final. Y entonces, bien organizadas, deciden salirse de esa organización y constituirse ellas como federación. Salen y salen solo con mínimos recursos, ateniéndose solo a lo que llegara, pero salen como decisión para formarse ellas como espacio propio. Porque sentían que no tenían cabida ahí, que no avanzaban... [...] Entonces, obviamente OC venía apoyando esa organización y apoyando a que las mujeres tuvieran una mayor participación y que sus derechos se incluyeran. Entonces, al salir, qué te queda? Quedar acompañando la organización mixta, o apoyás a esas mujeres que decidieron constituirse en un espacio y reivindicar sus derechos? Entonces OC decide apoyar a las mujeres. Y entonces comienza su historia de apoyar desde que nacieron a la Femuprocan, y se apoyó todo el proceso de constitución legal, etc. (Entrevista R.P.)*

A consolidação da FEMUPROCAN foi, portanto a escolha por ter espaço, mesmo que com menos recursos, para poder ter todas suas exigências levadas em consideração enquanto mulheres no campo. No entanto, suas fundadoras preferem não identificar-se com o nome de “mulheres rurais”. Elas consideram que os pontos mais importantes a ser ressaltados estão vinculados não apenas a sua origem, mas também a sua identidade produtiva:



*Usamos campesinas, primero, y después, como nosotros hemos luchado por que se nos reconozca como productoras, tratamos de que nuestro nombre estuviera con cuestiones tan importantes como son productoras, mujeres y cooperativistas. Esa es nuestra identidad. Y eso es un eje transversal en todo el quehacer de la organización. [...] Muchas veces se cree que la mujer campesina sólo hecha tortilla. Que la mujer campesina sólo lleva a la huerta la comida. En cambio, **la mujer productora tiene una connotación de que aunque no siembre ella, manda mozos. Es diferente. La mujer productora es dueña de la tierra. La mujer productora emprende algunas acciones que la van sacando poco a poco de su nivel de extrema pobreza. Quizás a lo mejor quisimos darle un grado merecido en el tiempo y en la historia que nunca se le ha otorgado: el de productora. A lo mejor nosotras, ya siendo federación, dijimos: bueno, ahora le vamos a dar un grado. No porque sea menos ser campesina. Pero campesina nosotras lo vemos más ligado, por lo menos en mi caso, a su extracción de clase, campesina, del campo. Pero lo de productora es parte de tu trabajo. Trabajas la tierra, tenes los activos productivos para hacerla producir, es diferente. Eso ya te lo ganastes, es un grado, pues.** (Entrevista M.A.)*

Esta escolha está ligada com questões levantadas anteriormente sobre a origem e a dinâmica social do campesinato vinculado à UNAG. Chama a atenção a necessidade de se estabelecer em posições baseadas na mesma fonte de poder daqueles que tentam silenciá-las: o trabalho, e seus resultados em termos de produção que vem de uma terra própria, sobre a qual ninguém mais pode decidir. Esta posição se dá tanto nos territórios, com a demanda de terras próprias e a consolidação de cooperativas de mulheres, mas também no fato de ter uma federação própria que permite a articulação destas cooperativas. M.A. chama a atenção para o fato de, até hoje, seguir encontrando os dirigentes da UNAG em eventos, ou eventualmente algum trabalho conjunto, no entanto agora em igualdade de condições: *“Tan dirigentes somos de esta organización, como dirigentes ellos”*.

A FEMUPROCAN se estabeleceu inicialmente em 1997, mas só conseguiu regularizar sua documentação legal em 2002. De qualquer forma, a Federação seguiu se organizando ao longo desses anos, variando o perfil das cooperativas de acordo com cada localidade, porém priorizando sempre sua formalização jurídica, com o intuito de que cada cooperativa possa também gerir seus próprios recursos. Outra prioridade é manter a dinâmica de articulação nacional em certos assuntos, especialmente aqueles vinculados a demandas articuladas com outros movimentos sociais. É o caso de pressões sobre questões legislativas, como aquelas que levaram à aprovação da Lei 717, em 2010, que garante a existência de um fundo nacional para compra de terras para mulheres, a mesma lei pela qual seguem brigando, 5 anos depois, por sua regulamentação e a destinação de algum

orçamento para o fundo criado. As articulações nacionais das mulheres vinculadas à Federação também incluem algumas atividades ligadas a projetos com organizações de cooperação internacional, como intercâmbios de conhecimentos, no entanto se dão principalmente nas assembleias que reúnem as presidentes e vice-presidentes das cooperativas filiadas, que atualmente são 75, localizadas em 6 dos 17 departamentos do país. Também são momentos de encontro as feiras anuais que realizam numa das lojinhas de beira de estrada que elas mantêm em Ciudad Darío, a cidade de Matagalpa mais perto a Manágua, capital do país.

*[Las prioridades han sido] los aspectos organizativos, las herramientas para el trabajo, las planificaciones estratégicas, los diagnósticos, el censo, jornadas de reflexión y análisis sobre la situación, diagnóstico sobre la tierra, estrategia de formación, de comunicación, de incidencia política organizada... o sea, hemos ido construyendo todas las herramientas para darle un contenido de trabajo homogéneo a la FEMUPOCAN. (Entrevista M.A.)*

Este tem sido, ao longo dos anos, o principal papel do escritório central localizado em Manágua, no qual um pequeno grupo de mulheres de diferentes lugares do país – portanto provinda de diferentes experiências rurais e associativas – articula atividades com as cooperativas localizadas nos seis departamentos nos quais, desde sua conformação formal, em 1997, atuam como federação. Se considerarmos as respostas formais e analisarmos o perfil desta organização, podemos dizer que suas principais atividades têm se centrado em aspectos produtivos e vinculados a articular demandas políticas para fazer pressão legislativa, especialmente sobre o tema do acesso à terra e, mais recentemente, da soberania alimentar. Essa, no entanto, seria uma visão restrita que não estaria levando em consideração o quanto, ao trabalhar com cada um destes assuntos, se está também lidando com diversos aspectos da vida, conforme veremos no próximo capítulo. O ponto aqui é que por mais que o discurso institucional se construa afinado à ideia neoliberal de sujeitos empreendedores de si (FOUCAULT, 1979), a situação em campo não se dá de maneira tão homogênea e com a “eficiência” pretendida nos textos de planejamento:

*El camino te ha dicho que no todas las mujeres que están en una cooperativa piensan igual. Que el desarrollo de todas las mujeres que están en esa cooperativa no es igual, y que estamos buscando formas en asocio siempre [...] Aunque no tiene personería jurídica, no tiene nada, es nada más juntarse en acciones económicas más fuertes, que te fortalezcan como*

*cooperativa. Porque una de las cosas que nos caracteriza a nosotras también es que no somos... no tenemos acciones económicas en formas cooperativas en todas las cooperativas.[...] Sino que somos productoras individuales. Por ejemplo, la M.V. produce en su finca y yo en la mía, pero nos juntamos para la capacitación, para reivindicar lo que pedimos, para otra serie de cosas. [...] Hay poca producción conjunta, colectiva. Porque todavía no están dadas las condiciones, porque **para que vos hagás esas acciones en común, tiene que haber confianza, tiene que haber desarrollo igual...** Cuando nosotros llegamos a la Femu, casi el 60% de las mujeres no sabía ni leer ni escribir. Nosotros empezamos hasta alfabetizando. Porque son brechas. Vos no puedes ir corriendo, con personas que tienen ese muro de contención. Entonces los talleres mismo no penetran igual. **Entonces vos tenes que ir adaptando tu estrategia a la situación que te da.** (Entrevista M.A., grifo meu)*

A construção e o cultivo das relações de confiança necessárias para poder realizar ações conjuntas é, certamente, um dos principais investimentos de tempo e recursos das mulheres que trabalham no escritório central da Federação. Nos municípios, cada cooperativa ou união de cooperativas (10, no total) se organiza da maneira que lhe parecer mais conveniente, de acordo com a realidade produtiva e dos recursos existentes no local. Conforme mencionava anteriormente, Matagalpa foi um dos departamentos com maior vida organizativa, e um importante foco de surgimento da Federação. Esse foi um dos motivos para escolher esse departamento para realizar esta pesquisa. Essa região, localizada relativamente no centro do norte nicaraguense, é uma zona de transição entre diferentes geografias e economias, e os municípios onde estive são em dois extremos dessa transição: Río Blanco e Terrabona. Ambos municípios também têm processos e características organizativas bastante distintas, que são apresentadas a seguir.

### 3.2.1.2 Río Blanco – COOMPRIO

Río Blanco, um dos municípios de Matagalpa mais distantes da capital, é um município da antiga fronteira agrícola, onde o gado há tempos já tomou o lugar do bosque de trópico úmido que caracterizou a região originalmente. A região urbana, que compreende aproximadamente 13 mil dos 31 mil habitantes do município (NICARAGUA, 2006), continua sendo visivelmente um ponto importante na rota em direção à nova fronteira agrícola. A região montanhosa que cobre a maior parte do município foi fortemente afetada pela guerra da Contra, tendo parte de sua população rural retirada ou abandonando suas comunidades devido a combates, território que foi gradualmente reocupado a partir dos anos 90 por aqueles que

tinham partido, e também com migração rural interna vinda de municípios vizinhos. A partir de então, ocorreu também uma reconcentração da terra que havia sido distribuída durante a reforma agrária, a partir da venda de pequenos proprietários que passaram, em sua maioria, a viver mais próximo ao centro, plantar grãos básicos para autoconsumo<sup>22</sup> em parcelas alugadas por temporadas e entrar nas dinâmicas migratórias nacionais e internacionais<sup>23</sup>.

Este município se caracteriza como sendo um importante ponto da “velha fronteira agrícola”, conforme mencionado na introdução, onde prevaleceria portanto a presença do camponês mestiço, individualista e meritocrático apresentado por Soto Joya (2011), e onde, assim como os territórios estudados pela autora em

Figura 9 - Cerro Musun, em Río Blanco.  
Fonte: Foto da autora



seu livro *Ventadas de la Memoria*, prevaleceu o apoio da população à *Contra* e se caracteriza até hoje por ter uma maioria anti-sandinista. Isso não impede que parte da população tenha se envolvido nos processos impulsados pelo governo sandinista, como as cooperativas e os coletivos de produção.

Esse é o caso das mulheres que conformam a Cooperativa Agropecuaria de Producción Mujeres Productoras de Río Blanco (COOMPRIO), vinculada à FEMUPROCAN, que em sua maioria estiveram vinculadas aos coletivos de mulheres que existiram durante a década de 80. A cooperativa surge em 1992 a partir do encontro de mulheres de diferentes comunidades que tinham algum vínculo

<sup>22</sup> Segundo a FAO (2012) “Los productores de granos básicos, especialmente de maíz y frijol, desde Guatemala hasta Nicaragua en promedio producen en una superficie pequeña [...]. En general se trata de productores que producen para autoconsumo familiar, y comercializan cuando hay excedentes o cuando tienen que cubrir necesidades no alimentarias. En promedio, los ingresos de los pequeños productores de granos básicos son bajos [...] [y] se complementan con otras fuentes que provienen de todos los miembros de la familia, alcanzando un promedio de 177 USD/mes. Con estos ingresos, los productores de granos básicos salvan la línea de extrema pobreza o indigencia, pero se mantienen debajo de la línea de pobreza. Con frecuencia parte de los ingresos complementarios provienen de trabajo migratorio, que incluye migración temporal dentro de la región y hasta migración permanente proveedora de remesas.”

<sup>23</sup> A migração interna inclui tanto a ida em direção à capital, quanto à nova fronteira agrícola, fenômeno este apontado pela FAO (2007) como principal fator de ampliação da população mestiça nos territórios da Costa Caribe. A migração internacional se destina principalmente à Costa Rica e aos Estados Unidos, e mais recentemente também ao Panamá.

com a secretaria da mulher da UNAG, mas também do envolvimento com o projeto Cristo Rey, uma iniciativa de solidariedade de setores da igreja estadunidense com comunidades de refugiados de guerra. Estas duas vinculações são apontadas constantemente como referências de engajamento e transformação de suas vidas por parte das duas fundadoras da cooperativa que entrevistei, Adília e M.R.. A vinculação religiosa foi especialmente importante no processo de organização destas mulheres, devido ao caráter de liderança comunitária no qual foram se reconhecendo, e na possibilidade de falarem e serem levadas em consideração, conforme veremos no próximo capítulo.

Segundo a apresentação da cooperativa, que me foi feita em nossa primeira reunião, a cooperativa iniciou nesse momento com 34 mulheres, e atualmente tem 62 sócias ativas, das quais 50% possui terras, em 8 comunidades e bairros da área urbana. Durante os primeiros anos de existência, os principais esforços foram no sentido de legalizar a cooperativa, e manter encontros de formação sobre temas vinculados a gênero, principalmente ao reconhecimento do trabalho que as mulheres já realizavam em suas casas e terras. Ao longo desse tempo, Adília, uma das fundadoras e atual presidente da cooperativa, mantinha vínculo com uma organização de mulheres de um município vizinho, trabalhando como promotora voluntária, atendendo mulheres que sofressem violência doméstica. Se precisassem de algum acompanhamento, A.V. as levava até o escritório das mulheres no outro município, e dava acompanhamento a seus casos. No ano de 1999 ela, já cansada das demandas de deslocamento do trabalho, começa a falar com outras mulheres da cooperativa para se juntarem e terem um local para atendimento de vítimas<sup>24</sup> de violência. Durante o processo de conversas entre algumas mulheres para decidir se e como fazer os esforços necessários para conseguir um local e recursos, o assassinato de uma professora por seu marido num parque da cidade confirmou a necessidade de levar a ideia adiante:

---

<sup>24</sup> Existe um forte debate entre feministas sobre o uso da palavra vítima para se referir a mulheres que estão inseridas em ciclos de violência familiar ou em qualquer outra relação que estabeleçam. O debate se pauta principalmente em não reforçar do caráter paralisante implicado numa situação na qual se é vitimizada. No entanto, vítima é a palavra utilizada pela maior parte das organizações que trabalham com este tipo de atendimento, e será utilizada na medida em que é como estas mulheres entendem o trabalho que realizam.

*Venía de poner la denuncia en la policía y el hombre la esperó en el parque. Y allí la asesinó a ella y se asesinó él. Entonces estando en ese proceso dijimos: basta ya, no podemos seguir así. Tenemos que organizarnos para poder hablar de nuestros derechos, y que se nos respeten nuestros derechos. (Entrevista A.V.)*

A partir disso, elas conseguiram o apoio de uma das senhoras da cooperativa, que tinha possibilidade de alugar um local para ter um escritório por um par de meses. Nesse meio tempo, também estabeleceram contato com as pessoas com quem tinham trabalhado no projeto de construção de moradias para refugiados de guerra, e a relação próxima com algumas dessas pessoas levou a que estas se comprometessem a manter o aluguel e uma ajuda de custo a algumas mulheres poderem permanecer na nova *Oficina de la Mujer Profesora Edelma Martínez*, mais conhecida como Casa da Mulher. Na medida em que foram conseguindo recursos, foi se formando uma pequena equipe para atendimentos de casos de violência, da qual faziam parte algumas sócias da cooperativa. Esta iniciativa permitiu também que algumas mulheres do município que participaram, durante o final dos anos 90 e início dos 2000, de atividades da *Red de Mujeres Contra la Violencia*<sup>25</sup>, em Matagalpa, encontrassem um espaço para atuar em seu próprio município. Ao longo do tempo, a Casa da Mulher e a COOMPRIO andam conjuntamente, uma vez que são praticamente as mesmas pessoas as que as mantêm: as que não eram sócias da cooperativa, passaram a ser, e muitas das sócias da cooperativa passaram a ser promotoras de direitos, como elas mesmas se autodenominam.

Esta conjunção de iniciativas foi o que fez a secretária geral da Federação me indicar a realização da pesquisa em Rio Blanco. Não é comum, entre as cooperativas que conformam a federação, a combinação de ambos trabalhos, nem tampouco a capacidade de gestão de recursos que as mulheres de Rio Blanco têm. Ao longo dos anos de existência, a cooperativa já trabalhou em conjunto com a Empresa Nicaraguense de Alimentos Básicos (ENABAS), do governo central, recebendo crédito e grãos de feijão para entregar a suas sócias e criar um fundo rotativo que lhes permitisse administrar pequenos créditos; participou de pequenos projetos para receber o apoio necessário para a continuidade da Casa da Mulher, envolvendo capacitações de promotoras; já recebeu e segue recebendo delegações

---

<sup>25</sup> Esta rede surge em 1992 constituída por mulheres que se desvinculam da organização de mulheres sandinistas AMLAE, e passam a focar seu trabalho no combate à violência contra as mulheres, principalmente nas áreas urbanas. Desde então foi, e continua sendo até hoje, uma referência de articulação de organizações feministas no país.

de “amigos solidários” que visitam as comunidades e se hospedam em suas casas; e atualmente participa em um projeto de plantio de cacau, financiado pela cooperação suíça, em parceria com a prefeitura municipal.

Os financiamentos e projetos da Casa da Mulher e da COOMPRIO são gerenciados separadamente de acordo com o tipo de atividade que está sendo realizada, no entanto as pessoas que delas participam e a maneira como são percebidas no município são as mesmas. Alguns anos após a criação da Casa da Mulher foi criada uma delegacia da mulher municipal, como resultado da ação da Casa da Mulher, mas também inserindo-se num contexto que Karen Kampwirth (2009) caracteriza pelo surgimento de delegacias da mulher em diversos lugares do país<sup>26</sup>. Apesar disso, a precariedade das condições da delegacia, incluindo falta de pessoal em diversos momentos, e falta de conhecimento para levar adiante questões judiciais, fez com que a Casa da Mulher continuasse sendo uma referência tão ou mais presente para a população do que a instituição policial. O trabalho em conjunto realizado até hoje mostra tênues fronteiras entre o papel de cada uma, e em diversas ocasiões a Casa da Mulher encaminha os casos diretamente com organizações de mulheres de Matagalpa, a capital do departamento, sem passar pela delegacia municipal da mulher.

No que tange a cooperativa, os principais esforços têm sido no sentido de criar alternativas econômicas para as sócias, com o objetivo de

*Ser una organización de mujeres empoderadas, que impulsan iniciativas empresariales y tienen capacidad para participar e insertarse en el desarrollo, con visión progresista y medios suficientes para respaldar sus negocios y proyectos, asegurando su futuro y la continuidad de sus esfuerzos. (COOMPRIO<sup>27</sup>, 2014)*

Os principais esforços nesse sentido consistiam, no momento em que realizei a pesquisa, em criar redes de produção e comercialização entre as sócias de acordo com o que elas já produziam, mas também incentivar a criação de grupos para confecção de bijuterias, cultivo de plantas ornamentais e produtos com valor agregado, como queijos temperados. Além disso, a cooperativa é parte dos

---

<sup>26</sup> Segundo a autora, devido a diversos fatores, entre os quais a extensiva presença de mulheres na polícia, uma característica marcante do país desde os anos 1980.

<sup>27</sup> Apresentação em Power-Point da Cooperativa Agropecuaria de Producción Mujeres Productoras de Río Blanco - COOMPRIO, 2014.

conselhos municipais existentes para tratar dos temas de segurança alimentar<sup>28</sup> e desenvolvimento territorial. Foi através deste último que estiveram vinculadas a uma iniciativa na qual participaram a prefeitura municipal e cooperativas mistas de produtores, realizando um estudo das cadeias de valor nas quais valeria a pena investir na região, e que com o financiamento da cooperação suíça decidiu investir na produção de cacau<sup>29</sup>.

Na apresentação inicial que me foi feita sobre o trabalho da cooperativa, a sensação que registrei em meu diário de campo foi de que as fundadoras fizeram especial ênfase em explicar de onde vinham as ajudas econômicas, que permitem a realização dos trabalhos, numa postura de muito agradecimento e, principalmente, um constante reconhecimento de que sem isso não teria sido possível. Logo percebi que a ênfase também estava vinculada ao fato de eu ser uma pessoa de fora que poderia, eventualmente, apoiar de alguma forma seu trabalho. Nesse sentido, a Federação, através da qual estabeleci o contato com elas, é vista como importante espaço de visibilização do trabalho realizado em Río Blanco já que, segundo me foi dito, “a maioria das pessoas não chega até aqui, param em Matagalpa, porque aqui é muito longe”. Os agradecimentos constantes aos “*hermanos donantes*” e às delegações que visitam a organização com alguma regularidade me remeteram à interessante reflexão existente sobre a relação de dádiva que se estabelece a partir de doações para o desenvolvimento (SILVA 2008), onde se ressalta a necessidade de levar em consideração que o reconhecimento e a visibilidade dada a certas relações são também uma forma de retribuição dentro de um ciclo de relações marcadas por determinadas posições de poder.

---

<sup>28</sup> Segundo estudo lançado em 2014 (BORNEMANN et al), no momento em que foi realizada a pesquisa, 65% das comissões municipais estavam estabelecidas, no entanto apenas 8% delas tinha uma agenda definida (p.51).

<sup>29</sup> Segundo apresentações realizadas pela Cooperativa La Campesina, localizada no município vizinho de Matiguás e com experiência há anos no plantio de cacau, o produto nicaraguense é altamente valorizado no mercado internacional por sua qualidade. Mais implicações sobre o por que investir no cacau aparecerão no próximo capítulo, ao apresentar o efeito do projeto no trabalho da COOPRIO de fazer as mulheres se entenderem como produtoras.



### 3.2.1.2.1 Terrabona

Terrabona é um dos municípios do departamento de Matagalpa mais próximos de Manágua se medido em quilômetros, no entanto a má condição dos caminhos de acesso e a pouca importância econômica do município aumentam significativamente a distância que o separa da capital. Poucos ônibus percorrem diariamente a demora que significam os cerca de 30

Figura 10 - Vista em Terrabona. Fonte: foto da autora



quilômetros não asfaltados entre a estrada Panamericana, e a “cabecera municipal”, povoado central no qual residem aproximadamente 2 dos 13 mil habitantes do município (NICARAGUA, 2005). A maior

parte do município está localizada no corredor seco que atravessa a América Central desde a Costa Rica e chega até o sul do México<sup>30</sup>, e a principal produção são hortaliças, gado em pequena escala e grãos básicos para autoconsumo, como milho e feijão, apesar de também ter uma pequena região de café. Os habitantes de Terrabona mantêm uma relação muito próxima com dois municípios vizinhos, Ciudad Darío e Sébaco, localizados do outro lado da estrada e importantes polos de produção de hortaliças do país. É nessas cidades, especialmente na primeira, que têm acesso aos serviços que não dispõem em Terrabona, e onde comercializam sua produção.

Salientar a relação entre estes municípios é importante para entender sua presença nesta pesquisa. Conforme mencionei na introdução, a escolha de incluir este município na pesquisa teve a ver com a participação das mulheres em um grande projeto de desenvolvimento através da construção de um centro de processamento de hortaliças, executado com recursos do FIDA, em parceria com o MECCA e o Banco Centroamericano de Integração Econômica (BCIE). No entanto, o centro de processamento previsto por este projeto está localizado em Ciudad

<sup>30</sup> Mais informações sobre o corredor seco centroamericano em FAO, 2012.

Darío, e prevê a criação de uma grande cooperativa mista que integra homens e mulheres dos três municípios, que por sua vez não tem nenhuma vinculação com a FEMUPROCAN. O protagonismo do município de Terrabona vem do fato de que, como consequência da atuação da Federação ao longo dos anos, eram suas cooperativas as que tinham pessoa jurídica e todas as demais demandas formais em dia, e portanto uma delas foi quem tomou a frente ao constar como um dos responsáveis legais do projeto.

Em Terrabona, existem formalmente duas uniões de cooperativas vinculadas à FEMUPROCAN, cada uma com uma dezena de cooperativas filiadas. Este extenso número e o fato de terem assumido a responsabilidade legal de um projeto de grande envergadura<sup>31</sup> dá a impressão de que existe uma grande quantidade de mulheres trabalhando organizadamente, articulando suas atividades produtivas de alguma forma. No entanto, ao chegar ao município, percebe-se rapidamente que as cooperativas estão concentradas nas figuras de algumas mulheres em cada comunidade, porém sem maiores articulações produtivas ou de comercialização. Se trata principalmente de uma rede de mulheres convocadas eventualmente para atividades pontuais de projetos, sem – ao menos no momento em que realizei a pesquisa – uma atividade continuada em nenhum dos núcleos comunitários que conforma cada uma das cooperativas.

Devido ao fato de não existir um escritório ou lugar de referência da Federação ou das cooperativas no município, o contato com pessoas de fora, seja com a FEMUPROCAN, seja com instituições governamentais ou outras cooperativas vinculadas ao projeto de hortaliças, passa principalmente pela figura de M.E., presidente da cooperativa Paula Castrillo e da união de cooperativas homônima. Como sua casa fica no povoado central e é onde acontecem a maior parte das reuniões e atividades, ela é quem estabelece o contato com as presidentes das demais cooperativas, que residem em diversas comunidades rurais. Assim, minha vinculação com este núcleo da pesquisa poderia ser entendido mais como o seguimento das relações às quais o contato com M.E. foi me levando, que se estendem a diversas comunidades e mais de um município, mais além da vinculação institucional específica com uma ou outra cooperativa.

---

<sup>31</sup> Segundo a placa localizada no centro de processamento de hortaliças construído, o valor total do projeto, apresentado em Córdobas (a moeda nicaraguense), seria o equivalente a aproximadamente US\$200 mil.

Porém, o que interessa neste momento é apresentar a vinculação das cooperativas existentes em Terrabona, e da própria M.E., com a história que venho narrando até agora, de mulheres vinculadas de alguma forma à Secretaria da Mulher da UNAG, que passam a fazer parte da FEMUPROCAN no momento em que esta rompe com a união nacional para criar uma organização exclusiva de mulheres. Diferentemente de Río Blanco, a identidade e trajetória de produção coletiva não se deram com a mesma intensidade neste município. A economia local sofreu grandes alterações quando as poucas famílias proprietárias de terras, principalmente produtores de gado, vinculadas a setores somozistas, fugiram do país e/ou foram desapropriadas pela Reforma Agrária. A população camponesa da região, que trabalhava como jornaleira nas grandes fazendas, teve então acesso a terras, no entanto manteve o formato de pequena produção de grãos e de gado. Segundo me foi relatado, surgiram naquele período um par de cooperativas de homens, mas não houve experiências significativas de coletivos de produção de mulheres.

No caso de Terrabona, as cooperativas surgem principalmente a partir da atuação individual de poucas mulheres que durante os anos 80 estiveram vinculadas com a FSLN e a UNAG, entre elas Carmen Hernández, uma ativista falecida em 1992 à qual foram feitas diversas referências como figura fundamental para a existência das cooperativas no município. Ela, juntamente com um par de mulheres com quem conversei, participaram da Brigada María Castillo Blanco, relatada anteriormente. No entanto, isso não significa que conseguissem já naquele momento ter uma capacidade de mobilização para manter ativas cooperativas e atividades de e para mulheres no município, onde até hoje são, em muitos casos, vistas com maus olhos por querer perturbar a ordem estabelecida. O trabalho da FEMUPROCAN em Terrabona adquiriu maior estabilidade e permanência quando María Elsa se mudou para o município, por ter casado com um homem de lá. Originária de Río Blanco, ela passara por um processo semelhante ao relatado anteriormente sobre esse município, de deslocamento forçado por guerra, e envolvimento familiar em cooperativas de produção e defesa. Em 1992 conheceu M.V. em Matagalpa, que a convidou para participar trabalhar com ela na Secretaria da Mulher da UNAG, e desde então se engajou nesse trabalho e incorporou-se à criação da Federação. Quando se deslocou a Terrabona por motivos pessoais, ficou encarregada de articular as mulheres com quem já existia um trabalho prévio e consolidar as cooperativas no município, trabalho que segue realizando até hoje.

Conforme mencionado anteriormente, o principal problema organizativo apontado pelas mulheres com quem conversei é também um fator que caracteriza a dinâmica das relações entre as cooperativas: a inexistência de um local próprio, tanto nas comunidades, quanto, principalmente, no povoado central. As distâncias entre as comunidades e a escassez de transporte faz com que os encontros sejam dispersos e dificultam a concretização de uma série de planos.

*Las cooperativas ahí están, tenemos dificultades en algunas, con algunos consejos de administración, pero ahí están. Por eso es que ahorita se anda haciendo el recorrido y se anda actualizando. Lo que pasa es que casi no he ido, [...] conformamos un equipito de tres para poderle dar cobertura, porque solo yo no me da para ir a las cooperativas y para estar en estas otras reuniones que me quitan tiempo, del proyecto. [En las cooperativas] trabajan cada quien individual, cada quien en sus tierras. Lo que ha estado funcionando más es la parte organizativa. Ahora va la lucha por que funcionen ellas, por decir, que produzcan, pero que vendan juntas el producto. Ese ha sido un proceso, por la desconfianza que hay, todavía hay personas... Y por eso ahorita hasta les están metiendo esos talleres de autoestima, ya vino la primera vez [...]. A nosotras nos habían llevado a capacitaciones a Matagalpa a Managua, pero ahora nos viene a dar en el territorio para que participen más mujeres. (Entrevista M.E.)*

O principal apelo da organização de cooperativas de mulheres em Terrabona é a questão da melhoria na produtividade, o caráter de oportunidade econômica. Tratar de temas vinculados com violência e sexualidade mostrou-se muito mais difícil que nos outros dois municípios em que realizei a pesquisa, mesmo que alguns elementos tenham sido abordados, conforme apresentarei no próximo capítulo.

### 3.2.1.3 Da ATC à FEM

O processo de desvinculação de grupos de mulheres das organizações sandinistas no início dos anos 1990 se deu de diferentes maneiras de acordo com a região e a organização. No caso da ATC, as clínicas de saúde da mulher, anteriormente apresentadas como uma iniciativa importante da Secretaria da Mulher, foram pivô dessa ruptura nas três capitais departamentais onde existiram: León, Matagalpa e Estelí. As mudanças econômicas do início da década significaram uma grande transformação interna na ATC: as Áreas de Propriedad del Pueblo (APP) que não foram privatizadas entraram num processo de coletivização, deixando de ter o significativo apoio financeiro que recebiam do partido, e tendo portanto que se reestruturar para encarar a nova economia de mercado. Nessa lógica, uma grande

quantidade de mulheres foi demitida sob a alegação de que seriam menos produtivas e gerariam mais gastos coletivos, devido aos serviços de cuidado infantil e aos direitos trabalhistas vinculados à maternidade.

As clínicas de saúde da mulher estavam constituídas com recursos recebidos de organizações de cooperação, inicialmente do País Basco<sup>32</sup>, e posteriormente também da Áustria, Alemanha e Suécia, gerenciados e destinados especialmente para isso. Portanto, seu trabalho permaneceu, mesmo com as adversidades daqueles anos, atendendo inclusive mulheres que tinham sido demitidas durante esse período. No entanto, a vinculação política da ATC permaneceu muito próxima à FSLN, e as disputas sobre como deveria seguir o trabalho com mulheres, incluindo as crescentes tensões com o nascente movimento feminista, se fizeram sentir em suas estruturas internas. D.M. permaneceu como diretora da clínica, no entanto ela narra como o clima de trabalho foi ficando insustentável

*Había una intención de deshacerse de todas estas que andábamos no fieles a ellos. Había como unos intentos de liberación, de hacer una apuesta desde las mujeres. Había la necesidad clara de trabajar por la agenda específica de las mujeres, todo un forcejeo por que las demandas de la secretaría de la mujer no pasaran por los huevos de estos hombres. Un forcejeo pues de poder, de las relaciones de poder.[...] toditas las que estábamos en esas clínicas fuimos corridas de una forma atroz, sin misericordia, llenas de injurias y calumnias. [...] Y aquí me montaron una reunión [...] llegaron a decirme que entregara la clínica, [...] que entregara cuentas, que dijera que eso era de la ATC, que todo tenía que pasar por ellos, que yo no quería vincularme de una manera saludable con la [...] que era la de la secretaría de aquí, y que tenía que entregarles la clínica... era una orientación del ejecutivo nacional y de aquí. (Entrevista D.M.)*

Mais do que uma simples demissão, D.M. narra este episódio como um momento de profundo choque, de caráter traumático, e gerador da necessidade de reavaliar toda sua trajetória até ali, e como continuar no trabalho que vinha realizando. Esta é uma sensação recorrente em falas de feministas que viveram processos semelhantes de desvinculação da FSLN durante este período, através de decisões arbitrárias de afastamento e demissões de um projeto no qual sentiam terem depositado suas vidas (VERGARA, 2012). No caso de D.M., sua demissão da

<sup>32</sup> Algumas mulheres originárias desse território e do Estado Espanhol tiveram colaboração de longa data com as clínicas, tanto na gestão de recursos para que elas existissem, quanto no processo de educação sexual e apoio metodológico para seu funcionamento. É interessante destacar que uma delas permanece à frente de uma organização com características bastante semelhantes à FEM, no departamento de León, e outra se encontrava, no momento em que realizei esta pesquisa, trabalhando na área de gênero da Agência Espanhola de Cooperação Oficial para o Desenvolvimento (AECID).

posição de diretora da clínica lhe rendeu apoio tanto de mulheres de diferentes comunidades rurais filiadas à ATC, quanto de um grupo de solidariedade internacional. O grupo de brigadistas austríacos, apoiadores da Revolução Sandinista desde 1979, contava desde o final da década de 80 com uma ala de mulheres, que apoiava economicamente a clínica, e decidiu acolher D.M. na Áustria durante três meses com a proposta de que ela se recuperasse do choque e pudesse reformular uma nova iniciativa para seguir o trabalho que vinha realizando. E efetivamente, foi o que aconteceu:

*Y me fui para Austria, en esos tres meses me recuperé, ordené mis ideas... Ahí nació la idea de la FEM, en un momento de duelo, de reconstrucción y de imaginarte un mundo nuevo, pero afirmando que sólo desde la autonomía podemos hacer algo que valga la pena para las mujeres. Y que el tema de las relaciones de poder, y de las tensiones entre hombres y mujeres es un asunto que no se puede resolver por voluntad política, así nomás de fácil, que siempre van a haber intereses. Que si ellos se sentían amenazados, eran capaces de cualquier cosa [...] porque eso es el poder masculino, y esos son los intereses de ellos. Entonces que solo desde la autonomía las mujeres podíamos hacer algo por nosotras mismas, y que nada nos iba... que era una fantasía trabajar en los espacios mixtos y todo eso... Y fijate que comenzamos con una pequeña cantidad de dinero, pero se fue sumando gente (Entrevista D.M.)*

Após o retorno a Estelí, D.M. buscou parcerias que lhe permitissem seguir adiante com o trabalho com mulheres rurais, levando em consideração os aprendizados da década anterior, e ao mesmo tempo criando novas possibilidades. Além de outras mulheres com as quais tinha trabalhado nas estruturas da ATC, ela buscou uma maneira de se aproximar de mulheres no campo sem que isso significasse disputar “a base” das organizações sandinistas. O cuidado para buscar mulheres que quisessem se somar à iniciativa que ela propunha sem que isso significasse entrar em confronto com aqueles com quem tanto tinha se desgastado foi uma prioridade que a levou a estudar as comunidades da região onde poderia atuar. Considerando o processo de transição pós-guerra, também foi um critério importante o fato de não atuar em comunidades afetadas pela possibilidade de conflito bélico devido a uma excessiva polarização política. Ainda outro fator levado em consideração foi a existência de terras de boa qualidade, nas quais pudesse ser levado adiante um processo produtivo pelo grupo de mulheres a ser conformado.

É importante destacar que Estelí é um dos maiores municípios da Nicarágua, com cerca de 125 mil habitantes, é a capital do departamento com o mesmo nome,

um dos principais polos econômicos e de serviços da região norte do país e é atravessada pela estrada Panamericana rumo a Honduras. A região se caracterizou por apoiar fortemente a FSLN no período insurrecional, a cidade foi tomada três vezes pela guerrilha entre 1978 e 79, e os guerrilheiros receberam importante apoio da população nas áreas rurais dos municípios vizinhos. Nesse sentido, destacam-se Pueblo Nuevo e Condega, municípios vizinhos a Estelí onde, assim como capital departamental, a FSLN nunca perdeu uma eleição desde o triunfo da revolução. O relevo montanhoso faz dos locais mais elevados da região um lugar propício para o cultivo de café, mantendo-se também a criação extensiva de gado nas regiões mais baixas, o tradicional cultivo de grãos básicos em pequena escala e a produção de tabaco<sup>33</sup> para exportação nas regiões mais próximas à cidade.

Em uma de nossas primeiras conversas informais, D.M. contou sobre suas primeiras visitas às comunidades buscando mulheres que quisessem se envolver na iniciativa que ela queria propor. A história surgiu quando conversávamos sobre um projeto que estava encerrando quando estive realizando a pesquisa, de recuperação de sementes crioulas. D.M. se referiu a um senhor, Santos Luis Merlo, que os apoiava por ter muito conhecimento sobre as sementes, e que fora também alguém fundamental no início de suas alianças no campo. Ele era uma liderança comunitária de Pueblo Nuevo, que conhecia bem os municípios vizinhos, e a guiou e acompanhou em suas visitas em busca de interessadas em se somar ao projeto de constituir uma organização exclusiva de mulheres rurais. Ao me contar essa história, a ênfase esteve em que ele dizia para procurar as casas onde houvessem flores, porque aquilo significava que naquela casa ainda havia esperança: onde havia flores, é porque ainda havia mulheres com vontade de viver. Então, Santos Merlo andou com D.M. pelos caminhos empoeirados de terra das comunidades rurais de Estelí, Pueblo Nuevo e Condega, parando para conversar em algumas casas, “distraindo” os homens – segundo a própria narrativa de D.M. – enquanto ela se aproximava das mulheres para perguntar sobre seu interesse de se juntar a uma organização, e convidá-las para as primeiras reuniões. Uma delas conta:

---

<sup>33</sup> O tabaco para exportação foi impulsado a partir dos anos 60 por cubanos que deixaram seu país devido à Revolução Cubana e se estabeleceram na Nicarágua com apoio da ditadura somozista. Com a Revolução Sandinista, eles voltaram a fugir, desta vez para os Estados Unidos, e suas empresas foram confiscadas e se transformaram em APP's. No entanto, nos anos 90 muitos deles voltaram e conseguiram se reapropriar de suas empresas, retomando o controle da produção de tabaco local.

*Para un mes como este, de junio, dijeron que una señora con un niño andaba visitándonos, pero como se accidentaron, no llegó, pero después ella volvió a insistir y llegó y ella nos motivó. Era D.M.. Ella nos motivó, que dijo que nosotras éramos mujeres y que teníamos derechos. Y como mujeres, nosotras no habíamos descubierto lo bonito que era luchar por nosotras mismas. Entonces como que nos animó (Entrevista R.L.)*

Foram doze as mulheres, de diferentes comunidades, que se juntaram no processo inicial de criação da Fundación Entre Mujeres (FEM). Em 1995, o primeiro passo feito coletivamente – além de iniciar os trâmites legais para a consolidação de uma organização, optando pelo formato de ONG – foi a realização de um ciclo de quinze encontros nos quais foram abordados, desde uma perspectiva autodeclarada feminista, temas vinculados a diversos tipos de violências de gênero, incluindo saúde, sexualidade, maternidade, divisão sexual do trabalho, entre outros<sup>34</sup>. Estes encontros permitiram estabelecer um plano de atuação conjunto, que partia de perceber que

*eso era producto de todo ese sistema en el que las mujeres hemos vivido siglos, y que ellas eran, nada más y nada menos que una continuidad de esa relación y que había que hacer algo para parar y facilitar que otras mujeres no siguieran experimentando lo mismo [...] Después de esa reflexión empezamos a hablar sobre cómo podemos hacer esto: no puede ser solo con talleres, porque hacer talleres es como querer derrumbar este sistema, que requiere de un tractor, y no de estarle dando con un pañuelo a la pared. Entonces cual es la herramienta que necesitamos? Comprar tierras y hacer una alteración radical de todo aquello que nos limita, para tener un equilibrio mayor de poder en la casa, en la comunidad, y en la sociedad. (Entrevista D.M.)*

Atualmente, a FEM tem um prédio próprio próximo ao centro de Estelí, uma estrutura grande que conta com seis escritórios, pátio, cozinha e um auditório para realizar atividades. Na primeira vez que entrei, me chamou a atenção uma parede na entrada, em que se encontram nove fotos<sup>35</sup> de rostos marcantes de mulheres olhando fixamente para a câmera (Figura 11). Abaixo das fotos, as palavras: “Membras do Comitê de Desenvolvimento, Fundadoras da FEM”.

<sup>34</sup> A importância e impacto dos temas tratados nestes encontros na vida das mulheres que deles participaram pode ser inferidos no nível de compromisso que elas assumiram com a organização, mas mesmo assim serão tratados com mais detalhe no próximo capítulo.

<sup>35</sup> Apenas duas, das doze mulheres que iniciaram o trabalho com a FEM, deixaram de participar ao longo do processo. E apenas uma delas, mesmo permanecendo até hoje engajada na organização, não tem foto no mural de entrada.



Figura 11 - Painel das fundadoras na sede da FEM.



Fonte: foto da autora

Aos poucos, fui reconhecendo alguns daqueles rostos, nas atividades em que fui participando. Vinte anos depois do surgimento da organização, elas permanecem sendo as principais referências em suas comunidades, tendo sido as promotoras do envolvimento de outras mulheres nas atividades que foram se dando, na medida em que a organização conseguia mais recursos e executava os objetivos iniciais de ser uma alternativa viável social e economicamente para elas. A figura do Comitê de Desenvolvimento, composto pelas mulheres rurais que participaram do processo de fundação da FEM, foi criada propositalmente para evitar que na organização ganhasse mais força e espaço a decisão da equipe técnica responsável pela execução de projetos:

*Desde el comienzo dijimos: no vamos a ser una personería jurídica donde las mujeres no estén representadas, ellas van a ser las dueñas reales. Nada de intermediarios, ni llenar esta organización de gente de clase media... configuramos que tuviera una representación fuerte y con poder. Y se fue configurando de a poco el comité de desarrollo en cada comunidad, donde fuimos identificando una mujer dispuesta a formarse en talleres feministas. (Enrevista D.M.)*

A aposta da organização seguiu por diferentes temas, pensados articuladamente, mas impulsados na medida em que iam conseguindo recursos. Após uma experiência de aluguel de terras para produção agrícola, na qual o proprietário rompeu o contrato depois do terceiro ciclo produtivo, quando elas já tinham trabalhado bem a terra que inicialmente estava mal tratada, perceberam a importância de comprar terras:

*Eso significa que tenemos que acceder a tierras, pero convencidas de que no estamos hechas solo para el trabajo doméstico, sino que podemos situarnos allá en la otra esfera, y que podemos auto-alimentarnos, autoabastecernos. Y asentar esta idea solamente se podía hacer acompañandolo de tierras. O sea, nadie aprende nada con solo leer o conocer algo, sino haciéndolo también es que se puede, y concretando lo que vas aprendiendo. Entonces las tierras eran la manera como hicimos material la reflexión ideológica de los quince talleres que hicimos en ese periodo. (Entrevista D.M.)*

A ideia de produção coletiva se baseava de alguma maneira na experiência dos coletivos de produção dos anos 80, nos quais algumas daquelas mulheres tinham participado. A partir de experiências produtivas em terras coletivas que compraram, assim como da articulação da produção individual das mulheres que tinham ou conseguiram terras ao longo dos anos, foram criadas cooperativas em seis comunidades, conformando mais recentemente uma central de cooperativas chamada Las Diosas, que têm pessoa jurídica aparte da Fundação. A central comercializa principalmente café de exportação na modalidade de comércio justo, beneficiado, torrado e empacotado por elas mesmas, vendido nos Estados Unidos e Dinamarca, porém algumas cooperativas produzem também outros produtos com valor agregado, como vinhos, chocolate, geleias e demais, comercializados em feiras locais.

Como herança da experiência da ATC, garantir uma clínica móvel que passasse em todas as comunidades foi também uma prioridade da FEM durante os anos em que conseguiu recursos para mantê-la. Além disso, a Fundação também investiu em um programa de educação, inicialmente para alfabetização, mas após convênio com o Ministério de Educação (MINED) estabeleceram turmas fixas e seguiram ampliando os cursos para poder finalizar o equivalente ao ensino fundamental e médio. Também estabeleceram ações de defensoria comunitária, para dar apoio a mulheres em casos de violência de gênero, levando-as a Estelí em casos mais graves para apoio jurídico e psicológico, e têm uma capacidade de mobilização, em uma semana sem aviso prévio, de convocar 500 mulheres para uma marcha para acompanhar a sentença dada a um acusado de assassinato de uma mulher numa comunidade em que estão presentes, um femicídio amplamente divulgado pelos meios de comunicação e presente em frases de camisetas que podem ser vistas nas comunidades e na cidade.

O modelo organizativo adotado pela Fundação não é muito comum em outras

ONG's nicaraguenses, assim como suas apostas de investimentos de recursos. Apesar disso, hoje são consideradas, por outras organizações sociais nicaraguenses e de cooperação internacional, uma organização extremamente “bem sucedida”, pois contam com recursos próprios que, além da estrutura em Estelí, incluem: uma pequena fazenda próxima a esta cidade, onde têm a Central de Cooperativas, e onde realizam experimentos agroecológicos, têm um viveiro de café e produção de biofertilizantes; em diversas comunidades, contam com uma casa comunitária própria para as mulheres, para não precisar disputar os espaços comunitários mistos, onde contam também com bancos de sementes e viveiros; e finalmente, duas dezenas de mulheres que viviam em área de risco e perderam suas casas em um desabamento têm hoje casas próprias construídas com financiamento gerenciado pela FEM.

A opção por se dedicar a um pequeno grupo de mulheres com a perspectiva de permanecer em determinados territórios destoou em muitos momentos da prática mais comum das nascentes organizações financiadas pela cooperação internacional, que priorizavam um amplo alcance numérico de pessoas como “beneficiárias”. Isto gerou uma série de tensões e dificuldades para conseguir financiamento, conforme veremos a seguir. Na próxima seção, veremos mais detalhadamente como se deu, em cada uma das organizações apresentadas até aqui, a relação com os discursos de desenvolvimento e as práticas de financiamento de projetos que se deram entre de 1995 e 2006, período em que o trabalho destas organizações se consolidou.

### **3.2.2 Mas não se faz nada sem cooperação: adaptar-se às demandas**

Na medida em que fui apresentando as organizações com as quais realizei a pesquisa, e as trajetórias através das quais surgiram, a intenção foi também deixar clara a importância das alianças que lhes foram permitindo estabelecer suas estratégias e sua existência material nos primeiros anos de funcionamento. Não se trata apenas de fontes de financiamento, mas também de espaços de circulação de ideias e de apoio político que, de alguma maneira, contribuíram para definir o direcionamento de suas ações coletivas. Nesse sentido, nesta seção pretendo analisar como as relações que foram se estabelecendo ao longo do trabalho destas organizações expressam alguns fenômenos sociais relevantes vinculados aos

efeitos dos macro-discursos de desenvolvimento apresentados no primeiro capítulo.

A narrativa das organizações, a partir dos anos 90, vem acompanhada necessariamente da enumeração dos projetos que foram executados, e portanto da vinculação que se tem com as organizações de cooperação internacional que financiam esses projetos. Por mais que objetivos de trabalho estivessem estabelecidos pela experiência prévia de organização, a definição das possibilidades de realização de atividades dependia em grande medida das possibilidades de financiamento das mesmas. Considerando o contexto em questão, o surgimento das duas organizações, em meados da década de 90, coincidiu com o aumento do investimento internacional em projetos com mulheres, que se refletiu na ampliação de possibilidades de alianças no sentido projetado pelas organizações de mulheres:

*Qué se confabuló con nosotros? Un cambio de mentalidad que hubo también en la misma cooperación. La misma cooperación comenzó a enfilar que no solo el medio ambiente, que no solo la juventud, sino también mujer. [...] Yo te estoy hablando de que ya en el 90 ya se hablaba, y había un fuerte componente del trabajo con las mujeres. Es más, era una condición sinequanon para que te aprobaran un proyecto. Y las organizaciones mixtas comenzaron a meter mujeres en los proyectos. Y eso fue una oportunidad, porque te obligaba a hacer talleres de capacitación para las mujeres. Que las mujeres recibieran capacitación técnica. A que las mujeres manejaran recursos. Ese era como algo que te ayudó, porque solita no hubieras podido salir. Es decir, hubo una confabulación. (Entrevista M.A.)*

Ao momento favorável para o financiamento de projetos com mulheres, somam-se também as relações prévias já estabelecidas com organizações internacionais com as quais mantinham relação desde a década anterior, devido ao trabalho realizado nas organizações mistas sandinistas das quais se derivaram. Sobre a decisão do grupo de mulheres que criou a FEMUPROCAN, a funcionária de uma ONG internacional que naquele momento financiava projetos da UNAG comenta:

*Ellas fueron transgresoras, [separarse de la Unag] fue una actitud transgresora de ellas. Hay muchas mujeres que trabajan en organizaciones mixtas y que no logran coesionarse, organizarse, ni decidir salirse como fuerza organizada y decidir hacer su propio espacio. Desde ahí ya había un piso, no eran mujeres que... ya eran mujeres con cierto poder. Organización, decisión y poder de transgredir. Entonces Oxfam Canadá no es que las mantiene, cuando salen ellas, no se tiene que quedar con la organización mixta, porque no fue capaz de transformar espacio, de incluirlas. Si no son inclusivos, si hicieron todo este tipo de cosas, lo que nos queda es apoyar este espacio de ellas. Entonces la negociación fue considerarla como una organización autónoma, con una apuesta. (Entrevista R.P.)*

O apoio técnico e financeiro de Oxfam Canadá foi providencial para a Federação, mantendo-se ao longo de dezesseis anos durante os quais se estabeleceu uma dinâmica de trabalho a longo prazo apontada por ambos lados como uma exceção nas formas mais comuns de financiamento de cooperação internacional, geralmente orientadas por projetos pontuais. A crítica à aposta em *projetos* em detrimento de *processos* é uma constante entre pessoas que trabalham em organizações sociais que dependem de ajuda internacional. Em meu trabalho de conclusão de curso, eu apontei que

*Os financiamentos dificilmente estendem-se a longo prazo. Os que o fazem são principalmente aqueles provindos de ONG's internacionais que optam por trabalhar com determinada organização indefinidamente, até que avaliam que seu trabalho chegou a bons resultados, ou têm de se retirar por algum outro motivo. Porém estas não representam a maior fonte de recursos, portanto a maior parte dos trabalhos da OSC tem que ser formulado através de projetos, apesar de que "o ciclo limitado dos "projetos" induz a fragmentação, ao invés de trazer o que Tarrow (1994) chama de "trabalho sustentável", no qual os laços estabelecidos com membros e organizações são mantidos em bases regulares." (Jad 2007, p.623). (SARRIA, 2010, p. 81)*

Naquela pesquisa, eu apontava que este tipo de aliança a longo prazo só está presente nas organizações que expressam em seu discurso e em suas práticas um engajamento sustentado no tempo em torno de alguns temas específicos, entre os quais o trabalho com mulheres tem importante destaque. Este é o caso de ambas organizações aqui pesquisadas, e em grande medida também das organizações internacionais com quem têm mantido alianças a longo prazo, uma modalidade de trabalho que não é das mais frequente entre as organizações sociais nicaraguenses.

As principais alianças a longo prazo mantidas pelas duas organizações aqui pesquisadas mantêm vínculos com o processo de transição do início dos anos 90, de organizações internacionais que acompanharam de alguma maneira as rupturas apresentadas na seção anterior. No caso da relação de FEMUPROCAN com Oxfam Canadá, conforme já foi mencionado, se tratou de uma continuidade da relação que já existia com a UNAG, ao mesmo tempo em que a própria ONG internacional reconsiderava a maneira como estava destinando seus recursos:

*Porque nos dimos cuenta a partir del programa de ciudadanía que el contribuir de espacios mixtos es bastante lento, porque... O sea, todo el proceso de acompañamiento que nosotros dimos a organizaciones mixtas nos quedó como un sinsabor. Se podía avanzar en marcos normativos, en*

*marcos de política, en el discurso... en la inclusión de esta perspectiva en sus sistemas gestores... pero en el cambio de prácticas y en el cambio de creencias, todo lo que tiene que ver con la dimensión cultura profunda, eso no cambiaba. Entonces los cambios eran... fueron cambios que no lograron transformar como esperábamos nosotros las relaciones de poder a lo interno de las organizaciones y en los programas de servicios que ellas ofrecían. Eso con las organizaciones mixtas. En el caso con las organizaciones de mujeres, sí encontrábamos, si bien habían muchos desafíos y muchos retos, pensábamos que se avanzaba más. Se alcanzaban más logros, digamos. De ahí que aparece la FEMUPROCAN como una organización de medios de vida rural, y le apostamos a ellas. (Entrevista R.P.)*

Esta confluência permitiu à Federação apostar em seu fortalecimento institucional, num momento marcado por uma nova dinâmica de profissionalização das organizações sociais e de necessidade de formalização das cooperativas no campo, processo que demandava também um forte investimento em “formação de capacidades”. O apoio desta ONG internacional em particular é valorizado não necessariamente pelo volume de recursos que colocou na Federação, mas principalmente pela relação de lealdade na qual soube respeitar o tempo dos processos internos da organização. Este é um tratamento que me foi colocado mais de uma vez em contraposição a relações que viveram com outras agências, sobre as quais a avaliação é

*A veces la cooperación reproduce modelos exactamente iguales a los que luchaste por safarte. Y es que te quieren condicionar, que si yo te doy esto, tenés que hacer esto, que si no te portás así estás sancionada... eso no lo podemos aguantar. Decimos, tanto hemos luchado para tener nuestra propia libertad de que nuestro proceso sea con respeto y todo, y que de repente sintamos que viene alguien a imponerte. **Entonces aunque sean fondos considerables, hemos dicho no.** (Entrevista M.A.)*

A variação entre parceria ou relação conturbada com diferentes tipos de agências também aparece na Fundação Entre Mulheres. Por um lado, sempre mantiveram relação com grupos de solidariedade, no entanto estes não davam conta do volume de recursos necessários para a aposta estratégica que surgiu com a organização. Porém foi através dos grupos de solidariedade que começaram a estabelecer relação com ONG's internacionais, e através destas, a ter acesso a recursos de agências bilaterais de cooperação. Uma das relações mais estáveis foi com o Movimento de Mulheres Católicas da Áustria (KFB, por sua sigla em alemão), a quem foram apresentadas pelas brigadistas que acolheram D.M. ainda no momento de surgimento da FEM, e que as apoia até hoje, garantido a manutenção

do programa de educação. Em volumes de recursos, os mais significativos vieram da cooperação espanhola, especialmente do País Basco, no entanto também tiveram relação com cooperação belga, estadunidense, alemã e outras organizações austríacas além da KFB. Entre essas relações, a característica mais comum segundo D.M. foi a necessidade de “forcejo” constante para estabelecer os temas e focos do trabalho a ser realizado:

*[La cooperación] para nosotras ha sido necesaria, pero nos ha marcado ritmos y nos ha sacado algunas veces de nuestra apuesta endógena. Esa ha sido la tensión principal que hemos tenido con la cooperación. Nos han impuesto agendas, contenidos, resultados esperados en función de ellos, y no han querido apoyar lo que nosotros queríamos.*

O tipo de relação que se estabelece depende de diversos fatores, porém, em ambas organizações a possibilidade de manter seus próprios ritmos e seus objetivos políticos foram considerados uma prioridade, mesmo que esta precisa ser constantemente negociada. O que me interessa, principalmente, é chamar a atenção para os efeitos que essas relações têm, em diversos sentidos. A presença de recursos de cooperação não se deu de maneira constante, houve “*momentos pico, como la cosecha, ni más ni menos. Momentos de sequilla, y momentos de lluvia abundante*” (Entrevista M.A.).

Se por um lado, conforme aponta M.A., a presença de um grande volume de recursos de cooperação destinada a mulheres na segunda metade dos anos 90 e início dos anos 2000 significou a ampliação de oportunidades de alianças com organizações internacionais, também levou a uma mudança significativa da maneira de trabalhar das organizações locais:

*Comenzaron a aparecer todos los problemas, o más bien todas las toxinas que significa tener que subordinarnos a los ritmos de los formatos, de las obligaciones, de los cumplimientos que te exige la cooperación. Ya fuimos con la mirada hacia allá, no hacia las mujeres. Es cierto que el dinero es para las mujeres, pero con una gran cantidad de energía que se va para la atención a los compromisos, y nos queda una energía vital muy reducida para acompañar a las mujeres en las comunidades, en los caminos. Yo antes, en los primeros años, yo iba mucho más al campo, y no me picaban las coloradillas, pero ahora voy y me pican (risos).* (Entrevista D.M.)

O crescimento do volume de trabalho de escritório para cumprir com a também crescente exigência para a execução de projetos e prestação de contas da cooperação levou também a uma modificação das relações internas das

organizações nacionais. Isto se traduz em todas as esferas de trabalho

*Nosotras somos esclavas de la cooperación, no nos queda vida. Las pobres muchachas de la administración, no sé cuántos sábados y domingos han estado trabajando para poder cumplir con las auditorías, con esto, con lo otro. [...] Y son bien escuálidas nuestras energías y fuerzas para hacerle frene a todas las obligaciones. Y eso no nos deja tantas energías... incluso, hasta nos apoyamos en las propias mujeres [rurales] para que ellas vayan a cumplir cosas gerenciales. Pero como son del comité [de desarrollo], ahí que vayan a estar en reunión porque esas son sus cosas también, no son de nosotras... Pero se van a eventos, y las sacamos de sus dinámicas productivas, distorcionamos muchas cosas por este esquema que tenemos, de cooperación así. (Entrevista D.M.)*

Conforme vemos nestas falas, não se trata apenas da alteração dos temas e dos meios através dos quais seguirá o trabalho das organizações, mas também de relações de poder que, nos casos mais extremos, se expressam inclusive de maneira muito evidente no tipo de relação trabalhista que se estabelece. Relatando um caso específico com uma organização estadunidense, D.M. expressa a maneira como o fato de ter recursos empenhados em projetos dos quais as organizações precisam as leva a, muitas vezes, enfrentar situações

*Era a un nivel de intromisión, de invasión, de tratarnos como peonas. De llamarnos para regañarnos y putearnos porque tal cosa no había estado lista. Porque nos tardamos en no sé qué informe, porque no iba como querían que fuera, nos mandaban a vigilar, aquella pesquisa permanente... y descomponer el equipo, como desconfianza... Y algunos técnicos de aquí de pronto se sentían por encima de nosotras, porque los llamaban directamente a ellos. Fue de las más perversas que hemos tenido, y que no rompimos violentamente solo porque habían infraestructuras decisivas, todos los beneficios húmedos que tenemos en las cooperativas, cómo íbamos a poner en riesgo eso, si no teníamos otro sitio donde capitalizar las fincas y la apuesta? Era super necesario, y tuvimos que aguantar. (Entrevista D.M.)*

Estas experiências, no entanto, permitiram também aprendizados sobre as agências internacionais, destinando maior atenção aos termos nos quais as relações são estabelecidas, e evitando algumas alianças se percebem este tipo de comportamento desde um início. Isto significou, algumas vezes, arcar com dificuldades financeiras e não conseguir realizar tudo aquilo que idearam, mas as narrativas sobre esses episódios vêm também acompanhadas de certo tom de orgulho e dignidade.

A contraposição entre, por um lado, as demandas “de escritório” através das quais se estabelecem esse tipo de situações, e por outro as atividades de campo



que justificam a existência dos projetos permite visibilizar também a relação de poder entre práticas “da cidade” e “do campo”. Quanto mais vinculadas à dinâmica da cooperação, mais faz-se necessário estar em espaços urbanos nos quais se possa ter acesso, pelo menos, a um computador com internet, o que não é pedir pouco em alguns lugares da Nicarágua. Esta distância também determina quem chegará a trabalhar em escritórios e organizações sociais, realizando que tipo de tarefas. Sobre a conformação da equipe técnica que constitui a FEM, D.M. comenta algumas dificuldades existentes para encontrar pessoas que, além de encampar a proposta política da organização, tenham uma relação de empatia com as problemáticas específica de mulheres rurais:

*En la sistematización, dice que este equipo debería de tener un rol político en la sociedad, en las redes, jugar el rol de la ONG que es pues. El rol de ONG y de construcción, tanto a lo interno aportarle, iluminar a las mujeres rurales, acompañarlas en su proceso de empoderamiento [...] Pera eso significa un alto compromiso empático de conocimiento de la realidad de las mujeres rurales y de compromiso con esa causa, pero eso es lo que no hay. En Estelí los recursos humanos no tienen esas características. Son personas del mundo urbano, muchachas o mujeres que, a excepción de la J.V., han venido estudiando una carrera y que entonces reunían algunos requisitos para desarrollar actividades de los proyectos a favor de las mujeres. (Entrevista D.M.)*

A exceção que ela menciona, J.V., é uma mulher originária de uma comunidade rural de Estelí, que de maneira excepcional, considerando as estatísticas educativas do país<sup>36</sup>, concluiu a escola, fez um curso técnico e, ao trabalhar em uma união de cooperativas mista de sua comunidade de origem, passou por processos de formação de gênero de organizações feministas de Manágua. Com essa experiência, chegou à FEM em 2001 e desde então é o braço direito de D.M. na equipe técnica. Conseguir que mulheres originárias no meio rural trabalhem em escritórios que gestionam projetos de desenvolvimento é um processo bastante difícil no qual algumas organizações apostam. Na FEMUPROCAN também existe uma aposta nesse sentido, tendo conseguido que a filha de uma das fundadoras de uma cooperativa de Matagalpa, Blanca, virasse a secretária geral que hoje é um dos pilares da equipe que opera em Manágua. Isto significa para ela viajar todo final de semana três horas para ir para casa, porém ela é uma das principais referências das agências de cooperação no contato com a Federação. Este é um

---

<sup>36</sup> Segundo dados apresentados em relatório da FAO, apenas 1,4% das mulheres de origem rural têm 10 ou mais anos de estudo formal (2007, p.139).

elemento frequentemente ressaltado como um êxito, pois significa um esforço por garantir que exista, entre o pessoal que elabora e executa os projetos, uma sensibilidade que leve em consideração a diversidade de experiências das mulheres rurais com quem a organização trabalha, conseguindo também dialogar com a linguagem própria daqueles que financiam os projetos.

Cabe aqui trazer a crítica de Norman Long (2007) em seu questionamento ao efeito socioespacial dos processos de intervenção planejadas, na qual se compreende que os atores acumulam experiências, respostas e estratégias que vão além do tempo e do espaço definidos para os projetos específicos. Ao longo de pelo menos trinta anos, o volume de cooperação internacional na Nicarágua foi tão elevado e teve uma capilaridade tão grande, que a maior parte da população já passou pela experiência de participar, ou conhecer em sua comunidade, da execução de projetos de desenvolvimento levados a cabo por agências de diversos países, especialmente europeus e norte-americanos. Certamente cabe, nesse contexto, a colocação de Long que propõe que “[...] a intervenção [...] implica a confrontação ou interpenetração de mundos de vida diferentes e experiências sócio-políticas que podem ser significativas para gerar novas formas de prática social e ideologia.” (LONG 2007, p. 80).

O caso de Río Blanco é peculiar nesse sentido, por ser de alguma forma o resultado de uma conjunção de fatores locais, entre os quais a intervenção de projetos durante os anos 80 foi crucial para o surgimento da organização de mulheres que existe hoje ali. Ao longo dos anos 90, a conexão destas mulheres com ideias e pessoas vindas de fora se deu de diversas maneiras, que por sua vez foram influenciando a direção do trabalho que realizaram. O trânsito participando em oficinas, reuniões, encontros e intercâmbios de conhecimentos em Manágua, Matagalpa e em algumas ocasiões em reuniões em outros países da América Central foi crucial para seu fortalecimento no nível local. Estas relações foram estabelecidas principalmente através de sua participação na Federação, no entanto também se mantiveram aqui alianças com os grupos de solidariedade vinculados à igreja católica e à própria dinâmica política local, na qual passaram a ser referência por ser uma das poucas cooperativas ativas do município. A credibilidade propiciada por atores externos se dá tanto na medida em que elas são vistas viajando, quanto nas visitas que recebem a partir das relações estabelecidas nessas redes. Apesar disso, por motivos que veremos no próximo capítulo, elas têm dificuldades de que

mulheres jovens se somem ao trabalho de escritório que elas orgulhosamente contam como foram aprendendo a fazer, como formulação de projetos e prestação de contas; portanto, atualmente é um rapaz, filho de uma das sócias mais antigas da cooperativa, quem tem exercido essa função, depois de ter se formado como engenheiro florestal em Manáguas. Quando avaliam o saldo das relações com organizações internacionais, o fazem em tom de agradecimento por terem sido a maior parte das vezes situações nas quais puderam destinar seu dinheiro de uma forma bastante autônoma e mantendo relações que envolvem muita confiança. O principal exemplo seria, sem dúvida, a ONG internacional que até hoje paga a manutenção do aluguel do espaço e da ajuda de custo que garante que três mulheres trabalhem todos os dias no escritório da cooperativa e *Casa de la Mujer*. A organização está atualmente destinada a financiar apenas projetos vinculados com abastecimento de água, no entanto é de fato apenas uma ponte de uma doação direta de parte de seu fundador, que capta recursos tanto nos Estados Unidos, onde mora, quanto na França, de onde é originário, que por sua vez repassa para estas mulheres. Entrevistei uma técnica dessa ONG, sobre a qual soube sobre outros projetos de centros profissionais para técnicos em recursos hídricos que eram promovidos em Río Blanco, porém nenhum deles envolvia diretamente a COOMPRIO.

Por sua vez, Terrabona foi o local que visitei onde melhor se expressava a dinâmica perversa comumente atribuída a projetos de desenvolvimento que chegam de maneira pontual, com planos de ação previamente definidos, que partem em seguida, deixando efeitos geralmente nocivos nas relações locais, e pouca contribuição à dinâmica associativa ou à qualidade de vida da “população beneficiária”. A própria criação de uma grande quantidade de cooperativas no município, uma por comunidade, foi resultado de uma consultoria feita no âmbito de um projeto, no qual o mapeamento realizado apontou a existência de 600 mulheres organizadas no município, que portanto dariam conta de manter diversas cooperativas. Este, porém, é um dado que expressa – segundo o que me foi dito pelas poucas que permanecem ativas na organização – mais a expectativa existente entre as mulheres que foram entrevistadas nas comunidades do que a permanência de atividades associativas no nível local.

A expectativa, no caso, seria pela possibilidade de chegada de um projeto que trouxesse alguma oportunidade, especialmente que beneficiasse a produção, como

sistemas de irrigação, animais, sementes, ou terras. São as próprias líderes comunitárias que estão, portanto, expostas a serem cobradas pelas suas vizinhas quando estes projetos não chegam, e pelas demandas burocráticas vindas de Manágua, quando algum chega. Com uma precária estrutura que permita manter algum trabalho de intervenção de maneira consistente, amplia-se a possibilidade de que a responsabilidade por “eventuais fracassos”<sup>37</sup> dos projetos sejam atribuídos à falta de compromisso da própria população em melhorar suas condições de vida. Ao receber minha visita, como uma estrangeira interessada em conhecer o que é que os projetos de cooperação já tinham levado àquelas comunidades, uma das líderes ativas, que em diversos momentos expressou sua frustração pelo pouco engajamento de outras mulheres nas cooperativas, me comentou:

*Con decirle por ejemplo que una vez aquí vino un proyecto que se llamaba la FAO. Vino, dio semillas para todo el mundo y con la idea de que la íbamos a guardar para juntar y sembrar después. Nos dio los silos, aquí los tiene doña Tomasa. Pero a las horas de las horas, cada uno sembró y cosechó lo suyo, y nadie se acordó de los silos. Es que a nosotros nos han dado el anzuelo y no hemos aprendido a pescar. (Registro de fala de Chonita no diário de campo, Terrabona, 09 de abril de 2014)*

Conforme se percebe até aqui, existem diferentes relações possíveis entre organizações de mulheres rurais dependendo de muitos fatores. Um deles poderiam ser as diferenças econômicas existentes nos municípios, conforme pode ser percebido a partir da coincidência entre a caracterização realizada de cada local, onde os lugares com mais possibilidades de relações tiveram também mais acesso a recursos. Porém em todas elas são percebidas violências que operam com mecanismos semelhantes, que implicam na negociação entre estes recursos, a forma como eles devem ser utilizados, a fidelidade a certos princípios de projetos políticos coletivos e, conforme veremos no próximo capítulo, o nível de implicação das suas relações pessoais nesses processos.

Nesse percurso, a maneira como foram se construindo as relações levaram ao surgimento de situações não necessariamente previstas por um planejamento prévio. Mais do que analisar os fatos à luz de “como deveria ser” a partir das diferentes posições envolvidas, vale a pena prestar atenção em como foram se

---

<sup>37</sup> As aspas aqui indicam uma ironia em relação à eventualidade do que é tido como fracasso de projetos de desenvolvimento, que já foi apontado por Ferguson (1990), Escobar (1995) e demais análises desse tipo de projetos mais como uma regra de seu mecanismo de funcionamento, do que como um acaso esporádico.

dando as acomodações dos projetos. Afinal, mesmo se eles atropelam os processos locais, também criam novas possibilidades, que passam por constantes processos de negociação nos quais vão se estabelecendo os rumos do trabalho de campo, que por sua vez extrapolam os efeitos previstos por ambas as partes.

*Por ejemplo, el proyecto de las tierras, el tema de la compra de las fincas y los colectivos, la cooperación no la quiso respaldar. [...] no nos quisieron apoyar el desarrollo de esas fincas de las mujeres, nos aprobaron lo que ellos quisieron, que era un programa como el del Hambre Cero, idéntico, nada más que en el 2001. Y nos dejó réditos importantes, cerdos, gallinas, vacas... Pero no dejaron que nosotras visibilizáramos las fincas, que era la apuesta que teníamos, y nos terminaron imponiendo la que ellos quisieron. Y tuvimos apoyo de unos 7 años, pero no fue acogida nuestra propuesta. Aunque sí hubieron avances en el tema productivo, se definió más claramente la opción agroecológica con esos recursos, con ese dinero, en ese escenario. [...] [También] había mucho dinero para intercambio, entonces anduvimos por todas partes, mirando otras cosas agroecológicas, ampliando nuestra visión... me refiero que las mujeres anduvieron en todo eso, nosotras también. Hicimos un viaje por todo Costa Rica, en un busito de 15 mujeres. Eso ha sido muy rico, porque la construcción de las mujeres ha ido haciéndose con ellas y ese período fue de mucha bonanza, aunque no apoyaron lo de las fincas de las mujeres, tuvimos otros réditos y otras oportunidades que nos brindó eso. (Entrevista D.M.)*

Os intercâmbios internacionais mencionados por D.M. têm sido um importante mecanismo de consolidação de alianças políticas na região centroamericana nos últimos vinte anos. Alguns deles têm permitido a organizações de todos os países conhecer o trabalho de outras que atuam nos mesmos temas, suas dinâmicas organizacionais, suas disputas políticas por determinadas formas de legislação, assim como tecnologias vinculadas à produção agrícola e alianças econômicas quando se trata de alguns produtos específicos, como cacau ou café. Depois de me contar sobre algumas alianças regionais nas quais já tinham participado, M.A. comenta que:

*Siempre intercambiar es bueno porque significa conocer de otros procesos y no solo encasillarte con el tuyo. También muchos de estos intercambios te dan la llave por qué camino seguir. Por ejemplo, nosotros conocemos que en El Salvador, se aprobó un código agrario con enfoque de género. Nosotros aquí en el país estamos pidiendo que en las reformas a la Ley de Cooperativas, hable de equidad de género y que tenga enfoque de género. [...] Y así, pues, instancias regionales que se han creado, muchas veces mueren en el intento, pero a veces continúan las alianzas. [...] (Entrevista M.A.)*

Depois de mais um exemplo sobre uma rede regional de organizações de mulheres que trabalhavam com o tema do acesso à terra, acrescenta: “*mientras tuvo*

*recursos el proyecto, funcionaba y andábamos por toda centroamerica. Pero ya sin recursos... como que se te limitan las cosas, porque viajar cuesta pues*". Muitas vezes estes encontros são parte constituinte dos projetos, geralmente de redes regionais de organizações locais fomentadas por ONG's internacionais e cooperação oficial. Estas são também ponto de conexão com o que acontece nos ciclos de conferências na lógica internacional de "mulheres e desenvolvimento" já mencionados no capítulo anterior (ESCOBAR, 1995; FALQUET, 2003), aumentando muitas vezes a carga de trabalho, com a expectativa de isto possa se converter em certas mudanças:

*A nivel positivo yo recuerdo los acuerdos de Beijing, los acuerdos de la CEDAW. Todas esas cosas que sucedieron a nivel internacional, pero que había delegaciones de Nicaragua también, marcaron la oportunidad de abrirnos un espacio. Actualmente todavía eso existe, lo que pasa es que hay que darle seguimiento al cumplimiento o no de todos esos acuerdos. El gobierno nicaraguense es subscriptor de muchos de esos acuerdos, pero qué organizaciones estamos acordándole constantemente? Por ejemplo, los Objetivos del Milenio también. Todo eso son oportunidades que nosotros tenemos, lo que tenemos que hacer es no descansar en cada lugar, en cada espacio, en estar reclamando el cumplimiento de todas esas cosas. La lucha sigue, como dicen? (Entrevista M.A.)*

Nesse sentido, seria de se pensar também que a adesão ou não de certos atores a certa linguagem signifique a ampliação de maneiras de utilizá-la, ao mesmo tempo em que essa modificação de linguagem transforma, por sua vez, os atores. Assim, seria pertinente pensar que existe possibilidade de radicalização de certos discursos, quando atravessados por outras práticas, forçando uma mesma linguagem em diferentes sentidos até seus significados voltarem a não ter aproximação de significante<sup>38</sup>. Ou, por outro lado, poderia se pensar na homogeneização e no esvaziamento de sentido prático de certas palavras, que ao serem tão disputadas teoricamente, perdem sua tradução na prática da vida. Esta crítica foi também realizada por Escobar (1995), apontando para a maleabilidade do conceito de desenvolvimento ao ser vinculado a outros qualificativos que ampliem seu alcance consecutivamente. É o que considero que acontece quando num tópico de documento chamado "posicionamento político de FEMUPROCAN", elas partem do antecedente de que

---

<sup>38</sup> Sobre este tema, vale a pena conhecer o dicionário crítico realizado revista *Development in Practice* nº 17, v.4, intitulada *Buzzwords and Fuzzwords: Deconstructing Development Discourse* em 2007.

Como tem sido amplamente reconhecido pelos enfoques de desenvolvimento **alternativos ao neoliberalismo**, a análise e incorporação da dimensão de gênero representa um objetivo e um meio eficaz para avançar rumo a um **verdadeiro** desenvolvimento **humano sustentável** (FEMUPROCAN, 2014, p. 34, tradução e grifo meu)

Vemos aqui como a noção de “gênero” aparece neste período de extrema institucionalização, no qual organizações surgidas a partir de disputas claramente políticas passam a ser cada vez mais englobadas no campo da técnica que paulatinamente “[...] confirma a expertise e constitui o limite entre aqueles que estão posicionados como *trustees*, com a capacidade de diagnosticar deficiências nos outros, e aqueles que são sujeitos para a direção de especialistas.” (LI, 2007, p.7, tradução nossa). Ou, como diz M.R.: “*que género va, género viene, y que vuelve el género, y el tema de género, y las cooperativas de hombres preocupados, a llenar el cupo de que hayan el 50 y el 50*” (Entrevista M.R.).

A categoria “gênero” vinha sendo usada desde o final dos anos 80, na disputa por dar conta de interesses específicos de mulheres e incidir sobre as relações desiguais de poder em suas vidas, conforme já foi apresentado anteriormente. Porém, o uso da categoria “feminista” como uma identidade política foi refreados pelas próprias dinâmicas de poder inerentes às disputas internas na FSLN. A partir da década de 1990, surgiram no país inúmeras organizações de mulheres, mas não todas elas definindo-se como feministas e se propondo a participar de algum movimento que se identificasse como tal. Nesse sentido, uma das principais variáveis que define a filiação ou não a esse nome passa também pela relação estabelecida, mantida ou rompida com o partido. D.M., que faz parte da rede de relações e posições que hoje se aglutina no auto denominado *Movimiento Feminista de Nicaragua*, falando sobre o final dos anos 90, comenta:

*Habían muchas organizaciones que no trabajaban autónomamente, y las que las dirigían no habían hecho procesos de cisión vitales con el Frente, de rupturas. Era otra cosa que las caracterizaba. Porque nosotras sí habíamos hecho esas demoliciones de nuestras vidas con el Frente y con lo que eran la construcción de esa izquierda. Habíamos pasado por la ATC y habíamos sido corridas y destruidas [...] Entonces ser feministas devino de una reflexión alrededor del abordaje de las relaciones desiguales de poder en esas organizaciones, y también de las rupturas que habíamos hecho las mujeres líderes de esas organizaciones respecto del Frente y de una apuesta autónoma de las mujeres en todos los sentidos: organizativa, del cuerpo, etc. (Entrevista D.M.)*

Este é o tema sobre qual se encontra referência com mais frequência entre

aquelas que romperam com a FSLN ainda nos anos 90 do que daquelas que, de alguma maneira, ainda mantiveram relações com o partido até mais recentemente. Porém fato de se autodenominar feminista se define em grande medida pelos sentidos que vêm atrelados a essa palavra, que variam de acordo a um amplo conjunto de fatores, entre os quais cabe destacar, sobre o período de transição:

Em geral, as que se definiam como feministas percebiam que um setor de mulheres de classe média – vinculadas com o crescente âmbito da cooperação para o desenvolvimento e com as instituições públicas – e outras que participavam em movimentos populares e partidos de esquerda, se mostravam resistentes a se reconhecerem como feministas em parte pelas acusações que apresentavam ao feminismo como uma ideologia exógena que, desde sua radicalidade, confrontava às mulheres com os homens e debilitava as denominadas lutas gerais. (BLANDÓN GADEA, 2011, p. 11, tradução nossa)

Devido a estas circunstâncias é que se tornou cada vez mais frequente a clara diferenciação entre organizações de mulheres e feministas (FALQUET, 2003). Nesse sentido, foram também sendo perceptíveis heranças da formação na qual estas últimas, muitas vezes tendo estado profundamente envolvidas com a Revolução Sandinista na posição de quadros médios da FSLN, em posições que implicaram acirradas disputas políticas internas ao partido, também estabeleciam dinâmicas que reproduziam aquilo que tinham aprendido.

É possível que esta conceitualização – que, mesmo reconhecendo ao movimento de mulheres um sujeito político, confere aos grupos feministas o papel de consciência crítica das mulheres e a capacidade de radicalização e aprofundamento das lutas destas – tenha estando na base de um foco político feminista que definia papéis vanguardistas às feministas e subestimava as capacidades e potencialidades das mulheres que não se definiam como tal. (BLANDÓN GADEA, 2011, p. 11, tradução nossa)

Isto, por sua vez, se expressa também de maneira diferente dependendo de onde estão as feministas que elaboram “a medida” que define o que é ser feminista. A amplitude de possibilidades se estende às diferentes experiências que possam estar associadas a esse nome, e de acordo com isto afeta suas relações com as demais pessoas. Talvez algumas, como A.V., se sintam identificadas com a ideia, porém se sintam desconfortáveis com como ela afetará outras pessoas com quem se importa, notadamente, os homens com quem compartilha a vida:



*Claro que sí... Siempre he sido de la idea de vivir un feminismo no tan fanático. Porque a veces nos propasamos. El feminismo a veces hay que entenderlo y llevarlo equilibrado. Porque a veces es demasiado, a veces nuestras opiniones como mujeres feministas, decimos opiniones que no deberíamos tal vez lanzarlas ante la sociedad, que a veces decimos que los hombres son un parásito, que los hombres son aquí, que los hombres son allá. No podemos, yo para mí, como mujer feminista, no pudiera, porque tengo mis hijos. Tengo el esposo... y si lo tengo, por qué voy a estar en contra, de que es un parásito? (Entrevista A.V.)*

Estas posições podem levar a diferentes escolhas organizacionais de como se colocar dentro do espectro de disputas internas de um movimento de mulheres ou movimento feminista, sem que isso signifique que não se sintam identificadas com as ideias feministas, como é o caso da FEMUPROCAN:

*No tenemos alianzas estratégicas, digamos. Pero tampoco somos enemigas. Hay grupos de mujeres a quienes les hemos solicitado sus servicios, su conocimiento en manera de género, de feminismo, o lo que sea, vienen a la organización, las contratamos... incluso muchas de nuestras estrategias fueron hechas por algunas mujeres declaradas feministas. Y si se le llama feminista a la lucha por reivindicar toda la situación de la mujer, pues a lo mejor somos feministas sin título. (Entrevista M.A.)*

E mesmo que se identifiquem como uma organização feminista e participem do movimento feminista como tal, não significa que vão atuar de acordo com uma maneira pré-definida do que seja feminismo, conforme coloca D.M. sobre o caso da FEM:

*Yo creo que nosotras nos fuimos afirmando más de que somos del movimiento feminista a partir del plan estratégico del año 2005, por ahí, donde ya lo dejamos tacitamente claro, donde empezamos también a hacer parte de ese nuevo escenario. [...] [Pero] ellas van en un ritmo aquí, tienen un contexto y una realidad que no tengo el derecho yo darle el permiso de alterarlo, sino que ellas devengan. Si la [fulana] quiere mantener posiciones críticas del gabinete<sup>39</sup> de [su comunidad] y les causa roncha, pues ese es el feminismo que ella está practicando, para eso da el feminismo que tiene, eso es ser feminista en ese contexto. Ser feminista no es una unidad de medida elaborada en Managua. Ser feminista es resistir, oponerte a un sistema de dominación ahí en tu territorio, en tu cuerpo, en tus derechos, en tu salud personal, en tu sexualidad, en el autoritarismo que los otros quieren ejercer sobre vos y si los tenés que criticar. (Entrevista D.M.)*

---

<sup>39</sup> Gabinetes, ou Centros del Poder Ciudadano (CPC) são as estruturas de decisão comunitária criadas por decreto em 2007 e instauradas desde então em praticamente todas as comunidades rurais e bairros do país atreladas à estrutura partidária da FSLN. Seu papel nas comunidades ficará mais claro na próxima seção deste capítulo. Estudos sobre seus mecanismos de instalação e funcionamento têm sido realizados por ONG's que trabalham temas vinculados a democracia, entre os quais destaco o realizado por Chaguaceda e Stuart (2011).

O que nos leva à questão das diferenças implicadas também nas possibilidades e dificuldades de estabelecer alianças ou rupturas com a FSLN dependendo de onde – social e geograficamente – se está falando, vinculação que ficará mais clara na próxima seção deste capítulo, na qual relato brevemente algumas transformações ocorridas de 2007 para cá, no período neosandinista. Para muitos dos quadros intermediários do partido que pretendiam manter o envolvimento social e certos princípios morais e éticos, dando continuidade a engajamentos iniciados ao longo da Revolução, o trabalho em organizações não governamentais configurou-se como a principal alternativa. Isto inclui tanto as organizações nacionais, quanto as internacionais, nas quais uma grande quantidade de nicaraguenses passou a trabalhar também, confirmando e ampliando o papel destes espaços nas disputas políticas com posições crescentemente polarizadas no país. No entanto, para as lideranças comunitárias com quem muitas vezes estas organizações se propuseram a trabalhar, são outras as dinâmicas políticas que definem o vínculo que se mantém com o partido, conforme veremos a seguir.

### 3.3 DE 2007 PRA CÁ

O ano de 2007 marca, em diversos aspectos, uma virada na dinâmica de funcionamento dos projetos de desenvolvimento no país. A mudança mais marcante e evidente é a eleição de Daniel Ortega, cujo governo modificou significativamente as relações locais de poder. É importante mencionar que a cada eleição presidencial à qual Ortega concorreu, que foram três entre 1990 e 2006, as campanhas presidenciais retomavam fortemente em seu discurso as conquistas da Revolução Sandinista, prometendo dar continuidade ao período interrompido pelas políticas neoliberais. Esta postura reativou, de maneira diferente em cada momento, a polarização política local que eventualmente amainava nos anos não eleitorais<sup>40</sup>. Especialmente em 2006, apesar de se manter com aproximadamente a mesma porcentagem de eleitores de outros anos, uma série de acordos políticos e reformas legais anunciavam uma maior possibilidade de que, finalmente, Ortega voltasse à presidência.

---

<sup>40</sup> As primeiras eleições municipais realizadas separadamente de eleições nacionais foram em 2000, e apesar de também serem momentos que evidenciam as polarizações políticas locais entre sandinistas e anti-sandinistas, não têm a capacidade de remeter diretamente ao período da Revolução.

Em sua etnografia sobre as memórias sandinistas na fronteira agrícola, Soto-Joya (2011) explicita o impacto que este momento teve em ambientes majoritariamente anti-sandinistas, que foram diretamente afetados pela guerra. Ao realizar sua pesquisa em 2006, entre o período da campanha e os primeiros meses em que a FSLN assumiu o poder, a autora aponta como a expectativa da vitória iminente esteve presente na maneira como lhe foram relatadas as experiências dos anos 80, negligenciando críticas que ela escutara em outros momentos. Ela também apresenta como os primeiros meses da gestão neosandinista permitiram perceber, desde o início, que as novas estruturas do partido não levariam em conta os sacrifícios e feitos heroicos que seus interlocutores, camponeses de “*montaña adentro*”, esperavam ver reconhecidos através de algum cargo, ou ao menos um convite para uma reunião onde fossem finalmente escutados, depois de tantos anos de silêncio.

Temos que considerar aqui que parte importante da narrativa idealizada da Revolução passou pela responsabilização da guerra promovida pelos Estados Unidos como única e grande responsável por qualquer fracasso da FSLN:

A história que me contaram era quase igual à história narrada no discurso da FSLN, era a memória coletiva sandinista. A versão resumida da história é esta: 'a Revolução nos deu de tudo, mas depois veio a Contra e os gringos e não deixaram a revolução prosperar'. Na narrativa histórica destes camponeses sandinistas [...] estavam três eixos fundamentais do discurso político da FSLN: a FSLN está com os pobres, foi a guerra o que permitiu que a FSLN fizesse tudo o que podia ter feito, e o neoliberalismo e o capitalismo selvagem que defendem os ricos e oligarcas e os Estados Unidos são os maiores inimigos e a FSLN está contra eles (Soto-Joya, 2011, p. 82, tradução nossa)

As mudanças de postura em sua auto-identificação com “os pobres”, no entanto, se deram rapidamente a partir da tomada do poder, em 2007. Dentro do marco do discurso anti-imperialista em relação aos Estados Unidos, que foi paulatinamente diminuído após as eleições, estavam em andamento há algum tempo as negociações da FSLN com o governo venezolano para integrar o país à ALBA, ação que foi concretizada duas semanas após Ortega assumir o cargo de presidente. Segundo um estudo realizado avaliando o processo de consolidação desta aliança,

Antes das eleições presidenciais de 2006, os movimentos sociais nicaraguenses junto a prefeituras municipais governadas pela FSLN e atores de economia social, como cooperativas e associações de pequenos e médios produtores, tinham um papel preponderante na tomada de

decisões da ALBA. Um ano depois, já com a FSLN no governo, seu protagonismo foi profundamente erodido. O deslocamento destes atores sociais marca um antes e um depois na implementação da ALBA na Nicarágua. É a partir desse momento em que, de acordo com alguns atores chave, a ALBA deixa de ser uma ferramenta de transformação da estrutura produtiva e de alteração das profundas desigualdades estruturais do país para se converter em um acordo que aprofunda a aliança entre o governo e o grande capital nacional e transnacional – dado o alto grau de transnacionalização da economia nicaraguense – ao mesmo tempo facilita o surgimento de um novo grupo econômico estreitamente vinculados à FSLN. (CARRIÓN FONSECA, 2012, p. 44, tradução nossa)

É interessante frisar também uma nota feita pela autora que elaborou a pesquisa, que corrobora uma tendência em estudos que de alguma maneira criticam as políticas do governo: se trata da dificuldade de se conseguir informações de fontes oficiais, e a opção da maior parte das fontes entrevistadas por permanecer no anonimato por medo a represálias. Como parte do meu trânsito no país nos últimos sete anos<sup>41</sup>, considero que é palpável o crescimento do uso da palavra “medo” no que se refere às relações dentro do partido e do governo, marcado especialmente pela crescente centralização de decisões na figura da primeira dama e porta-voz oficial do governo, Rosário Murillo<sup>42</sup>. No entanto, considero também que no período em que realizei esta pesquisa, a idealização do período revolucionário e disposição para expor os problemas vinculados às políticas do governo no campo também se alteraram, ainda que timidamente, em relação a anos anteriores. Algumas situações ocorridas em campo me permitem inferir que, ao menos entre as pessoas com quem conversei, somam-se uma série de frustrações em relação às expectativas criadas no momento das eleições de 2006, e mesmo às que ainda se mantiveram nas eleições de 2011<sup>43</sup>, abrindo espaço para a o difícil processo de se permitir questionar

---

<sup>41</sup> Esta é uma afirmação bastante subjetiva, que se baseia em inúmeros relatos que ouvi de maneira cotidiana por parte de colegas de trabalho, amigxs e familiares que, mesmo que em geral não estejam mais vinculadxs a estruturas da FSLN, continuam mantendo relações de amizade com pessoas que se encontram trabalhando para o governo. Esta tem sido também a ênfase dada por diversos meios de comunicação e grupos políticos de oposição ao se referir à gestão de Ortega, à qual frequentemente se referem como ditadura. Para o que cabe a esta pesquisa, gostaria de retomar a questão do medo porque me parece uma característica importante do cenário no qual estão as mulheres de quem estou falando. Porém, não gostaria de entrar – ou ser colocada – no debate sobre o quanto este governo é ou não “democrático”, uma vez que considero que esta é uma categoria que também merece ser problematizada, especialmente considerando a maneira como ambas partes deste debate polarizado a utilizam, exercício que não me cabe neste espaço.

<sup>42</sup> O risco de sanções por expressar publicamente opiniões contrárias, ou apenas sem o aval da primeira dama tem se tornado notória pela rotatividade em cargos importantes do executivo, incluindo ministérios e secretarias. Um caso notório foi o do Ministério da Saúde (MINSa), no qual ocorreu, em 2010, a destituição de três ministros no período de um mês, por decisão arbitrária da presidência. Mais informações sobre este caso em: <http://www.confidencial.com.ni/articulo/237/barrida-en-el-minsa>.

<sup>43</sup> Apesar das acusações de fraude nas eleições de 2011, nas quais a FSLN contabilizou uma vitória

e criticar abertamente, em casos mais extremos, até mesmo “*el comandante Daniel*”.

Um dos lemas do governo neosandinista é que sua gestão é para “*el pueblo presidente*”, e isto se reflete desde 2007 na criação de um conjunto de estruturas do “*poder ciudadano*” que atuam em nível local, municipal e departamental. Desde sua criação, estas estruturas já mudaram diversas vezes, chamando-se às vezes de *consejos* e outras de *gabinetes*, além de terem de adequado de maneira diferente às estruturas de decisão comunitária já existentes anteriormente em cada lugar. Mais do que instâncias de consulta e validação de políticas, estes espaços, caracterizados por sua confusão com as estruturas partidárias, têm sido utilizados como executores de algumas políticas do governo central, sendo os interlocutores diretos de programas dos ministérios, e responsáveis, por exemplo, pela distribuição de zinco para colocar no teto das casas, parte do programa “*Casas para el Pueblo*”, a distribuição de animais no programa *Hambre Cero*, organizar brigadas de limpeza do bairro para a prevenção contra mosquitos da dengue, distribuir as *piñatas* entregues “pelo presidente” para a comemoração do dia das crianças ou coletar informação sobre as matrículas nas escolas, para passar para o Ministério de Educação.

Esta postura tem sido amplamente criticada pelas organizações que trabalham promovendo a democracia e a participação cidadã no país. Ao longo dos anos 90 e 2000, este debate foi construído no sentido de “despolitizar” os espaços democráticos, que no jargão destas práticas significa principalmente reduzir a influência de filiações políticas na participação da população em espaços de decisão comunitárias (SARRIA, 2010). Mesmo que este discurso permaneça sendo a posição oficial das organizações sociais, entre as quais se incluem as duas com quem realizei esta pesquisa, qualquer pessoa que trabalha sobre estes temas admite prontamente que os e as líderes comunitárias com quem realizam seu trabalho nunca deixaram de manter sua vinculação partidária<sup>44</sup>. Este fenômeno gerou o que considero uma dupla vinculação de lealdades entre as mulheres rurais

---

com uma porcentagem de 63% dos votos, a reeleição (inconstitucional) de Ortega não esteve realmente ameaçada em nenhum momento, segundo as pesquisas de intenção de votos realizadas ao longo de toda a campanha, que apontavam uma média de 40 a 45% a favor de seu partido. Isto expressa, a partir de diversas análises, o êxito inegável da existência de programas sociais combinados ao discurso de um governo “para os pobres” (ENVÍO, 2011), e à efetiva, apesar de tímida, diminuição dos índices de pobreza nos últimos anos (FIDEG, 2014).

<sup>44</sup> Considero interessante pensar esta tentativa de eliminar a existência de outros elementos políticos nos discursos sobre democracia nos termos dos constantes esforços de purificação inerentes à modernidade, nos termos propostos por Bruno Latour (1994).

com quem conversei, onde se encontram, por um lado as organizações de mulheres nas quais participam, e por outro as estruturas comunitárias partidarizadas.

Em uma ocasião em que estive em Río Blanco, estando hospedada na casa de uma das mulheres da COOMPRIO, presenciei uma reunião do gabinete do bairro em que ela morava, para a qual sua filha preparara um arroz com frango, e na qual aproximadamente dez pessoas ouviram caladas os informes que ela tinha para passar como secretária política do bairro. Esta reunião foi pouco comentada comigo, tanto antes quanto depois de acontecer, diferente de todas as atividades da cooperativa, e a sensação que tive é que ela teria preferido que eu não estivesse em casa naquele momento. Na minha visita seguinte, um mês depois, aconteceu a seguinte situação:

Chega uma moto e desce uma moça com uma dessas camisetas coloridas da FSLN. Estamos todos (Célia, três de seus filhos, sua irmã e eu) sentados na frente de casa. A moça chega e pergunta, meio envergonhada, onde é a casa da responsável da junta no bairro, que ela tinha que pegar umas atas da reunião que aconteceu ontem. A Célia responde que não sabe onde é, que não sabe quem é, que não tem ninguém nem nada disso ali. Todos concordam. A moça insiste: mas onde é a casa da política do bairro. A Célia responde, com tom de quem espanta uma mosca de cima de si, que não sabe de nada disso. A moça sai meio confusa e vai perguntar na casa do outro lado da pontezinha. Eu não me aguento e pergunto: “mas Célia, não era tu a política do bairro?”. Todo mundo ri de mim e a Célia diz, “ai, essa Marcela...”. Eu não entendo... Repito, rindo, “tá, mas vocês riem e não respondem... não era tu?”. Todos seguem rindo. Veem que a moça vai voltar e ficam sérios. A moça volta e diz: “a mulher da outra casa diz que você é a política daqui”. Célia responde: “eu não sou nada, não teve reunião nenhuma aqui”, ao que sua filha acrescenta “era pra ter vindo seu Fredy e não veio ninguém, não tem nada aqui”. A moça vai embora desconcertada. A Célia se aproxima de mim e me explica: ai, esses sandinistas já me têm irritada. Eles querem que a gente fique trabalhando por eles enquanto eles estão muito bem, obrigada, com as pernas para cima nos seus escritórios. Depois querem ficar juntando atas só pra ficar bem com as pessoas de Matagalpa e poder dizer que fizeram o que precisavam. Mas ninguém vem aqui convocar as pessoas, vir nas reuniões. Da outra vez mandaram um gago que nem sabia explicar nada e chegou mais de uma hora atrasado, quando as senhoras já estavam aqui na minha porta desde antes da hora combinada. As pessoas não são otárias, e ainda por cima eles não dão nada. Daí combinamos de ter uma reunião ontem, mas eu não ia estar convocando as pessoas. De novo, não veio ninguém, dessa vez nem deles veio. E aí querem vir ficar buscando ata pronta? Eu trabalho, tenho mais o que fazer. (Diário de campo, Río Blanco, 26 de junho de 2014)

Dez minutos depois desta situação acontecer, Celia recebeu uma ligação do secretário político municipal, pessoa que ela conhece ainda de quando participaram juntos da *Juventud Sandinista*, nos anos 80. Nesse momento, ela lhe disse esta última parte que explicou para mim, apesar de adotar um tom bastante mais enfático com ele, sem esperar por nenhuma resposta antes de desligar o telefone. Esta

situação expressa de maneira eloquente a inconformidade com uma maneira de estabelecer as relações de poder, mas também de confiança entre quem realiza ações assumindo uma identidade política.

A possibilidade de romper com uma herança sandinista permaneceu remota para muitas pessoas enquanto esperavam para ver o que aconteceria quando aqueles que tanto se gabavam de tê-las guiado voltassem, então, a suas posições de poder. Mesmo se alguns rompimentos de lideranças, ou dos quadros intermediários do partido na década anterior pudessem ter modificado as relações internas do partido na capital, ou em determinados setores da classe média, e mesmo que a desconfiança existisse entre quadros políticos locais, ainda existia uma expectativa bastante alta em relação aos benefícios que se pudessem alcançar. O relato de J.V. é um dos poucos que escutei narrando abertamente a decepção com o atual governo, mas ainda assim expressando a falta de possibilidades de se ver representada no atual cenário político:

*Yo crecí en una familia sandinista, ya te decía que mi papá fue... él antes le trabajaba a un terrateniente y fue cooperativizado en la década de la revolución, una cooperativa muy fuerte que fue atacada como cuatro veces por la contra revolución, entonces mi ideología... muy sandinista. Fui militante, siempre buscaba como vincularme con algún espacio organizativo, ser brigadista de salud, andar haciendo cosas en los barrios, siempre buscaba la forma de estar vinculada con grupos organizados y haciendo algo por la sociedad. Y bueno, creo que también a partir de que vine a la FEM, y muchas expectativas que fueron en las elecciones en las que ganó el Frente, creo que todavía tenía muchas expectativas que me he venido decepcionando y ya participando en este espacio del Movimiento Feminista, y viendo todas las actitudes de autoritarismo con que se ha venido gobernando... no sé, la verdad es que no sé cómo ubicarme. Porque no es que pertenezca a otro, no tengo ninguna otra opción política, como decirte "es que ahora soy liberal"<sup>45</sup> (risa), pero estoy decepcionada del partido en el cual creí y que realmente ponía en su prioridad la lucha por la justicia social y todo... pero el tema de que hoy más que nunca me doy cuenta de que no es cuestión de partido. Lo que tiene que ver con la agenda de las mujeres no es cuestión de un partido. Esté quien esté, no va a ser una prioridad la defensa de los derechos de las mujeres, siempre van a estar reñidos... entonces ahí pues, ya no estoy... mi opción política ahora pues, es el feminismo. Es ahí donde me siento realizada y materializada.*

A possibilidade de deixar de se dizer vinculada com a FSLN não é sempre uma possibilidade à qual se esteja disposta ou à qual seja possível recorrer

---

<sup>45</sup> A identidade política de "liberal" é a que está diretamente oposta à identidade sandinista, porém existem diferentes partidos que a reivindicam, que têm mudado ao longo dos anos de acordo com pactos políticos e rupturas que, apesar de estarem vinculadas ao contexto, não vêm ao caso aqui. Atualmente, suas principais expressões são o Partido Liberal Independiente (PLI) e Partido Liberal Constitucionalista (PLC).

facilmente. Seja porque num contexto de polarização política, convém ter um dos lados ao qual se ater para ter acesso a uma série de relações e proteções, seja porque emocionalmente é difícil assumir que se possa deixar de ser sandinista. Muitas vezes, em campo, ouvi pessoas que ao reclamar sobre as ações realizadas pelos gabinetes ou pelos secretários políticos locais do partido, justificaram a situação dizendo que com certeza isso só estava acontecendo desse jeito porque “*e/ comandante Ortega*” não sabia. As tentativas de ter ao que se aferrar dentro do sentido de *ser sandinista* muitas vezes leva a questionamentos sérios das relações locais, mesmo que eventualmente haja também discordâncias sobre as políticas nacionais, especialmente desconfianças vinculadas à figura da primeira dama, um ícone que não existia nos anos 80 e ao qual muitas pessoas mais velhas ainda estranham.

Terrabona foi o município onde encontrei maior quantidade de reclamações entre pessoas que, apesar disso, ainda consideravam estar disputando o próprio partido. M.E., minha principal interlocutora no município, era também *concejala municipal* local pela bancada da FSLN. No entanto, em cada uma das minhas visitas aumentava o número de críticas ao verticalismo com o qual a tratavam. Numa das primeiras vezes que nos encontramos, ela me disse “olha, eu sou sandinista por causa da minha história, mas eu tenho que dizer o que penso, e tem coisas que eu não concordo, então tenho que dizer” (Diário de Campo, 20 de maio de 2014). Ela concordara em participar da chapa da FSLN depois de ter sido procurada devido a sua relação com mulheres de muitas comunidades rurais, e pensou nas possibilidades de conseguir alguns benefícios para elas e as cooperativas. Porém se queixou várias vezes de não ser contemplada em nenhuma de suas demandas no *Concejo Municipal*, no qual as decisões já vinham tomadas pelo secretário político do partido. Além disso, também conta várias histórias de “pessoas que falam alguma coisa e logo não estão mais em seus cargos, motivo pelo qual está sempre mudando as pessoas nos cargos das instituições de governo com as quais tem que lidar” (Diário de campo, 08 de agosto de 2014). Em outros momentos, M.E. nomeia deputados, prefeitos e secretários políticos de diferentes lugares da região para relatar situações de silenciamento acontecidas internamente ao partido.

Entre as críticas que me narrou, estavam também os questionamentos que “andavam circulando” direcionados a M.V. , que mesmo depois dos desgastes que levaram à criação da FEMUPROCAN nos anos 90, nunca rompeu formalmente com



a FSLN. Sua qualidade de militante, no entanto, está sendo questionada por sua vinculação com a Campanha Cresça, da rede de ONGs internacional OXFAM, que estaria fazendo uma pressão por demandas que não podem ser cumpridas, como reformas legais para garantir orçamento para a lei que cria um fundo de terras para mulheres. Sobre a Campanha, o próprio funcionário responsável por ela diz:

*Se ha logrado dos cosas que no habían antes de impulsar la campaña. Uno es la alianza que se ha establecido. Yo te voy a ser franco, yo estaba trabajando en otra área de Oxfam antes de estar en campañas, y yo entendía que había alguna plataforma, algún espacio, de discusión, de encuentro de las organizaciones campesinas, pero me dicen que no, y que la campaña ha venido prácticamente ha venido a facilitar ese espacio, a propiciarlo. Entonces ha sido importante crear esas situaciones de encuentro de organizaciones que usualmente no se encuentran. Que aún con sus diferencias puedan aliarse al rededor de algunos objetivos comunes. Eso también ha tenido su resultado no solo para la campaña, sino para otros temas, como el de la Ley de Cooperativas, en el que ha sido más fácil para ellos juntarse y decidir qué hacer de forma conjunta ante un hecho claro que es que les cambiaron las reglas del juego al sector cooperativo, de la noche a la mañana, con la creación de este ministerio. [...] Y el otro logro es haber colocado los temas de lo que plantea la campaña en el espectro de alguna de las instituciones públicas, de los ministerios, de la Asamblea Nacional, etc. El tema es que no hemos obtenido respuesta. Ese es el hecho objetivo. Pero no ha sido porque no se conozca cual es la demanda, sino porque ha habido una actitud cerrada de parte del actual gobierno, y algo que quizá en otros países donde las cosas funcionen de manera más institucional se hubiera podido resolver con la asamblea nacional o con un ministerio, acá no ha sido posible resolverlo y más bien nos han dicho que este tema depende exclusivamente de la presidencia de la república. (Entrevista R.H.)*

Frente a esta situação, a Campanha tem direcionado suas atividades ao envio de cartas ao comandante Ortega, tanto por parte de 100 mulheres que, com sua foto e número de documento lhe escreveram, a mão, dizendo o que fariam com a terra se a tivessem, quanto de parte dos líderes das organizações que participam da Campanha, solicitando uma reunião com o presidente. Se trata de uma lista de líderes histórico da FSLN, referências inquestionáveis na luta campesina do país e alguns, até recentemente, ativos militantes do partido. A resposta às cartas tem sido o silêncio.

Todo este contexto tem coincidido com a diminuição significativa dos recursos de cooperação internacional no país. As primeiras retiradas de países que historicamente tinham sido doadores importantes na Nicarágua se deu ainda em 2008, por parte de Suécia e Noruega. Até 2010, tinham se somado à lista Holanda, Alemanha, Finlândia, Dinamarca, Reino Unido, entre outros. Apesar de já terem se

passado alguns anos desde então, ainda há recursos desses governos sendo executados através de ONG's internacionais, geralmente vinculados a projetos com os quais já tinham se comprometido no momento da retirada, ou parte de planos de retirada a médio prazo. No entanto é notável a diminuição de alternativas para financiamento de projetos de organizações locais. A União Europeia, órgão evitado por muitas organizações nacionais anteriormente, devido ao enorme volume de condições e burocracias implicadas, tem permanecido como uma das possibilidades, mesmo que também exija a participação de uma ONG internacional para gerir os recursos.

Quando apresentei minha intenção de pesquisa na FEM, e mencionei este fator como um de meus pontos de interesse, J.V. me comentou que achava bom que eu falasse sobre isso para as mulheres das comunidades rurais que eu iria conhecendo, porque ela tinha a impressão de que elas não acreditavam quando ela lhes dizia que os projetos estavam acabando e que não haveria mais recursos. Mesmo que a clínica móvel já não existisse há alguns anos por falta de verba, mesmo que houvesse cada vez menos atividades e pessoal trabalhando na secretaria técnica, parecia que elas não entendiam a dimensão das mudanças que viriam. Apesar de que, considerando a quantidade de possibilidades imaginadas pelas pessoas a quem tive acesso, debatendo sobre o assunto em diferentes posições, arriscaria dizer que a dimensão dessas mudanças não podem ser imaginadas, apenas observadas com atenção na medida em que são vividas.

Durante uma visita de duas representantes da AECID – a agência de cooperação espanhola que permanece sendo uma das principais agências bilaterais que permanece no país, juntamente com a suíça –, observei como J.V. andava com seu caderno, nos intervalos em que não estávamos todas reunidas vendo a apresentação do trabalho da FEM, ao lado de uma das representantes espanholas, que ia mencionando todas as organizações internacionais que ela conhecia que naquele momento poderiam ter uma oportunidade para a Fundação, fosse pelo tema de gênero, de agroecologia, de cooperativismo ou de participação política. E finalmente, no início deste ano recebi um *e-mail* contando algumas novidades de 2015:

*La otra cosa bastante fuerte que acabamos de hacer, es que pasamos a todo el personal a contratos de consultorías, pues aunque tenemos algo de fondos, ya sabemos que la tendencia es a no disponer de recursos para contratos laborales y prestaciones sociales de manera sostenida. De todas las que trabajamos en la FEM, solo la [...] del área de educación cuenta con*

*salario estable por dos años. Hemos tenido que hacer este cambio a la figura de "consultorías" antes de que pase lo de otras ONGs, que han vendido los bienes de la organización para pagar salarios y mucho se ha visto, que se cancelan indemnizaciones con los activos, cuando el flujo de la cooperación ha parado. De esta manera en la FEM, estamos preservando los activos, cuyas dueñas reales, jurídicamente, son las mujeres rurales. Por otra parte, la Central las diosas es la que dispone (no mucho tampoco) de recursos para desarrollar la parte empresarial. Todo esto, ya sabemos que es determinado, más por el contexto estructural de Nicaragua y el mundo. Se cuenta con apoyo de Oxfam Gran Bretaña, Heifer, Apen, Eirene, Cuso, para las agro-cadenas de 5 rubros, ojalá se puedan consolidar, es la apuesta. Estamos allí, iniciando el año con las sacudidas respectivas y tratando de pisar la tierra, viendo las estrellas, situándonos en el contexto difícil de nuestro país y en él, el de las mujeres rurales con quienes y por quienes trabaja la FEM.*

Esta é uma expressão do que está presente também na análise de uma importante organização feminista que, ao avaliar a situação de financiamento de organizações de mulheres especificamente frente à redução de recursos de origem espanhola, retoma as categorias propostas nos anos 80 por Maxine Molyneux, de interesses práticos e interesses estratégicos, avaliando que as organizações de mulheres estão no

Limite de suas possibilidade no sustento das pequenas estruturas que gestionam os recursos para seu trabalho. [...] Este cenário [gera] o perigo de que concentrem seus esforços na abordagem das chamadas necessidades práticas das mulheres, postergando novamente a defesa daqueles interesses estratégicos de gênero que contribuem ao fortalecimento da autonomia e a liberdade das mulheres. (BLANDÓN GADEA et al, 2013, p.43, tradução nossa)

Considero que as mudanças tem se dado de maneira diferente para organizações que assumem um formato de ONG e para as organizações de base, como é o caso das cooperativas que pesquisei. Conforme mencionei na introdução, os recursos de agências de cooperação internacional são também uma fonte importante de recursos do governo nicaraguense, e são o que sustenta diversas políticas sociais. Seu formato, no entanto, exige a triangulação com organizações de base, e o fato de serem organizações apenas de mulheres conta como ponto extra para serem bem vistas pela cooperação. No caso das duas cooperativas que conheci, ambas estavam executando projetos diretamente com o governo financiadas, sem passar pela FEMUPROCAN. Este mecanismo gera certa disputa, que enfraquece de certa forma o papel da Federação, ao mesmo tempo em que se beneficia do trabalho realizado durante anos para garantir conformação legal das cooperativas:

*En el proyecto de Procabal, se llevó a cabo por parte del gobierno y nosotros somos la cara legal, somos la firma que tenemos que firmar para que esos cheques puedan llegar a las mujeres socias de las tres cooperativas que se están creando ahorita, en Matiguas, Muy Muy y Río Blanco. Esas cooperativas de mujeres, con el Bono Productivo y la economía de patio, somos nosotras las que le hemos acompañado todo el proceso para que esos fondos llegaran a ellas, más de 6 millones de córdobas. Nuestra cooperativa fue la que cumplió los requisitos, ante el gobierno y ante los organismos, porque no tenía ninguna deuda con nadie. También la capacidad del hecho de ser solo mujeres, ser parte de una Federación de Mujeres Cooperativistas, de la FEMUPROCAN, y que en la zona hemos mostrado mucha capacidad de organización, nos hemos mantenido en las buenas y en las malas, con proyectos y sin proyectos, principalmente brindando el trabajo social con las mujeres, este trabajo que hacemos acá día a día en defensa de los derechos de las mujeres. (Entrevista A.V.)*

As alianças estabelecidas no novo formato de triangulação de recursos entre cooperação internacional, governo e organizações locais, no entanto, não necessariamente beneficia financeiramente as cooperativas. No caso do projeto de processamento de hortaliças financiado pelo FIDA e o BCIE em Terrabona, por exemplo, previa-se que as pessoas que se associassem ao projeto contribuíssem com uma cota que garantisse seu compromisso de participar na empresa. Porém, Chonita me explicou que

*Ése sí es un proyecto en el que le piden a uno que coloque una contrapartida, no es como esos otros en los que solo vienen a darnos, sino que tenemos que poner de nuestra parte. Pero la gente no quiere, porque no mira los beneficios ahí no más. Llevamos tres años con ese proyecto, y no ha empezado a venir ningún retorno. Aquí es difícil, no es todo mundo que puede colocar los 2000 córdobas que nos piden. Pero la gente no entiende que es algo por nosotros, que ojalá más adelante podamos ver los resultados. [...] la gente no quiere poner las cuotas, están acostumbrados a que sólo les vienen a dar cosas. Y nosotras ganamos ese proyecto porque teníamos todo lo de la personería jurídica en día, entonces el proyecto le quedó a Terrabona, pero ahora ya casi nadie participa. Y eso nos perjudica, porque si se salen unas, aumenta la cuota para todas. (Diário de campo, 09 de junho de 2014)*

No caso de Río Blanco, elas reclamam pois seu papel de assinar cheques e dar assessoria ao MEFCCA para a implementação de matadouros que permitissem o processamento da carne dos porcos doados pelo programa *Hambre Cero*, financiado também pelo FIDA e o BCIEN, não incluiu nenhum retorno para a COOMPRIO:

*Ahí lo que pasó fue que tuvimos un error nosotras, [...] y no nos percatamos, a la hora de firmar el convenio, qué porcentaje le iban a dejar a la cooperativa. Porque una cantidad de la plata que se está llevando a la ejecución de estos proyectos, a la cooperativa, según yo pregunté a algunos Abogados, tenía que quedarle un porcentaje. Y hasta el momento, nos han dicho que están en eso, a ver si le reconocen algo a la cooperativa, pero que ya cumplió los dos años, y ahora ya les están dando un anexo de seis meses, pero hasta el momento que sepamos que van a cumplir que nos va a quedar tanto, no nos han dicho nada. Pero por lo menos, digo yo... es cierto que a lo mejor no le van a dejar nada a la cooperativa, pero de esa manera hemos mostrado nuestra capacidad solidaria para las otras mujeres, aunque no es así. Porque nuestra cooperativa tenía el derecho de tener un porcentaje para nuestras socias, para nuestro sostenimiento de la organización. (Entrevista A.V.)*

As mudanças em termos de financiamentos ainda são muito recentes para poder inferir quais serão seus impactos a longo prazo, mais além das dificuldades operacionais que têm implicado para organizações até o momento. No entanto, o esforço de apresentar um pouco quais são os mecanismos através dos quais estão acontecendo vem no sentido de contribuir para o registro destas situações para análises futuras.

## 4 O CAMPO DAS MULHERES

A visão é sempre uma questão do poder de ver - e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos? (Haraway, 1995, p. 25)

Apesar das diferenças na maneira de atuar de cada uma das organizações, como vimos até aqui, as transformações que suas ações geram na vida pessoal de mulheres em diferentes áreas rurais têm efeitos semelhantes, dos quais falarei neste capítulo. O impacto de reflexões sobre sua condição de mulheres vivendo em ambientes rurais com uma estrutural social altamente marcada pelo que Montoya (2012) chama de patriarcalismos locais resulta, necessariamente, em modificações de suas relações consigo mesmas, de seu papel social nesse contexto, e de suas relações com seu entorno.

Neste capítulo, analisarei, a partir de entrevistas e observações etnográficas, de que maneiras estas mulheres percebem e são parte destas transformações, e como estas alteram a dinâmica social local. No momento inicial de elaboração do problema de pesquisa, minha intenção era perceber as “concepções próprias” que estas mulheres teriam sobre desenvolvimento. A parte mais fácil a se ter acesso, num primeiro momento, são os macro-discursos, apresentados no primeiro capítulo, sobre como deveria ser o desenvolvimento, nos quais “mulheres rurais” frequentemente são colocadas como receptáculos de políticas e “público meta” de quem se espera apresentar satisfatoriamente evidências de sua transformação social. Num segundo momento, têm-se acesso aos planos das organizações formadas por elas, seus objetivos e sua intencionalidade política, suas histórias de sucesso e mudança, suas conquistas coletivas e seus aprendizados institucionais. No entanto são mais difíceis de acessar as histórias do que tudo isso significa no cotidiano destas mulheres e nas comunidades em que elas estão.

Não que seja mais difícil num sentido cognitivo, nem que este seja um trabalho de desvendamento de algum mistério. Este é um apanhado da diversidade de experiências de muitas mulheres, que estão bastante dispostas a contar suas histórias e compartilhar narrativas carregadas de elementos sobre a transformação que significou em suas vidas o fato de “estarem organizadas”, conforme elas mesmas se referem. A valorização da experiência organizativa pode ser considerada um aspecto fundamental da maneira como a narrativa se organiza cada vez que

peças de outros lugares chegam. Visitas de estrangeiros não são algo estranho nos municípios que visitei, e nem mesmo em algumas comunidades rurais “modelo”, nas quais já existe uma prática de receber delegações de “amigos solidários”. Pouco frequente é a disposição de se construírem análises mais densas e complexas sobre o que estas organizações significam em termos de relações de poder locais e da construção de outras formas, ou da ampliação de possibilidades sobre o que significa *ser mulher em contextos rurais* na Nicarágua.

Conforme indiquei na introdução deste trabalho, as poucas análises existentes sobre o tema são apresentadas em forma de diagnósticos, sistematizações e avaliações institucionais (FAO 2007; FEM 2005); sendo que os primeiros tendem a colocar a ênfase da análise na pobreza, nas restrições e na invisibilidade inerente a ser uma mulher rural; e as últimas, por outro lado, na idílica superação que significa para “as mulheres” estar organizadas abrindo seu caminho arduamente rumo ao desenvolvimento. Efetivamente, nas zonas rurais nicaraguenses prevalecem situações de pobreza material e inúmeras restrições e silenciamentos, especialmente na vida das mulheres que ali vivem. Também podemos dizer que frequentemente a possibilidade de se encontrar e se organizar com outras mulheres nesse contexto é considerada por quem a vive como um processo de superação de sua situação anterior de isolamento.

No entanto o que me interessa aqui é povoar essas situações com as vidas daquelas com quem compartilhei ao realizar esta pesquisa, a partir de uma perspectiva etnográfica que não pretende, portanto, classificar suas experiências em termos de sucesso ou fracasso. Não pretendo resolver as contradições ou apresentar uma visão coerente do mundo e da vida dessas mulheres, apenas trazer alguns elementos de análise a partir do que acontece em alguns dos locais onde estive, falando assim de outra maneira dos discursos que venho apresentando até aqui, já que “[...] o efeito de processos de longo prazo e extra-locais somente são manifestados localmente e especificamente, produzido nas ações de indivíduos vivendo suas vidas particulares, inscritas em seus corpos e suas palavras.” (ABU LUGHOD, 1991, p. 474, tradução nossa).

Sobre a ausência de etnografias realizadas com mulheres na Nicarágua, a antropóloga Rosario Montoya se refere aos estudos sobre a Revolução Sandinista de uma maneira que considero extensível aos anos subsequentes:

A literatura sobre mulheres na época sandinista não explorou as dinâmicas

das vidas privadas das mulheres. [...] no entanto, o foco esmagador em mulheres como agentes políticos resultou na compreensão do potencial do assim chamado espaço privado para como gerar de consciência e subjetividade críticas em termos de gênero. [...] as lutas privadas nas reformas e processos sociais sandinistas e pós-sandinistas [...] [mostra que] as esferas públicas e privadas estavam emaranhadas na vida dos camponeses [...] e como os espaços mais íntimos estavam conectados com arenas nacionais e mesmo internacionais. (MONTROYA, 2012, p. 22, tradução nossa)

A ausência de etnografias sobre o mundo rural nicaraguense, em geral, e sobre as mulheres que nele vivem, em particular, torna difícil ter uma noção, a partir da literatura, da diversidade de possibilidades de ser rural, seja em termos de atividade produtiva, do tipo de sociabilidades, ou relativo isolamento, e de acesso a determinados debates que sejam absorvidos e transformados no que for. Portanto, considero que faz-se necessário algo bastante exploratório, que permita, através da narração e análise de determinadas situações, estabelecer um diálogo entre alguns conhecimentos e experiências.

Chegando a este ponto, considero que seja cada vez menos importante ater-se aos significados que se desprendem da ideia de desenvolvimento, apesar de esta ser o fio condutor da pesquisa. Nesse sentido, este capítulo deixa de seguir a sequência (crono)lógica dos dois anteriores. Afinal, nas situações cotidianas vinculadas com “o” desenvolvimento, a cronologia não é a do cronograma dos projetos. Os momentos históricos e as diferentes dimensões da vida se misturam facilmente, e a possibilidade de estabelecer uma sequência linearmente ordenada de acordo com o os períodos apresentados nos capítulos anteriores se complica. Por outro lado, a impossibilidade de definir o que tem e o que não tem a ver com desenvolvimento passa também por como as relações se estabelecem durante a pesquisa: quando questionadas de forma direta sobre o que é desenvolvimento por mim – uma moça da cidade, semi-estrangeira, que veio fazer uma pesquisa sobre o assunto – muitas vezes minhas interlocutoras pareciam buscar a resposta correta para aquilo que elas imaginavam que eu estivesse buscando. Mesmo se falar literalmente sobre “*el desarrollo*” levou a algumas conversas e situações interessantes e dignas de nota, frequentemente a diversidade dos locais se perdia na normatividade do que deveria ser aquilo que, depois de tantos anos de imersão através de políticas, projetos e demais formas de expressão dos macro-discursos, já são receitas aprendidas para a tão prometida e ansiada “vida melhor”, cujo conteúdo pouco se debate.



Considero que me é mais interessante pensar em termos de experiências que modificam relações com o entorno e consigo mesma. Conforme mencionava no capítulo anterior, se aceitarmos demais o discurso que propõe que estas mulheres devem ser vistas como promotoras de desenvolvimento apenas na medida em que são inseridas economicamente e têm mais leis que as respaldem, perdemos a possibilidade de vislumbrar outros elementos implicados no processo. Busco, portanto, pensar em termos de epistemologias, numa tentativa de vinculá-las à sua construção a partir do corpo, que é uma das marcas dos debates feministas sobre as diferentes construções possíveis do conhecimento.

No entanto, é importante ressaltar que estes conhecimentos e experiências são apresentados aqui a partir do meu olhar enquanto pesquisadora, já que concordo com a proposta de Donna Haraway quando diz que:

Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. (HARAWAY, 1995, p. 21)

Estou, portanto, escrevendo a partir de uma proposta de epistemologia feminista, dentro do espectro das possibilidades das ciências, nas quais correntes teóricas se contrapõem ou sobrepõem de acordo com um ordenamento de mundo já delimitado por referências compartilhadas, do mundo letrado, da análise construída em diálogo teórico, de premissas já estabelecidas, profundamente limitadas, apesar de extensas e diversas. Nesse sentido, seguindo a proposta de Strathern (2006) de explicitar o ponto a partir do qual se está falando: uma certa literatura ocidental que compartilha determinadas referências que, por sua vez, não podem ser estendidas como dadas em outros grupos humanos. No entanto, este é o conhecimento legitimado por uma determinada ordem de poderes e saberes, daí a necessidade de que qualquer outra forma de saber e estar no mundo, para entrar em diálogo com essas ideias, necessariamente tenha que vir saber o que está se dizendo aqui e começar a opinar nesses termos, para passar a existir como interlocutora num debate.

Sendo esta minha posição, num debate acadêmico, a maneira de apresentar o que foi visto em campo traz por si só o desafio sobre o quê e como foi visto, o que por si só implica uma busca por uma

Objetividade feminista [que] trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1995, p. 21)

É como criar frentes para tentar trazer uma série de experiências para uma linguagem limitada e limitante, e para isso, experimentando um pouco da sensação de estar atolada no meio de um lamaçal de teorias que se afastam cada vez mais da sensação que a experiência propiciou. A experiência, por exemplo, de estar atolada na lama com a bota, fazendo uma conexão com o campo e criando uma contraposição que quiçá seja demasiadamente essencialista, porém me é útil para fazer essa ponte. E não só a mim: no livro *Ventanas en la Memoria*, uma valiosa etnografia sobre as memórias sandinistas na fronteira agrícola da Nicarágua, Fernanda Soto se dá ao trabalho de criar um capítulo de duas páginas para falar das botas de borracha. Elas aparecem como uma característica muito marcada do “ser campesino”, e nos diz a autora:

Simobilizam muito: tua procedência e tua classe social. Uma pessoa da cidade não usará botas de borracha. Por quê usá-las, se não é camponês? As botas de borracha são para trabalhar no campo, para ir ao povoado. Mas mesmo que trabalhe em uma fazenda com botas de borracha, um fazendeiro com dinheiro as tirará para ir ao povoado. Como vai a cavalo – ou em sua camionete – e não se embarra, colocará suas botas de couro [...]. Um *campesino-finquero* talvez não possa comprar botas de couro, mas conseguirá comprar umas boas botas pretas tipo militar de um material sintético. Um camponês pobre nem isso pode, anda com suas botas de borracha e seu facão. Uma mulher pode usar botas de borracha para andar pelos caminhos ou para fazer alguma tarefa no campo, mas o mais provável é que tenha um 'homem' ou pai com algum dinheirinho que lhe consiga as botas: na profundidade da montanha a maioria das mulheres usam chinélos, e às vezes nem isso. Pelos caminhos você pode vê-las andar descalças, levando os chinélos numa bolsinha. Assim cuidam para que não estraguem. Provavelmente são o único par de sapatos que têm. (SOTO-JOYA, 2011, p. 55, tradução nossa)

Esta caracterização de extratos sociais, praticamente dos rasgos gerais da divisão de classes no campo, nos acompanha para ter uma noção da diversidade econômica do campo, e já nos dá uma pista da posição que as mulheres ocupam

nessa estratificação<sup>1</sup>. Ela nos servirá também para ambientar os diferentes cenários de acordo com localidade em que estive, ainda que apenas em Río Blanco tenha ido a lugares que poderiam ser considerados, a rigor, o “profundo na montanha”, considerando neste termo tanto a precariedade de acesso, quanto de elevação geográfica e vegetação (cada vez menos) densa de bosque. A ideia da montanha como lugar distante e isolado<sup>2</sup> permanece existindo principalmente pela manutenção das péssimas condições dos caminhos que levam às comunidades rurais e à escassez de transporte público que transitem nesses lugares. Isto explica por que toda ONG ou agência de cooperação que tenha condições de ter um veículo, terá uma camionete 4x4, ou não terá. Mas eu não tinha camionete, e isso fez com que, no imaginário de meus amigos de Manágua, eu estivesse frequentemente “*enmontañada*” nas visitas que realizei ao longo de três meses de pesquisa de campo, e que me permitem escrever estas linhas.

Trazendo, então, experiências compartilhadas com as mulheres com quem realizei a pesquisa, assim como suas próprias narrativas, neste capítulo pretendo apresentar alguns dos efeitos das histórias e discursos apresentados até aqui. Início retomando o por quê e as implicações que tem o fato de serem organizações voltadas para e constituídas (quase que<sup>3</sup>) exclusivamente por mulheres, analisando a importância que é conferida a essa possibilidade. Em seguida, apresento situações vinculadas com a possibilidade de falar, analisando como transformações neste âmbito modificam relações de violências vividas. Finalmente, me detenho sobre as implicações do reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres no campo, e como isto afeta as relações de poder locais.

---

<sup>1</sup> Esta posição é corroborada pelo estudo da FAO sobre a “situação das mulheres rurais na Nicarágua” (2007), no qual Angelica Faune escreve: “Los datos que aparecen en este informe son una constatación de la exclusión de las mujeres rurales quienes constituyen el último escalón de una escalera donde el primer lugar está ocupado por los hombres urbanos; el segundo por las mujeres urbanas, seguidas por los hombres rurales. Son ellas, y en especial las indígenas, quienes poseen los niveles educativos más bajos, las tasas de analfabetismo más altas, menores salarios, menor acceso a recursos y a servicios de salud, entre otros.” (p. 7)

<sup>2</sup> E também, vinculado com a guerra. Ao mencionar a familiares que iria a Río Blanco, escutei histórias que não conhecia de um tio e de meu pai sobre combates nos quais participaram naquela região, além de perceber certa preocupação em outros rostos, consultando-me sobre a segurança de ir até lá, considerando tanto a presença que a Contra teve na região, quanto com o fato de ser parte da fronteira agrícola.

<sup>3</sup> Os homens que participam nas organizações o fazem em caráter de técnicos de algum projeto, apoiando com algum conhecimento específico ou com alguma tarefa, como dirigir. No caso de Río Blanco, os dois homens envolvidos com atividades realizadas pela COOMPRIO são familiares de integrantes da cooperativa, mas não têm voz nas decisões internas desta.

#### 4.1 ENTRE ELAS, SEM ELES

A estratégia de atuar em espaços que sejam exclusivos de mulheres pode ter muitas finalidades práticas, e funcionar de diferente maneira, porém tendem compartilhar origens e algumas consequências<sup>4</sup>. Conforme venho construindo o argumento a partir da escolha dos discursos e das histórias apresentadas até aqui, a impossibilidade de manter-se em espaços mistos surge tanto da necessidade urgente de poder existir como protagonista de suas próprias lutas e decisões, quanto das enormes dificuldades implicadas na convivência com homens em situações em que se trata de dar visibilidade a algumas demandas específicas que desafiam as relações de poder baseadas no gênero.

A escolha por se estabelecer em grupos nos quais participem apenas mulheres tem a ver, geralmente, com o reconhecimento das semelhanças de opressões, como já aponta o feminismo desde seus diferentes inícios possíveis. Essas possibilidades de encontros, propiciadas por diferentes contextos históricos e políticos, permite a percepção de compartilhamentos também de experiências diversas e de formas de resistência, como podemos perceber na fala de María, de Río Blanco, sobre o tempo da guerra:

*Y después aprendí a usar la BZ, la M16, la AK, la pistola, y era buena al tiro al blanco. Pero bueno, eso son entrenamientos que uno recibe. Además, era delgada, porque vivía en constante entrenamiento en el ejército, y trabajando ya en la producción, nos organizábamos, teníamos ya un pedazo de tierra, que era de las mujeres y la trabajábamos en colectivo, y ahí sembrábamos y producíamos en colectivo. Lo bonito de ese entonces, que yo me sentí con amor, con un llamamiento a trabajar con mujeres, es eso de trabajar unidas, de sentir la una a la otra, que el mismo zapato que me chimaba a mí le chimaba a la otra, y le afectaba a la otra, como era la comida (Entrevista M.R.)*

A guerra gerou o surgimento de muitos espaços exclusivos de mulheres, mesmo que seus objetivos não fossem necessariamente a reflexão sobre desigualdades de gênero que existia em suas relações. Esta se deu principalmente, como já foi mencionado, a partir da volta massiva dos homens que estiveram na guerra, no final da década de 80. A experiência de se ver novamente silenciadas

---

<sup>4</sup> Considero, por exemplo, que as origens e consequências que são visibilizadas nas situações aqui narradas coincidem em muitos pontos com minhas experiências pessoais de participação em grupos exclusivos de mulheres em diferentes lugares, contextos políticos, e com pessoas de diferentes origens sociais.

após ter estado em posições de decisão ensina a necessidade de disputar essa possibilidade, mesmo que para isso seja necessário criar sua própria cooperativa.

*la diferencia de una cooperativa que sea solo de mujeres es porque, bueno, a veces uno no depende de nadie más, mientras que cuando está en una cooperativa mixta, quienes agarran el mando de todo son los hombres, y las mujeres solo van aprobando, aprobando lo que dicen los hombres. Entonces no es una cooperativa totalmente democrática, con equidad. Porque en los cargos se ve. Hay mucha discriminación en las cooperativas, en la diferencia de una cooperativa de mujeres, porque todas pueden llegar a ser presidenta, todas pueden llegar a aspirar a cargos más altos que secretaria, o que tesorera, o que fiscal. Mientras que en una cooperativa de hombres no, solo es el hombre el presidente, el vice-presidente, y las mujeres solo ocupamos los cargos más bajitos, como que las mujeres no podemos, pues, quienes pueden son ellos. (Entrevista A.V.)*

A escolha de se constituir como organizações voltadas exclusivamente para mulheres tende a ser constantemente colocada em questão no entorno. Uma vez, M.R. me contou que já tinham criticado a COOMPRIO porque era uma cooperativa que não poderia trabalhar a questão de gênero, já que não possuía a metade de homens e metade de mulheres que se precisaria para que todos estivessem igualmente representados. A necessidade de estar constantemente se justificando tende a gerar um tipo de cansaço ao qual se responde de uma maneira que pode parecer apenas uma fórmula, mas que faz vai fazendo sentido aos poucos, na medida em que se percebem a repetição de dinâmicas:

*Y qué decirte? Solo de mujeres? Ha sido una pregunta que siempre sale, pero la verdad es que tenes que fortalecer a la mujer para que después pueda hacer acciones. Porque sino, si los metes revuelto, va a seguir siempre la función y siempre estar cediendo el cargo, y siempre le va a estar diciendo hablá vos. Entonces prepararlas, darles las herramientas y después sí. (Entrevista M.A.)*

O estranhamento costuma acompanhar também mulheres que nunca trabalharam dessa maneira, e que podem considerar que a exclusão feita aos homens nesse espaço geraria limitações no trabalho destas organizações, conforme nos narra J.V., da FEM:

*Al principio, cuando mi primera entrevista con D.M., yo venía de trabajar con organizaciones mixtas, entonces yo decía: como es posible que este trabajo sea solo con las mujeres, si hay que hacer también un trabajo de sensibilización con los hombres, porque venía también de trabajar procesos de sensibilización con hombres. Fue la primer pregunta que le hice a D.M., si no veían necesario hacer un trabajo así. Y me dijo que esta era una*

*organización de mujeres... me llamó mucho la atención. Pero después me fui dando cuenta de que es que esta era una propuesta afirmativa para la equidad de género, y que sí se requerían de estos espacios propios de mujeres, para poderse empoderar. Y decirte de que aquí en la FEM fue mi encuentro con el feminismo. Yo ya venía de procesos de formación en género, pero no me asumía como una mujer feminista. Y fue en la FEM que me encontré con el feminismo y me reconozco como una mujer feminista rural.*

O que umas chamam de dar ferramentas e outras chamam de empoderar, passa também pela possibilidade de compartilhamento, de aprendizados que permitem ir modificando a maneira como se estabelecem as relações, prezando por que essas modificações se deem no sentido de que ser mulher não implique necessariamente em ser maltratada, inferiorizada e/ou silenciada, em qualquer esfera de sua vida. Porque, como diz M.A.,

*nosotras estamos claritas de que toda política, toda ley, toda acción que se determine a nivel de gobierno, de país, de lo que sea, afecta de manera diferenciada a hombres y mujeres. Entonces nosotras venimos de un sector, que diría yo que es la esencia del machismo. Ahí está concentrada, son los hombres del campo. Duros, recios, de botas tubo, de machete, de pistola, de sombrero. Y a mujer humilde, bata larga, diciendole nada más sí. Que transformaras la mentalidad de esa mujer y que le dieras valor a todo lo que hacía, ir a ayudar a las labores del campo [...], pero con reconocimiento, ha sido un camino muy difícil. Muy difícil. Pero que lo vamos logrando poco a poco. (Entrevista M.A.)*

Ao longo deste processo, a escolha por ser uma organização apenas de mulheres passou a ter que ser defendida, principalmente, para não ter seus conhecimentos e capacidades coletivas menosprezadas, nem ser desautorizadas ao lidar com organizações “de homens” – maneira como se referem em muitas ocasiões às organizações mistas, explicitando que, de fato, a maior parte dos espaços públicos já são exclusivos para homens. Em mais de uma ocasião me foram relatadas situações nas quais foram tratadas como se não fossem capazes de debater sobre temas produtivos ou de gerir seus próprios recursos. Isto se expressa mesmo em relação à dimensão dos projetos aos quais têm acesso, sendo que

*Generalmente los proyectos de gran envergadura se los llevan siempre los hombres. Yo quisiera... dicen "estamos apoyando a cien mujeres". Pero andá preguntar cual es el monto de esa cooperación, y andá a ver cual es la cooperación hacia las organizaciones de hombres. Todavía permanece la creencia de que las mujeres no somos capaces. Están dudando de nuestra capacidad en las acciones. No solo en las acciones económicas, sino*

*también en acciones políticas*<sup>5</sup>. (Entrevista M.A.)

A dificuldade de lidar com organizações mistas e que não trabalham com temáticas vinculadas ao gênero se dá não apenas no fato de terem que reafirmar constantemente suas capacidades, mas também na contínua segregação de “temas de mulheres” a segundo plano, em diferentes espaços. Numa de minhas visitas a Estelí, acompanhei D.M. em uma reunião com organizações locais que trabalham o tema de desenvolvimento territorial na região, promovida por uma pesquisa de uma organização internacional<sup>6</sup>, e me surpreendi quando no dia seguinte pela manhã, acompanhei a seguinte conversa:

*J.V. (para mi) – y entonces, como te fue ayer?*

*Yo – bien, ahí acompañando a D.M.*

*D.M. – ai, sí, yo me sentí mucho mejor estando acompañada. Es que esos espacios son tan androcéntricos, verdad? Una se siente sola ahí, menos mal que me estabas acompañando (me sorprendo bastante).*

*J.V. – sí, nosotras [feministas] siempre estamos medio desubicadas ahí, siempre nos pasa eso cuando vamos a espacios mixtos.*

*D.M. – sí, vieras como nos cuesta. Cómo hablábamos verdad, que nos cuesta hacer alianzas, entonces somos obligadas a participar de esos espacios porque si no nos quedamos muy aisladas y no tenemos acceso a esos otros conocimientos que también se comparten ahí. Pero las organizaciones que llegan no quieren saber mayor cosa de la cuestión de género, no es su enfoque, y cuando hablamos de esas cosas nos quedan viendo raro. Pero hay que estar ahí, hay que meterlo también, **hacer que se hablen de esos temas, porque no los hablan...** (Diário de campo, Estelí, 04 de junho de 2014)*

Efetivamente, na reunião em questão houve diversas situações nas quais ficou evidente a discrepância entre a interpretação da realidade das diferentes instituições presentes. Numa delas, fez-se um exercício coletivo para estabelecer quais seriam as diferentes dimensões que estariam sendo levadas em consideração

<sup>5</sup> Esta colocação de M.A. vai ao encontro do que afirma a *Assocation for Women's Rights in Development* (AWID) ao analisar o estatus do financiamento de organizações que trabalham temas vinculados com igualdade de gênero: “Os processos sólidos e essenciais de organizar mulheres, aumentando sua consciência, ajudando-as a analisar a raiz das causas de seu desempoderamento, construindo o poder coletivo de mulheres e suas estratégias coletivas para a mudança, apoiando mulheres a desafiar as normas sociais e culturais que justificam sua subordinação – em outras palavras, os elementos centrais para uma luta sustentável e a longo prazo para transformar as instituições e estruturas que perpetuam formas de discriminação e exclusão tanto de gênero, como outras – são consideradas muito lentas e difíceis de medir e recebem pouco ou nenhum apoio, exceto de parte de um punhado de doadores experientes e perspicazes.” (AWID, 2013, p. 10, tradução nossa)

<sup>6</sup> Tratava-se de uma iniciativa do programa de pesquisa Humidtropics, vinculado à “parceria global que une organizações engajadas em pesquisa para um futuro alimentar seguro” CGIAR (Site [www.cgiar.org](http://www.cgiar.org)), à qual a FEM teve acesso por já terem trabalhado anteriormente em um projeto com o pesquisador indiano, residente na Nicarágua há aproximadamente trinta anos, responsável pela pesquisa.

quando se falava em território, já que o encontro era sobre desenvolvimento territorial. A proposta de D.M. de que a primeira dimensão a ser levada em consideração fosse o corpo, citando a experiência feminista e os aprendizados que tivera em intercâmbios com mulheres indígenas guatemaltecas que têm colocado muita ênfase na relação entre corpo e território (CABNAL, 2010), gerou estranhamento e debate no grupo. A via pela qual a colocação pareceu fazer mais sentido para a maior parte das pessoas presentes foi a partir da questão da segurança alimentar, provavelmente pelo fato de a maior parte das organizações trabalharem com pequenos produtores, meio ambiente e mudanças climáticas e estarem mais familiarizados com os debates políticos a esse respeito. Porém a possibilidade de que o corpo tivesse que ser *sexualmente* disputado, e por isso fosse encarado como território, não pareceu fazer muito sentido, e D.M. tampouco insistiu no tema, afinal, aquele não era um espaço propício para fazê-lo.

O que nos faz voltar à nossa questão: quais são, então, os espaços propícios para isso? Em que espaços se pode falar sobre ser mulher, de uma maneira que não seja apenas uma constatação de uma diferença em relação a uma referência de “humanidade” pautada por lógicas androcêntricas? Ou, onde possa ser levada a sério a pertinente colocação do facilitador da reunião acima relatada, de que “uma produtora [rural] não é apenas uma outra versão de um produtor [homem], assim como um pequeno produtor não é apenas uma outra versão de um grande produtor. São coisas bastante diferentes *entre si*” (Diário de campo, Estelí, 04 de junho de 2014 ). Faz-se necessário, portanto, retomar *quais* são essas diferenças (no plural) *em relação*, questões que estão constantemente sendo colocadas em evidência de diferentes maneiras a partir da proposição de trabalhar apenas com e entre mulheres, conforme veremos nas situações narradas nas próximas seções.

#### 4.2 A FALA E AS VIOLÊNCIAS

A primeira vez que vi M.I. foi durante uma atividade que acompanhei, na FEM, uma oficina chamada “*taller de Biblia desde la perspectiva feminista*”<sup>7</sup>, na qual passamos uma manhã com aproximadamente 15 mulheres mais debatendo sobre

---

<sup>7</sup> Que tinha o objetivo de criar “*nuevos enfoques de la fe con mirada liberadora para las mujeres*”, de acordo com o plano de atividades de maio e junho que me foi entregue para eu poder definir minha agenda de visitas à FEM.



diferentes aspectos sobre a representação que as religiões cristãs têm das mulheres. Foram comentadas passagens e estrutura da Bíblia incluindo as diferenças entre os livros mais usados pelos católicos e os evangélicos. Também foram relatadas situações sobre que acontecem nas comunidades de cada uma das mulheres presentes, e M.I. falava rapidamente e fazia piadas sobre sua trajetória de organização e como a partir dela tinha começado a conversar com outras mulheres, principalmente, sobre qualquer assunto, por isso gostava também de falar sobre religião, e estava gostando de conhecer mais coisas, que poderia contar quando chegasse em casa. Pouco tempo depois eu a visitei na casa que ganhou da FEM depois de um deslizamento de terra que atingira mais de 20 famílias de sua comunidade, e na qual mora com duas filhas. Devido a sua ágil articulação com as palavras, me surpreendi um pouco quando ela me disse que

*Para serle sincera, que antes si yo miraba que entraba una persona con un cuaderno y un lápiz en la bolsa, yo me escondía atrás de la puerta, porque me daba pena. Así nos crecieron en aquellos tiempos nos decían que si habían dos platicando, uno no podía participar, nos hacían miedosos. Yo decía que ya me iban a preguntar que me presentara, que hablara, y me daba pena hablar. Hasta decir cómo me llamaba me daba vergüenza. El día de hoy no, porque yo me presento en cualquier parte, digo mi nombre, de donde vengo, qué son mis quehaceres en mi comunidad, no me da pena. Hoy puedo hacer todas estas cosas. (Entrevista Marizta)*

Quando ela diz “*nos hacían miedosos*”, no masculino, não tenho certeza se ela se refere a uma formação que ela atribui ao campo “de antigamente” em geral, ou às mulheres, uma vez que entre todas minhas interlocutoras percebi que dificilmente as falas se dão no feminino, mesmo que se refiram apenas a um coletivo de mulheres. No entanto, considero que poderia servir para ambas possibilidades, e especialmente para a combinação destes dois fatores. A vinculação com o receio de falar apareceu também no relato de diferentes pessoas com quem conversei associadas à relação com pessoas da cidade, fossem homens ou mulheres. A discriminação vivida nos espaços públicos costuma ser devolvida com desconfiança caso essas pessoas se aproximam de suas casas.

É muito recorrente a imagem geral de mulheres no campo como pessoas que não falam muito. Frequentemente o isolamento dos lugares leva a que as principais interações sociais se deem num núcleo familiar ou de poucas famílias que convivem em comunidades rurais nas quais há uma clara preponderância do espaço público como espaço masculino. A imagem da mulher que não sai de casa, que mal

cumprimenta pessoas que não sejam familiares e que tem dificuldade para expressar mesmo seu nome em espaços públicos me foi trazida geralmente em contraposição à intenção da existência mesma de uma organização, e como parte de um passado remoto ao qual não se quer voltar. A maioria das mulheres que conheci ao longo da pesquisa fala com clareza sobre suas vidas, suas histórias, seus conhecimentos e suas mudanças. Todas elas, porém, assim como Martiza Ivania, fazem referência a um passado no qual havia muitos motivos para não falar, mesmo que, ou principalmente, sobre si. Fosse por não saber o que dizer – afinal, talvez nunca lhes fora perguntado –; por acreditar que, mesmo se soubesse o que dizer, não poderia fazê-lo em determinados espaços; ou por dizê-lo e receber punições por isso, individuais e coletivas, emocionais e físicas.

Essas situações são referidas tanto a um passado individual de silêncio, quanto a sua constatação atual sobre a persistência da falta de possibilidade de fala de outras mulheres com quem convivem. As possibilidades de falar estão vinculadas a diversas situações que são lidas como violência pelas mulheres com quem conversei, que irão aparecendo na medida em que situações vividas por elas forem trazidas para a narrativa, pelas suas, provavelmente nossas, falas. A decisão de como caracterizar aqui quais são as violências que elas vivem ou viveram me gera desconforto, principalmente se levo em consideração a familiaridade que me gerariam as palavras usadas com aquelas eloquentemente listadas num documento da ONU que se propõe a estudar profundamente “todas as formas de violência contra a mulher” (2006), laboriosamente recopiladas por centenas, se não milhares, de mulheres de diferentes regiões do mundo. Portanto, a tentativa é de trazer algumas falas às quais tive acesso que considero que possam expressar o quanto “as violências” podem ser encontradas em muitos momentos, porém não constituem “uma violência” que necessariamente defina as situações. Conforme comenta Veena Das,

A própria mobilidade do termo ou dos termos pelos quais caracterizamos a violência mostra que são tecidas com vários fios as questões de consentimento (o sadomasoquismo ou o ritual de autoflagelação são violência, já que há consentimento?), poder epistêmico (quem tem o direito de definir um evento como violento?), experiência (às vezes a violência é um meio para expulsar o estado de torpor), estética (qual é a relação entre representação, expressão e evento?) [...]. Portanto, a tendência a encontrar uma categoria transcendental que pode ser então aplicada em diferentes contextos é, como disse, equivocada. É certamente útil, para grandes conjuntos de dados, saber se estamos falando de, digamos, morte por homicídio ou morte por doença. Embora, mesmo no último caso, estudiosos e ativistas tenham inventado a categoria violência estrutural. Então,

claramente o debate sobre o que constitui a violência é importante – mas sua resolução é menos interessante do que as questões que ele levanta. (MISSE 2012, p. 346)

Meu foco, portanto, recai em apresentar diferentes elementos das relações, nesta seção vinculados com a fala e na seguinte com aspectos produtivos, separação que se dá mais uma vez pela artificialidade da linearidade do texto. Considero que nas situações trazidas na narrativa, se expressam inúmeras violências, não apenas “contra as mulheres”, como se elas fossem bilaterais e isoladas, mas sim numa imbricação de muitos “marcadores de diferença” interconectados entre si (BRAH, 2006). Considerando que as questões do poder falar, e de como a posição de onde falamos marca a maneira como seremos ouvidas, estão presentes em inúmeros debates feministas que fundamentam este estudo (hooks et al 2004; SPIVAK, 2010), faço aqui um exercício de analisar como ela apareceu ao longo da pesquisa.

Existem diferentes dimensões do que poderia ser entendido como “poder falar”. Não todas as pessoas querem ser a líder comunitária que tenha que poder expressar suas ideias frente a um grande público como prova de sucesso no desafio de “romper o silêncio”. O problema da fala como possibilidade de existência de um lugar de enunciação no mundo passa tanto pela possibilidade de que ela se articule nos discursos políticos das organizações de mulheres, quanto de que ela se dê individualmente de maneira a expressar sentires e percepções silenciadas de muitas maneiras. No entanto, os discursos que estabelecem muitos elementos dos espaços aos quais tive acesso fazem com que a figura da líder comunitária se estabeleça como ponto de referência das pessoas que, como eu, vêm de fora em busca de algumas informações. Durante minha dinâmica de pesquisa, que esteve diretamente vinculada a dinâmicas organizacionais de projetos de desenvolvimento, a maior parte do meu contato se deu com mulheres que são líderes em suas comunidades, que se destacam por cumprir um papel social que está frequentemente atrelado a falar entre si e com pessoas de fora.

Ao estar em constante contato numa interpenetração de discursos de desenvolvimento, considero que se cria o risco de incorrer no que Silvia Cusicanqui<sup>8</sup> apresentou como um discurso do lamento – ao que eu acrescentaria “e da

---

<sup>8</sup> Em palestra realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS em 28 de novembro de 2014.

superação” – que se popularizou através do uso de ONG's da técnica de testemunhos como forma de mobilizar certos tipos de solidariedade. Na ocasião em que conversei com M.I., realizei também uma entrevista com o roteiro da ONG austríaca KFB<sup>9</sup> sobre como seu envolvimento com a FEM mudara sua vida. A partir dessa e de um conjunto de entrevistas que realizei nessa ocasião, considero que a forma como as perguntas são elaboradas efetivamente estimulam determinados tipos de narrativas que se organizam para satisfazer uma demanda por histórias de sucesso, no qual este está vinculado com alguns parâmetros preestabelecidos.

Isto não significa, no entanto, que os relatos de mudanças nas formas de se relacionar, e por exemplo, de passar a conseguir se expressar, sejam falsos ou menos importantes por serem narrados nesse formato. Rosibel, outra das mulheres que entrevistei na FEM nesse contexto, ao ser perguntada sobre o que é “*buen vivir*” para ela, explica a sua percepção do processo:

*Y también yo no podía, como mi espacio solo era la cocina, no podía platicar. Cuándo que iba a poder platicar? Más si era una persona de la ciudad. Mi autoestima estaba tan baja que yo decía “no, si yo soy mujer rural, soy mujer del campo, yo no puedo estar ahí”. Mientras que hoy, con todo el proceso, yo hoy no le tengo miedo a nada. Yo hoy puedo agarrar un micrófono. Puedo ir a la radio, porque lo he hecho, puedo ir a la televisión, porque lo he hecho. Hoy puedo viajar en avión, ir a otro país. Y eso lo he alcanzado únicamente al darme cuenta que yo tengo esos derechos. Y eso es un buen vivir. (Entrevista Rosibel)*

Conforme vemos nesta fala, a possibilidade de falar está vinculada também à possibilidade de ter com quem falar, e portanto, de sair de casa e encontrar outras pessoas. É comum encontrar mulheres, no campo, que não saem de suas casas e se relacionam apenas com seus familiares e escassos vizinhos. No grupo focal que realizei em Terrabona, Letícia, uma senhora parteira que esteve vinculada à secretaria da mulher da UNAG, nos contou uma história na qual seu marido se machucou e ela conseguiu, perguntando para muitas pessoas e recorrendo a conhecidos, levá-lo ao hospital em Matagalpa. Sua conclusão com a história levou

<sup>9</sup> Enquanto eu estava na FEM, fiquei sabendo que as Mulheres Católicas da Áustria tinham selecionado a FEM para ser “a cara” da sua campanha de arrecadação de recursos no ano seguinte, na qual uma das mulheres do Comitê de Desenvolvimento poderia ir para a Áustria para divulgar o trabalho da Fundação. Para promover a campanha, eram necessárias seis entrevistas e algumas fotos que vinham com uma lista de condições de elementos que deveriam aparecer nas imagens. D.M. estava preocupada porque nenhuma delas tinha condições de realizar esse trabalho nos prazos estipulados, então me ofereci para fazer as entrevistas perguntando se poderia usá-las na minha pesquisa, além de indicar uma fotógrafa feminista de Manágua que já tinha experiência com esse tipo de imagens para a cooperação.

ao seguinte diálogo com Chonita:

*L: Pero si uno no conoce a nadie, a quien se le va a pegar, a quien le va a hablar?*

*C: No se relaciona con la gente, no tiene conocimiento...*

*L: Yo le digo eso a las jóvenes.*

*C: Aquí es un pueblito, casi una comunidad, y a mí han habido personas que me han preguntando, aquí en la esquina, donde es el centro de salud. Y qué tan lejos es el centro de salud? Ahí no más, pero no lo conocen, porque las tienen los maridos ahí... y es triste, la pobre mujer perdida ahí llorando... (Terrabona, 9 de agosto de 2014)*

Considero que esta fala nos dá uma dimensão de outras dimensões do “poder falar” que não se remetem apenas a ser uma liderança comunitária e ter capacidade de realizar uma mobilização intencional, como é o modelo idealizado de “mulher empoderada” frequentemente apresentado como imagem de sucesso d’o desenvolvimento”. Poder falar é também uma questão de autonomia e segurança na relação com o mundo, tanto por não “ser tida” pelo marido em casa, sem conhecer sequer seu *pueblito*, quanto por poder pegar um microfone, falar na rádio ou pegar um avião como Rosibel.

Possibilidades de falar foram se dando a partir de diferentes fatores ao longo do tempo, e os principais fatores apontados como cruciais para iniciar a falar em público por parte das mulheres que conversei foram: a revolução e a igreja, nos anos 80, e a organização na qual se encontram, depois disso. Nenhum desses fatores se exclui mutuamente, apesar de que o envolvimento religioso me foi apontado como elemento que afastou mulheres de ambas organizações, dos anos 90 em diante.

Os três momentos apontados como impulsores da possibilidade de falar são entendidos de maneira diferente nas narrativas em termos do uso da voz. Os aprendizados, que foram acontecendo paulatinamente, foram se vinculando entre si nos corpos daquelas que passavam a falar:

*Después, fui aprendiendo a ser líder. Me recuerdo la primer vez que yo usé un micrófono. A mí se me sudó desde la punta de la uña, hasta la punta de los pies. En la iglesia católica, me dijo el padre: vas a leer una lectura. Entonces yo agarré el micrófono, y a mí me temblaban las manos. Pero después a mí me llevaron a capacitaciones. Esas capacitaciones, por medio de la iglesia católica, era cómo aprender a hablar con micrófono, cómo hablar ante un público, cómo uno, para hablar con la gente, tiene que hacer la mirada como que la está viendo, pero no la está viendo, está viendo al frente, y concentrarse en lo que está hablando, y siempre llevar preparado un guión. Eso me sirvió muchísimo para el momento en el cual estoy*

*trabajando.* (Entrevista María)

A primeira vez que eu vi M.R., foi numa atividade de 8 de março na qual estava sendo apresentado um estudo sobre segurança alimentar feito pela Campanha Cresça (BORNEMANN et al, 2014), da qual a FEMUPROCAN participa. Estavam presentes as presidentes e vice-presidentes das cooperativas da Federação no departamento de Matagalpa, e me chamou a atenção como, nos intervalos entre uma fala e outra da programação, M.R. puxava para que todas gritassem juntas um dos lemas da campanha: “*Mujeres con tierra, pueblo sin hambre!*” – que foi também gritado na rua no final da atividade, enquanto os carros eram parados por mulheres com faixas com esses dizeres, e outras distribuíam material informativo sobre o acesso de mulheres à terra. A desenvoltura de M.R. com os lemas tinha a ver também com sua participação ativa em diferentes estruturas da FSLN, conforme soube em conversas que tivemos quando a conheci melhor em Río Blanco. Havia elementos de cada um dos espaços de aprendizado pelos quais passou, em sua história em diferentes espaços que seguiu frequentando, criando e mantendo para poder seguir falando e ouvindo outras mulheres que o fizessem.

Numa ocasião em que conversávamos sobre as transformações ocorridas na FSLN ao longo dos anos, também estava presente Celia, que mencionou o fato de que, acontecesse o que acontecesse, ela agradecia à Revolução o fato de ter podido começar a falar. Porém, também deixava claro que todos os comentários e piadas constantes que fazia sobre sexualidade, sua e das demais, estavam vinculadas às capacitações nas quais participou depois com diversas organizações de mulheres e feministas de Matagalpa. Fora durante os anos 80 que ela pudera estudar e se formar como professora, por causa das possibilidades trazidas pelo partido, porém fora na década seguinte, falando sobre violências e sexualidade com outras mulheres, que decidira se separar do marido e, segundo ela, ampliou sua possibilidade tomar decisões sobre sua própria vida.

A experiência de poder falar está, portanto, vinculada com diferentes dimensões de conhecimentos e práticas com que se constroem a vida. A maneira como ela é vivida varia, e se expressa em diferentes discursos nos quais se refletem elementos da lógica de saber-poder da modernidade, conforme debatido no capítulo 2<sup>10</sup>. Portanto, é importante também lembrar que há intencionalidades enunciadas

---

<sup>10</sup> Tema que retomarei nas considerações finais

nesses discursos, o que se pode inferir a partir dos capítulos anteriores. Cada um dos discursos apresentados vem acompanhado de técnicas e metodologias que promovem certo tipo de participação e engajamento de mulheres em ações políticas e econômicas, apesar de suas contradições. Frequentemente consideram que, com isso, estarão “dando voz” às mulheres, com determinadas intencionalidades discursivamente vinculadas à emancipação, liberdade, empoderamento ou outro qualificativo afim. Conforme veremos a seguir, os efeitos dos discursos não são tão lineares quanto se pretendem.

O caráter de educação popular que influenciou diversos programas das organizações de base sandinistas teve um profundo impacto tanto na maneira como se deram as atividades de “formação” ao longo dos anos 80, quanto na continuidade das “capacitações” realizadas já no âmbito dos projetos de desenvolvimento nas décadas seguintes. Segundo Montoya (2012)

A experiência de educação popular pós-triunfo, com ênfase em consciência de classe e no conhecimento dos próprios moradores do que significava consciência, lhes ensinou um senso de justiça e direito empoderador, e a metodologia para definir e demandar seus direitos e interesses. (p. 92, tradução nossa)

Esses aprendizados ficaram, portanto, em pessoas que seguiram diferentes caminhos e transformaram saberes que alguma vez compartilharam em diferentes sentidos. Estas pessoas, no entanto, estavam em diferentes posições na interação, atravessadas por relações de poder. Em sua análise do processo educacional daquele momento, Montoya argumenta que, houve uma modificação no papel exercido por algumas organizações que trabalhavam na parte de formação política durante a década revolucionária, na medida em que as estruturas vinculadas com a FSLN e com a formação do estado se constituíram. As relações se alteram na medida em que as pessoas passaram a ser “[...] não apenas camaradas em batalhas, mas representativos da sociedade e do estado em uma relação hierárquica umas com as outras [...]” (p. 93). Mudanças significativas ocorreram também nos espaços de formação católica, que a partir da década de 90 passaram a estar mais atreladas com alas conservadoras do clero, mudando radicalmente também o cenário das paróquias locais<sup>11</sup>. As relações construídas em determinadas

---

<sup>11</sup> Aos poucos os padres vinculados à teologia da libertação foram ficando isolados, transferidos lugares diferentes daquele onde já tinham realizado algum trabalho social durante os anos 80, ou

hierarquias, portanto, ampliaram ou limitaram a possibilidade de que certos temas fossem debatidos em determinados espaços.

Assim, os discursos e as posições dos atores que os proclamam também vai mudando, assim como a vida das pessoas que se relacionam em sua construção. Devido em grande medida à perda de acesso a serviços de saúde e educação vinculados com sexualidade ao longo dos anos 90, o trabalho de muitas organizações de mulheres nesse momento se construiu a partir da questão dos direitos sexuais e reprodutivos – como passaram a ser nomeados em grande medida devido a categorias do discurso da cooperação internacional. A criminalização do aborto de qualquer tipo, em 2005, fez com que se ampliasse a necessidade de fazer campanhas que explicassem as peculiaridades sobre o aborto terapêutico que era legalizado desde o final do século XIX, e o aborto por opção – que passou a ser ainda mais repudiado pelos discursos vinculados a sua criminalização. Isto nos leva a pensar, se retomamos a questão: como se constroem falas longamente silenciadas, e do que elas falam?

Nas situações às quais tive acesso nesta pesquisa, e a partir das quais desenvolvo a análise, é interessante perceber que a maneira como elas usam essa voz que supostamente “lhes foi dada” não é necessariamente a forma como estas intervenções previram. As dinâmicas relatadas no capítulo anterior explicitaram algumas das maneiras como a voz das mulheres que surgiu do processo de mobilização gerado pela Revolução Sandinista resultou incômoda e “desalinhada” daquilo que “deveria ser”, de acordo com os critérios dos discursos dominantes projetados majoritariamente por homens em seu lugar de poder. De igual maneira, tentei mostrar como diferentes prioridades das organizações que surgiram desse processo foram se adequando, ou não, à disposição de recursos nas relações com a cooperação internacional. E finalmente, vemos nesta fala de M.E., como vão se rebelando quando querem fazê-la voltar a ter que seguir um discurso pré-fabricado, agora que ela sabe muito bem o que quer dizer:

---

mudando de diretrizes devido à obediência inerente à posição, conforme a narrativa de J.V. me falando de sua família “muito católica”, nas suas palavras, em Estelí. Alguns padres continuaram a cargo de suas capelas, adequando seus discursos eventualmente, como é o caso do padre italiano que permanece em Río Blanco depois de mais de trinta anos de ter chegado à região, e que tinha feito casamento e a primeira comunhão de duas gerações da família de Adília, em Río Blanco.



Hoje ela me disse que pedem para elas agradecerem e elogiarem o governo na frente das visitas, como ontem [na visita da ONU Mujer ao galpão de processamento de hortaliças], mas que ela não gosta que queiram controlar o que ela fala; e que uma vez quiseram fazer um discurso escrito para ela ler, mas ela não aceitou: “Não sou a Violeta, que quem decidia o que ela falava era o Humberto e o Alfredo”. (Ela se refere à ex-presidente Violeta Chamorro, e seus dois principais assessores daquele momento) (Diário de Campo, Terrabona, 08 de maio de 2014)

Portanto, a possibilidade de fala apresentada como uma dádiva de alguém em uma posição de poder não condiz com o que pude ver em campo, onde falar é principalmente uma conquista individual e coletiva de mulheres que se organizaram *apesar* das dificuldades de conseguir espaços de poder. E para isso, como víamos na seção anterior, foi necessário conquistar e criar seus próprios espaços para falar entre si. E manter a possibilidade de seguir falando com quem quiserem, sobre os assuntos que quiserem, é um desafio que se dá em disputas cotidianas com as quais estas mulheres seguem lidando.

Gostaria de retomar aqui o caso da hospedagem na qual as mulheres de comunidades rurais dos arredores ficam quando vão a Estelí, para participar das atividades da FEM. A pousadinha de *Don Roger* e *Ivette*, um casal conhecido que acomodou uns quartos para recebê-las e oferece também café da manhã e janta, ampliou a tranquilidade de ir à cidade com menor risco para elas, e criou um espaço onde podem dar continuidade à socialização que têm nas oficinas, reuniões e atividades que as levam até lá, assistindo novelas, comendo e conversando. Por sua vez, a existência de um lugar de confiança tem influência no apoio que receberão de seus familiares para participarem dessas atividades, mesmo que não elimine a possibilidade de que sejam condenadas por por andarem *vagando*<sup>12</sup> ao invés de estarem cuidando da casa e de seus filhos e maridos. Acompanhado ao fato de que são atividades que juntam apenas mulheres, também são utilizadas “acusações” de que elas seriam lésbicas, ou uma série de outros questionamentos vinculados a sua sexualidade, que é, aliás, um dos fatores frequentemente associados ao feminismo, e por isso repellido em determinados contextos.

Temas vinculados à sexualidade e ao corpo estão, de fato, presentes no momento em que os encontros a partir da fala vão sendo possíveis. Quando me

---

<sup>12</sup> Do verbo *vagar*, em espanhol, está principalmente vinculado a uma ética do trabalho que considera vagar como um desvio de tempo, mas tem também sentido condenatório sexualmente, sugerindo-o implicitamente ao se mencionar que não se sabe onde ela vai passar o tempo, especialmente a noite.

relatou sobre as oficinas iniciais que foram realizadas com as fundadoras da FEM, D.M. me narrou diversos casos de como algumas mulheres compartilharam certas vivências, frequentemente a partir de violências vividas:

*Y desarrollamos durante año y medio un ciclo de talleres, pero vivenciales profundos, con estas mujeres. Sobre cómo hemos vivido la violencia, sobre cómo la hemos vivido en lo personal, cómo fue nuestra primera regla, la virginidad, la primera relación, bueno... aparecieron una serie de cosas en temas articulados pues. El de género, de identidades, de sexualidades, de maternidad, el de violencia, división genérica del trabajo... [...] Ahí hubieron reconocimientos de que... [una] con 11 hijos que no los deseó, crisis difíciles para muchas de ellas. Que no tuvo oportunidad, que fue amputada su posibilidad porque solamente pudo alcanzar el segundo grado. La [otra] porque tenía una anomalía en su útero, no pudo ser madre, y vivió las cosas terribles que una mujer estéril vive en una comunidad. El rechazo del marido, la violencia que le dio porque no era mamá, y toda la cuenta que le pasa la sociedad a una mujer en el campo, porque no es madre. Y como lo vivió pues, [...] Pues mujeres como la [fulana], que en los talleres de sexualidad pudo, con gran dificultad, reconocer que ella realmente había sido madre de su única hija, pero que ella no quería ni tener relaciones con hombres, y que era madre por una obligación y un mandato, pero que verdaderamente, ella, su atracción y sus deseos es por las mujeres, y lo tuvo que vivir en silencio y callarlo. Y todavía no salió del closet. Ella se reconoce entre nosotras como tal, pero decir que ella va a ir, todavía le cuesta mucho. Pero fueron los espacios donde las mujeres pudieron verse a sí mismas desde una mirada crítica de lo que era la construcción patriarcal en sus vidas, y de cómo habían sido sobrevivientes. Había [otra] que lo mismo: su violación a los 14 años ahí la pudo compartir, como el hijo de esa violación ha sido una relación muy conflictiva en su vida, y como ella mantuvo eso como un secreto durante mucho tiempo, y un dolor fuerte la acompañó hasta que pudo vomitarlo, y pudo reconocerlo, que eso era producto de todo ese sistema en el que las mujeres hemos vivido siglos, y que ellas eran, nada más y nada menos que una continuidad de esa (?) y que había que hacer algo para parar y facilitar que otras mujeres no siguieran experimentando lo mismo. Y que entonces había que hacer... después de esa reflexión empezamos a hablar sobre cómo podemos hacer esto, no puede ser solo con talleres, porque hacer talleres es como querer derrumbar este sistema, que requiere de un tractor, y no de estarle dado con un pañuelo a la pared.*

Acredito que esta análise de D.M. expresse o caráter político intencional de se promover espaços de compartilhamento e debate que partem do corpo e das experiências para provocar questionamentos que levem a transformações nas formas de organização da vida. Se as condenações vinculadas com a sexualidade são um constante mecanismo de controle social para definir o lugar da mulher, falar sobre a experiência corporal da sexualidade é uma maneira de resistir a esse controle. Nesse sentido, expressa a vinculação desta proposta com a questão do corpo-território mencionado anteriormente, conforme propõe a intelectual maia Lorena Cabnal:

Assumir a corporalidade individual como território próprio e irrepetível permite ir fortalecendo o sentido de afirmação de sua existência de ser e estar no mundo. Portanto emerge a autoconsciência, que vai dando conta de como viveu este corpo em sua história pessoal, particular e temporal, as diferentes manifestações e expressões dos patriarcados e todas as opressões derivadas deles. Recuperar o corpo para defendê-lo do embate histórico estrutural que atenta contra ele, se converte em uma luta cotidiana e indispensável, porque o território corpo foi milenarmente um território em disputa pelos patriarcados, para assegurar sua sustentabilidade desde e sobre o corpo das mulheres. (CABNAL, 2010, p. 22, tradução nossa)

Estes aprendizados e transformações coletivas permanecem naquelas que estão nessas disputas. Quase vinte anos depois desse ciclo de oficinas, D.M. ainda se surpreendeu quando leu, na transcrição de uma das entrevistas que realizei vinculadas à KFB, como R.M., uma das mulheres rurais fundadoras da FEM, explicava a vinculação entre o controle da sexualidade, o isolamento criado através da reclusão ao trabalho doméstico, a condenação em atividades fora da comunidade, o casamento, o corpo e a liberdade.

*Es que ese arraigamiento que ha habido de aprisionar al hijo ha sido el cuidado de la virginidad. Y veo que la virginidad en nosotras las mujeres, no hemos tenido ningún logro ni ningún beneficio. Tanto la sociedad como los hombres [piensan que] la mujer que sale a otros lados ya es vaga, es zorra, es puta. Y nosotras, con Fundación Entre Mujeres, hemos logrado entender que la virginidad más bien para nosotras la he valorado como una cárcel. Porque si yo no voy virgen al matrimonio, el hombre me da palo todos los días, porque no llegué virgen al matrimonio. Además, todo eso entendimos que la virginidad en la mujer, hay distintas virginidades, no toda la virginidad es la misma, hasta eso nos llegó a enseñar Fundación Entre Mujeres. Los hímenes no todos son iguales. Pero aquél hombre quiere que yo llegue virgen al matrimonio, y tenerme ahí, agarrada toda la vida. Entonces, cómo no vamos a agradecer a Fundación Entre Mujeres todos esos conocimientos. Que si mi hija se casa y el hombre me la viene a dejar, mi misma hija es, viene entera, sólo porque se acostó con él, se puede acostar con miles más, y para otro puede valer más tal vez que el viejo que se había hecho de ella. (Entrevista R.M.)*

O que quero retomar aqui, com essas falas, é que a questão sobre o quê é dito quando se tem a possibilidade de falar transforma por sua vez as relações que serão estabelecidas. Portanto, nas diferentes dimensões de poder falar, voltamos à questão de onde estas falas se dão. Quais são os espaços disponíveis para isso? As relações familiares, especialmente com maridos e filhos são um ponto crucial dos relatos sobre transformações no momento em que se começa a falar. Numa atividade na qual participei ainda antes do mestrado, um intercâmbio de experiências entre organizações que trabalhavam o tema de desenvolvimento rural,

me lembro da representante de uma organização perguntando para as mulheres anfitriãs do encontro<sup>13</sup> sobre como elas trabalhavam com mulheres no campo sem serem necessariamente vinculadas com a desestruturação da família pelos moradores locais. A resposta daquele momento não veio vinculada com nenhuma receita ou solução fácil, porém a pessoa que respondeu disse que tampouco eram tantos efetivamente o número de divórcios provocados pelo seu trabalho.

Depois de realizar esta pesquisa, considero que os divórcios não são necessariamente uma medida à qual se recorre, mas quando eles acontecem, são frequentemente associados com conquistas por aquelas que se divorciaram. O próprio fato de estas organizações serem “acusadas” de gerar divórcios – assim como elas foram acusadas de serem diversionistas durante a Revolução – já expressa a disputa discursiva local sobre a possibilidade de mudança que elas podem provocar, mesmo que não seja necessariamente o que acontece. Considero que há, inegavelmente, uma necessária renegociação de espaços nas relações familiares, conforme podemos ver nos seguintes relatos ouvidos em entrevistas com mulheres da FEM:

*Por lo menos yo estoy en la casa con mi marido, pero somos amigos. No cómo antes, que si por ejemplo él quería dominarme, me dominaba, pero ahora no. Yo hago lo que yo quiero, puedo hacer lo que yo quiero. Por ejemplo ahorita, si yo voy a una reunión, yo no me atraso porque no he pedido permiso. Claro que no dejo los compromisos de mi casa. (Entrevista R.L.)*

*nos ha enseñado que no nos debemos de dejar, que no debemos permitir que nuestros espacios sean invadidos. Que llega él y le diga “mirá, vengo con hambre”, puedo decir “no, espérese, yo estoy viendo televisión ahorita, es algo que a mí me gusta”. O sea, uno imponerse verdad, y no que ya venga en carrera, sino decir “usted también bien puede hacer un café y llevármelo donde yo estoy sentada”. Entonces esas cosas, uno las ha llegado a aprender, de ya no vivir humillada. Usted cree que ese tiempo que nosotros vivimos era bonito? (Entrevista T.M.)*

A possibilidade de expressar o que se quer transforma inegavelmente as relações locais, de uma maneira que mereceria um espaço do qual não disponho pra dar conta do tema. O tipo de abordagem do trabalho realizado em cada localidade também muda a maneira como essas transformações se dão. Por exemplo, a maior parte dos casos de divórcios gerados a partir do processo de

---

<sup>13</sup> O encontro aconteceu em 2011 na ONG Xochilt Acatl, organização com uma trajetória muito similar à da FEM, originária das clínicas da ATC, mas no departamento de León, no noroeste nicaraguense. O intercâmbio foi organizado pela Red Nicaraguense por la Democracia y el Desarrollo Local, com a presença de 12 organizações de diferentes regiões do país, como parte de um projeto financiado por uma ONG espanhola.

engajamento das mulheres nas organizações, segundo o que pude acompanhar, estão principalmente vinculados a casos de violências físicas, especialmente os que me foram relatados em Río Blanco, aonde o vínculo de muitas mulheres se estabelece a partir do trabalho realizado na *Casa de la Mujer*. Em Terrabona foi o lugar onde encontrei, entre a maioria das mulheres das cooperativas, mais receio e condenação aos casos de separações. Esta posição vinha também acompanhada da ideia de que, entre os assuntos a falar, era melhor evitar a questão das violências domésticas, pois exporia demais as mulheres das cooperativas em suas comunidades. Numa conversa com Edita e Chonita na qual comentávamos a notícia sobre o aumento alarmante do número de feminicídios<sup>14</sup> no país, que repercutiu durante diversas semanas devido a mobilizações de organizações de mulheres, elas me comentaram que, em geral, valia mais a pena não falar nada sobre as violências mesmo, porque se não, “olha o que acontece”. Afinal, falar pode ser perigoso.

A aposta do trabalho das cooperativas em Terrabona tem sido, conforme já vim apontando em outros momentos desta dissertação, principalmente voltado para aspectos produtivos, apostando na possibilidade de se encontrarem para buscar alternativas econômicas que lhes permitam aumentar e valorizar sua produção agrícola. Mesmo assim, a maioria das mulheres com quem conversei já participou de oficinas e capacitações sobre “questões de gênero”, sexualidade, violência doméstica e os direitos legais que lhe são “garantidos” pela Constituição Nacional, geralmente realizadas em Manágua ou Matagalpa. Elas costumam apontar que os temas tratados nessas oficinas são muito interessantes, que acham os espaços importantes e divertidos, porém insuficientes para transformar as relações locais:

*Porque siempre le dan el lugar a los varones y a la mujer no, y ellos los hombres ya lo crían y así se van desarrollando y decir que con una capacitación de género va a quitar eso de la mente, es difícil. (Grupo focal, Terrabona, 09 de agosto de 2014)*

Durante o período em que realizei a pesquisa aconteceu a primeira oficina sobre autoestima que a FEMUPROCAN organizou no município, mas M.E. se

---

<sup>14</sup> A polêmica aumentou nos jornais locais depois de que os dados de organizações do movimento de mulheres, declarando preocupação com o significativo incremento em relação a anos anteriores, foram rebatidoa por dados da polícia minimizando a maioria dos assassinatos por “não terem motivações de gênero”, explicitando as disputas existentes em relação à própria definição de feminicídio, tipificada pela Ley Contra la Violencia Hacia las Mujeres (779), de 2012, modificada por decreto em 2013. (cf. <http://www.elnuevodiario.com.ni/nacionales/324008-policia-van-18-femicidios/>)

queixou de que foram poucas as mulheres que tinham confirmado presença e efetivamente chegaram, atribuindo isto ao fato de que muitas não viam interesse prático nesse tema. Ter um espaço para falar sobre si, criado em uma data de acordo à agenda de alguém que vem da capital, pode não ser uma prioridade para quem se vinculou a uma organização de mulheres que compartilham o fato de ser produtoras. E como veremos na próxima seção, isto não significa que ao se reunir “apenas” para tratar de assuntos vinculados à produção agrícola não se esteja também disputando espaço com as mesmas formas de violências apresentadas até aqui.

#### 4.3 DO FOGO À TERRA: A VALORIZAÇÃO DO CARÁTER DE PRODUTORA

A relação entre ser mulher, viver no campo e se entender como produtora está estreitamente vinculada a fazer parte de alguma organização social, mesmo que não se possa definir uma relação causal unidirecional entre estes aspectos. No caso das organizações que pesquisei, considero que existiram diferentes vias pelas quais se estabeleceu essa relação entre produzir, ser considerada socialmente como produtora e estar em uma organização de mulheres. Por sua vez, esta relação está também vinculada aos demais aspectos analisados anteriormente, como a possibilidade de falar e a relação com algumas violências.

Em sua etnografia sobre a formação do que ela chama de “cenários generificados” durante a Revolução Sandinista em uma comunidade na região sudoeste da Nicarágua, Rosário Montoya narra como o cenário imediatamente posterior à Revolução evidenciou “o efeito do poder que a participação de mulheres em organizações trouxe a relações de gênero [locais]” (2012, p. 140). Ao analisar como focas, além de reclamações sobre como as mulheres estavam traindo os interesses de classe “dos camponeses” ao querer ter terras em seu nome, eram utilizadas por homens para evitar a intervenção de mulheres nas vendas de terras de cooperativas, a autora propõe que isso implica “levar a sério investimentos [locais] em discursos revolucionários, enquanto se presta atenção em como elas negociaram esse discurso com o preexistente discurso sobre casa e rua” (MONTROYA, 2012, p. 140).

É importante levar em consideração que a comunidade que Montoya analisa se destacou por ser um modelo organizativo durante os anos 80, e portanto teve um

“investimento no discurso revolucionário” peculiar, assim como é o caso das diferentes regiões do país. O cenário muda de acordo com a localização, o tipo de produção local e o quanto a região foi afetada pelas diferentes guerras – a insurrecional e a da Contra. Mas apesar das diferenças de cenário político na região, histórias sobre as decisões de vender instalações de pequenas empresas e fazendas de propriedade coletiva tomadas por parte dos homens, em contraposição à priorização de manter a terra por parte das mulheres, foram uma constante nos lugares que visitei.

No entanto, o processo em que as mulheres assumiram grande parte da produção agrícola durante quase uma década deixara experiências e aprendizados que não poderiam ser negligenciados ao analisar suas consequências no processo organizativo dessas mulheres. Conforme narra A.V., de Río Blanco:

*Porque directamente, quien se dirigía con el ganado a ordeñarlo era mi persona, muy de mañana, a las 4 de la mañana, tenía que levantarme, hacer el café, dejar todo hecho en la mañana y después irme al ordeño, a ordeñar aquella cantidad de ganado, y el hombre en la guerra, y yo ordeñando ahí junto a mis hijos. Entonces ahí yo fui dándome mi valor, que de hecho ha sido una gran labor dentro del hogar y dentro de la finca. Porque ya lidiar con ganado no es fácil. Por eso me dicen algunos: "su mano es mano de hombre". Porque agarrar de un ternero y amarrarlo en la pata de la vaca, no es fácil. Inyectar una vaca, no es fácil. Y todos esos cambios en mí. Que hoy ya no lo puedo hacer, por mi enfermedad, que no me puedo ir a agarrar un balde y estar en cluca, ordeñando, o agarrar un ternero así, ya es muy difícil. Pero que sí, que me hablen de una mujer productora, lo puedo decir, porque he pasado por esas etapas, y sé que es posible pues, pero no es fácil. (Entrevista A.V.)*

Muitas mulheres decorrentes de trajetórias semelhantes foram as que não abriram mão de manter as estruturas que tinham sido conquistadas através das cooperativas ao longo daqueles anos. A reconcentração de terras ocorrida depois de 1990 foi um fator importante a ser combatido no início do trabalho de ambas organizações que pesquisei. O processo de legalização das cooperativas é sempre apontado como um fator muito importante para garantir alguma possibilidade de acesso a diversos serviços e recursos aos quais tinham dificuldade de acessar como pequenas produtoras, inclusive terra. Já na FEM, onde a origem da maior parte das fundadoras é de famílias sem terra que trabalhavam no setor agroindustrial, D.M. relata como a aposta inicial, de criar já nos anos 90 coletivos de produção que mantivessem de alguma forma uma estrutura semelhante aos da década anterior, aos poucos foi se mostrando inviável

*Dijimos: no tenemos reales de la cooperación para comprar más tierras y hacer más colectivos. Los colectivos no son el camino, son una forma... Así como en la ciudad hay sector informal, también hay en el campo. Es toda la gente que hace sus actividades sin categorías jurídicas, tenían esa dificultad para hacer gestiones en los bancos, ser visibilizadas... fue el primer formato con el que trabajamos. Durante ese tiempo las tierras en el nombre de la FEM, pero un colectivo de 5 a 10 mujeres trabajaba y todo lo que producían era de ellas. Aprendían tecnologías, aprendían de mercado, aprendían de cosechar el maíz, los frijoles y el café. Las que se quedaron con esos cafetales fueron las que estuvieron en la etapa fundante, pero hubieron unas mujeres que salieron de ahí. Íbamos dándole una forma, queríamos pasar a una etapa de más formalidad para entregar las tierras, que fueran sujetos reales de esas tierras, pero no encontrábamos el camino. Los colectivos eran una herencia de la Revolución Sandinista, eso de trabajar en colectivos, pero había mucha gente que nos decía que era locura reeditar lo que ya había fracasado en la revolución. Nos decían "no hagan eso, la gente quiere su pedazo de tierra", entonces el camino era darselo para que se campesinizaran. O se recampesinizaran si ya habían sido, en algún momento, dueñas en su familia. (Entrevista D.M.)*

Considerando a intencionalidade política e as pesquisas que basearam a estratégia intervenção da FEM, a escolha por comprar terras coletivas tinha a ver com criar deliberadamente espaços que fossem geridos apenas por mulheres e que pudessem ter uma série de implicações em outros aspectos de suas vidas. Por isso, a aposta da organização era procurar maneiras em que pudessem produzir:

*Hacia al mercado, ya había más o menos una ruptura con ese desarrollo rural para mujeres que era solo para el patio. Era una apuesta que quería entrarle a que las mujeres se instalaran como productoras, pero con un poco de arrojo sobre romper la división genérica del trabajo. Primero con las tierras, pero además con un rubro que no fuera tangencial de la economía. Ya en ese tiempo, cuando la FEM estaba en esas reflexiones, había un referente teórico que la Clara Murguialday había hecho de Las Dignas del Salvador, sobre los proyectos productivos y por qué los habían abandonado, y qué características tenían, y por qué no habían seguido por esa ruta. Ese documento fue como una especie de biblia para nosotras, porque nos ayudó a ver que las mujeres en los proyectos de desarrollo tenían acceso a los patios, a la gallinita, al chanchito, que les ayudaba en la autoestima, pero verdaderamente no las hacía entrar en el manejo de los recursos. Ninguna mujer de lo que se conocía en esa investigación, estaba en algo que fuera un rubro importante, como café... Y estamos hablando como del 98, por ahí... [...] Y era por lo tangencial de las actividades económicas, los pocos recursos, que eran más un desgaste y una instalación de la tercera jornada de trabajo, pero nada que verdaderamente fuera bueno para ellas en su transformación, y si queríamos seguir en un camino hacia ahí, teníamos que atravesar esas barreras. Y nosotras dijimos que sí, que eso íbamos a hacer, que las fincas iban a ser para café, que tengan la posibilidad de que tengan un rubro como este. (Entrevista D.M.)*

A estratégia adotada é, portanto, resultado de um processo de aprendizado também institucional entre organizações de mulheres e pesquisadoras que



compartilham determinadas perspectivas de mundo e intencionalidades. É interessante como essa estratégia se aproxima bastante ao que me foi indicado por R.P., de Oxfam Canadá (OC), quando me explicava qual fora a posição dessa organização na posição de uma ONG internacional constituída por uma equipe majoritariamente conformada por mulheres e com uma posição crítica a outras agências de cooperação:

*Tiene que ver con lo de las relaciones, digamos, y los cambios de imaginario. Si nosotros analizamos todos los programas de transferencia y de servicios que dan para los medios rurales, se habla de la extensión agrícola para campesinos, la capacitación técnica para campesinos, e incluso las propuestas de ofertas para las mujeres se las ve en el patio, y al hombre se le mira en la parcela grande. Entonces, con todas esas realidades tenes que trabajar, tenías que contribuir. [...] no solo trabajar con las mujeres [...] para que elevaran su autoestima, para que se reconocieran, sino también contribuir a esos cambios de imaginario en esos medios rurales... que tampoco se da en el caso de las organizaciones campesinas mixtas, organizaciones de productores hombres. Y lo otro es que cuando las mujeres han estado carentes o ausentes de todos esos programas de transferencia de tecnología, de esos programas de servicio, obviamente que hay una brecha de desigualdad. Pero no tiene solo que ver con ese tipo de servicios, sino con el acceso a activos. Entonces eso te lleva a trabajar los derechos económicos y sociales de la mujer. O sea que tenías que trabajar, si querías realmente contribuir a ese poder de transformación de las organizaciones de mujeres y de las mujeres mismas, tenías que trabajar todas esas dimensiones. (Entrevista R.P.)*

Trabalhar com temas produtivos tem grande variação de acordo com a história agrícola de cada lugar, e por isso a aposta da FEMUPROCAN, que conforme mencionado no capítulo anterior, recebeu financiamento de OC durante muitos anos, tem sido em fomentar o processo organizativo das cooperativas nos municípios de acordo a suas próprias dinâmicas. Sobre essa aliança, R.P. me comentara que em alguns momentos o pessoal de OC considerou, “vendo de fora”, que a Federação “poderia ir mais rápido” no sentido de apostas que trabalhassem mais dimensões da vida além da produção. Porém ela também reconhece que a aposta em se fortalecer institucionalmente foi importante para que a Federação pudesse ir ampliando os temas aos quais se dedicava com as mulheres que, muitas vezes, se vinculavam às cooperativas principalmente movidas por vinculações econômicas.

Numa visita que realizei a Terrabona, M.E. precisava que algumas mulheres de uma das comunidades respondessem questionários que ela precisava enviar para Manágua como uma atividade da Campaña Crece, para elaborar um

diagnóstico sobre o acesso de mulheres à terra e outros aspectos produtivos. Ela queria aproveitar para enviar os questionários comigo à capital, mas tinha duas reuniões vinculadas com o *Consejo Municipal* marcadas para a véspera da minha partida. Não sei se ela me pediu ou eu ofereci aplicar os questionários, mas fui no dia seguinte com Lucía, uma das filhas de Chonita. As situações pelas quais passamos na comunidade mereceriam uma narrativa extensa na qual aparecem muitos elementos, porém neste espaço priorizarei apenas um dos momentos do dia: numa casa na qual nos receberam de má vontade, três mulheres respondiam a longa lista de perguntas sobre sua renda mensal (o que não fazia muito sentido, para pessoas que têm outra temporalidade de circulação de recursos), como a distribuem familiarmente e a situação legal de suas terras, que nesse caso, não possuíam. Elas estavam acompanhadas pelo marido de uma delas que

Se manteve à margem, mas observando tudo muito bem. O nome da cooperativa era “Nueva Esperanza”. Uma das primeiras manifestações dele foi: “essa esperança já virou velha, devia chamar velha esperança”. E logo começaram as reclamações: “olha a gente não quer seguir participando dessa cooperativa, se só as outras ganham coisas. Só elas ganham, e depois ficam pedindo pra a gente preencher papelzinho, entrevista, tudo. Mas as outras ganham sistema de regar, terra, insumos... e a gente segue igual”. Ao que logo acrescentou: “[*mi esposa*] ha ido a talleres en varios lados, en Darío, en Managua, a varios lados ha ido a actividades, y nunca se gana nada. Yo ya no la voy a dejar ir a ningún lado, porque no tiene por qué, si de todos modos solo van a estar ganando siempre las mismas” (Diário de Campo, Terrabona, 11 de junho de 2014)

Retomamos com isso, portanto, a vinculação apontada anteriormente entre as dificuldades de participar numa organização e de se ser produtora. Os questionamentos sobre quem ganha o quê dentro de uma organização e sobre o quanto vale a pena que a mulher saia de casa para não ganhar nada são questões frequentemente presentes em algumas cooperativas. Medidas entre o quanto um investimento vale em termos de tempo dedicado em relação ao que pode trazer de benefícios está presente em muitas situações vinculadas a projetos de desenvolvimento. Estão implicados aqui muitos valores em relação à ideia de trabalho e de papéis de gênero na contribuição para determinados recursos domésticos.

Segundo a avaliação que um consultor apresentou no evento de fechamento de um projeto de plantio e recuperação de sementes crioulas que a FEM executou – em parceria com a ATC e a ONG internacional Veterinários Sem Fronteiras com

financiamento da União Europeia –, o sucesso do projeto se dera porque as famílias percebiam o benefício para todos, e isto ajudava a que as mulheres pudessem participar mais tranquilamente do processo, além de trazer benefícios à comunidade.

Essa era a perspectiva que orientava o projeto de cacau de Río Blanco, que acontecia em várias comunidades, mas que acompanhei mais na comunidade d'*El Marillo*, no *Cerro Musun*, desde a colocação da semente na terra, até o momento em que os galhos já seguravam a folha a alguns centímetros da terra. Os saquinhos deviam ser colocados idealmente em fileiras de duas em duas, tapadas com uma *ramada* que desse alguma sombra, conforme aprendemos depois do exercício de encher sacos de terra que tivemos na oficina sobre biofertilizante. A *ramada* de *Doña J.* fora elogiada como referência por estar nas condições ideais para o crescimento da planta, e Harling, o técnico da COOMPRIIO animava as pessoas que participavam da oficina dizendo que era importante que o cacau vingasse nas suas terras, porque “*si dejan caer, después si decimos que vamos a hacer algo en El Martillo van a decir que no porque allá ya nos dejaron caer*” (Diário de Campo, Río Blanco, 28 de maio de 2014). Uma técnica da prefeitura acompanhava a oficina ministrada por um integrante de uma cooperativa – de homens – do município vizinho, especializada em cacau e participante também do projeto, responsável pelo apoio técnico. A maioria das mulheres assistia silenciosamente e algumas, especialmente as mais velhas, participavam animadamente nas diversas etapas de preparação do biofertilizante. Um par de homens assistia “em nome” da mulher que não pudera ir, mas se mantinham calados. O facilitador da oficina, dando exemplos sobre as doses de cada ingrediente, faz uma alusão a receitas, e faz questão de dar o exemplo de uma sopa de galinha, para as mulheres, e do preparo de uma *chicha*<sup>15</sup>, se referindo aos homens.

Depois da oficina, no dia seguinte, tivemos uma conversa no escritório da COOMPRIIO, na qual Harling e Celia – a responsável pela atenção às mulheres pela *Casa de la Mujer*, e também uma das novas plantadoras de cacau, em outra comunidade – debatiam sobre o fato de homens participarem das oficinas no lugar das mulheres. Era difícil explicar para todo mundo que somente mulheres poderiam participar, diziam, mas também era necessário ir explicando aos poucos de uma maneira que as plantas fossem pegando, e mais adiante poderiam fazer as oficinas

---

<sup>15</sup> Bebida fermentada do milho, que tem diferentes versões em toda o continente, e que são -cada vez menos – comuns no campo nicaraguense.

de gênero pensadas no projeto: a época do plantio não podia esperar os recursos passarem por todo seu trajeto burocrático, nem o tempo de que as relações dentro das famílias mudassem.

O tempo de que um trabalho produtivo no campo possa dar frutos em diferentes dimensões na vida é peculiar, e por isso as mulheres da FEM gostam de dizer que são *la semilla humana* de um longo processo. Na continuidade da narrativa sobre a aposta produtiva de investir no café, D.M. relata algumas consequências ao longo do caminho e depois da entrada numa rede de comércio justo na Alemanha:

*El caso más interesante es el del colectivo las estrellas, finca de 12 mz compuesta por 5 mujeres, que tenían la finca de la FEM, Las Mariposas. Esa fue la que tenían el café que empezaron a vender en Alemania, y el resto era para potrero, maíz y frijoles. Vivían las presiones de los hombres criticándolas... primero, que eran marimachas, que andan de vagas... pero los hombres estaban a la expectativa de como le caían al pastel, y la manera era hacerlo individual. Porque nosotras teníamos un reglamento de que era prohibido que los hombres llegaran a trabajar en la finca, tenían que ser ellas quienes hicieran todo. Y no había control de los hombres, y ellos decían que eso no puede ser. La insistencia era para que se individualizaran. Ahora están individuales las tierras, pero ellas no fueron desprovistas de una estructura organizativa de mujeres, porque se eliminó el colectivo, pero nació la cooperativa. Esa es otra barrera de resistencia a la intromisión masculina en el mundo productivo de las mujeres, más amplio, con más diversidad de mujeres, con más posibilidad de resistir la invasión masculina a este quehacer. La Coopemujer es una instancia donde no llegan los hombres, lo tienen prohibido, son las mujeres en los cargos y todo. Y les da mucha envidia saber que las operaciones de la Coopemujer son arriba de medio millón de córdobas, que se mueve para el acopio, que vienen los gringos, que hay estadías ahí, que las llegan buscando a ellas, y ellos no tienen nada que ver. (Entrevista D.M.)*

Como podemos ver a partir das situações aqui apresentadas, pensar que experiências vinculadas com a ideia de que haja mulheres à frente da produção e comercialização de produtos agrícolas são apenas iniciativas econômicas é uma limitação da qual convém escapar. A necessidade de reconhecimento social e econômico do trabalho também está presente em muitos momentos, e aparece nas falas a partir de constatações que nascem do cotidiano, como na fala de M.R. e, Río Blanco, “*porque una persona no se va a comer un maiz entero, sin molerlo, sin echar la tortilla. Una persona no se va a comer los frijoles crudos, hay que procesarlos. Ese trabajo no se reconoce.*”, ou de Gloria em Estelí: “*Porque antes no íbamos nosotras al campo, sino que solo al fuego*”. No entanto exigir o reconhecimento desse trabalho também impacta nas relações dentro de suas famílias e relações mais próximas.

Numa oficina sobre economia do cuidado na qual participei na FEM, havia diversos momentos de contradições e dificuldades ao longo das narrativas das mulheres que participaram dos exercícios nos quais deviam visibilizar seu trabalho invisível e tentar colocar um valor de mercado nas suas horas dedicadas ao cuidado, que não costumam ser contabilizadas como trabalho. Enquanto o argumento da facilitadora era construído, ao longo de uma manhã, muitas das participantes iam compartilhando diferentes elementos das suas vidas familiares, e concordavam em que era importante aprenderem bem sobre o assunto e levarem essas reflexões para as mulheres de suas comunidades. No entanto, algumas falas eram num sentido de se desculpar por ainda cumprir muitas das funções que ali apareciam como uma carga para as mulheres. Mesmo que reconhecessem que “temos que nos livrar dessa mochila pesada que carregamos”, uma série de situações cotidianas pareciam permanecer sem solução. Uma das participantes contou que às vezes recebia o filho com uma sopa de galinha, porque ele ligava pedindo para ela fazer, e ponderou com certa dúvida que não sabia se era bom ela fazer isso, mas fazia. Ao que a da facilitadora respondeu um pouco constrangida que entendia, e que sua intenção com a oficina não era de vir “tirar seu sentimento”.

Sentimentos, no plural, eu diria, que temos que olhar com cuidado quando olhamos as diversas relações possíveis que podem ser estabelecidas tanto com o fogo da lenha que cozinha a sopa de galinha, quanto com aqueles e aquelas que a compartilham. Ao ampliar o olhar para além da normatividade dos discursos de desenvolvimento, faz-se necessário abandonar posições que conectem necessariamente certas práticas a uma leitura preestabelecida de relações de subjugação ou vitimização de mulheres, por um lado, e a pretensão de que estas dinâmicas acontecem de determinada maneira exclusivamente por elas viverem em ambientes rurais e serem demograficamente classificadas como pobres.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa e escrita desta dissertação coincidiu com os momentos em que se aprofundaram em minha vida e em minhas relações as implicações de certas escolhas vinculadas ao meu envolvimento com inúmeros feminismos ativos atualmente, nos quais se debate intensamente como lidar com as relações de poder entre as pessoas que neles participam. A possibilidade de realizar este exercício analítico sobre a história da consolidação de organizações de mulheres rurais na Nicarágua me permitiu ter acesso também a outros debates que ocorrem atualmente no movimento feminista, e perceber as semelhanças e diferenças entre o que vi lá, o que conheço aqui no Brasil e o que encontro na literatura que, apesar de tudo, continuamos tendo mais facilidade de encontrar no norte originalmente – e permanentemente? - colonial.

No entanto, conforme mencionei em diferentes momentos, a escassez de análises com as quais possa dialogar em diferentes aspectos desde uma perspectiva antropológica me fez perceber a falta de prática da escrita no processo de transmissão da história na Nicarágua. Esta é uma constatação que chega a ser um senso comum entre as pessoas com quem compartilho alguns espaços de debate teórico e político, vinculados a universidades e fora delas. Apesar disso, a transmissão de histórias e análises de maneira oral é extremamente rica, e mesmo valorizando a existência de análises escritas, uma série de fatores faz com que elas não cheguem a existir.

Alguns destes fatores poderiam ser facilmente vinculados à divisão internacional do trabalho e à posição econômica e política que gera certo tipo de materialidade na vida das pessoas que ali vivem. Essa certamente foi uma categoria através da qual a experiência da Revolução Sandinista foi frequentemente olhada em leituras marxistas, e com a qual sinto certa familiaridade<sup>16</sup>. Considero que é uma categoria importante de ser mantida para entender as diferenças existentes entre como certos problemas se dão em determinados lugares de acordo com o papel que lhe é reservado nas dinâmicas econômicas, políticas e culturais deste sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO 2005). Tenho que dizer que me sinto bastante

---

<sup>16</sup>Mais do que teórica, considerando o olhar constante sobre o lugar de meus familiares na divisão internacional do trabalho e como o fato de serem originários da Nicarágua definiu e segue definindo o tratamento que recebem e o (não) reconhecimento de suas formações universitárias quando moram fora do país.

contemplada quando leio Spivak apontando a necessidade de que o intelectual se posicione no lugar que ocupa do capital socializado, diz:

Consideremos agora as margens (pode-se meramente dizer o centro silencioso e silenciado) do circuito marcado por essa violência epistêmica, homens e mulheres entre os camponeses iletrados, os tribais, os estratos mais baixos do subproletariado urbano. De acordo com Foucault e Deleuze [...] os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da solidariedade através de uma política de alianças (uma temática marxista em funcionamento neste caso), podem falar e conhecer suas condições. Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, pode o subalterno falar? (2010, p. 54)

Nesse sentido, ler o debate entre críticos marxistas e as ideias pós-coloniais trazido por Castro-Gómez em sua revisão destas últimas (2005), enquanto eu não conseguia adequar meu relógio biológico à rotina de um dia sem eletricidade e usava meu dispositivo de leitura digital na escuridão do quarto em que dormia em Terrabona, foi uma experiência muito elucidativa em termos teóricos e epistemológicos. Na casa de M.E., depois de ter ajudado sua filha de doze anos a fazer o tema de casa da escola, que naquele dia consistia em responder perguntas sobre o que é a Constituição Nacional, me senti acompanhada ao ler uma síntese de como diferentes autores pós-coloniais, nas palavras de Castro-Gómez, se colocaram para argumentar que

O colonialismo não é apenas um fenômeno econômico político, mas também possui uma dimensão epistêmica vinculada com o nascimento das ciências humanas, tanto no centro como na periferia. Neste sentido, caberia falar de colonialidade antes que de colonialismo para destacar a dimensão cognitiva e simbólica desse fenômeno (2005, p. 19-20, tradução nossa)

Em minha pesquisa, considero que estão presentes diferentes dimensões de colonialidade, que se expressam inclusive no fato de como a produção teórica na Nicarágua tenha as limitações que tem. Conforme fui evidenciando ao longo do texto, os espaços de produção de conhecimento estão vinculados diretamente com projetos políticos que se apresentam como discursos de como organizar o desenvolvimento. Considero que neste ponto cabe retomar as contribuições trazidas por autores como Dussel e Quijano, para entender os efeitos do desenvolvimento na prática, buscando entender como determinadas formas de semear, de contar, de se

encontrar, de conhecer seus corpos, de se cuidar, de aprender, de trabalhar, enfim, de viver, passam a ser pautadas por outras consideradas ideais a partir da construção de algo amplamente aceito como desejável. Estes autores remontam suas análises à consolidação do sistema-mundo que marca a “emergência da Europa Ocidental como o centro do controle do poder, como o centro de desenvolvimento do capital e da modernidade/ racionalidade, como a própria sede do modelo histórico avançado da civilização”, que estabelece uma linearidade supostamente possível para alcançar esse modelo e constrói assim a ideia de modernidade como um mito que deve ser alcançado (DUSSEL, 2005).

Este debate é especialmente importante, pois expõe também que, para que a colonialidade resultante desse processo fosse bem sucedida, uma série de vozes, histórias e manifestações foram – e continuam sendo – sistematicamente apagadas, de maneira que fosse a maneira de ver do colonizador o que prevalecesse sempre. Assim, ao longo de séculos, as causas e as vias pelas quais certos problemas surgiram – como consequência da própria colonização – passaram a ser vistos como responsabilidade dos próprios colonizados, e “[...] a hegemonia da perspectiva eurocêntrica de conhecimento levou a maioria, por um lado, a pensar tais problemas separados entre si, e por outro, a tentar resolvê-los gradualmente e em sequência.” (QUIJANO, 2005 p.24). Portanto, a colonialidade seria o aprendizado constante de “olhar-se com os olhos do dominador” (QUIJANO, 2005).

Não se trata de elaborar um termômetro de quanto certos discursos estão empapados ou livres de colonialidade. Considerando a maneira como estão sedimentadas inúmeras camadas de relações resultantes dos efeitos da lógica colonial e do saber-poder da modernidade, não faria sentido buscar estabelecer categorias de quanto certas práticas são mais ou menos coloniais ou modernas. Muito menos, se fôssemos contrastá-las com qualquer coisa que nomeássemos, a estas alturas, de tradicional. Principalmente se formos considerar que nas premissas da fundamentação teórica que guia este trabalho está o fato de que as pretensões de racionalidade e controle d’“o Ocidente” são, também, uma ficção. Poderosa, é verdade, mas ainda assim, a construção de uma coerência e homogeneidade que pouco se sustenta quando analisada mais de perto e um projeto do qual já nos foram dados elementos para desconfiar seriamente (LATOUR, 1994).

Apesar dos macro-discursos sobre desenvolvimento manterem uma retórica que frisa de maneira geral a necessidade de uma “boa qualidade de vida para



todos”, dificilmente é apontado de que maneiras isto pode se dar e, principalmente, os conflitos implicados nesse objetivo tão amplo. A ausência da análise sobre as relações de poder é uma das características que levou Ferguson (1990) a apontar este discurso como uma máquina “anti-política”, na medida em que se sustenta na ficção de que as desigualdades sociais poderiam ser “resolvidas” apenas com ações direcionadas a “melhorar” a vida daqueles que “vivem mal”, sem discutir quais são os critérios pertinentes para uma boa vida, nem quais as relações de dominação que levam à existência de determinados problemas sociais.

Neste sentido, é crucial para esta lógica a manutenção da crença na separação entre um suposto “exterior” e “interior”, que Long aponta ser “[...] indispensável na imagem relacionada à intervenção”, que se baseia na ideia de que o “exterior” teria coisas – bens materiais, capacidades organizacionais ou conhecimentos – que faltam ao “interior [...]” (LONG, 2007, p. 82). Essa suposta separação – que não só estabelece o que é desejável, mas o faz de maneira hierárquica e desigual – permanece sendo perceptível no discurso das pessoas, frequentemente desvalorizando seus próprios conhecimentos em detrimento daqueles trazidos pelos projetos “externos”.

Apesar da facilidade aparente de definir o que se trata de *não* fazer, uma das principais dificuldades de dialogar com os referenciais teóricos que inspiraram algumas das intuições aqui organizadas em forma de pesquisa é precisamente que tanto a forma, quanto a formação, tendem a fazê-lo. O exercício de construir uma narrativa que permitisse entrever como, apesar das relações de poder bem definidas, os discursos sobre desenvolvimento se permeiam de diferentes maneiras nas vidas, foi um dos principais desafios de realizar este trabalho. Chega então o ponto de concluir algumas ideias a partir do que foi apresentado, esperando que estas possam ser complementadas, debatidas, criticadas e contestadas por outras pessoas que se aventurarem por desafios semelhantes. Felizmente, ficam mais dúvidas que certezas, o que assumo como estimulante indício de que há tanto ainda a ser pesquisado, debatido, criticado e contestado.

O que me propus a mostrar aqui foram alguns efeitos que teve a implementação de diferentes de discursos de desenvolvimento, que eventualmente se apresentam como antagônicos, mas que são bastante semelhantes entre si nos mesmos mecanismos de poder e lógicas de mundo nos quais se pautam. Mais do que um exercício comparativo entre discursos, a ideia de colocá-los na sequência

cronológica com que foram estando em posições de poder é compreender seus impactos nas vidas de mulheres rurais no país.

A proposta não é trocar “a mulher rural” que vim desconstruir por outra construída por mim. Pensada como identidade, considero que esta é uma categoria contingente que varia de acordo com o momento em que se apresenta, dependendo das relações de poder implicadas (Brah, 2006). Como em qualquer outro lugar, as definições política e sociais do que é ser mulher na Nicarágua está constantemente em disputa, e as implicações do que significa sê-lo num ambiente rural são um debate do qual pouco se dá conta, mesmo entre feministas do país.

Conforme vimos no caso da FEMUPROCAN, algumas mulheres que vivem em ambientes rurais, e fazem disso uma identidade política, preferem frisar sua atividade econômica e associativa, seu caráter de *produtoras* e *cooperativistas*, que lhes é mais interessante. No entanto, não negam a categoria de “mulheres rurais” dependendo das possibilidades de alianças que ela lhes permitirá, afinal é de onde vêm, mesmo que prefiram colocar a ênfase em para onde querem ir. Por outro lado, no caso da FEM, ao se apresentar como uma organização de “*mujeres feministas líderes de comunidades rurales [...], comprometidas con los intereses estratégicos de género y de clase de mujeres rurales*” (FEM site), aposta principalmente em reivindicar o rural para modificá-lo através de sua aposta na agroecologia, ao mesmo tempo em que o utiliza para marcar algumas diferenças e ponderações importantes em relação às feministas urbanas. É necessário, portanto levar em consideração constantemente quem são e com quem estão se relacionando estas identidades contingentes, já que

Diferenças entre as mulheres podem ser melhor compreendidas como diferenças no interior das mulheres... Mas, uma vez compreendidas em seu poder constitutivo - isto é, uma vez que se compreende que essas diferenças não apenas constituem a consciência e os limites subjetivos de cada mulher, mas que, juntas, definem o objeto feminino do feminismo em sua própria especificidade, em sua contradição inerente e pelo menos por ora inconciliável - essas diferenças não podem, então, ser outra vez desmanchadas através de uma falsa identidade, uma mesmice de todas as mulheres como a Mulher, ou como uma representação do Feminismo como uma imagem coerente e disponível. (LAURETIS<sup>17</sup>, 1986, *apud* HARAWAY 1995)

O fascinante do feminismo como conjunção prático-teórica é que coloca

---

<sup>17</sup>LAURETIS, Teresa. "Feminist studies/ critical studies: issues, terms, and contexts", In: **Feminist Studies/critical studies**. Bloomington, Indiana University Press. pp.14-15. 1986.

questões extremamente relevantes sobre como articular politicamente a análise de diferentes dimensões da vida. Também em debate com críticas marxistas, Chandra Mohanty escreve, ao revisar a pertinência de seu texto clássico *Bajo los Ojos de Occidente* quinze anos depois de publicado:

Esta discussão me permite enfatizar a forma em que as diferenças não são nunca simplesmente 'diferenças'. Ao conhecer as diferenças e particularidades, podemos ver melhor as conexões e elementos comuns, porque não existe fronteira ou limite que seja total ou que nos determine de forma rígida. O obstáculo a superar é como as diferenças nos permitem explicar as conexões e os cruzamentos de fronteiras melhor e com mais precisão, assim como especificar a diferença nos permite teorizar os problemas universais mais integralmente. (Mohanty 2008b p.413, tradução nossa)

Ao apresentar a história comum da FEMUPROCAN e da FEM, podemos perceber o quanto ambas foram afetadas por elementos semelhantes de uma estrutura política na qual o fato de serem mulheres e terem determinadas posturas as fez ter que disputarem espaços para definir o que era, naquele momento, ser sandinista. No processo de estabelecer seus espaços próprios, a partir da impossibilidade de que suas vozes fossem ouvidas e suas demandas levadas à sério e priorizadas, estas organizações se relacionam com atores diferentes e fazem diferentes apostas que me propus a caracterizar. Porém continuam compartilhando as vivências pelas quais as vinculei aqui, de serem mulheres rurais em um país periférico, numa sociedade patriarcal com uma economia de mercado capitalista, num mundo globalizado.

Para finalizar, gostaria de retomar aqui brevemente duas informações a partir do campo, ambas vinculadas com a figura de Sandino. Uma delas, é que numa das cartas da Campaña Crece à Assembleia Nacional, republicada num documento da Federação, consta a sugestão de adotar

O dia 21 de fevereiro de 2014, em homenagem ao General Augusto C. Sandino [pela data de sua morte], como uma data dedicada a uma sessão especial de todas as Comissões Municipais de Segurança Alimentar (COMUSSAN) no país de forma simultânea (ou a criação da COMUSSAN nos municípios em que ainda não existam). Seria um dia dedicado ao compromisso de lutar pela segurança alimentar e nutricional em todo o país. (FEMUPROCAN, 2014, p.11, tradução nossa)

A essa situação, acrescentaria a fala que uma senhora fez no microfone no encerramento do projeto de sementes crioulas em Estelí, que ao agradecer ao atual

governo por ajudar no projeto, completou “*Sandino vive en el cada corazón de nosotros*” (Diário de campo, Estelí, 04/05/2014). Com estes casos, queria apontar para o embricamento dos discursos, o fato de que eles duram e se transformam no tempo juntamente com os atores políticos que compõem estas situações. Em que eles se transformam, e como se combinam? Apontei no início deste trabalho que a pesquisa se refere especialmente a uma determinada geração, que atualmente já começa a se preocupar para quem deixarão tudo aquilo que construíram. Elas passaram por uma experiência coletiva muito diferente das mulheres mais jovens, incluindo uma guerra na qual a figura de Sandino foi construída de uma maneira muito peculiar e diferente daquela que hoje permanece em disputa, e que chega às jovens transformada no discurso neosandinista.

Também acho interessante retomar, nos dois exemplos apresentados, a vinculação de uma série de atores nacionais e internacionais, que pautou de maneira importante as relações analisadas neste trabalho, onde aparecem as disputas pelo que será atrelado à ideia de desenvolvimento, seja pela exigência de espaços de participação no primeiro caso, seja pela opção pelas sementes crioulas, no segundo. Entre aqueles e aquelas que atuam dentro desse vasto campo de projetos de desenvolvimento, existem diferentes posições que tensionam, em alguns sentidos, os discursos hegemônicos apresentados comumente de maneira tão harmônica e homogênea. Entre as organizações de cooperação internacional, a partir da minha trajetória de pesquisa sobre este tema na Nicarágua, me arriscaria a afirmar que tensionamentos de caráter mais político – em contraposição à ideia de anti-político proposta por Ferguson (1990), ou dialogando com a noção de “político” trazida por Tania Li (2007) –, se dão principalmente entre certas ONG's internacionais que conseguem manter alguma autonomia em relação a governos e agências multilaterais<sup>18</sup>. Isso não significa dizer que estas organizações não reproduzam mecanismos de gestão baseados numa lógica de governamentalidade

---

<sup>18</sup> Este é um tema que considero de extrema relevância, e sobre o qual encontrei pouco debate na literatura sobre ajuda internacional ao desenvolvimento: a diferenciação política entre, por um lado, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, que inclui principalmente agências bilaterais e multilaterais de cooperação que atuam a partir de mecanismos regulamentados pela Organização e Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e por outro, um amplo espectro de organizações não oficiais entre as quais se destacam as ONG's internacionais. É inegável que as normas e práticas das primeiras regem cada vez mais a atuação destas últimas, inclusive se constituindo de maneira crescente como sua fonte de financiamento, no entanto ainda considero importante notar diferenças entre elas, premissa da qual parto para meus argumentos nesta seção, mas que infelizmente não tenho espaço para desenvolver amplamente.

ou “*developmentality*”, nem que sua perspectiva de desenvolvimento não seja marcado por aspectos da lógica ocidental modernizante problematizadas no primeiro capítulo. Significa apenas abrir a possibilidade de perceber brechas nas quais ocorrem disputas que, mesmo se enquadradas nesse esquema de projetos de desenvolvimento, não são tão anti-políticas quanto a máquina previa.

Apesar dessa complexificação, é importante ressaltar que o debate existente nas organizações nicaraguenses sobre tipos de desenvolvimento a serem promovidos ainda se pauta principalmente pela contraposição de discursos políticos que, conforme apresentei ao longo da dissertação, mantêm vínculos com posições historicamente construídas a partir de determinados engajamentos e rupturas, porém profundamente vinculadas a grandes modelos promovidos por organizações internacionais. Mesmo o que vem sendo apresentado como uma alternativa pretensamente anti-imperialista e priorizando “*el pueblo*” se sustenta em políticas que mantêm a lógica de combate à pobreza presente nas fórmulas das grandes agências internacionais de desenvolvimento. A redução de recursos de cooperação para organizações locais que não se alinham com as políticas de governo, e que as contestam, tem incentivado o surgimento de espaços de debate sobre como manter o trabalho que vêm realizando até agora, buscando alguma sustentabilidade, porém este ainda é um processo muito recente, sobre o qual é difícil inferir alguma conclusão.

Finalmente, considero que o caso da Nicarágua é emblemático de processos ocorridos também em outras latitudes em termos de disputas de projetos políticos, especialmente sobre as transformações e conflitos internos de posições politicamente apresentadas como de esquerda. Apesar dos esforços de debate crítico de autores pós-coloniais com o marxismo no âmbito teórico, continuo achando difícil encontrar críticas francas à colonialidade existente nos discursos de governos, partidos e movimentos sociais com essa trajetória compartilhada. Enquanto isso, sigo encontrando análises que insistem em manter uma reedição pouco convincente da Guerra Fria, pela conveniência de não ter que reformular seus discursos, para manter suas confortáveis posições. Entendo as razões emocionais que dificultam o processo de verbalizar as críticas, me sinto profundamente afetada por elas, porém percebo também uma urgente necessidade de elaborá-las, e acredito no potencial transformador de fazê-lo. Trazer aqui as narrativas que trouxe, foi também uma forma de fazê-lo.

## REFERÊNCIAS

- ABU LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: FOX, Richard G. **Recapturing anthropology: Working in the Present**. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 137-154.
- AGUIRRE, Lucía et al. **Mujer y agroexportación en Nicaragua**. Managua: Instituto Nicaragüense de la Mujer, 1987.
- BAB, Florence E. **Después de la revolución: Género y Cultura Política en la Nicaragua Neoliberal**, Managua: IHNCA, 2012.
- BARRADO, Castor; SERRANO, José; BLANCO, Sagrario. **Los conflictos armados de centroamerica**. Madrid, Ministerio de Defensa. 2010.
- BAUMEISTER, Eduardo. Treinta años de agricultura nicaragüense (1978-2008). In: SALVADOR, Martí i Puig; CLOSE, David W. (Org.). **Nicaragua y el FSLN (1979-2009): ¿qué queda de la revolución?**. [Barcelona]: Bellaterra, 2009. p. 383 - 418.
- BLANDÓN GADEA, María Teresa (Org.). **Los cuerpos del feminismo nicaragüense**. [Managua]: Programa Feminista La Corriente, 2011.
- BLANDÓN GADEA, María Teresa; RAMIL, Estrella; MURGUIALDAY, Clara. **Impactos del desmantelamiento de la cooperación española en las organizaciones de mujeres: miradas feministas de aquí y allá**. [Managua]: Cooperaccio, 2013.
- BORNEMANN, Guillermo et al. **Desafíos desde la seguridad alimentaria y nutricional em Nicaragua**. Managua: UCA, OXFAM, 2014.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329–376, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- BUJARD, Otker et al. (Org.). **La revolución es un libro y un hombre libre: los afiches políticos de Nicaragua libre 1979-1990 y del movimiento de solidaridad internacional**. [Managua]: IHNCA, 2009.
- CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. [Guatemala]: ACSUR-Las Segovias, 2010.
- CABRERA, Martha. Vivimos y sobrevivimos en un país multiduelos. **Envío**, Managua, n. 249, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/1190>>. Acesso em: 19/07/2013
- CALDERA, Luis. El internacionalismo y la revolución sandinista. In: BUJARD, Otker. Et al. (Org.). **La revolución es un libro y un hombre libre: los afiches políticos de Nicaragua libre 1979-1990 y del movimiento de solidaridad internacional**. [Managua]: IHNCA, 2009. p. 292-307.

CARDENAL, Ernesto. **La revolución perdida**. 2. ed. Managua: Anama Ediciones Centroamericanas, 2004.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Popayán: Universidad del Cauca, 2005.

CHAGUACEDA, Armando; STUART, Roberto. ¿Democracia participativa en Nicaragua?: Los Consejos de Poder Ciudadano y el gobierno del FSLN (2006-2011). **Revista Centroamericana de Ciencias Sociales**, San José, v. 2, n. 8, p. 5-22, 2011.

CORNWALL, Andrea. Buzzwords and fuzzwords: deconstructing development discourse. **Development in Practice**, Oxford, v. 17, n. 4-5, p. 471-484, Aug. 2007.

DEERE, Carmen Diana. Cooperative development and women's participation in the nicaraguan agrarian reform. **American Journal of Agricultural Economics**, Oxford, v. 65, n. 5, p. 1043–1048, Dec. 1983.

DIAZ-REYES, María José. **Generación Post-Revolucionaria**: entre la memoria y el poder simbólico. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropología y Liderazgo Social) – Facultad de Humanidades y Ciencias Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Managua, 2014.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Coord.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

DUSSEL, Enrique. La teología de la liberación. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. **La teoría social latinoamericana**: la centralidad del marxismo. Ciudad de México: UNAM, 1995. p. 167-176.

UN DEBATE aún pendiente: el de la mujer. **Envío**, Managua, n. 115, mayo 1991. Disponible em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/671>>. Acesso em: 23/11/2014.

UNA REVOLUCIÓN que comienza: la de la mujer. **Envío**, Managua, n. 25, julio 1983. Disponible em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/85>>. Acesso em: 23/11/2014.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1996.

FALQUET, J. Mujeres, feminismo y desarrollo: un análisis crítico de las políticas de las instituciones internacionales. **Desacatos**: Revista de Antropología Social, México, n. 11, 2003. Mujeres: los trabajos y los días.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION-FAO. **Situación de las mujeres rurales en nicaragua**. Santiago: [s.n.], 2007. Disponible em: <<http://www.fao.org/3/a-a1196s.pdf>>. Acesso em: 15/08/2014.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION-FAO. **Buenas prácticas para la seguridad alimentaria y la gestión de riesgos**. Tegucigalpa: Comunica, 2012.

FAUNE, Maria Angelica. En la Nicaragua campesina se han ido acumulando engaños, decepciones y enojos. **Envío**, Managua, n. 386, mayo 2014. Disponível em <<http://www.envio.org.ni/articulo/4842>>. Acesso em: 15/07/2014.

Federación Agropecuaria de Cooperativas de Mujeres Productoras del Campo de Nicaragua-FEMUPROCAN. **Campaña de justicia alimentaria**: ya contamos con un marco jurídico que reconoce nuestros derechos... solamente demandamos su cumplimiento. Managua: [s.n.], 2014.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine**: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Fundación Internacional para el Desarrollo Económico Global-FIDEG. **Dinamicas de la pobreza en Nicaragua 2009 – 2013**. [Managua], 2014.

HALL, Stuart. Quando foi a pós-colonial?: pensando no limite. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003. p. 101 - 128

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOFFMAN, Maria Barroso. **Fronteiras étnicas, fronteiras de estado e imaginação da nação**: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

HOOKS, Bell et al. **Otras inapropiables**: feminismos desde las fronteras. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

ILCAN, Susan; PHILLIPS, Lynne. Developmentalities and Calculative Practices: The Millennium Development Goals. **Antipode**, [s.l.], v. 42, n. 4, p. 844–874, Set. 2010.

KAMPWIRTH, Karen. Feminismo, anti-feminismo y la lucha del aborto terapéutico: la memoria y las consecuencias inesperadas de la revolución. In: SALVADOR, Martí i Puig; CLOSE, David W. (Org.). **Nicaragua y el FSLN (1979-2009)**: ¿qué queda de la revolución?. [Barcelona]: Edicions Bellaterra, 2009. p. 83 - 115.

LARRACOECHEA, E. **Ciudadanía cero?**: el Hambre Cero y el empoderamiento de las mujeres. Matagalpa: Grupo Venancias, 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LI, Tania Murray. **The will to improve**: governmentality, development, and the practice of politics. Durham: Duke University Press, 2007.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. [Ciudad de Mexico]: Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.



LUCIAK, Ilja A. **After the revolution**: gender and democracy in El Salvador, Nicaragua and Guatemala. Baltimore. Johns Hopkins University Press, 2001.

LUCIAK, Ilja A. **The sandinista legacy**: lessons from a political economy in transition. [Gainesville]: University Press of Florida, 1995.

MAWDSLEY, Emma. The changing geographies of foreign aid and development cooperation: contributions from gift theory. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Londres, v. 37, n. 2, p. 256–272, Apr. 2012.

MERRY, Sally Engle. Measuring the world: indicators, human rights, and global governance. **Current Anthropology**, Chicago, v. 52, n. S3, p. S83–S95, Apr. 2011.

DAS, Veena. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevistada por: Michel Misse et al. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 335 - 356, abr./maio/jun. 2012.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de Occidente: saber academico y discursos coloniales. In: MEZZADRA, Sandro et al. **Estudios postcoloniales**: ensayos fundamentales. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008a. p. 69 - 102.

MOHANTY, Chandra Talpade. De vuelta a "Bajo los ojos de occidente": La solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (Org.). **Descolonizando el feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid: Cátedra, 2008b. p. 404 - 468.

MONTENEGRO, Sofia. Las mujeres y la Revolución del 79: las reliquias hablan. In: BUJARD, Otker et al. (Org.). **La revolución es un libro y un hombre libre**: los afiches políticos de Nicaragua libre 1979-1990 y del movimiento de solidaridad internacional. [Managua]: IHNCA, 2009. p. 196 - 208.

MONTOYA, Rosario. **Gendered scenarios of revolution**: making new men and new women in Nicaragua, 1975–2000. Tucson: University of Arizona Press, 2012.

MOSSE, David. Global governance and the ethnography of international aid. In: MOSSE, David; LEWIS, David (Org.). **The aid effect**: giving and governing in international development. London: Pluto Press, 2005. p. 1-36.

MOSSE, David. The Anthropology of International Development. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 42, n. 1, p. 227–246, 2013.

NEPSTAD, Sharon Erickson; SMITH, Christian. The social structure of moral outrage in recruitment to the U.S. Central America peace movement. In: GOODWIN, Jeff (Org.). **Passionate politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. p. 158-174. Disponível em: <<http://www.press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/P/bo3640435.html>>. Acesso em: 27/03/2012

NICARÁGUA. **Ley n. 693, 16 de Julho de 2009, Ley de soberanía y seguridad alimentaria y nutricional**. Ementa. Manágua: La Gaceta, 2009.

NICARÁGUA. **Ley n. 717**. 14 de junho de 2010 Ley creadora del fondo para compra de tierras con equidad de género para mujeres rurales. Managua: La Gaceta, 2010.

NICARÁGUA. **Ley n. 779**. 22 de junho de 2012. Ley integral contra la violencia hacia las mujeres y de reformas a la Ley n. 641, "Código Penal". Managua: La Gaceta, 2012.

NICARAGUA. **VIII Censo poblacional y IV de vivienda**. Managua, 2006. v. 4.

O'NEIL, Sally. En el mundo hay dos países mimados por la cooperación y uno es Nicaragua. **Envío**, Managua, n. 268, Jul. 2004. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/2171>>. Acesso em: 05 jul. 2010

Organización de las Naciones Unidas - ONU. **Estudio a fondo sobre todas las formas de violencia contra la mujer**. 2006. Disponível em :<<http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/1/27401/InformeSecreGeneral.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015

PERALES, losu. La ternura de los pueblos y el ejército de cheles. In: BUJARD, Otker et al. (Org.). **La revolución es un libro y un hombre libre**: los afiches políticos de Nicaragua libre 1979-1990 y del movimiento de solidaridad internacional. [Managua]: IHNCA, 2009. p. 310-329.

PERALTA RODRÍGUEZ, Orlando; CARRAZÓN ALOCÉN, Julián; ZELAYA ELVIR, Carlos Andrés. **Buenas prácticas para la seguridad alimentaria y la gestión de riesgos**. Tegucigalpa: FAO, 2012.

PÉREZ BALTODANO, Andrés. **Postsandinismo**: crónicas de un diálogo intergeneracional e interpretación del pensamiento político de la Generación XXI. Managua: IHNCA-UCA, 2013.

PERLA, Héctor. La revolución nicaragüense y la solidaridad internacional. In: SALVADOR, Martí i Puig; CLOSE, David W. (Org.). **Nicaragua y el FSLN (1979-2009)**: ¿qué queda de la revolución?. [Barcelona]: Bellaterra, 2009. p. 117-136.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, Niterói, v. 8, n. 16, 4 fev. 2010.

PRADO, Silvio. La organización para la revolución. In: BUJARD, Otker et al. (Org.). **La revolución es un libro y un hombre libre**: los afiches políticos de Nicaragua libre 1979-1990 y del movimiento de solidaridad internacional. [Managua]: IHNCA, 2009. p.168-183.

PRADO, Silvio. **Libro blanco de las relaciones estado-sociedad civil**. Managua: EDISA, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005.

RAMÍREZ, Sergio. **Tambor olvidado**. San José de Costa Rica : Aguilar, 2008.

RIST, Gilbert. Development as a buzzword. **Development in practice**, Oxford, v. 17 n.4, p. 485-491, 2007.

RIST, Gilbert. **Le développement**: histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.

RIST, Gilbert. **The history of development**: from western origins to global faith. London: Zed Books , 2002.

SALVADOR, Martí i Puig; CLOSE, David W. Introducción: los sandinistas y Nicaragua desde 1979. In: SALVADOR, Martí i Puig; CLOSE, David W. (Org.). **Nicaragua y el FSLN (1979-2009)**: ¿qué queda de la revolución?. [Barcelona]: Bellaterra, 2009. p. 11-31

SARRIA, Ana Marcela. **Democracia, desenvolvimento e cooperação internacional**: o caso da Nicarágua. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SERRA VÁZQUEZ, Luis Héctor. **La sociedad civil nicaraguense**: sus organizaciones y sus relaciones con el Estado. Managua: Espirales, 2007.

SILVA, Kelly Cristiane da. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-171, abr. 2008.

SOTO JOYA, Fernanda. **Ventanas en la memoria**: recuerdos de la revolución en frontera agrícola. Managua: UCA, 2011.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG. 2010

TELLEZ, Dora María. **Muera la gobierna**: colonización en Matagalpa y Jinotega (1820-1890). Managua: URACCAN, 1999.

TORRES, Luz Marina. Women in Nicaragua: the revolution on hold. **Envío**, Managua, n. 119. jun. 1991. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/2912>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **Revoluciones sin cambio revolucionarios**. Guatemala: F&G, 2011.

UNIÓN NACIONAL DE AGRICULTORES Y GANADEROS DE NICARAGUA. **¿Quiénes somos?**. Managua: UNAG, 2015. Disponível em: <[http://unag.org.ni/?page\\_id=12](http://unag.org.ni/?page_id=12)>. Acesso em: 12 set. 2014

VERGARA, William Grigsby. Memorias de una generación feminista. **Envío**, Managua, n. 360, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/4489>>. Acesso em: 16 abr. 2014

WÜNDERICH, Volker. **Sandino, una biografía política**. Managua: IHNCA-UCA, 2010.